

João Eduardo Torrecillas Sartori

**A relação entre autoritarismo de direita e apoio acrítico a líderes
de extrema-direita: o caso do bolsonarismo no Brasil**

**São Carlos - SP
2024**

João Eduardo Torrecillas Sartori

**A relação entre autoritarismo de direita e apoio acrítico a líderes de extrema-direita:
o caso do bolsonarismo no Brasil**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor em Ciência Política.

Área de Concentração: Ciência Política

Linha de Pesquisa: Comportamento Político

Orientadora: Maria do Socorro Sousa Braga

**São Carlos - SP
2024**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato João Eduardo Torrecillas Sartori, realizada em 11/10/2024.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)

Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi (UFSCar)

Profa. Dra. Vera Alves Cepêda (UFSCar)

Prof. Dr. Robert Lee Borges de Paula Vidigal (VU)

Prof. Dr. Victor Augusto Araújo Silva (UR)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

AGRADECIMENTOS

Pelo amor incondicional (e incessante mesmo em meio aos tantos enfrentamentos de cada um aos seus próprios desafios), agradeço à minha família – Ana Cecilia, Luís Paulo, Gabriela, André e Wanda.

Agradeço à minha amada Patrícia, de quem, em todos estes anos, sempre recebi mais e melhor do que esperei. Minha companheira, com quem tenho o prazer de compartilhar a vida (e também a data e a hora de nascimento).

A Carlos Sartori, Julio Caio, Laura Freitas, Marcelo Serra, Ana Flora Finelli, Renan Marcati, Leticia Marcati e Mariana Godoi, agradeço pela amizade de longa data, segura e reconfortante mesmo com a inevitável escassez dos nossos encontros presenciais.

Àqueles que conheci em meio ao meu percurso acadêmico e que se tornaram amigos para além de colegas de interlocução, Ana Clara Pimenta, Alexandre Starnino, Lucas Paolillo, Filipe Faeti, Fernanda Oliveira, Guilherme Veiga, Nayara Albrecht, Vinicius Alves e Angélica Costa, agradeço pelo cuidado e expresse minha enorme admiração.

À Maria do Socorro Braga, agradeço pelas muitas trocas e, acima de tudo, pela sua solicitude em aceitar me orientar nesta empreitada nada ortodoxa, de mobilizar na ciência política noções em alguma medida estranhas ao campo – tentando com essa mobilização efetivamente ampliar o seu escopo.

Ao Gabriel Casalecchi, agradeço não apenas pela renovação do meu ânimo no estudo da estatística (e mais amplamente da metodologia) e pelo auxílio durante a esquematização das tantas análises quantitativas realizadas na tese, mas sobretudo pela sua enorme consideração.

Agradeço também aos demais membros da banca, Vera Cepêda, Robert Vidigal e Victor Araújo, pelos comentários cuidadosos e pela interlocução duradoura, para mim inestimavelmente importantes.

Agradeço ainda aos docentes e aos funcionários do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos – especialmente ao José Olímpio, a solicitude do qual sempre souo como sua vocação.

Finalmente, agradeço a todos aqueles que, embora não citados, estiveram torcendo pelo meu sucesso nessa empreitada.

RESUMO

A problemática desta tese envolveu duas suspeitas. Inicialmente, aquela de que a divisão dos apoiadores de Bolsonaro entre acrílicos (bolsonaristas) e estratégicos, até então não realizada, viabilizaria uma sofisticação do entendimento acerca do bolsonarismo (movimento de massas autoritário de direita capitaneado por Bolsonaro) e, inclusive, acerca das diferenças entre tal movimento e seu “entorno”. Ainda que categorias tais como o antipetismo tenham sido apontadas como determinantes contundentes do voto em Bolsonaro em 2018, não necessariamente teriam se implicado no estabelecimento, em alguns dos seus eleitores mais assíduos (ditos *bolsonaristas*), de uma “atitude bolsonarista” – correspondente à modalidade acrílica de apoio a ele. Possivelmente, certas categorias socialmente relevantes (tais como antipetismo, direitismo, golpismo etc.) teriam se implicado significativamente na assunção de uma modalidade estratégica de apoio a Bolsonaro, mas não na idealização deste último – e *vice-versa*. Além disso, a suspeita de que, entre os determinantes mais relevantes do estabelecimento da atitude bolsonarista, estaria certo complexo de inclinações autoritárias de direita anteriormente sedimentadas em setor expressivo do eleitorado brasileiro. Embora até então nenhum autor tivesse centrado seu estudo na identificação dos determinantes da atitude bolsonarista, os achados de vários trabalhos tornariam relevante uma investigação da relação entre aquelas inclinações e o estabelecimento de tal atitude. Argumentamos nesta tese que: (i) o autoritarismo de direita estava amplamente estabelecido nos anos anteriores ao da eleição de Bolsonaro, mas estava “inativado”; (ii) o seu nível médio naqueles anos era similar ao seu correspondente em 2018; e, (iii) entre o final de 2018 e o início de 2019, a atitude bolsonarista tendeu a resultar do autoritarismo de direita tão intensamente quanto a resultar de outras categorias, sendo tal autoritarismo um elemento extremamente importante no cenário brasileiro – a sua ativação recente tendo viabilizado a ascensão do bolsonarismo (que, quando do início deste estudo, era ainda um fenômeno político recém-emergido no âmbito nacional). Primeiramente, examinamos microdados oriundos do *AmericasBarometer* e construímos um instrumento psicométrico inédito de mensuração do autoritarismo de direita: o instrumento AD-BR – adaptado às nuances desse autoritarismo na sociedade brasileira atual. Então, analisamos e comparamos entre si os níveis de autoritarismo de direita na sociedade brasileira em anos anteriores ao do estabelecimento do bolsonarismo em âmbito nacional e, em 2019. Posteriormente, investigamos a relação entre autoritarismo de direita e atitude bolsonarista entre 2018 e 2019. Para tanto, comparamos entre si os níveis médios de autoritarismo de direita de 2018/2019 dos diferentes tipos de apoiadores de Bolsonaro e dos não apoiadores; e, então, dos bolsonaristas e dos não bolsonaristas. Aqui, utilizamos a variável nível de confiança em Bolsonaro para elaborar duas variáveis também inéditas (relativas à noção de atitude bolsonarista). Após, construímos modelos estatísticos de regressão e comparamos, neste intervalo temporal, o nível de explicação da atitude bolsonarista pelo autoritarismo de direita com os níveis de explicação de tal atitude por outras categorias socialmente relevantes. De modo mais amplo, esta tese contribuiu à identificação de determinantes da modalidade acrílica de apoio a líderes de extrema-direita em um cenário internacional marcado pelo seu recente empoderamento.

Palavras-chave: autoritarismo de direita; bolsonarismo; Bolsonaro; bolsonarista.

ABSTRACT

The issue addressed in this thesis involved two suppositions. Initially, the supposition that dividing Bolsonaro's supporters into two groups—uncritical (bolsonaristas) and strategic—would enable a more sophisticated understanding of bolsonarism (an authoritarian right-wing mass movement led by Bolsonaro) and, moreover, of the differences between this movement and its "surroundings." Although categories such as anti-PT sentiment were identified as decisive factors for voting for Bolsonaro in 2018, they would not necessarily have contributed to the establishment, among some of his most fervent voters (known as bolsonaristas), of a "bolsonarista attitude"—characterized by the uncritical mode of support for him. Possibly, certain socially relevant categories (such as right-wing ideology, anti-PT sentiment, pro-coup tendencies, etc.) might have been significantly involved in the adoption of a strategic mode of support for Bolsonaro, but not in his idealization—and vice versa. Furthermore, the supposition that among the most relevant determinants of the establishment of the bolsonarista attitude was a certain complex of right-wing authoritarian inclinations previously consolidated within a significant sector of the Brazilian electorate. While no author had yet focused their study on identifying the determinants of the bolsonarista attitude, findings from various studies suggested the importance of investigating the relationship between those inclinations and the establishment of such an attitude. In this thesis, we argue that: (i) right-wing authoritarianism was widely established in the years leading up to Bolsonaro's election but was "inactive"; (ii) its average level in those years was similar to its counterpart in 2018; and (iii) between late 2018 and early 2019, the bolsonarista attitude tended to result from right-wing authoritarianism as strongly as it did from other categories, with this authoritarianism being an extremely important element in the Brazilian context—its recent activation enabling the rise of bolsonarism (which, at the start of this study, was still a newly emerged political phenomenon on the national stage). Initially, we examined microdata from the AmericasBarometer and developed a novel psychometric instrument to measure right-wing authoritarianism: the AD-BR instrument—adapted to the nuances of this authoritarianism in contemporary Brazilian society. We then analyzed and compared the levels of right-wing authoritarianism in Brazilian society during years prior to the establishment of bolsonarism on a national level and in 2019. Subsequently, we investigated the relationship between right-wing authoritarianism and the bolsonarista attitude between 2018 and 2019. To this end, we compared the average levels of right-wing authoritarianism in 2018/2019 among different types of Bolsonaro supporters and non-supporters, and then between bolsonaristas and non-bolsonaristas. Here, we used the variable "level of confidence in Bolsonaro" to create two additional novel variables (related to the notion of the bolsonarista attitude). Finally, we built statistical regression models and compared, within this timeframe, the extent to which the bolsonarista attitude could be explained by right-wing authoritarianism versus other socially relevant categories. More broadly, this thesis contributed to identifying the determinants of the uncritical mode of support for far-right leaders in an international context marked by their recent empowerment.

Keywords: right-wing authoritarianism; bolsonarismo; Bolsonaro; bolsonarista.

RESUMEN

La problemática de esta tesis involucró dos sospechas. Inicialmente, la de que la división de los seguidores de Bolsonaro entre acrílicos (bolsonaristas) y estratégicos, hasta entonces no realizada, viabilizaría una sofisticación en el entendimiento del bolsonarismo (movimiento de masas autoritario de derecha liderado por Bolsonaro) e, incluso, sobre las diferencias entre dicho movimiento y su “entorno”. Aunque categorías como el antipetismo hayan sido señaladas como determinantes contundentes del voto en Bolsonaro en 2018, no necesariamente habrían influido en el establecimiento, en algunos de sus electores más asiduos (bolsonaristas), de una “actitud bolsonarista”, correspondiente a la modalidad acrílica de apoyo hacia él. Posiblemente, ciertas categorías socialmente relevantes habrían influido significativamente en la adopción de una modalidad estratégica de apoyo a Bolsonaro, pero no en su idealización, y viceversa. Además, la sospecha de que, entre los determinantes más relevantes del establecimiento de la actitud bolsonarista, se encontraba cierto complejo de inclinaciones autoritarias de derecha previamente sedimentadas en un sector significativo del electorado brasileño. Aunque hasta entonces ningún autor había centrado su estudio en identificar los determinantes de la actitud bolsonarista, los hallazgos de varios trabajos sugerían la relevancia de investigar la relación entre dichas inclinaciones y el establecimiento de esa actitud. Argumentamos en esta tesis que: (i) el autoritarismo de derecha estaba ampliamente establecido en los años anteriores a la elección de Bolsonaro, pero estaba “inactivo”; (ii) su nivel medio en aquellos años era similar al correspondiente en 2018; y, (iii) entre finales de 2018 y principios de 2019, la actitud bolsonarista tendió a resultar del autoritarismo de derecha tan intensamente como de otras categorías, siendo dicho autoritarismo un elemento extremadamente importante en el escenario brasileño – cuya reciente activación permitió la ascensión del bolsonarismo (que, al inicio de este estudio, aún era un fenómeno político recién emergido a nivel nacional). En primer lugar, examinamos microdatos provenientes del AmericasBarometer y construimos un instrumento psicométrico inédito para medir el autoritarismo de derecha: el instrumento AD-BR, adaptado a las particularidades de dicho autoritarismo en la sociedad brasileña actual. Luego, analizamos y comparamos los niveles de autoritarismo de derecha en la sociedad brasileña en años anteriores al establecimiento del bolsonarismo a nivel nacional y en 2019. Posteriormente, investigamos la relación entre autoritarismo de derecha y actitud bolsonarista entre 2018 y 2019. Para ello, comparamos los niveles promedio de autoritarismo de derecha de 2018/2019 entre los diferentes tipos de seguidores de Bolsonaro y los no seguidores; y, posteriormente, entre los bolsonaristas y los no bolsonaristas. En este punto, utilizamos la variable nivel de confianza en Bolsonaro para elaborar dos variables también inéditas (relativas a la noción de actitud bolsonarista). Después, construimos modelos estadísticos de regresión y comparamos, en este intervalo de tiempo, el nivel de explicación de la actitud bolsonarista por el autoritarismo de derecha con los niveles de explicación de dicha actitud por otras categorías socialmente relevantes. Esta tesis contribuyó a la identificación de los determinantes de la modalidad acrílica de apoyo a líderes de extrema derecha en un escenario internacional marcado por su reciente empoderamiento.

Palabras clave: autoritarismo de derecha; bolsonarismo; Bolsonaro; bolsonarista.

RÉSUMÉ

La problématique de cette thèse impliquait deux soupçons. Premièrement, celle selon laquelle la distinction entre les partisans de Bolsonaro en deux groupes, les inconditionnels (bolsonaristes) et les stratégiques, non réalisée jusqu'alors, permettrait de mieux comprendre le bolsonarisme (mouvement de masse autoritaire de droite dirigé par Bolsonaro) ainsi que les différences entre ce mouvement et son « entourage ». Bien que des catégories comme l'antipétisme aient été considérées comme des facteurs déterminants du vote pour Bolsonaro en 2018, elles n'auraient pas nécessairement contribué à l'émergence, chez certains de ses électeurs les plus fidèles (appelés bolsonaristes), d'une « attitude bolsonariste » – correspondant à une forme inconditionnelle de soutien à Bolsonaro. Possiblement, certaines catégories socialement pertinentes auraient joué un rôle significatif dans l'adoption d'une forme stratégique de soutien à Bolsonaro, mais pas dans son idéalisation – et inversement. De plus, on soupçonnait que parmi les facteurs les plus importants ayant conduit à l'établissement de l'attitude bolsonariste se trouvait un ensemble d'inclinations autoritaires de droite, préalablement enracinées dans une part significative de l'électorat brésilien. Bien qu'aucun auteur n'ait jusque-là centré son étude sur l'identification des déterminants de l'attitude bolsonariste, les résultats de plusieurs travaux justifiaient l'importance d'étudier la relation entre ces inclinations et l'établissement de cette attitude. Dans cette thèse, nous soutenons que : (i) l'autoritarisme de droite était largement établi dans les années précédant l'élection de Bolsonaro, mais était « inactif » ; (ii) son niveau moyen à cette époque était similaire à celui observé en 2018 ; et (iii) entre la fin de 2018 et le début de 2019, l'attitude bolsonariste tendait à résulter aussi bien de l'autoritarisme de droite que d'autres catégories pertinentes, l'autoritarisme de droite étant un élément clé du scénario brésilien – sa récente activation ayant facilité l'émergence du bolsonarisme (qui, au début de cette étude, était encore un phénomène politique nouvellement apparu à l'échelle nationale). Premièrement, nous avons analysé des microdonnées issues de l'*AmericasBarometer* et conçu un instrument psychométrique inédit pour mesurer l'autoritarisme de droite : l'instrument AD-BR, adapté aux particularités de cet autoritarisme dans la société brésilienne actuelle. Ensuite, nous avons analysé et comparé les niveaux d'autoritarisme de droite au sein de la société brésilienne entre les années précédant l'émergence nationale du bolsonarisme et 2019. Par la suite, nous avons étudié la relation entre l'autoritarisme de droite et l'attitude bolsonariste entre 2018 et 2019. Pour cela, nous avons comparé les niveaux moyens d'autoritarisme de droite de 2018/2019 entre différents types de partisans de Bolsonaro et de non-partisans ; puis, entre bolsonaristes et non-bolsonaristes. Ici, nous avons utilisé la variable « niveau de confiance en Bolsonaro » pour créer deux variables également inédites (liées à la notion d'attitude bolsonariste). Enfin, nous avons construit des modèles statistiques de régression et comparé, sur cette période, la capacité explicative de l'autoritarisme de droite vis-à-vis de l'attitude bolsonariste avec celle d'autres catégories socialement pertinentes. Cette thèse a contribué à identifier les déterminants de la forme inconditionnelle de soutien aux leaders d'extrême droite dans un contexte international marqué par leur récent renforcement.

Mots-clés: autoritarisme de droite; bolsonarisme; Bolsonaro; bolsonariste.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Sumarização das estatísticas descritivas relativas às variáveis Dim1_V1, Dim1_V2, Dim1_V3 e Dim1	76
Tabela 2 –	Sumarização das estatísticas descritivas relativas às variáveis Dim2_V1 e Dim2_V2, e Dim2	76
Tabela 3 –	Sumarização das estatísticas descritivas relativas às variáveis Dim3_V1, Dim3_V2, Dim3_V3 e Dim3_V4	77
Tabela 4 –	Sumarização das estatísticas descritivas relativas às variáveis Dim4_V1 e Dim4_V2, e Dim4	78
Tabela 5 –	Sumarização das estatísticas descritivas relativas às variáveis Dim5_V1, Dim5_V2 e Dim5_V3, e Dim5	79
Tabela 6 –	Matriz de correlações entre variáveis constitutivas de dimensão submissividade à autoridade familiar	80
Tabela 7 –	Matriz de correlações entre variáveis constitutivas da dimensão submissividade à autoridade militar	81
Tabela 8 –	Matriz de correlações entre variáveis constitutivas da dimensão antidemocraticidade	82
Tabela 9 –	Matriz de correlações entre variáveis constitutivas da dimensão agressividade autoritária	82
Tabela 10 –	Matriz de correlações entre variáveis constitutivas da dimensão convencionalismo	83
Tabela 11 –	Sumarização das estatísticas descritivas relativas ao instrumento AD-BR (2018/2019) completo (5D)	84
Tabela 12 –	Sumarização das estatísticas descritivas relativas ao instrumento AD-BR (2018/2019) 4D	84
Tabela 13 –	Sumarização das estatísticas descritivas relativas ao instrumento AD-BR (2018/2019) comparativo (3D)	85
Tabela 14 –	Sumarização das estatísticas oriundas da estimação de parâmetros do eleitorado brasileiro de 2019 relativos às variáveis Dim1, Dim2, Dim3, Dim5 e 3D	86
Tabela 15 –	Resultados mais abrangentes da análise fatorial completa (com rotação)	87
Tabela 16 –	Cargas fatoriais rotacionadas (matriz padrão)	87
Tabela 17 –	Matriz de rotação fatorial	88
Tabela 18 –	Sumarização das estatísticas oriundas da estimação de parâmetros do eleitorado brasileiro de 2019 relativos às variáveis: Dim1, Dim2, Dim3, Dim5 e 3D	90
Tabela 19 –	Nível médio de autoritarismo de direita (instrumento AD-BR 2018/2019 4D) por identificação de gênero	91
Tabela 20 –	Nível (escore) médio de autoritarismo de direita (instrumento AD-BR 2018/2019 4D) por nível de escolaridade	92
Tabela 21 –	Nível (escore) médio de autoritarismo de direita (instrumento AD-BR 2018/2019 4D) por faixa etária	93
Tabela 22 –	Nível (escore) médio de autoritarismo de direita (instrumento AD-BR 2018/2019 completo) por tamanho do município de residência	93
Tabela 23 –	Nível (escore) médio de autoritarismo de direita (instrumento AD-BR 2018/2019 4D) por religião	94
Tabela 24 –	Nível (escore) médio de autoritarismo de direita (instrumento AD-BR 2018/2019 4D) por autossituamento no espectro ideológico	94
Tabela 25 –	Nível (escore) médio de autoritarismo de direita (instrumento AD-BR 2018/2019 4D) por estatuto de antipetismo	95

Tabela 26 –	Nível (escore) médio de autoritarismo de direita (instrumento AD-BR 2018/2019 4D) por nível de renda	96
Tabela 27 –	Sumarização das estatísticas oriundas da estimação de parâmetros do eleitorado brasileiro de 2012 relativos às variáveis Dim1, Dim2, Dim3, Dim5 e 3D	98
Tabela 28 –	Sumarização das estatísticas oriundas da estimação de parâmetros do eleitorado brasileiro de 2014 relativos às variáveis Dim1, Dim2, Dim3, Dim5 e 3D	99
Tabela 29 –	Sumarização das estatísticas oriundas da estimação de parâmetros do eleitorado brasileiro de 2017 relativos às variáveis Dim1, Dim2, Dim3, Dim5 e 3D	101
Tabela 30 –	Nível médio de autoritarismo de direita (instrumento AD-BR 2018/2019 completo) por categoria em estatuto de assunção de atitude bolsonarista	154
Tabela 31 –	Nível médio de convencionalismo (instrumento AD-BR 2018/2019 4D) por categoria em estatuto de assunção de atitude bolsonarista	154
Tabela 32 –	Nível médio de agressividade autoritária (instrumento AD-BR 2018/2019 4D) por categoria em estatuto de assunção de atitude bolsonarista	155
Tabela 33 –	Nível médio de submissividade à autoridade militar (instrumento AD-BR 2018/2019 4D) por categoria em estatuto de assunção de atitude bolsonarista	155
Tabela 34 –	Nível médio de submissividade à autoridade familiar (instrumento AD-BR 2018/2019 4D) por categoria em estatuto de assunção de atitude bolsonarista	157
Tabela 35 –	Nível médio de autoritarismo de direita (instrumento AD-BR 2018/2019 completo) por categoria em Índice AxC	158
Tabela 36 –	Nível médio de convencionalismo (instrumento AD-BR 2018/2019 4D) por categoria em Índice AxC	159
Tabela 37 –	Nível médio de agressividade autoritária (instrumento AD-BR 2018/2019 4D) por categoria em Índice AxC	160
Tabela 38 –	Nível médio de submissividade à autoridade militar (instrumento AD-BR 2018/2019 4D) por categoria em Índice AxC	160
Tabela 39 –	Nível médio de submissividade à autoridade familiar (instrumento AD-BR 2018/2019 4D) por categoria em Índice AxC	161
Tabela 40 –	Regressão logística binária do estatuto de assunção de atitude bolsonarista de 2018/2019 (OR)	171
Tabela 41 –	Regressão logística multinomial da categoria no índice AxC de 2018/2019	178
Tabela 42 –	Regressão logística multinomial da categoria no índice AxC de 2018/2019 (versão alternativa)	183

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Boxplots representativos da relação entre (i) nível de submissividade à autoridade familiar (Dim1) do eleitorado brasileiro e (ii) onda do <i>AmericasBarometer</i>	102
Figura 2 –	Boxplots representativos da relação entre (i) nível de submissividade à autoridade militar (Dim2) do eleitorado brasileiro e (ii) onda do <i>AmericasBarometer</i>	103
Figura 3 –	Boxplots representativos da relação entre (i) nível de antidemocraticidade (Dim3) do eleitorado brasileiro e (ii) onda do <i>AmericasBarometer</i>	104
Figura 4 –	Boxplots representativos da relação entre (i) nível de convencionalismo (Dim5) do eleitorado brasileiro e (ii) onda do <i>AmericasBarometer</i>	105
Figura 5 –	Boxplots representativos da relação entre (i) nível de autoritarismo de direita (3D) do eleitorado brasileiro e (ii) onda do <i>AmericasBarometer</i>	106
Figura 6 –	Diagrama 1 (momento de votação em 2018) e Diagrama 2 (momento de não votação)	120

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. Interrogações, argumento e desenho de pesquisa.....	20
2. Advertências teórico-metodológicas preliminares.....	25
1. A NOÇÃO DE AUTORITARISMO DE DIREITA: CONTEXTUALIZAÇÃO, DISCUSSÃO E DELIMITAÇÃO.....	30
1.1 A situação do autoritarismo na sociedade brasileira: considerações preliminares.....	30
1.1.1 O autoritarismo na história do Brasil: notas introdutórias.....	30
1.1.2 O autoritarismo no Brasil do século XXI: apontamentos iniciais.....	36
1.2 Os estudos referenciais sobre o autoritarismo psíquico: contextualização e decisões teóricas preliminares.....	39
1.2.1 A abordagem teórica do autoritarismo nesta tese: considerações iniciais.....	39
1.2.2 A personalidade autoritária (1950): a criação de uma tradição por Adorno <i>et al.</i>	44
1.2.3 A teoria do autoritarismo de direita: a contribuição de Altemeyer.....	48
1.2.4 A teoria da reação cultural: a contribuição de Norris e Inglehart.....	49
1.2.5 A alternativa teórica de Feldman e colaboradores à utilização dos construtos de Adorno <i>et al.</i> e de Altemeyer.....	53
1.3 Contribuições atuais aos estudos sobre o autoritarismo psíquico no Brasil do século XXI.....	57
1.3.1 Adaptações brasileiras da noção original de personalidade autoritária.....	57
1.3.2 A adaptação de Vidigal da noção de autoritarismo de Feldman e Stenner.....	61
1.4 Delimitação conceitual: a noção de autoritarismo de direita da psicologia social analiticamente orientada à ciência política.....	63
1.4.1 Aproximações iniciais entre os construtos análogos e as dimensões do novo construto.....	63
1.4.2 A “temporalidade” implicada na concepção do construto, o estatuto de compatibilidade entre os construtos e algumas desambiguações relevantes.....	66
1.4.3 A vantagem do uso do novo construto neste estudo.....	69
2 O AUTORITARISMO DE DIREITA NO BRASIL DO SÉCULO XXI: ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO E ANÁLISE EMPÍRICA.....	72
2.1 A aplicação da noção de autoritarismo de direita: construção e validação do instrumento AD-BR.....	73
2.1.1 Considerações iniciais sobre o instrumento AD-BR.....	73
2.1.2 A construção das dimensões do instrumento AD-BR (2018/2019).....	75
2.1.3 A validação das dimensões do instrumento.....	79
2.1.4 A construção dos instrumentos AD-BR.....	83
2.1.5 A validação do instrumento AD-BR (2018/2019) completo.....	85
2.2 Análise comparativa: autoritarismo de direita entre 2012 e 2019.....	89
2.2.1 Considerações iniciais sobre as análises (2012-2019).....	89
2.2.2 Ano 2019 (março-abril): governo Bolsonaro.....	90
2.2.3 O autoritarismo de direita pré-2019: 2012, 2014 e 2017.....	96
2.2.4. Análise comparativa: o autoritarismo de direita entre 2012 e 2019.....	101
3 A NOÇÃO DE ATITUDE BOLSONARISTA: CONTEXTUALIZAÇÃO, DISCUSSÃO E DELIMITAÇÃO.....	114
3.1 Notas introdutórias: o recorte teórico desta tese na abordagem do bolsonarismo, de seus integrantes e do seu entorno.....	114
3.2 A referência à teoria freudiana na indicação de uma importante divisão entre apoiadores de Bolsonaro	121
3.3 Os estudos acerca dos apoiadores de Bolsonaro.....	125

3.3.1 Estudos qualitativos no contexto eleitoral de 2018: considerações sobre atributos remetidos ao autoritarismo de direita.....	126
3.3.2 Estudos quantitativos no contexto eleitoral de 2018: apontamentos sobre o problema abordado nesta tese.....	132
3.4 Considerações adicionais: o apoio a Bolsonaro durante seu mandato presidencial (2019-2022).....	135
3.5 A noção de bolsonarista: ilusoriedade da identidade bolsonarista e indicação à ciência política de uma alternativa teórica.....	141
3.6 Delimitação conceitual: a noção de atitude bolsonarista da teoria freudiana à ciência política.....	145
4. ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE AUTORITARISMO DE DIREITA E ATITUDE BOLSONARISTA.....	148
4.1 A construção das variáveis dependentes: notas metodológicas sobre a utilização da noção de atitude bolsonarista.....	149
4.2 A atitude bolsonarista em 2019: o dimensionamento do bolsonarismo.....	151
4.3 A relação entre atitude bolsonarista e autoritarismo de direita.....	153
4.3.1 Primeira análise: a relação entre estatuto de assunção de atitude bolsonarista e nível de autoritarismo de direita.....	153
4.3.2 Segunda análise: a relação entre categoria no índice AxC e nível de autoritarismo de direita.....	157
4.3.3 Considerações críticas adicionais.....	162
4.4 A direcionalidade (o sentido) da relação entre autoritarismo de direita e atitude bolsonarista: considerações importantes.....	164
5 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS NÍVEIS DE EXPLICAÇÃO DA ATITUDE BOLSONARISTA POR DIFERENTES CATEGORIAS DE VARIÁVEIS.....	167
5.1 A escolha dos modelos de regressão logística: considerações iniciais.....	168
5.2 Os modelos de regressão logística: a identificação dos determinantes da atitude bolsonarista.....	170
5.2.1 Regressão logística binária: estatuto de assunção de atitude bolsonarista como variável dependente..	170
5.2.2 Regressão logística multinomial: índice AxC como variável dependente.....	177
5.3 A análise comparativa dos construtos: a superioridade do instrumento AD-BR (4D) neste estudo.....	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS E DIRECIONAMENTOS FUTUROS.....	186
REFERÊNCIAS.....	195
ANEXO A – NOTAS SOBRE A RAZOABILIDADE DA UTILIZAÇÃO DE TEORIAS PSICANALÍTICAS FREUDIANAS NESTA TESE.....	209
I. Considerações sobre o empreendimento teórico freudiano.....	209
II. O estatuto de compatibilidade entre as teorias freudianas mobilizadas e a teoria da dissonância cognitiva.....	212

INTRODUÇÃO

Em 2018, o sistema bipartidário nacional constituído em 1994 – mediante o qual a cada quatro anos o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) se opuseram entre si nas disputas presidenciais em segundo turno – se desestabilizou¹ e o então candidato Jair Bolsonaro (PSL), que integrava uma coligação entre dois partidos conservadores considerados como inexpressivos nacionalmente,² veio a ser eleito à presidência da República. A sua vitória eleitoral contrariou as expectativas iniciais de muitos analistas políticos (Almeida, 2018; Amaral, 2020; Singer, 2021),³ tendo sido recorrente, em meio às campanhas eleitorais do primeiro turno, a suposição de que tal candidato já atingira o seu teto eleitoral e não mais ascenderia – sobretudo, em razão do seu significativo índice de rejeição. Capitão reformado do Exército e um “admirador da ditadura” (Singer, 2021), Bolsonaro atuara como Deputado Federal entre 1991 e 2018 de modo controverso⁴ e, academicamente,⁵ cerca de um ano antes da sua eleição à presidência, já tinha sido apontado como um dos representantes da extrema-direita brasileira.

Entre os resultados da ascensão eleitoral de Bolsonaro, esteve o estabelecimento de um ruidoso movimento – com ampla expressão em redes sociais – o qual implicaria importantes alterações no cenário político nacional: o chamado “bolsonarismo”⁶. Ainda que a ampla apreciação do bolsonarismo na academia não tenha acontecido imediatamente, tal movimento acabou sendo cada vez mais recorrentemente concebido, em meio ao mandato de Bolsonaro,

¹ PT e PSDB se opuseram novamente no segundo turno da eleição presidencial de 2014, a qual Braga, Ribeiro e Amaral (2016) consideraram a mais polarizada da história nacional até então. Nesse sentido, a suposição de Braga e Pimentel Jr (2011) de que, em alguma medida, o sistema bipartidário constituído nacionalmente se estabilizara veio a ser reiterada em estudos tais como o de Braga, Ribeiro e Amaral (2016). Contudo, no segundo turno de 2018, Bolsonaro (PSL) venceu eleitoralmente Fernando Haddad (PT). Portanto, o PSDB não disputou a eleição presidencial no segundo turno de 2018 e aquele sistema bipartidário nacional se desestabilizou.

² Partido Social Liberal (PSL) e Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB).

³ No mesmo sentido, segundo Almeida (2018), os demais candidatos “diziam preferir enfrentar Bolsonaro no segundo turno”.

⁴ Autores como Chagas-Bastos (2019) e Dalmonte e Dibai (2019) consideraram irrisória a atuação de Bolsonaro como Deputado Federal de 1991 a 2018, mas não seria inconsistente o entendimento de que a sua atuação seria também estratégica em alguma medida. Por exemplo, Dibai (2018) considerou tal atuação como contributiva à concretização dos interesses de certos setores sociais, a exemplo daqueles representados pela “bancada da bala” e, adicionalmente desde a década de 2010, daqueles representados pela “bancada evangélica”.

⁵ Autoras como Messenberg (2017), a qual, em seu artigo acerca dos influenciadores da direita brasileira, apontou Bolsonaro como um dos ícones do movimento de direita “Revoltados Online” (e recordou que ele era “carinhosamente chamado”, por integrantes de tal movimento, de “Bolsomito”).

⁶ Como se evidenciará mais adiante nesta tese, a nossa compreensão acerca do dito “bolsonarismo” está alinhada àquela de Amaral e Chaguri (2021), que o consideraram um “fenômeno político e social” e como um movimento resiliente, relativamente estável e coeso ideologicamente, o qual atuaria mediante um “ativismo autoritário” de extrema-direita. Nesse contexto, o consideramos como um fenômeno político do tipo “movimento de massas”.

como um *fenômeno político* propriamente dito.⁷ Além disso, embora o sentido assumido pelo termo “bolsonarista” continuasse sendo objeto de disputa teórica, a suposição da existência de uma expressiva tendência atitudinal autoritária entre apoiadores de Bolsonaro se tornava cada vez mais comum e contrastava com a afirmação daqueles que, desde as campanhas de 2018, concebiam o antipetismo como a entidade que agregava entre si os apoiadores mencionados. Nesse sentido, vários estudos – muitos dos quais, na ciência política – vieram a ser desenvolvidos com o intuito de investigar os determinantes do apoio a Bolsonaro.

Por meio do uso de microdados contidos no *AmericasBarometer* 2018/2019 e centrado sobre um âmbito eleitoral, Setzler (2021) concluiu que, embora muitos apoiadores de Bolsonaro se alinhassem com este último em relação à sua atitude ambivalente acerca da democracia, assim como em relação às suas atitudes menosprezativas de mulheres e de minorias sexuais, tal alinhamento teria sido menos importante na determinação do voto. Setzler (2021) asseverou que a ideologia e, sobretudo, certo (anti)partidarismo – especificamente, as atitudes negativas em relação ao PT – explicariam mais intensamente o voto em Bolsonaro no segundo turno. De outro lado, Vidigal (2022), também utilizando microdados contidos no *AmericasBarometer* 2018/2019, concluiu que a implicação do autoritarismo sobre o aumento da chance de voto em Bolsonaro em 2018 era tão intensa quanto a de outras variáveis amplamente consideradas como relevantes, a exemplo da ideologia, do antipetismo e da religiosidade.

Porém, nesse contexto, seria importante asseverar que, em estudos tais como o de Setzler (2021) e de Vidigal (2022), os autores se concentraram mais amplamente na identificação dos determinantes do voto em Bolsonaro em segundo turno – pelos seus eleitores –, mas não da simpatia expressiva por ele – de certos indivíduos. Naquele momento, já se tornara mais relevante a diferenciação entre o voto, correspondente a um modo de apoio em âmbito eleitoral (em 2018), e certa vinculação afetiva em relação ao presidente (em meio ao seu mandato) e, gradativamente, aumentava a importância do desenvolvimento de estudos direcionados ao entendimento dos simpatizantes expressivos do capitão reformado. Justamente nesse sentido, Amaral e Chaguri (2021), analisando certas nuances do dito “bolsonarismo” em um momento situado em meio ao mandato de Bolsonaro, concluíram que o *golpismo*⁸ seria um determinante da simpatia expressiva por ele; e, assim, esses autores enveredavam rumo a uma maior compreensão daquele movimento, assim como a uma diferenciação entre este último e o setor

⁷ Em meados de 2019, a utilização do termo “bolsonarismo” na imprensa já tinha se tornado recorrente – mesmo que existisse certa imprecisão em tal utilização –, mas, na ciência política, por exemplo, era ainda considerada como controversa a concepção daquele movimento como um fenômeno político propriamente dito.

⁸ Amaral e Chaguri (2021) denominaram “autoritarismo” aquilo que, nesta tese, denominamos “golpismo”.

constituído indistintamente pelos apoiadores do então presidente (inclusive, pelos seus não simpatizantes expressivos).

Contudo, a essa altura, ressaltamos que, nesta tese, estando orientados por certa concepção psicológica social⁹ do bolsonarismo, concebemos tal movimento como constituído não pelos apoiadores de Bolsonaro de modo “abrangente” – isto é, independentemente de seu nível de confiança nele –, nem exatamente pelos seus simpatizantes expressivos;¹⁰ mas, de modo mais específico, como constituído pelos indivíduos que vieram a idealizar Bolsonaro e, desse modo, a confiar de modo extremo no capitão reformado. Entendemos que o estabelecimento, em um indivíduo, de uma disposição acrítica em relação a Bolsonaro seria condição necessária à consistência da sua consideração como um *bolsonarista* propriamente dito; e, que a compreensão acerca da configuração, da ampliação e do estabelecimento do bolsonarismo dependeria da identificação dos determinantes da *idealização* de Bolsonaro – pelos *bolsonaristas*.¹¹

Entretanto, até o início do desenvolvimento desta tese, nenhum autor tinha sequer tentado identificar tais determinantes, da mencionada idealização. Também, a diferenciação empiricamente orientada entre as modalidades *acrítica* e *estratégica* de apoio a Bolsonaro, correspondente à diferenciação entre o bolsonarismo e o seu “entorno”¹², sequer tinha sido concebida ostensivamente em um estudo. Nesse contexto, apontamos aquela que veio a ser a **primeira suspeita a constituir a problemática desta tese**: a suspeita de que a divisão dos apoiadores de Bolsonaro entre *acríticos (bolsonaristas)* e *estratégicos* viabilizaria uma sofisticação do entendimento acerca do propriamente dito *bolsonarismo*, movimento de massas autoritário de direita capitaneado por Bolsonaro. Ainda que categorias tais como o antipetismo tivessem sido apontadas como determinantes contundentes do voto em Bolsonaro em 2018, não necessariamente teriam se implicado no estabelecimento, em alguns dos seus eleitores mais assíduos (aqui denominados *bolsonaristas*), de uma “atitude bolsonarista” – correspondente à modalidade acrítica de apoio a ele. Possivelmente, diferentes categorias socialmente relevantes

⁹ A teoria freudiana – recortada e referenciada não apenas nesta tese, mas também décadas atrás, nos estudos de Adorno *et al.* (1950/2019) – orientou de modo mais amplo o entendimento a respeito das modalidades de vinculação afetiva de certos apoiadores de Bolsonaro com ele e, nesse sentido, nossa compreensão da estruturação do bolsonarismo.

¹⁰ Embora existam intersecções importantes entre os setores constituídos pelos simpatizantes expressivos e, pelos *bolsonaristas* propriamente ditos.

¹¹ Afinal, consideramos o estabelecimento de uma modalidade acrítica de apoio a Bolsonaro como condição necessária à constituição de um *bolsonarismo* propriamente dito.

¹² Nesta tese, entendemos o “entorno” do bolsonarismo o setor do eleitorado constituído por aqueles apoiadores de Bolsonaro os quais não o tenham idealizado. Isto é, por aqueles apoiadores os quais não tenham se disposto acriticamente em relação a ele. Obviamente, existiriam também diferentes subsectores (“entornos”) e alguns deles vieram a ser descritos mais adiante.

(tais como *antipetismo*, *golpismo*, *direitismo* etc.) teriam se implicado significativamente em uma modalidade estratégica de apoio a Bolsonaro, mas não em sua idealização – e *vice-versa*.

A **segunda suspeita a constituir a problemática mencionada** seria a de que, entre os determinantes mais relevantes do estabelecimento de uma “atitude bolsonarista”, estaria certo complexo de inclinações autoritárias de direita. Nesse caso, o autoritarismo de direita, ainda que amplamente estabelecido no eleitorado brasileiro nos anos anteriores ao da eleição de Bolsonaro, teria estado “inativado” e a sua ativação em setor expressivo desse eleitorado teria se implicado na ascensão extraordinária do bolsonarismo em 2018. Embora até então nenhum autor tivesse centrado seu estudo na identificação dos determinantes de uma modalidade acrítica de apoio a Bolsonaro, os achados de variados trabalhos – tais como o de Amaral e Chaguri (2021)¹³ – tornariam relevante uma investigação acerca da relação entre certas inclinações autoritárias de direita e o estabelecimento de uma *atitude bolsonarista*.

Precisamente nesse contexto, nesta tese, intencionamos: (i) analisar (e comparar entre si) os níveis de autoritarismo de direita na sociedade brasileira em anos anteriores ao do estabelecimento do bolsonarismo em nível nacional (nesse caso, em 2012, em 2014 e em 2017) e, em 2019 (alguns meses após tal estabelecimento); (ii) analisar a relação entre autoritarismo de direita e atitude bolsonarista entre as campanhas de 2018 e o início do mandato de 2019; e (iii) comparar, nesse intervalo temporal, o nível de explicação da atitude bolsonarista (variável dependente) pelo autoritarismo de direita (variável independente) com os níveis de explicação de tal atitude por outras variáveis independentes, tais como o estatuto de antipetismo, o autossituamento ideológico etc.¹⁴

Conforme discutiremos mais adiante, a categoria *atitude bolsonarista* elaborada nesta tese remete não apenas a uma modalidade específica (no caso, acrítica) de apoio a Bolsonaro, mas também a certo nível (alto) de estabilidade de tal apoio.¹⁵ Já a concepção do bolsonarismo orientadora do nosso trabalho está aproximadamente alinhada àquela de Amaral e Chaguri (2021). A específica caracterização, pelos autores (2021), do bolsonarismo como um “fenômeno político e social” aumentaria a consistência do estudo sobre ele na ciência política.

¹³ Na ciência política, atentos à relativa resiliência do setor constituído pelos apoiadores de Bolsonaro, Amaral e Chaguri (2021) desenvolveram um trabalho sobre os ditos “bolsonaristas” – nesse caso, considerados pelos autores como simpatizantes expressivos de Bolsonaro, “cerca de 25% dos entrevistados” na *survey A Cara da Democracia* –, na qual os autores analisaram estatisticamente microdados oriundos desta *survey* nacional então inédita. Assim, estudaram não exatamente seus apoiadores, mas seus simpatizantes expressivos, concluindo que o autoritarismo socialmente estabelecido se relacionou com a resiliência do apoio a Bolsonaro.

¹⁴ Isto é, o estatuto de identificação negativa em relação ao Partido dos Trabalhadores (PT).

¹⁵ Mais especificamente, tal categoria representa a associação entre (i) o voto em Bolsonaro em 2018 e (ii) o nível extremo de confiança nele em 2019. Assim, para além da avaliação da mencionada acriticidade, a instrumentalização dessa variável ocasionaria indiretamente o teste da resiliência do bolsonarismo, já que aquela também se refere, ainda que de modo retroativo e aproximado, à duração do apoio a ele.

De outro lado, embora não tenham utilizado exatamente a expressão “movimento de massas” em sua conceituação, Amaral e Chaguri (2021) entenderam indiretamente o bolsonarismo como esse tipo de *fenômeno* – ao estressarem sua resiliência, sua relativa estabilidade e sua coesão ideológica. Entre outros elementos, um fenômeno político desse tipo se orienta por uma ideologia, a qual opera de modo a agregar entre si seus representantes – os quais tendem a expressar certo complexo de valores, a endossar suas diretrizes e a sustentar um mesmo projeto político.

Neste trabalho, entre outras suposições iniciais, sustentamos que, das campanhas de 2018 ao início de 2019, quando a ascensão de Bolsonaro acabara de ocorrer, quanto maior o nível de autoritarismo de direita de um indivíduo, maior o risco de sua disposição acrítica em relação a Bolsonaro, isto é, da idealização deste último pelo mencionado indivíduo. Desse modo, estariam se reorganizando no bolsonarismo setores constituídos por indivíduos significativamente inclinados a um autoritarismo de direita. Então, de modo mais abrangente, este trabalho contribui também para a compreensão do modo como se configurou o bolsonarismo – enquanto um então emergente fenômeno político nacional. Como se atestou entre 2019 e 2022, a enorme crise constituída – e agravada – em meio ao conturbado mandato presidencial de Bolsonaro não ocasionou a redução do bolsonarismo; e nem mesmo a vitória eleitoral de Lula (PT) em 2022 implicou a extinção do setor constituído pelos apoiadores mais assíduos do capitão reformado. A resiliência do bolsonarismo seria característica de movimentos de massa autoritários e o alinhamento significativo de seu integrante médio com Bolsonaro em alguns aspectos, imprevistos anteriormente à pandemia da COVID-19, indicariam sua vinculação afetiva com ele – e não seu apoio “estratégico” a ele.

No cenário nacional, ainda que os movimentos ditos “de extrema-direita” tenham sido “marginais” até alguns anos atrás (Lowy, 2015), estariam ascendendo recentemente e a sua ascensão ameaçaria a integridade das instituições ditas “democráticas” (Lima *et al.*, 2018; Amaral e Chaguri, 2021). Contudo, essa mesma ascensão estaria relacionada com um contexto mais amplo, inclusive internacional, segundo autores de vários campos de conhecimento – entre os quais, na ciência política, Norris e Inglehart (2019). Institutos tais como o *Human Rights Watch* e o *Freedom House* têm relatado a ascensão do autoritarismo em âmbito mundial e certa erosão de democracias liberais antes estabelecidas; adicionalmente, o *Economist Intelligence Unit* e o *Freedom House* relataram uma redução do número de Estados democráticos durante a última década (Norris; Inglehart, 2019, p. 434-435).

Ainda que tenham sido constatados exageros no dimensionamento do bolsonarismo em alguns casos, como evidenciaremos mais adiante nesta tese,¹⁶ apoiadores de Bolsonaro têm atentado de modo recorrente nos últimos anos contra as instituições antes mencionadas, sendo aumentada a importância assumida pelo estudo aqui apresentado. Além disso, com o desenvolvimento desta tese, intencionamos oferecer recursos teórico-analíticos direcionados ao entendimento de nuances não imediatamente apreensíveis da constituição recente de movimentos de massa autoritários de direita; inclusive, à compreensão de determinantes da modalidade acrítica de apoio a líderes de extrema-direita em um cenário internacional marcado pelo seu recente empoderamento. Mesmo tendo analisado um caso brasileiro recente específico – o do bolsonarismo –, seria razoável a suposição de que certos *insights* sobre a ativação do autoritarismo de direita em um *registro afetivo* – relativo à idealização – seriam aplicáveis também em outros contextos. Caso venha a ocorrer uma erosão do bolsonarismo nos próximos anos, alguma outra liderança situada à extrema-direita do espectro político terá oportunidade de se estabelecer em nível nacional; e o aumento da atenção dos analistas – e cientistas – políticos sobre a importância do autoritarismo de direita na sociedade brasileira, assim como de certos eventos ocorridos em um registro afetivo, reduziria o risco de erros tais como os amplamente cometidos em meio às campanhas de 2018.

1. Interrogações, argumento e desenho de pesquisa

Esta tese está estruturada de modo a responder às três seguintes interrogações motivadoras deste estudo, relativas respectivamente aos seus três objetivos:

- i. Os níveis médios de autoritarismo de direita no eleitorado brasileiro de anos anteriores ao do estabelecimento do bolsonarismo em nível nacional (no caso, em 2012, 2014 e 2017) eram menores do que aquele de 2018 (observados imediatamente após tal estabelecimento)?
- ii. Entre as campanhas de 2018 e o início do mandato de Bolsonaro em 2019, existiu relação entre o autoritarismo de direita e a atitude bolsonarista (correspondente a certa idealização de Bolsonaro)?

¹⁶ Na **seção 1.3.1** do **capítulo 1**, discutimos a esse respeito.

- iii. Ao menos entre tais campanhas e o início do mandato de Bolsonaro, tal modalidade de autoritarismo esteve tão diretamente implicada na atitude bolsonarista quanto certas categorias de variáveis socialmente relevantes, a exemplo do estatuto de antipetismo, da ideologia e do nível de renda?

O argumento desenvolvido nesta tese sustenta as seguintes hipóteses, não respectivamente correspondentes às interrogações antes mencionadas: (i) nos anos anteriores ao da eleição de Bolsonaro, o autoritarismo de direita estava já amplamente estabelecido no eleitorado brasileiro, mas também “inativado”; (ii) o seu nível médio em tal eleitorado era similar ao seu correspondente em 2018; e (iii) entre o final de 2018 e o início de 2019, a atitude bolsonarista tendeu tão intensamente a resultar do autoritarismo de direita quanto a resultar do antipetismo e do autossituamento ideológico à direita, sendo tal autoritarismo um elemento extremamente importante no cenário brasileiro, e tendo sido ativado recentemente – de modo que a sua ativação tenha se implicado na constituição do movimento de massas bolsonarista. Para o seu desenvolvimento, dividimos a tese em cinco capítulos, além da **introdução** e das **considerações finais**.

No **capítulo 1** (*A noção de autoritarismo de direita: contextualização, discussão e delimitação*), em meio a uma apresentação sintética da situação do autoritarismo na sociedade brasileira – não somente histórica, mas também recente –, indicamos o registro no qual se insere o autoritarismo nela concebido e mensurado – o registro psíquico – e aventamos a noção de *ativação do autoritarismo de direita* mobilizada nesta tese. Ainda no **capítulo 1**, apresentamos criticamente as abordagens psicometristicas mais conhecidas – e utilizadas – academicamente para a mensuração de um autoritarismo psíquico, com o intuito de evidenciar os problemas que intencionamos resolver mais adiante em meio à construção do nosso próprio instrumento psicométrico, correspondente à elaboração do nosso construto original, aqui denominado “autoritarismo de direita”.

Prioritariamente, nesse contexto, serão referenciados os trabalhos seminais de Adorno *et al.* (1950/2019) acerca da *personalidade autoritária* – em meio aos quais estes criaram a *escala F* – e, então, certos estudos internacionais nos quais os seus autores elaboraram escalas psicométricas alternativas – tais como os de Altemeyer (1981, 1988, 1996), de Norris e Inglehart (2019) e, de Feldman e Stenner (1997). Posteriormente, serão discutidos aspectos importantes dos estudos de autores que de algum modo adaptaram a noção de *personalidade autoritária* de Adorno *et al.* (1950/2019) à realidade nacional – Vilela *et al.* (2010), Crochík

(2005, 2017) e Lima *et al.* (2020) –, assim como do estudo de Vidigal (2022), o qual elaborou uma *versão* da escala de Feldman e Stenner (1997) adaptada à análise do eleitorado brasileiro.

Já no **capítulo 2** (*O autoritarismo de direita no Brasil do século XXI: elaboração do instrumento e análise empírica*), analisamos microdados (dados individuais) oriundos das ondas de 2012, 2014, 2017 e, 2018/2019¹⁷ do *AmericasBarometer – surveys* realizadas pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) com amostras representativas do setor adulto do eleitorado brasileiro – e, nesse sentido, estimamos as amplitudes, no cenário nacional, de vários atributos, entre os quais, aqueles remetidos academicamente ao autoritarismo de direita. Nesse contexto, apresentamos uma novidade metodológica deste estudo: a construção – e a validação – de um instrumento psicométrico inédito, o *instrumento AD-BR*, inspirado¹⁸ em alguns sentidos na escala F elaborada por Adorno *et al.* (1950/2019), mas adaptado às nuances da configuração mais recente do autoritarismo de direita estabelecido na sociedade brasileira. Por meio da aplicação desse instrumento, analisamos o nível médio do autoritarismo de direita no eleitorado brasileiro em anos anteriores ao do estabelecimento do bolsonarismo em nível nacional, cada um deles comparado ao de 2019.¹⁹

Entretanto, o instrumento psicométrico utilizado nesta tese, mesmo sendo inédito, não resulta de uma *survey* construída “sob medida”. As variáveis constitutivas de cada uma das dimensões do autoritarismo de direita aqui consideradas vieram a ser extraídas – estrategicamente – de diferentes ondas do *AmericasBarometer* (mas, de modo mais completo, da onda de 2018/2019).²⁰ Obviamente, mensuramos não cada um dos aspectos da personalidade autoritária concebida por Adorno *et al.* (1950/2019), de modo isolado, mas sim aqueles entendidos como mais apropriados ao estudo do caso brasileiro atual. Desde já, ressaltamos uma vantagem desta empreitada: derivando o instrumento AD-BR da *survey* realizada pelo LAPOP – a qual se reaplica periodicamente, inclusive, em outras sociedades americanas –, viabilizamos análises comparativas. Por meio do exame dos microdados contidos no *AmericasBarometer*, evidenciamos a consistência desse instrumento psicométrico.

¹⁷ *Survey* realizada pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) entre 29 de janeiro e 3 de março de 2019, com uma amostra representativa do setor adulto do eleitorado brasileiro.

¹⁸ Carone (1995) ressaltou que, entre os elementos amplamente reconhecidos como necessários à consideração de uma escala psicométrica como uma adaptação (versão) da *escala F* de Adorno *et al.* (1950/2019), está a inclusão nela de no mínimo 12 itens desta escala. Nesse sentido, o instrumento *AD-BR* apresentado nesta tese teria sido inspirado na escala F, aproximado a ela e não uma adaptação propriamente dita dela.

¹⁹ Foi também investigado o sentido de tal complexo de disposições atitudinais, sua relação com variáveis que indicariam, entre outros, a situação dos eleitores no espectro político ideológico. O autoritarismo de direita, caso amplamente existente já em 2012 e em 2014 – isto é, em meio aos governos Dilma Rousseff –, estaria mais comumente desativado ou implicado no apoio acrítico a outro candidato.

²⁰ Indiretamente, avaliamos – e sustentamos – nesse estudo a consistência da utilização do *AmericasBarometer* na avaliação dos níveis de inclinação ao autoritarismo antes mencionados.

No **capítulo 3** (*A noção de atitude bolsonarista: contextualização, discussão e delimitação*), revisitamos o debate – inevitavelmente atual – sobre a concepção de bolsonarista e elaboramos uma noção de atitude bolsonarista coerente com o instrumental conceitual utilizado nesta tese. Inicialmente, indicamos nuances importantes do movimento liderado por Bolsonaro, assim como de muitos de seus apoiadores. Em seguida, caracterizamos mais especificamente o *bolsonarista* propriamente dito – uma das unidades analíticas deste estudo. A teoria freudiana sobre as massas – recortada e referenciada não apenas nesta tese, mas também, décadas atrás, nos estudos de Adorno *et al.* (1950/2019) – orientou o entendimento a respeito das modalidades de vinculação afetiva de certos apoiadores de Bolsonaro com ele e, conforme se evidenciou mais adiante, também veio a ser utilizada no **capítulo 3** na conceituação da atitude bolsonarista (relacionada com um nível significativo de confiança em Bolsonaro).

Então, no **capítulo 4** (*Análise da relação entre autoritarismo de direita e atitude bolsonarista*), comparamos entre si os níveis médios de autoritarismo de direita dos diferentes tipos de apoiadores de Bolsonaro, assim como dos não apoiadores, de 2018/2019 e, então, os níveis médios do autoritarismo de direita dos bolsonaristas e dos não bolsonaristas, para a mesma onda do *AmericasBarometer*. As comparações vieram a ser viabilizadas pela construção de duas diferentes variáveis, cada uma das quais incluiu, como uma de suas categorias, a noção de atitude bolsonarista: (i) a variável *estatuto de assunção de atitude bolsonarista* (dicotômica) e (ii) a variável correspondente ao *índice AxC* (qualitativa ordinal tricotômica). As comparações mencionadas, assim como as estimativas das amplitudes de atributos dos diferentes setores do eleitorado, dependeram de uma outra novidade metodológica deste estudo: a utilização de uma variável até então ignorada, mas que, no estudo sobre os integrantes de um suposto movimento de massas autoritário de direita, assumiria a maior importância explicativa: o *nível de confiança em Bolsonaro*.

Até meados de 2021, alguns estudos – a exemplo daqueles de Nicolau (2020), Rennó (2020) e Amaral (2020) – contiveram análises das relações entre certas variáveis e o voto em Bolsonaro em 2018. Outros – tais como o de Amaral e Chaguri (2021) e, novamente, o de Rennó (2020) –, contiveram análises das relações entre algumas variáveis e a simpatia expressiva por Bolsonaro. Mas não se tinha estudado ainda a relação entre quaisquer das variáveis e o nível de confiança em Bolsonaro. A utilização desta variável, observada em uma onda do *AmericasBarometer* – aquela de 2018/2019 –, ocasionou aumento de sofisticação à análise realizada nesta tese, a qual se orientou em alguma medida pela teoria freudiana acerca

das massas – ainda que hipóteses derivadas desta teoria tenham sido testadas empiricamente neste estudo, não sendo simplesmente incorporados à tese.

De acordo com esta teoria freudiana, seria razoável a suposição de que o apoiador mais acrítico de um indivíduo manteria nível significativo de confiança neste último. Nesse sentido, mediante a utilização daquela variável (*nível de confiança em Bolsonaro*) para a construção do *índice AxC*, os apoiadores de Bolsonaro vieram a ser divididos entre (i) *acríticos* (os quais confiam significativamente em Bolsonaro) – os propriamente ditos *bolsonaristas* – e (ii) *estratégicos* (os quais não confiam deste modo naquele). Caso considerada a teoria freudiana, seria esperado que os níveis médios de inclinação ao autoritarismo de direita dos apoiadores acríticos de Bolsonaro viessem a ser maiores do que aqueles dos seus apoiadores estratégicos. Precisamente, a consistência desta expectativa, assim como a de outras, examinamos no **capítulo 4** desta tese.

No **capítulo 5** (*Análise comparativa entre os níveis de explicação da atitude bolsonarista por diferentes categorias de variáveis*), as noções de autoritarismo de direita e de nível de confiança em Bolsonaro – assim como outras anteriormente mencionadas tais como o antipetismo – vieram a ser novamente utilizadas, mas de modo diferente. Por meio da construção de modelos estatísticos de regressão (logística), comparamos entre si os níveis de explicação da *atitude bolsonarista* por diferentes categorias. Possivelmente, algumas das variáveis independentes (nível de autoritarismo de direita, autossituamento ideológico, nível de renda, estatuto de antipetismo etc.) estariam relativamente subsumidas a outras no contexto mencionado. No caso do estudo sintetizado nesta tese, esperávamos identificar um nível tão alto de explicação da modalidade acrítica de apoio a Bolsonaro pelo autoritarismo de direita, quanto por cada uma das demais variáveis consideradas, mesmo com o controle dessas variáveis.

Finalmente, nas **considerações finais**, examinamos criticamente a suposição de que o autoritarismo de direita teria sido ativado em 2018, assim como aquela de que a sua ativação teria se implicado na conformação de um movimento liderado por Jair Bolsonaro – que, embora capilarizado, isto é, transversal à sociedade brasileira, tem assumido nível significativo de coesão ideológica. Ressaltamos que, nesta tese, o interesse está centrado mais intensamente, não na análise dos determinantes da vitória eleitoral de Bolsonaro em 2018, e sim na análise da “atitude bolsonarista” (relacionada com a idealização do capitão reformado) estabelecida em um setor razoavelmente numeroso do eleitorado e, assim, examinamos a suposição de que disposições autoritárias de direita tenham constado entre seus determinantes mais relevantes.

2. Advertências teórico-metodológicas preliminares

Ainda que o entendimento do dito *bolsonarista*²¹ – uma das unidades analíticas deste estudo – tenha sido amplamente reconhecido como atinente à ciência política, seriam importantes certas considerações sobre o modo como desenvolvemos esta tese – isto é, sobre alguns de seus aspectos teórico-metodológicos. Por razões a serem evidenciadas adiante, mesmo que os instrumentos estatísticos²² nela utilizados tenham sido recorrentemente empregados na ciência política nas últimas décadas, algumas das noções mobilizadas durante a elaboração de nossos construtos originais nem mesmo eram minimamente conhecidas em tal campo de conhecimento. Por exemplo, a nossa divisão dos apoiadores de Bolsonaro entre *acríticos* e *estratégicos*, com a qual se relaciona a conceituação da *atitude bolsonarista*, ostensivamente se orientou pela teoria freudiana acerca das massas. Conforme atestaremos, este estudo se originou de uma coordenação nada ordinária entre noções oriundas de mais de um campo. Ainda assim, acreditamos que a consistência da tentativa de resolução de nossos problemas teóricos dependa de tal coordenação. **A essa altura, entretanto, consideramos como sensatas algumas advertências iniciais.**

Primeiramente: as ciências sociais, exatamente como as ciências psicológicas (entre as quais está a teoria psicanalítica), ainda atualmente têm sediada disputas (muitas das quais, indiretas) entre “quantitativistas” e “qualitativistas”. Estudiosos “qualitativistas” negam que a razoabilidade do entendimento acerca de seus objetos (mais especificamente, aspectos de objetos complexos tais como sistemas socioculturais e subjetividades) dependa também de uma abordagem “quantitativa”.²³ Não nos caberia aqui evidenciar a inconsistência do seu negacionismo, já que muitos outros autores atestaram anteriormente de modo satisfatório a

²¹ Em meados de 2019, o uso midiático do termo “bolsonarista” era comum, mas, no mínimo, abrangente. A importação da noção de bolsonarista pela ciência política, diferentemente da sua disseminação pelos veículos de comunicação, apenas ocorreu em meio ao mandato de Bolsonaro, mas, desde então, o sentido assumido por esse termo academicamente também variou de modo expressivo. No **capítulo 3** (mais especificamente, na seção **3.5**), discutimos criticamente sobre as concepções acadêmicas mais relevantes de *bolsonarista* e, então, apresentamos a concepção de *bolsonarista* norteadora da análise realizada mais adiante nesta tese.

²² A exemplo de medidas de tendência central, de medidas de dispersão e, até mesmo, de regressões.

²³ Entre os métodos mais comumente utilizados no campo psicanalítico (a exemplo das revisões teórico-conceituais e do dito *método clínico*), não está nenhum método quantitativo. A insuficiência de métodos qualitativos acaba não sendo compensada pelo uso de nenhum instrumento estatístico, ainda que o exame correto do nível de consistência de uma suposição sobre a relação entre duas variáveis dependa da aplicação de tais instrumentos. Sigmund Freud (1921/1986), criador da teoria psicanalítica, elaborou uma teoria sobre a identificação, mas não examinou quantitativamente o seu nível de sustentação empírica. Aliás, nenhum estudioso do campo psicanalítico a examinou. No entanto, as suposições acerca da causa da vitória eleitoral de Bolsonaro em 2018 as quais se sustentem empiricamente após recorrência a instrumentos estatísticos apropriados serão mais consistentes do que uma explicação especulativa (a exemplo de uma explicação meramente “metapsicológica”) da mencionada vitória eleitoral.

irracionalidade das disputas antes mencionadas.²⁴ De todo modo, a consistência da análise de uma suposição acerca da relação entre duas variáveis depende da aplicação de instrumentos estatísticos, mesmo que a elaboração da hipótese acerca de tal relação somente tenha ocorrido em estudos “qualitativos” desenvolvidos anteriormente. Razão pela qual, nesta tese, mesmo que tenhamos mobilizado noções originalmente oriundas da *teoria psicanalítica* em alguns excertos, abordamos nossos problemas teóricos também quantitativamente.²⁵

Ainda que soe sensata, por exemplo, a suposição de que o bolsonarista médio seria representativo do autoritarismo de direita, tal suposição seria tida como enviesada se não se analisassem estatisticamente também os níveis – e as amplitudes – do autoritarismo de direita do eleitorado brasileiro como um todo, assim como, mais restritamente, de outros setores do eleitorado – tanto anteriormente quanto após a ampliação do bolsonarismo. Nos últimos anos, a divulgação de etnografias a respeito de indivíduos entendidos como bolsonaristas, assim como de ensaios psicanalíticos acerca de alguns destes, têm contribuído intensamente à compreensão de alguns de seus mais importantes ideais, valores, motivantes, razões, demandas, objetos de ódio etc. Mas somente em um estudo estatístico seriam avaliáveis suas amplitudes, seus níveis e o estatuto de suas relações com outras variáveis.

Por outro lado, mais especificamente, muitos estudiosos têm ainda ignorado a relevância da mobilização, em estudos tais como este, da noção de *atitude* (isto é, de *disposição atitudinal*) – mobilização a qual tem sido, nas últimas décadas, muito recorrente tanto na ciência política quanto na psicologia social.²⁶ De modo mais abrangente, análises nas quais se considerem variáveis “psíquicas”, tais como aquelas correspondentes a disposições atitudinais, têm incomodado estudiosos indispostos a aceitar a consideração de atributos psíquicos em análises “sociológicas” – muitos dos quais confundem entre si (i) tal consideração de atributos psíquicos e (ii) “psicologismos”²⁷ propriamente ditos. Nesta tese, não negamos a implicação de elementos sócio-históricos estruturais na configuração, na ampliação e no estabelecimento do

²⁴ Obviamente, o conhecimento razoável acerca de um objeto complexo (a exemplo do autoritarismo) não resulta da realização de apenas um estudo (e da consequente aplicação de um método, seja ele quantitativo seja qualitativo); mas, sim, de uma sucessão de estudos (alguns dos quais, qualitativos, outros dos quais, quantitativos) que se encadeiam entre si. Inclusive, certas disputas entre quantitativistas e qualitativistas consistem meramente em disputas de poder, já que nenhum dos dois tipos de abordagem (nem mesmo uma suposta abordagem mista) resulta na compreensão integral de um objeto complexo. Mas tal objeto complexo não será razoavelmente compreendido na ausência de estudos quantitativos sobre ele: razão pela qual, por exemplo, nenhuma abordagem psicanalítica o explicará exhaustivamente.

²⁵ Para uma discussão acerca do estatuto de razoabilidade da utilização de teorias psicanalíticas freudianas nesta tese, vide **ANEXO A**.

²⁶ Campo do qual se importaram algumas das considerações metodológicas orientadoras deste estudo.

²⁷ Nesse caso, um reducionismo psicologista (psicologismo) consiste em um reducionismo pelo qual os determinantes de um fenômeno são concebidos como exclusivamente inseridos em um registro psíquico.

bolsonarismo e, assim, não incorremos em “reduccionismos psicologistas”. Ainda assim, centramos explicitamente este estudo na análise das mencionadas disposições atitudinais (em níveis individual e coletivo) e, nesse contexto, supusemos que a relação entre certos elementos estruturais e o estabelecimento daquele movimento de massas teria sido mediada por atitudes individuais ditas “autoritárias de direita”, na ausência das quais a retórica de Bolsonaro não teria reverberado tão contundentemente em setor razoável do eleitorado.

Tais atitudes ditas “autoritárias de direita”, as quais tenderiam a se estabelecer no indivíduo ainda durante sua infância e adolescência, constituiriam *valores* – isto é, elementos “mais estáveis” do aparato psíquico –, mas muito comumente se manteriam inacessíveis à consciência do indivíduo no qual se constituíram. Ainda, embora amplamente estabelecidas entre os brasileiros, estas atitudes não necessariamente teriam se manifestado em contextos anteriores num determinado sentido, nem teriam se implicado em certas organizações coletivas, como o bolsonarismo. Precisamente, o cenário brasileiro dos últimos anos teria servido à “ativação” de tais atitudes; isto é, ao início de sua implicação em sentimentos, ideias e comportamentos específicos, a exemplo daqueles correspondentes à idealização do capitão reformado (pelos ditos “bolsonaristas”).

Em meio à revisão dos trabalhos direcionados à compreensão do autoritarismo no cenário político brasileiro, constatamos a incipiência dos estudos nos quais aquele veio a ser entendido como um complexo de disposições atitudinais relativamente “arcaico” e “latente” (e, nesse sentido, como uma entidade inserida em um registro psíquico, e não institucional); e, mais especificamente, dos estudos nos quais este autoritarismo veio a ser mensurado mediante aplicação de instrumentos estatísticos (psicométricos). Nesse sentido, consideramos que as atitudes ditas “autoritárias de direita” não têm sido apropriadamente analisadas, embora muito se tenha afirmado acerca do autoritarismo nos oligopólios de mídia, na academia e em outros setores sociais, a exemplo da comunidade psicanalítica. Além disso, a maioria das investigações quantitativas acerca daquelas disposições atitudinais não abrangeu o nível nacional e os raros estudos relativos ao eleitorado brasileiro e centrados no entendimento de tais atitudes mediante psicometrização não serviram diretamente à análise da relação entre *autoritarismo de direita e atitude bolsonarista*.

A concepção de autoritarismo de direita orientadora do nosso trabalho está alinhada em alguma medida às concepções de *personalidade autoritária* de Adorno *et al.* (1950/2019) e de Crochík (2005, 2017) – no caso, autores da psicologia social – e, de Lima *et al.* (2020). Nesse sentido, analogamente ao realizado pelos autores, utilizamos instrumentos psicométricos com o intuito de identificar os mencionados elementos “mais estáveis” do aparato psíquico, ditos

autoritários de direita, os quais supusemos que teriam se implicado na configuração do bolsonarismo. Entendemos que um autoritarismo,²⁸ diferentemente do bolsonarismo, teria se estabelecido na sociedade brasileira ainda durante o período colonial, mas investigamos nesta tese se a sua modalidade dita “de direita”, correspondente a uma orientação psíquica – e sociopolítica – atualizada nas últimas décadas, teria determinado amplamente o estabelecimento de uma atitude bolsonarista.

Já a concepção de *bolsonarismo* orientadora do nosso trabalho, como afirmamos anteriormente, está aproximadamente alinhada àquela de Amaral e Chaguri (2021)²⁹: também consideramos o bolsonarismo como um movimento ideologicamente coeso que atuaria mediante um ativismo autoritário de extrema-direita. Analogamente, a nossa concepção de *bolsonarista* não deixa de estar alinhada em alguma medida à desses autores, mas, também, à de Sartori (2021), o qual entendeu a *identidade bolsonarista* como uma entidade contingente, ilusória e não essencial – conforme se explicará mais adiante, no **capítulo 3**. Ressaltamos, entretanto, que, na análise desenvolvida nesta tese, importará mais a noção de atitude bolsonarista do que aquela de identidade bolsonarista.³⁰

Por meio deste estudo, avançamos rumo a um entendimento acerca de certos aspectos até então não razoavelmente investigados do setor constituído pelos apoiadores de Bolsonaro, a exemplo de sua segmentação quanto ao nível de confiança no capitão reformado e, assim, rumo a uma diferenciação entre as tendências atitudinais diferentemente estabelecidas entre apoiadores *bolsonaristas* propriamente ditos e aqueles entendidos como não bolsonaristas – os *estratégicos*. Isto é, entre o bolsonarismo e os seus “entornos”. Não desconsideramos a subjetividade³¹, objeto da análise de acadêmicos das *ciências psicológicas*, mas recortamos estrategicamente alguns de seus aspectos, no caso entendidos como constitutivos do

²⁸ Nesse caso, o termo “autoritarismo” designa uma *cultura autoritária*, sedimentada na sociedade brasileira séculos atrás e correspondente à constituição, de setor expressivo da sociedade, por uma orientação psíquica dita “autoritária”; isto é, por um complexo de disposições atitudinais ditas “autoritárias” as quais serão caracterizadas mais adiante nesta tese.

²⁹ Em meados de 2019, na ciência política, estudos tais como o de Rennó (2020) e o de Amaral e Chaguri (2021), nos quais uma noção de bolsonarismo veio a ser mobilizada, ainda não existiam. De outro lado, se consideradas também “áreas vizinhas”, eram escassos os trabalhos acadêmicos publicados a respeito dos apoiadores de Bolsonaro – a exemplo dos estudos de Kalil (2018), na antropologia urbana, e de Solano (2018), na sociologia política –; e, mais escassos ainda, aqueles nos quais se tinha utilizado aquele termo.

³⁰ Na **seção 3.5**, apresentamos mais minuciosamente a nossa concepção de *identidade bolsonarista*, mas não a articulamos metapsicologicamente de modo expressivo. Para uma maior compreensão acerca do modo como concebemos uma identidade contingente, não essencializada, vide dissertação de Sartori (2019a) intitulada *A articulação da noção de identidade na teoria psicanalítica freudiana*.

³¹ Embora tenhamos desconsiderado a *singularidade*, a qual não se confunde com a *subjetividade* de acordo com certas concepções psicanalíticas.

autoritarismo de direita, de modo a viabilizar análises mais empiricamente orientadas da sua relação com a atitude bolsonarista.

1. A NOÇÃO DE AUTORITARISMO DE DIREITA: CONTEXTUALIZAÇÃO, DISCUSSÃO E DELIMITAÇÃO

1.1 A situação do autoritarismo na sociedade brasileira: considerações preliminares

1.1.1. O autoritarismo na história do Brasil: notas introdutórias

A existência de um *autoritarismo*³² não consiste em uma novidade na história da sociedade brasileira. Lima *et al.* (2020) recordaram que, no período colonial do Brasil, o autoritarismo – nesse caso, uma cultura autoritária – se expressou de modo mais extremo nos atos – necessariamente violentos – mediante os quais vieram a ser escravizados³³ e, mantidos como escravos³⁴, indivíduos identificados como negros ou indígenas. Embora tal autoritarismo se escancarasse na agressividade comumente direcionada àquele que se revoltava contra a sua condição de escravizado (por exemplo, nas práticas punitivas, no extermínio, na tortura etc.), a mera manutenção dessa condição dependia cotidianamente da adoção de uma série de medidas tão violentas quanto recorrentes, com as quais se intencionava a sua dominação. Entretanto, considerada a historiografia brasileira,³⁵ não seria inconsistente a afirmação de que o autoritarismo constituía muito amplamente as relações sociais daquele período, não se restringindo às relações entre escravizados e seus superiores (isto é, os capangas dos senhores de engenho, os próprios senhores etc.).³⁶

Factualmente, os indivíduos identificados à época como negros escravos (e, em uma menor escala, também os identificados como indígenas escravos) eram sistematicamente

³² Aqui, assim como em alguns excertos desta tese nos quais o termo “autoritarismo” veio a ser utilizado, tal termo designou uma cultura autoritária sedimentada na sociedade brasileira séculos atrás e correspondente à constituição de setor expressivo da sociedade por uma orientação psíquica dita autoritária; isto é, por um complexo de disposições atitudinais ditas autoritárias as quais serão caracterizadas mais adiante nesta tese. Por sua vez, em outros excertos, essa orientação psíquica também veio a ser designada diretamente pelo termo “autoritarismo”. Já em outros excertos, o termo “autoritarismo” designou um modo de organização institucional (ou até mesmo social) que será mais adiante caracterizado. De outro lado, o termo “autoritário(a)” veio a ser utilizado na caracterização ora de uma entidade inserida em um registro psíquico, ora de uma entidade inserida em um registro institucional. No registro institucional, seriam constituídos, por exemplo, regimes ditos autoritários. Já no registro psíquico, seriam constituídos, por exemplo, complexos atitudinais ditos autoritários.

³³ Em território nacional, indivíduos identificados como indígenas e como negros (sobretudo, recém-nascidos) eram escravizados.

³⁴ Eram mantidos como escravos, não somente indivíduos identificados como negros (anteriormente escravizados em África e trazidos para cá contra sua vontade), mas também indígenas escravizados em território nacional.

³⁵ Retomada por Lima *et al.* (2020).

³⁶ Ainda assim, a razoabilidade do entendimento sobre a dinâmica da sociedade colonial depende da consideração do autoritarismo como elemento orientador de uma rede de relações, parte das quais, estabelecida entre desiguais não escravizados.

submetidos a situações desumanizadoras às quais aqueles reconhecidos como brancos não o eram. Além disso, seria razoável supor que o nível de violência a que era submetido o não-escravizado médio era contundentemente menor que o daquela a que era submetido o escravizado médio. Ainda assim, em alguma medida – muito menor, mas ainda assim significativa –, não deixava de ser também expressão do autoritarismo, por exemplo, o tratamento, pelo senhor de engenho, de sua esposa e de seus descendentes, assim como de seus capangas. Eram rigidamente assimétricas – isto é, hierárquicas – as relações estabelecidas entre desiguais não-escravizados.³⁷

O autoritarismo mencionado, orientador das relações estabelecidas no período colonial, teria se sedimentado na sociedade brasileira, constituindo uma de suas marcas. Nesse sentido, no período pós-abolição, a cultura escravocrata validou simbolicamente vários modos de violência contra pobres e contra negros no Brasil (Lima *et al.*, 2020; Mbembe, 2017). De outro lado, Santana e Santos (2016) ressaltaram que, embora tenha existido no Brasil do século XIX certo anseio de inserção da sociedade no “universo liberal moderno”, nas duas últimas décadas de tal século, mesmo após a abolição da escravidão e a instituição da República, o dito “liberalismo nacional” se diferenciava muito daquele constituído em meio às revoluções burguesas europeias – o qual se relacionava a um outro modelo de modernidade. “A República nasceu”, segundo estes autores (2016), “com a marca do autoritarismo”, evidenciando a continuidade deste último.³⁸

Posteriormente, a situação não se amenizou. Schwartzman (2007) considerou que, durante o período republicano, ocorreram momentos mais severamente autoritários, em cada um dos quais se estabeleceram mecanismos de vigia da sociedade e de punição dos então considerados como “subversivos, comunistas e agitadores”. Prestes (2019), nesse sentido, recordou a existência de ao menos dois períodos anteriores ao mais atual (vivenciado presentemente pela autora) nos quais a sociedade se organizou de modo intensamente autoritário: o Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Embora existam diferenças importantes entre tais períodos da história do Brasil, em ambos se estabeleceram regimes políticos ditatoriais similares em alguns aspectos.

³⁷ Desde já, entretanto, ressaltamos que as noções de violência e de autoritarismo não representam a mesma entidade, embora as entidades representadas respectivamente por tais noções se associem entre si em situações variadas.

³⁸ Ainda assim, referenciando Lynch (2015), Kaysel (2015, p. 54) concluiu que, na Primeira República, o liberalismo era a linguagem política tanto daqueles [...] que defendiam o poder das oligarquias locais como única forma de dar estabilidade ao país e promover o progresso, como dos críticos desse arranjo que, como o jurista baiano Ruy Barbosa, o denunciavam pela distorção da representação popular e pela corrupção que promoveria.

Prestes (2019) ressaltou que, a partir do golpe de 1930 – conhecido como *Revolução de 1930* –, ocorreu a gradativa “constituição de um aparato burocrático civil e militar de caráter autoritário, centralizador, nacionalista e corporativista, cujo primeiro momento importante de consolidação foi o golpe de 10 de novembro de 1937, quando se estabeleceu esse regime [ditatorial do Estado Novo]”.³⁹ O Estado Novo consistiu em um Estado policial, regime de exceção que contou recorrentemente com a tortura e com o assassinato. Publicamente afirmando a necessidade de enrobustecimento da segurança nacional contra eventuais ações de grupos revolucionários – tais como a Aliança Nacional Libertadora (ANL)⁴⁰ –, o Estado cerceou direitos de seus cidadãos até o momento da renúncia à presidência de Vargas, em 1945.

Já em 1964, na sociedade brasileira, uma nova recrudescência autoritária veio a ocorrer com a tomada direta do aparato estatal pelas Forças Armadas e o estabelecimento, nos anos seguintes, de um regime ditatorial militar. Mas o estabelecimento de tal regime não resultou da aleatoriedade: dependeu da atuação turbulenta, mas estratégica, de um setor⁴¹ das Forças Armadas intensamente influenciado pelo ideário de “defesa nacional” de oficiais estadunidenses – ideário que mobilizou afetos no sentido do apoio ao projeto autoritário concretizado em seguida. Adicionalmente, o surgimento do regime militar correspondeu, antes, a uma reação à ampliação da participação política popular ocorrida nas décadas anteriores.⁴² A partir do golpe de 1964, a opressão à classe trabalhadora se tornou cada vez mais intensa e naturalizada (Priori *et al.*, 2012).

Almeida (2016) recordou que o regime autoritário consolidado no Brasil após 1964 aprimorou elementos de um modelo de Estado que vinha sendo engendrado desde a Proclamação da República no Brasil, mas que se inaugurou oficialmente apenas durante o Estado Novo, capitaneado por Vargas. Tal modelo de Estado se manteve adormecido de 1945 a 1964, mas se concretizou em sua maior intensidade na Ditadura Civil-Militar – a qual, de

³⁹ A autora (2019) continuou: [...] o Estado Novo representou uma aliança da burocracia civil e militar e da classe industrial, cujos objetivos comuns imediatos eram o de promover a industrialização do País sem grandes abalos sociais, gerando, inclusive, condições para promover amplas e profundas reformas no campo social e nas áreas do ensino e da educação. A partir de então, a burocracia civil e militar contaria com força e autonomia suficientes para levar adiante um projeto político, baseado no processo intensivo de industrialização, que viria a favorecer prioritariamente o empresariado industrial. Os demais setores das classes dominantes – principalmente as oligarquias agrárias – perderiam paulatinamente o poderio anterior, de que haviam desfrutado durante a 1ª República com o funcionamento do pacto oligárquico (Prestes, 2019).

⁴⁰ Em 1935, a ANL comandou um levante comunista no Brasil.

⁴¹ O grupo militar que tomou o poder em 1964 vinha de uma tradição militar mais antiga, que remontava à participação do Brasil na II Guerra (Priori *et al.*, 2012).

⁴² Não podemos negar que, no início dos anos 1960, estava sendo configurada uma nova forma de ação, por meio da organização popular, que questionava o arbítrio interno e a dependência externa e exigia mudanças nas estruturas econômicas e sociais, visando a uma maior inclusão social da população pobre e trabalhadora. A partir do golpe, os trabalhadores foram sendo sistematicamente esmagados, marginalizados (Priori *et al.*, 2012).

modo similar ao Estado Novo, era autoritária, centralizadora e inspirada em certo ideário dito “nacionalista” – embora ostensivamente conivente com a subserviência do Brasil em relação aos Estados Unidos da América.

O regime militar inaugurado em 1964 era apoiado pelos oligopólios de mídia,⁴³ por certos setores da população e, ainda, das classes dominantes. Contudo, era também validado pela estrutura legislativa configurada gradativamente após o golpe ocorrido em 1964; e a violência do aparato repressivo criado e mantido por tal estrutura retroalimentava indiretamente a sua validação social. Durante a ditadura, 17 atos institucionais (AI) vieram a ser editados, mas, entre tais atos, o mais conhecido – e autoritário – é o de número 5. Editado em 1968, o AI-5 reeditou os princípios do AI-1 de modo a instituir explicitamente, como política de Estado, entre outros, o exercício da violência – inclusive, o ato de tortura – contra aqueles considerados como opositores do regime (Priori *et al.*, 2012).

A dissolução do regime militar, intensificada em 1985, ocorreu em meio à sua crescente contestação por variados setores da sociedade, mas a dita “redemocratização” de 1988 teria sido amplamente pactuada, oriunda de negociações inclusive com muitos daqueles que estiveram no controle do Estado nas décadas anteriores. Esta pactuação – a qual se relacionaria com a instituição de uma anistia “ampla e irrestrita” – teria contribuído, segundo apontamentos de alguns autores⁴⁴, à recente ascensão autoritária no Brasil. A “irrestrição” da anistia instituída teria assegurado, àqueles que violaram direitos humanos durante o período ditatorial, a desresponsabilização pelas suas violações. Por sua vez, sua impunidade teria soado, aos indivíduos integrantes de certos setores sociais, como uma validação do ideário que orientava tais violações, tendo influenciado indiretamente não apenas a continuidade da incorrência de tais indivíduos em certas práticas entendidas como autoritárias, mas também o seu desrespeito às instituições ditas “democráticas”, constituídas nos anos pós-ditatoriais.

Os regimes políticos ditos “autoritários”, tais como os referidos anteriormente, são caracterizados pela sua expressiva centralização das demais dimensões da sociedade. Os seus modelos de organização incluem órgãos de inteligência direcionados à identificação de opositores e aparatos de repressão a estes últimos. Embora existisse certa impessoalidade – e naturalização da violência – nas operações de uma burocracia estatal autoritária, o seu controle

⁴³ Segundo Lima (2015), entre 1961 e 1964, tais oligopólios – os quais naquele momento consistiam nas maiores empresas de mídia impressa e emissoras de rádio e de televisão –, construíram, metodicamente, os discursos pelos quais desmoralizava as classes políticas, considerando-as como ilegítimas representantes dos interesses dos brasileiros. Em 1964, mais especificamente, os oligopólios de mídia atuaram ativamente na destituição de João Goulart da presidência.

⁴⁴ A exemplo de Pires e Viola (2019).

social eventualmente depende da atuação de indivíduos nos quais disposições atitudinais reconhecidas como autoritárias se estabeleceram razoavelmente – como se observa na análise dos discursos de ex-diretores de aparatos de tortura do regime militar.⁴⁵ Nesse contexto, seriam diferenciados entre si dois *registros* nos quais um autoritarismo tem sido concebido: o *institucional* e o *psíquico*.

O *autoritarismo institucional* – constatado em certas modalidades de regime político a exemplo dos anteriormente descritos – estaria apenas tendencialmente relacionado com o *autoritarismo psíquico* – o qual consistiria em certo complexo de atitudes entendidas como autoritárias. Ambos seriam *a priori* independentes um do outro, mesmo que autores a exemplo de Adorno *et al.* (1950/2019) tenham suposto – corretamente – que o surgimento do regime dito “autoritário” estudado por eles se relacionava com certa ativação contextual, em significativa parcela da população, de um complexo de atitudes autoritárias não necessariamente explícitas. Embora muitos estudiosos tenham centrado suas análises sobre um autoritarismo político institucional, existe, conforme evidenciaremos adiante, uma tradição teórica – iniciada com os estudos de Adorno *et al.* (1950/2019) e continuada no Brasil com os trabalhos de vários autores⁴⁶ – na qual o autoritarismo é concebido como certa orientação psíquica, isto é, um complexo de atitudes individuais aproximadamente mensuráveis.

Nesse caso, a seguinte ressalva vem a ser importante: o autoritarismo, da maneira como será abordado mais adiante nesta tese, não consiste em um modo de regime político, nem em um modo de organização das atividades do Estado. Aqui, em concordância com a tradição teórica antes mencionada, o autoritarismo **consistirá, antes, em certo complexo de disposições atitudinais individuais** – as quais, na sociedade brasileira, constituiriam uma *cultura autoritária*. Certamente, o estabelecimento de tal complexo atitudinal não se restringe a indivíduos autoidentificados como “de direita”. Ainda assim, autores tais como Vilanova (2024) têm indicado a associação estatística entre o *autoritarismo* e tal *autoidentificação ideológica* (a qual tem se correlacionado intensamente com o *conservadorismo*); e as próprias conceituações de autoritarismo de Adorno *et al.* (1950/2019) e de Lima *et al.* (2020), por exemplo, indicam em si mesmas esta associação.

Os valores ditos “autoritários” têm condicionado amplamente a subjetivação no cenário nacional desde o período colonial, orientando relações sociais assimétricas em um contexto sociocultural no qual a vigia de outrem e o exercício da violência contra terceiros não ocorrem aleatoriamente, nem esporadicamente, mas sim de modo estrutural – nesse sentido, sendo

⁴⁵ Nesse sentido, ver estudo de Teles (2015).

⁴⁶ A exemplo de Vilela *et al.* (2010), de Crochík (2005, 2017) e de Lima *et al.* (2020).

refletidas em opressões sociais de classe, de raça, de gênero, de orientação sexual, etc. A socialização brasileira média tem sido considerada – em estudos tais como o de Lima *et al.* (2020) – como severamente autoritária, implicando desde o ambiente familiar a inculcação de certa disciplina e a internalização de valores tais como aqueles determinantes da *submissividade acrítica* à autoridade, do *direcionamento da agressividade* aos indivíduos os quais tenham transgredido as normas socialmente estabelecidas e, do *convencionalismo* (isto é, conservadorismo social).⁴⁷ Nesse contexto, não seria nada inconsistente a suposição de que certos setores sociais demandariam – não meramente em âmbito eleitoral – uma liderança autoritária.

Entre as suspeitas motivadoras deste estudo, esteve aquela de que, entre os determinantes mais expressivos da idealização coletiva de Bolsonaro, estaria certo complexo de inclinações autoritárias anteriormente sedimentadas em amplo setor do eleitorado brasileiro.⁴⁸ Nesse caso, o apoio de tal setor do eleitorado brasileiro a Bolsonaro teria resultado em alguma medida da sua instrumentalização de certos ideais sociais, entre os quais, aqueles academicamente entendidos como correspondentes a uma modalidade específica de *autoritarismo*, aquele *de direita* – constituído, entre outras dimensões, pelo *conservadorismo social*.⁴⁹ Em meio às campanhas de 2018, o capitão reformado teria reverberado abertamente uma retórica autoritária de direita a qual, nunca tendo deixado realmente de existir, estava se tornando cada vez mais recorrente nos anos anteriores em meio ao reempoderamento do campo das direitas no cenário político brasileiro.⁵⁰

Contudo, o autoritarismo não necessariamente se expressou em comportamentos específicos em contextos tais como o eleitoral em cada um dos momentos da história da Nova República. Nem necessariamente se expressou na constituição de movimentos de massa autoritários. Possivelmente, os níveis e as modalidades de *ativação* do *autoritarismo de direita* variaram na última década. Nesse contexto, a seguir, apresentaremos (i) algumas considerações iniciais a respeito da situação do autoritarismo no Brasil do século XXI, as quais consideramos como relevantes à argumentação desenvolvida nesta tese – correspondente à afirmação de que

⁴⁷ Entendimento compartilhado por Crochík (2017).

⁴⁸ No mesmo sentido, autores a exemplo de Lowy (2015) consideraram que, no cenário nacional, embora movimentos ditos de extrema-direita tenham sido marginais até alguns anos atrás, correspondiam a um setor numericamente expressivo do eleitorado.

⁴⁹ Ainda que achados tais como os de Setzler (2021) sustentem a suposição de que o antipetismo tenha se implicado mais amplamente que o conservadorismo na vitória eleitoral do capitão reformado – nesse caso, sobretudo, na sua ascensão eleitoral entre o 1.º e o 2.º turnos de 2018 –, os achados de Vidigal (2022) indicam que, no segundo turno de 2018, a implicação do *autoritarismo* sobre o aumento da chance de voto em Bolsonaro era tão intensa quanto a de outras categorias como o *antipetismo*.

⁵⁰ Em 2013, a autoidentificação aberta de movimentos de massa como de direita veio a ser novamente comum (Tatagiba; Trindade; Teixeira, 2015).

o autoritarismo de direita teria se ativado em nível nacional em 2018 –; assim como (ii) certas considerações acerca das noções de *ativação* e, de *ascensão*, a serem nela mobilizada.

1.1.2. O autoritarismo no Brasil do século XXI: apontamentos iniciais

Anteriormente, indicamos não apenas a cronicidade da existência de uma cultura autoritária na sociedade brasileira, mas também a abrangência de tal cultura no eleitorado nacional. Justamente nesse sentido, Lima *et al.* (2020) apontaram que, mesmo em 2017 – ano em que Bolsonaro era ainda desconhecido da maioria do eleitorado –, a maior parte dos eleitores brasileiros se inclinava significativamente ao autoritarismo – assim como, de modo mais específico, a cada uma das dimensões⁵¹ da sua modalidade dita “de direita”, entre as quais, o *convencionalismo*. Portanto, ainda que tenha ocorrido com a vitória eleitoral de Bolsonaro em 2018 a ascensão de certo autoritarismo – isto é, um aumento do número de indivíduos inclinados a este último –, seria consistente a suposição de que a maioria dos eleitores apenas continuou autoritária, não tendo se tornado autoritária em meio às campanhas eleitorais; nem especificamente com tal vitória eleitoral. Provavelmente, muitos teriam vindo a ser bolsonaristas durante tais campanhas, mas já se inclinavam a um autoritarismo muito antes.⁵²

Factualmente, são relativamente escassos os estudos quantitativos direcionados ao entendimento do autoritarismo a nível nacional – a exemplo de estudos pelos quais se tenha mensurado sua amplitude no eleitorado brasileiro. Ainda que Lima *et al.* (2020) tenham sustentado que a maioria dos eleitores brasileiros já se inclinava significativamente ao autoritarismo em 2017,⁵³ nenhum estudo realizado após 2018 comparou entre si os níveis de autoritarismo de direita de anos anteriores ao do estabelecimento do bolsonarismo no cenário nacional (por exemplo, em 2017) e aqueles de 2019, observados imediatamente após tal estabelecimento. Essa comparação seria necessária para a análise do estatuto de razoabilidade

⁵¹ Como evidenciaremos mais adiante, as *dimensões* constitutivas do nosso construto (autoritarismo de direita) seriam a submissividade à autoridade familiar, a submissividade à autoridade militar, a antidemocraticidade, a agressividade autoritária e o convencionalismo.

⁵² Como discutiremos mais adiante, a “saída do armário” de eleitores expressivamente autoritários e situados à direita do espectro político teria se relacionado em alguma medida com a instrumentalização, por Bolsonaro, de certos ideais sociais, entre os quais, aqueles academicamente entendidos como correspondentes a uma modalidade específica de autoritarismo, aquele de direita – constituído, entre outras dimensões, pelo conservadorismo social. A defesa enérgica, por Bolsonaro, de uma agenda conservadora (moralista) em meio à configuração de um cenário no qual certos setores sociais estariam se sentindo inseguros, mas também muito ressentidos com relação a certas mudanças realizadas pelos governos petistas (a exemplo daquelas relacionadas com a conquista de direitos de várias minorias), teria contribuído para a idealização do capitão reformado por setor expressivo do eleitorado inclinado a tal autoritarismo.

⁵³ Antes do estabelecimento do bolsonarismo em nível nacional.

da suposição de que tal autoritarismo estivera apenas desativado anteriormente a 2018 – e será realizada no **capítulo 2** desta tese. Possivelmente, a ascensão eleitoral de Bolsonaro não tenha inaugurado o autoritarismo, nem necessariamente tenha correspondido à sua expressiva ascensão em âmbito social, mas tenha correspondido à sua ampla *ativação*, não somente em *contexto eleitoral*, em 2018, mas também em um *registro afetivo*, entre 2018 e 2019.⁵⁴

Nesta tese, de modo mais abrangente, será examinada a suposição de que o autoritarismo de direita tenha estado amplamente inativado no eleitorado brasileiro somente até 2018 – e de que, neste ano, sobretudo em meio às campanhas eleitorais, tenha ocorrido a sua expressiva ativação em um *registro afetivo*, distinto daquele no qual se inseriram os *votos* naquele (no caso, um *registro comportamental*). De modo menos restrito, a noção de *ativação do autoritarismo de direita* mobilizada neste estudo representaria o início de uma implicação de tal *modalidade de autoritarismo* em um “evento” qualquer, a exemplo de um sentimento, de uma ideia ou de um comportamento específico. Contudo, aqui, o nosso “evento” de interesse seria a *idealização de Bolsonaro* e, nesse sentido, a suposta ativação de tal autoritarismo corresponderia à sua implicação em um evento entendido como um modo de *vinculação afetiva* – como atestaremos no **capítulo 3**.

Diferentemente, a noção de *ascensão do autoritarismo de direita* representaria o aumento da amplitude ou do nível médio deste autoritarismo em determinado setor social. Ambas, a *ativação* e a *ascensão* de uma mesma entidade, não necessariamente estão associadas entre si, ocorrendo em certos casos independentemente uma da outra. Então, ainda que se sustente a suposição de que os níveis e as amplitudes do autoritarismo de direita não tenham variado entre 2012 e 2019, caso se evidencie que as disposições autoritárias de direita de certos eleitores de Bolsonaro – *aqueles os quais o tenham idealizado* – vieram a se implicar significativamente na sua *idealização* do capitão reformado, virá a ser consistente a afirmação de que tal autoritarismo terá se “ativado” em um *registro afetivo*.

O autoritarismo, assim como outras orientações psíquicas, acaba sendo ativado em contextos sociopolíticos específicos. Diversos autores (Vidigal, 2022; Feldman, 2003; Stenner,

⁵⁴ Mais adiante nesta tese, serão apresentadas as relações entre as noções de ativação e de ascensão. Aqui, entretanto, anteciparemos a conceituação. A noção de ativação do autoritarismo de direita mobilizada nesta tese representa o início de uma implicação do autoritarismo em um evento outro, a exemplo de sentimentos, ideias e comportamentos específicos. No caso abordado neste estudo, mais especificamente, o evento mencionado seria, por exemplo, a idealização de Bolsonaro (de modo que a ativação do autoritarismo tenha supostamente correspondido à sua implicação em um evento entendido como inserido no registro afetivo); ou ainda o voto naquele (de modo que a ativação do autoritarismo tenha supostamente correspondido à sua implicação em um evento ocorrido em âmbito eleitoral). Diferentemente, a noção de ascensão do autoritarismo de direita representaria o aumento da amplitude ou do nível médio deste autoritarismo em determinado setor social. Ambas não necessariamente estão associadas entre si, ocorrendo em alguns casos independentemente uma da outra.

2005; Smith *et al.*, 2021) consideraram que alterações em contextos sociopolíticos eventualmente culminaram com a implicação do autoritarismo anteriormente estabelecido em eventos ditos “políticos”, tais como a votação em determinados candidatos (ou partidos) e a organização de certos movimentos sociais – ou, com a sua desimplicação. Conforme evidenciamos anteriormente, inclusive, esta consideração já constava no trabalho seminal de Adorno *et al.* (1950/2019).⁵⁵ Em momentos marcados por crises socialmente significativas, não raramente agitadores de extrema-direita, recorrendo à articulação de uma retórica autoritária, ascenderam eleitoralmente. Bolsonaro seria apenas um dentre muitos outros exemplos recentes de tais agitadores – muitos dos quais, atuantes em âmbito internacional.⁵⁶

Precisamente nesse sentido, entretanto, o então candidato Jair Bolsonaro teria sido concebido no Brasil como uma espécie de líder por indivíduos expressivamente autoritários e ressentidos com transformações socioculturais recentes, os quais não se sentiam antes razoavelmente representados em nível nacional. Gradativamente, em meio ao movimento de (re)empoderamento do *campo das direitas* no cenário político brasileiro, agitadores das ditas “novas direitas” tais como o capitão reformado teriam instrumentalizado demandas até então reprimidas de setores situados à direita do espectro político ideológico enquanto, sistematicamente, engendravam *medo* entre aqueles especialmente sensíveis às transformações socioculturais mencionadas.

Nesse contexto, Lima *et al.* (2020) ressaltaram que o medo da violência “tem sido eficazmente explorado pelos porta-vozes da extrema-direita política para o reforço do pânico moral que tem tomado conta do Ocidente nos últimos anos e que, no país, é traduzido como fruto da ‘frouxidão’ das leis penais e da ‘imposição’ de uma agenda ‘globalista’ e ‘esquerdista’ de direitos humanos e sociais”.⁵⁷ Os representantes das *novas direitas brasileiras* consideram que, apenas com a retomada da “autoridade” – e de um combate violento aos supostos inimigos da nação – o Brasil voltará a uma situação de “ordem”, na qual supostamente não existiria razão para a sensação de insegurança. Nesse contexto, a estratégia discursiva das *novas direitas* – a qual se executa eximamente no ambiente virtual – retroalimenta o autoritarismo historicamente sedimentado na sociedade brasileira.

⁵⁵ Adorno *et al.* (1950/2019) supuseram explicitamente que o surgimento de regimes ditos autoritários teria se relacionado com certa ativação contextual, em significativa parcela da população, do complexo de atitudes autoritárias não necessariamente explícitas denominado personalidade autoritária.

⁵⁶ Nos últimos anos, segundo Sartori (2021), autores de diversos campos de conhecimento, da psicologia social à ciência política, têm investigado sobre uma recente ascensão internacional de movimentos ditos autoritários, reacionários e de extrema-direita – e, nesse caso, inclusive, a eleição de Bolsonaro à presidência da República estaria associada com um contexto menos regional.

⁵⁷ Para os representantes das novas direitas brasileiras, ainda segundo Lima *et al.* (2020), a agenda de direitos civis, sociais e políticos da Constituição de 1988 é a responsável pela decadência moral e cívica do Brasil.

Contudo, não necessariamente o empoderamento das ditas “novas direitas” – e, de modo mais amplo, o (re)empoderamento do *campo das direitas* – ocorrido na década de 2010 teria correspondido a uma expressiva ascensão autoritária de direita – se utilizada a específica noção de *ascensão* antes apresentada – ainda que se sustente empiricamente a suposição de que ocorrera a tal *ativação* em 2018. Mais especificamente, a discussão sobre a suposição de que o autoritarismo de direita teria ascendido durante a década de 2010 será realizada no **capítulo 2**, em meio à comparação entre os níveis médios de *autoritarismo de direita* do eleitorado brasileiro em diferentes ondas (de 2012, 2014, 2017 e 2019) do *AmericasBarometer*. Já a discussão sobre a suposição de que teria ocorrido uma *ativação* de tal *autoritarismo* em 2018 será realizada entre os **capítulos 4 e 5**.

A essa altura, assumiria uma maior importância a seguinte consideração: ainda que até aqui tenham sido indicados alguns dos elementos relacionados com o estabelecimento histórico e com uma eventual ativação recente do autoritarismo de direita no cenário nacional, a existência de diferentes tradições teóricas na abordagem do autoritarismo torna não intuitiva a concepção minuciosa deste último – isto é, a sua caracterização, a qual inclui em alguns casos sua subdivisão em *dimensões*. Do mesmo modo, a existência de tais tradições teóricas torna não intuitiva a seleção da metodologia a ser aplicada no estudo correspondente a esta tese. Nesse caso, a seguir, será retomada a discussão sobre os estudos acerca do autoritarismo e, em meio a tal retomada, serão indicados trabalhos assumidos como referenciais teóricos nesta tese, assim como os elementos considerados como constitutivos do autoritarismo em tais trabalhos.

1.2. Os estudos referenciais sobre o autoritarismo psíquico: contextualização e decisões teóricas preliminares

1.2.1. A abordagem teórica do autoritarismo nesta tese: considerações iniciais

A elaboração acadêmica de uma noção de autoritarismo, do mesmo modo como a existência de um autoritarismo na história da sociedade brasileira, não consiste em uma novidade. No entanto, mesmo atualmente, o sentido assumido pelo termo “autoritarismo” continua sendo objeto de intensa disputa na academia, de modo que, em diferentes correntes teóricas, tal termo tenha sido empregado na designação de entidades não apenas diferentes uma da outra, mas até mesmo concebidas como inseridas em *registros* diferentes – tais como o *institucional* e o *psíquico*, diferenciados um do outro anteriormente nesta tese. Além disso, os

seus supostos casos representativos têm sido observados em contextos socioculturais muito diversos.

No cenário nacional, Amaral e Chaguri (2021) recordaram sinteticamente o modo como certos autores, em seus ensaios de interpretação da sociedade brasileira, contribuíram para a compreensão de um autoritarismo ainda na primeira metade do século XX. Entre tais autores, estaria Oliveira Vianna, que argumentou (1920, 1949) pela necessidade de centralização e de enrobustecimento do Estado como a medida mais eficaz de restrição do alcance da influência política das oligarquias locais, “conduzindo uma Modernização autoritária da economia, da legislação e da própria sociedade” (Amaral; Chaguri, 2021, p. 3). Nesse caso, Oliveira Vianna contribuiu para a elaboração de uma noção de autoritarismo a qual se referia, entre outras, a certas medidas políticas centralizadoras – implicitamente, entendendo o autoritarismo como inserido em um registro institucional.⁵⁸

Já Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1936), refletiu sobre “as dificuldades de efetivação tanto de uma ordem democrática estável e durável, quanto da universalização dos direitos e da cidadania numa dinâmica social marcada pelo privatismo”. Nesse contexto, Souza (2007, p. 349) considerou que “a solução proposta por Buarque de Holanda, se não é ela mesma autoritária, leva, contudo, ao autoritarismo.”. A obra de Buarque de Holanda, segundo o autor (2007), seria coerente com o ideário autoritário, tendo sido inclusive aproveitada e instrumentalizada pelos teóricos do autoritarismo no Brasil. Buarque de Holanda não conceituou o autoritarismo, mas uma noção de *autoritarismo* coerente com a sua teorização também seria entendida como representante de uma entidade institucional.

De outro lado, internacionalmente, ainda em 1941, Fromm também estudou um autoritarismo. Refugiado nos EUA, o psicanalista, sociólogo e filósofo alemão constatou – de modo original – a relação entre autoritarismo e nazismo. Em meio à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Fromm (1941) escreveu sua crítica psicossocial do autoritarismo, que então ascendera expressivamente. O autor entendeu que, em meio às crises, nas quais o indivíduo tende a se sentir mais inseguro e impotente, o risco de ascensão do autoritarismo é maior. Em sua obra, Fromm (1941) reconheceu um dos mais importantes atributos de uma personalidade autoritária: certa orientação ambivalente, pela qual o indivíduo dito “autoritário” seria,

⁵⁸ Oliveira Vianna (1920, 1949) concebeu implicitamente o autoritarismo em um registro institucional em meio à sua argumentação pela necessidade de centralização e de robustecimento do Estado como a medida mais eficaz de restrição do alcance da influência política das oligarquias locais e de modernização autoritária da economia, da legislação e da própria sociedade (Amaral; Chaguri, 2021).

simultaneamente, (i) submisso em relação àqueles considerados como mais poderosos – isto é, autoridades – e (ii) dominador daqueles considerados como menos poderosos.

Desde já, entretanto, seria ressaltado o seguinte: em sua obra, Fromm (1941) concebeu certo autoritarismo como inserido em um registro psíquico, e não em um registro institucional. Assim, o termo “autoritário” seria utilizável na caracterização não apenas de um modo de regime político, ou de organização do Estado, mas, também, de uma modalidade de disposição subjetiva. Nesse aspecto, a sua elaboração da noção de autoritarismo teria diferido daquela de Oliveira Vianna, por exemplo, e esta diferença seria no mínimo relevante no âmbito dos estudos sobre o autoritarismo. Entretanto, após a Segunda Guerra Mundial, ocorreram avanços ainda mais significativos em tais estudos. Autores tais como Adorno *et al.* (1950/2019) conduziram não somente pesquisas qualitativas, mas também quantitativas, direcionadas à investigação das correlações entre ideologia e elementos sociológicos e psicológicos implicados na adesão coletiva ao autoritarismo (Amaral; Chaguri, 2021).

Embora não tenham criado a noção de autoritarismo, Adorno *et al.* (1950/2019) contribuíram à sua compreensão, sobretudo mediante a elaboração do construto denominado “personalidade autoritária” e a utilização de suas metodologias de pesquisa originais. Assim, na década de 1950, os autores estabeleceram uma tradição a qual, mesmo recentemente, inspirou estudos acerca do autoritarismo, sobretudo na psicologia social (a exemplo dos estudos de Crochik no Brasil, discutidos adiante neste **capítulo**). Estatisticamente instrumentalizável, aquele construto representaria certo complexo de disposições – atitudinais – individuais a comportamentos ditos “autoritários”. Analogamente a um dos modos como Fromm (1941) o concebera, o autoritarismo teria sido considerado pelos autores como uma entidade inserida em um registro psíquico.⁵⁹

Gradativamente, entretanto, as abordagens mais recorrentemente utilizadas nos estudos sobre o autoritarismo se alteraram, conforme à divulgação de certas críticas à tradição mencionada. Nesse contexto, aproximadamente uma década atrás, Barros, Torres e Pereira (2009) recordaram que a recente retomada dos estudos sobre o autoritarismo conteve uma inovação em relação ao modo como esse construto era comumente analisado. Entre as críticas⁶⁰

⁵⁹ Carone (2012), consagrado comentador da obra de Adorno, ressaltou esta distinção, ainda que se utilizando de outra terminologia.

⁶⁰ Outra crítica, segundo Barros, Torres e Pereira (2009), teria correspondido ao apontamento na teorização de Adorno *et al.* (1950/2019) de um outro modo de reducionismo. Os autores teriam reduzido os entrevistados a somente dois *tipos*, caracterizados em seus estudos: os autoritários e os não autoritários. Mas o suposto indivíduo mediano, que corresponderia à maioria dos entrevistados, nem mesmo teria sido caracterizado. Esta crítica mereceria mais atenção em um estudo tal como o desenvolvido nesta tese e, então, acabou sendo retomada no **capítulo 3**.

mais relevantes, estava aquela segundo a qual a teoria acerca da personalidade autoritária seria reducionista, devido à exclusividade de considerações remetidas a um registro psíquico – nesse caso, aspectos constitutivos da personalidade – em sua análise das atitudes preconceituosas. Assim, teriam sido ignorados “os contextos históricos, situacionais e socioculturais envolvidos nas ideologias preconceituosas, muitas vezes correlacionadas com o autoritarismo” (Barros, Torres; Pereira, 2009).

Mas uma análise minuciosa da obra de Adorno *et al.* (1950/2019) evidenciaria o seguinte: os autores supuseram abertamente que o surgimento de regimes ditos “autoritários” teria se relacionado com certa ativação contextual, em significativa parcela da população, do complexo de atitudes autoritárias não necessariamente explícitas denominado “personalidade autoritária”. Adorno *et al.* (1950/2019), recorrendo à utilização da teoria freudiana como um de seus mais importantes referenciais teóricos, certamente não concordaria com uma concepção “essencialista” da personalidade autoritária, nem mesmo com a ideia segundo a qual os regimes antes mencionados seriam causados – isto é, determinados – exclusivamente pelas personalidades autoritárias. Ainda na introdução de sua obra, Adorno *et al.* (1950/2019) indicaram que não incorreriam em um reducionismo psicologista,⁶¹ já que entenderam as atitudes antes mencionadas não apenas como condicionadas socialmente – e, assim, constituídas historicamente –, mas também ativadas por elementos sociológicos.

Independentemente do nível de consistência daquela crítica à teorização de Adorno *et al.* (1950/2019), Barros, Torres e Pereira (2009) recordaram que os estudos “mais psicossociais” se tornaram mais comuns do que aqueles mais centrados na explicação de uma dimensão individual do autoritarismo – nesse caso, a personalidade autoritária. Assim, o autoritarismo veio a ser entendido como ocorrido em – e variado de acordo com – certos contextos sociopolíticos, embora intermediado por outros elementos, tais como a identidade social e o sistema de valores. Nesse sentido, Rokeach (1968) afirmou que os valores seriam centrais na organização das atitudes e condicionariam a construção e a manutenção de sistemas políticos (Lipset, 1982; Pereira, Torres; Barros, 2004).

Todavia, Amaral e Chaguri (2021) constataram que, a despeito das críticas referidas, a ascensão recente de regimes (assim como de líderes) de extrema-direita em várias regiões do mundo, nos últimos anos, ocasionou certa retomada, por alguns estudiosos, da tradição inaugurada por Adorno *et al.* (1950/2019). Amaral e Chaguri (2021) reconheceram que, em sua

⁶¹ Isto é, reducionismo pelo qual os determinantes de um fenômeno são concebidos como exclusivamente inseridos em um registro psíquico.

obra, Adorno *et al.* (1950/2019) articularam elementos utilizáveis na compreensão de tal ascensão, muito embora existam diferenças de marco temporal importantes.⁶²

Por outro lado, embora as diferentes conceituações de autoritarismo se situem em vários campos de conhecimento, até mesmo na ciência política se articularam diversas noções de autoritarismo, inseridas em mais de uma tradição teórica. Para o desenvolvimento consistente deste estudo, seria antes necessária uma evidenciação não meramente dos referenciais teóricos deste último, mas da tradição na qual ele se insere em alguma medida. A noção de autoritarismo de direita elaborada adiante ainda neste **capítulo** se compatibiliza em alguns aspectos com a noção de personalidade autoritária de Adorno *et al.* (1950/2019), ainda que se constatem diferenças importantes entre ambas. A seguir, são examinados aspectos dessa noção concebidos como relevantes no desenvolvimento desta tese.

Aqui, entretanto, ressaltamos o seguinte: embora muitos tenham estudado sistematicamente o autoritarismo em diferentes tradições teóricas, as várias abordagens não seriam igualmente úteis ao desenvolvimento deste estudo. O construto elaborado nesta tese, o *autoritarismo de direita*, consiste não somente em uma *entidade psíquica* (conforme afirmamos anteriormente), mas também em uma *entidade mensurável* (a ser mensurada mais adiante). Em âmbito internacional, muitos autores têm estudado o autoritarismo, mas não necessariamente estes o têm abordado quantitativamente. Em diversos trabalhos acerca desta noção,⁶³ não se recorreu ao uso de estatística; menos ainda, a psicometrias. Nesse caso, em cada uma das contribuições acerca do autoritarismo consideradas a seguir, este veio também a se apresentar como uma entidade psíquica e mensurada – ainda que Norris e Inglehart (2019) não tenham utilizado o termo “psicometria” em seu trabalho.

A mensuração do autoritarismo psíquico, segundo Vidigal (2022), tem sido objeto de diversos debates (isto é, “controvérsias”). Justamente nesse sentido, a seguir, apresentaremos criticamente as abordagens psicometristas mais conhecidas – e utilizadas – academicamente para tal mensuração, com o intuito de evidenciar quais são os problemas que intencionamos resolver mais adiante em meio à construção do nosso próprio instrumento psicométrico, correspondente à elaboração do nosso construto original denominado “autoritarismo de direita”.

⁶² Precisamente nesse contexto, a obra de Adorno *et al.* consistiu em um dos referenciais teóricos nesta tese: a metodologia aplicada no desenvolvimento – a qual inclui a utilização de escalas psicométricas – se assemelha em alguns aspectos à aplicada em estudos de Adorno *et al.* (1950/2019).

⁶³ Brown (1996, p. 76), em seu verbete acerca do autoritarismo [*Authoritarianism*], entendeu este último de modo sintético, como constituído simultaneamente de: (i) uma orientação abertamente diferencial em relação a autoridades – isto é, aqueles considerados como superiores; e (ii) a adoção de uma atitude hostil em relação àqueles considerados como inferiores. Brown (1996) considerou que, comumente, o autoritarismo estaria associado com um sistema de valores convencional – e maniqueísta –, mediante o qual se entenderia indivíduos desviantes, assim como certas minorias, como merecedores de execração.

1.2.2. A personalidade autoritária: a criação de uma tradição por Adorno *et al.*

Entre 1944 e 1950, Theodor W. Adorno – sociólogo, musicólogo e filósofo alemão – coordenou uma equipe de pesquisadores⁶⁴ na Universidade de Berkeley (Estados Unidos da América), conduzindo uma série de estudos com o intuito de compreender as condições subjetivas implicadas na receptividade individual à propaganda antidemocrática, mas em uma sociedade amplamente considerada como democrática: a estadunidense (Ferreira, 2020). O autor, assim como outros intelectuais de origem judaica, deixara a Alemanha entre os momentos de instauração do regime nazista e de início da Segunda Guerra Mundial e se refugiara nos EUA ainda na década de 1930, tendo sido incorporado em alguma medida ao cenário acadêmico estadunidense nesse contexto.⁶⁵ Em meio àqueles estudos, Adorno e seus colaboradores identificaram um complexo de atitudes as quais aumentariam o risco de apoio a um eventual regime autoritário, mesmo em indivíduos não assumidamente reacionários. Finalizados então em 1950, aproximadamente cinco anos após o término da mencionada Guerra, os trabalhos da equipe de pesquisadores vieram a ser compilados na obra que seria mais tarde reconhecida como uma das mais importantes referências teóricas na área correspondente aos estudos sobre o autoritarismo: *The Authoritarian Personality* (1950/2019).

Embora seus estudos constitutivos tenham sido criticados em diferentes perspectivas, essa obra ainda atualmente tem inspirado o desenvolvimento de trabalhos em vários campos de conhecimento, tais como a filosofia, a história, a sociologia, a psicologia social, a ciência política e, até mesmo, a neurociência (Ferreira, 2020). Além disso, Adorno *et al.* (1950/2019) estabeleceram algumas metodologias de pesquisa originais para a investigação a respeito do autoritarismo, entre as quais, aquela relativa à utilização de *psicometrias*: até então, nenhum autor aplicara escalas psicométricas em um estudo sobre o autoritarismo. Desse modo, com seu Programa de Pesquisas, os autores (1950/2019) acabaram inaugurando uma tradição acadêmica na qual a orientação pela teoria psicanalítica freudiana se associaria à instrumentalização de tais escalas – cuja aplicação em seus trabalhos seguramente contribuiu para o aumento da sua relevância. Adorno e seus colaboradores (1950/2019) não inventaram a psicometria, mas a utilizaram de modo ousado na avaliação dos níveis de inclinação ao autoritarismo do eleitorado

⁶⁴ Isto é, Else Frenkel-Brunswik, Daniel Levinson e Nevitt Sanford.

⁶⁵ Mais especificamente, inclusive, na década de 1930, muitos dos membros da 1.ª geração da Teoria Crítica, entre os quais Adorno, deixaram a Alemanha nazista e rumaram para os EUA (Ferreira, 2020).

estadunidense. Os pesquisadores construíram *surveys* de modo a viabilizar, entre outras, a análise de disposições autoritárias individuais latentes – isto é, não necessariamente explícitas.⁶⁶

No entanto, segundo Adorno *et al.* (1950/2019), a tendência de um indivíduo à aceitação de uma propaganda antidemocrática não resultaria meramente de suas crenças ditas “políticas”: esta tendência residiria em um complexo de disposições atitudinais abrangentes e, inclusive, comumente estabelecidas durante a infância e a adolescência – isto é, em um momento da socialização do indivíduo no qual certos conceitos remetidos à política não teriam sido assimilados. Tais disposições determinariam a *ideologia* do indivíduo e, assim, a sua opinião acerca de assuntos muito variados – aparentemente, não correlacionados uns com os outros. Nesse sentido, os autores elaboraram o construto denominado “personalidade autoritária”, que representaria tal complexo, também referido como uma *síndrome* – constituída pelos *sintomas* abordados mais adiante. De modo indireto, o autoritarismo teria sido concebido por Adorno *et al.* (1950/2019) como uma entidade inserida em um registro psíquico, embora relacionada com o aumento do risco de ocorrência de *eventos* entendidos como inseridos em outros registros, a exemplo de comportamentos ditos “autoritários” e de ascensos autoritários em um âmbito institucional.⁶⁷ Ainda na introdução de sua obra, os autores asseveraram que, em uma cadeia de relações entre eventos, esta síndrome estaria situada “anteriormente” ao comportamento, mesmo que ela se determine socialmente e somente venha a ser ativada em certos contextos.

Já em seus estudos iniciais, entre outras técnicas, Adorno e seus colaboradores (1950/2019) recorreram à aplicação de questionários – aprimorados intermitentemente pela própria equipe em meio ao desenvolvimento dos trabalhos. Alguns desses questionários, sobretudo em um primeiro momento, eram direcionados à estimação exploratória do nível de adesão a entidades (psíquicas) correlatas ao nazismo, tais como o antissemitismo, o etnocentrismo e o conservadorismo político-econômico – respectivamente, os questionários correspondentes à escala AS, à escala E e à escala PEC. Posteriormente, com o avanço das investigações, os pesquisadores elaboraram um questionário único, o qual continha 78 itens e se direcionava à estimação do nível de adesão às ideias correlatas às três entidades

⁶⁶ Nesse contexto, Lima *et al.* (2020) escreveram: O conjunto de frases que compõem o formulário empregado na pesquisa pretendia aferir a adesão a assertivas autoritárias sem explicitar, no entanto, o objetivo de investigar essa adesão ao autoritarismo. O questionário se apresentava como um levantamento geral de opinião pública sobre questões cotidianas. Os indivíduos não foram questionados diretamente sobre seu posicionamento político e ideológico. Desse modo, pretendia-se identificar, nos Estados Unidos dos anos 1950 (apenas cinco anos após o término da Segunda Guerra Mundial), uma potencial receptividade da população à propaganda antidemocrática e, com isso, perceber tendências de crescimento do autoritarismo em um país democrático.

⁶⁷ Mais especificamente, os autores consideraram os sintomas constitutivos da personalidade autoritária como originados em meio à socialização do indivíduo: nesta, seriam constituídas e estabelecidas certas representações psíquicas, as quais tenderiam a ocasionar o seu comportamento autoritário em certos contextos.

mencionadas. Tal questionário corresponderia à mais conhecida escala da equipe de Berkley, a denominada “escala F”. Esta incluía uma série de assertivas as quais não necessariamente soavam como autoritárias ao entrevistado, mas o seu nível médio de concordância com certas assertivas da *escala F* indicava o seu nível de inclinação individual ao autoritarismo em determinado aspecto.⁶⁸ De modo mais amplo: quanto mais intensamente um indivíduo afirmava concordar com uma assertiva, mais aumentava o seu *escore* (pontuação) na escala F; e quanto maior o seu *escore*, maior a sua disposição atitudinal autoritária, mesmo que não necessariamente o indivíduo constataste a sua existência conscientemente.⁶⁹

As questões também vieram a ser validadas em estudos de caso (entrevistas clínicas e grupos focais) nos quais se observaram indivíduos com escores distintos na escala. Conforme novos estudos eram realizados (com o intuito de aumentar a confiabilidade da medida), reduzia o número de itens (assertivas) constitutivos da escala. O questionário, inicialmente constituído de 78 itens, veio anos depois a ser constituído de 40 (Lima *et al.*, 2020). Em meio ao desenvolvimento dos trabalhos, as assertivas constitutivas do questionário elaborado por Adorno *et al.* (1950/2019) acabaram sendo agregadas – analiticamente – em nove aspectos: (i) convencionalismo; (ii) submissividade à autoridade; (iii) agressividade autoritária; (iv) aversão à introspecção;⁷⁰ (v) superstição e estereotipia;⁷¹ (vi) poder e dureza;⁷² (vii) destrutividade e cinismo;⁷³ (viii) projetividade exagerada;⁷⁴ e (ix) preocupação com a sexualidade. Esses

⁶⁸ Na elaboração do questionário, os autores (1950/2019) também intencionaram reduzir o risco de ocorrência de desejabilidade social – isto é, de obtenção de respostas socialmente aceitáveis, mas não sinceras, a certas questões controversas.

⁶⁹ Nesse contexto, conforme recordaram Martino e Marques (2021), seria importante a ressalva de Adorno de que “muitos desses aspectos autoritários eram inconscientes e, portanto, desconhecidos pela própria pessoa. Um indivíduo poderia muito bem revelar esses traços na pesquisa enquanto externamente não apresentaria nenhuma tendência autoritária ou preferência por regimes totalitários”. Assim, a noção de *latência* (a qual representaria um atributo das disposições atitudinais constitutivas da personalidade autoritária concebida por Adorno e seus colaboradores), embora não idêntica à noção de *inconsciência* (a qual representaria, por exemplo, o estado de inacessibilidade à consciência de certas representações psíquicas nas teorias de Freud e de Adorno), seria equivalente a esta última em alguns contextos específicos.

⁷⁰ A aversão à interiorização consiste no ódio à subjetivização. O indivíduo estruturado de modo autoritário, muito comumente, se incomodaria contundentemente com a introspecção – isto é, com a consideração consciente de certos sentimentos e fantasias. Tal indivíduo se condicionaria à resolução de eventos considerados como concretos e experimentáveis.

⁷¹ A ideatividade mística e estereotipada inclui a supersticiosidade – correspondente à convicção mística em certos destinos dos indivíduos – e a estereotipia – correspondente a um pensamento estruturado de modo estereotípico, em categorias estabelecidas rigidamente e relativamente inalteradas.

⁷² Já o ideal de rudeza se associaria simultaneamente com uma idealização de indivíduos considerados como vigorosos e com um notório exagero de atributos supostamente constitutivos do Eu nesse mesmo sentido. A convicção individual – comumente, mantida recalçada – da ausência de vigor em si mesmo estaria relacionada com essa rudeza e com a sua compensação imaginária – a exemplo daquela correspondente à integração à massa, na qual se sentiria vigoroso. Estaria correlacionada com a atribuição de uma exagerada importância às dimensões dominação/submissão, vigoroso/não vigoroso, líder/liderado.

⁷³ A destrutividade corresponde ao ódio aos valores considerados como humanos.

⁷⁴ A projetividade exagerada consiste em certa recorrência ao mecanismo projetivo. As representações de si mesmo constituídas no indivíduo estruturado de modo autoritário incompatíveis com o seu Eu consciente – nesse sentido,

aspectos, os sintomas (subconstrutos, dimensões) constitutivos da personalidade autoritária, vieram a ser elaborados mediante o recorte adorniano da teoria de Freud acerca das massas. Inclusive, recortando a teoria freudiana acerca das massas originalmente, Adorno aventou novos recursos para o seu exame empírico – mesmo não afirmando explicitamente seu interesse em realizá-lo.

O (i) convencionalismo de um indivíduo, na concepção de Adorno *et al.* (1950/2019), consistiria em sua severa orientação pelas convenções sociais burguesas. Embora o convencionalismo concebido por esses autores não necessariamente corresponda ao conservadorismo concebido pelos estudiosos do caso brasileiro recente a exemplo de Crochík (2005, 2017) e de Lima *et al.* (2020), certas similaridades entre ambos são importantes, tais como aquelas concernentes ao endosso do nacionalismo,⁷⁵ do machismo, da cis-heteronormatividade, do moralismo dito “cristão”, entre outras. Já a (ii) submissividade acrítica de um indivíduo à autoridade consistiria em sua atitude de concordância incondicional com as autoridades idealizadas – nesse sentido, em acordo com a teoria freudiana, consideradas analiticamente como líderes de massas. Tal atitude estaria comumente correlacionada com atitudes análogas do indivíduo em suas interações com outras autoridades – a exemplo de suas interações com seus responsáveis, com seus comandantes, com certos seres sobrenaturais imaginados, entre outras. Adorno *et al.* (1950/2019) teriam suposto que a submissividade acrítica estaria relacionada com a insuficiência da consistência egóica interna.

Por sua vez, a (iii) agressividade autoritária corresponderia às atitudes remetidas à vigia, à perseguição, à condenação, ao controle e à punição de indivíduos que tivessem contrariado uma convenção social. Em um indivíduo estruturado de modo significativamente autoritário, a agressividade, não tendo sido direcionada aos seus supostos maiores agressores, seria comumente acumulada e, então, viria a ser direcionada a alguém entendido como um contrariador de uma convenção – alguém identificado como inimigo, como merecedor da agressividade. Por último, a (ix) preocupação de um indivíduo com a sexualidade se relacionaria com a sua intolerância a atitudes sexuais não convencionais – isto é, à transgressão de outrem a certos tabus sexuais –, tais como as atitudes inerentes às relações homossexuais nas sociedades ocidentais. Nesse contexto, está relacionada de modo menos específico com o menosprezo de atitudes contrárias às normas socialmente estabelecidas e, assim, esse *sintoma*

não integradas à sua identidade – e inaceitáveis conscientemente a esse indivíduo seriam projetadas – isto é, imaginariamente realocadas –, por este último, aos indivíduos considerados como inimigos, para os quais o ódio do indivíduo estruturado de modo autoritário seria coerentemente direcionado.

⁷⁵ No caso estudado por Adorno, o indivíduo se convenceria de sua integração à “nação mais vigorosa”, “à raça mais pura”, entre outras.

se relacionaria expressivamente com o convencionalismo, embora conservasse certa autonomia em relação a este último.

Outros dos sintomas da personalidade autoritária reconhecidos por Adorno – tais como (iv) *aversão à introspecção*, (v) *superstição e estereotipia*, (vi) *poder e dureza*, (vii) *destrutividade e cinismo* e (viii) *projetividade exagerada* – não vieram a ser utilizados nos trabalhos abertamente referenciados mais adiante nesta tese e não consistiram em *dimensões* do construto nela elaborado, denominado “autoritarismo de direita”. Mas Adorno *et al.* (1950/2019), que atuaram mais diretamente na psicologia social e desenvolveram seus estudos no século anterior, articularam uma noção de autoritarismo razoavelmente coerente com o instrumentário analítico utilizado nesta tese. Nesta, recorreremos a uma adaptação da concepção adorniana de *personalidade autoritária* ao estudo do caso brasileiro – embora não a uma *adaptação* propriamente dita da *escala F*. Antes de iniciarmos tal adaptação, entretanto, evidenciaremos algumas das contribuições internacionais recentes aos estudos sobre o autoritarismo. Algumas delas, tais como as de Altemeyer (1981, 1988, 1996) – na psicologia social – e de Norris e Inglehart (2019) – na ciência política –, embora não referenciadas na teoria psicanalítica freudiana, remeteriam implicitamente a contribuições de Adorno e seus colaboradores (1950/2019) devido à articulação de dimensões do autoritarismo consideradas por estes em sua obra.

1.2.3. A teoria do autoritarismo de direita: a contribuição de Altemeyer

Apesar de sua importante influência acadêmica, os estudos de Adorno *et al.* (1950/2019) sobre a personalidade autoritária acabaram sendo amplamente criticados: em relação não somente à sua teoria orientadora, mas também às metodologias aplicadas em seu desenvolvimento (Vasilopoulos, 2022). A teoria adorniana, referenciada em várias teorias psicanalíticas freudianas (a exemplo das teorias sobre o desenvolvimento psicosssexual), veio a ser criticada mais tarde conforme o avanço da pesquisa psicológica. Entre as metodologias mais criticadas, esteve aquela relativa à construção e à aplicação da *escala F*, especificamente em decorrência de escolhas de amostragem, de possível viés de aquiescência e de correlações fracas entre as subescalas para cada um dos nove componentes – nesse sentido, vide Brown (1965).

Nesse contexto, atento às supostas insuficiências e inconsistências do trabalho de Adorno *et al.* (1950/2019), Altemeyer (1981, 1988, 1996) realizou vários refinamentos, tanto teóricos quanto metodológicos, e desenvolveu sua teoria acerca do autoritarismo de direita [*Theory of Right-Wing Authoritarianism*], abreviadamente denominada “RWA”. O autor

distanciou ostensivamente seu referencial teórico daquele de Adorno *et al.* (1950/2019) – a teoria psicanalítica freudiana – e veio a instrumentalizar o conceito de autoritarismo da *Teoria da Aprendizagem Social*, de Albert Bandura (1977). Além disso, considerou as disposições autoritárias de um indivíduo como constituídas em meio à sua aprendizagem social, mediante observação, modelagem e reforçamento. Nesse caso, concebeu a adolescência como uma das etapas mais importantes do desenvolvimento de atitudes e de crenças acerca de convenções sociais e do valor da autoridade (Smith; Winter, 2002).

Altemeyer (1996) considerou o autoritarismo de direita como constituído da combinação entre três subconstrutos: (a) submissão autoritária – que consiste no expressivo nível de submissão às autoridades de certa sociedade –; (b) agressão autoritária – que consiste em uma espécie de agressividade direcionada àqueles não submetidos às autoridades –; e (c) conservadorismo – que consiste numa adesão intensa às convenções e às tradições sociais estabelecidas e endossadas pela sociedade e, sobretudo, pelas autoridades. Nesse caso, embora não se referenciando na teoria freudiana acerca das massas e não utilizando a obra de Adorno *et al.* (1950/2019) como orientadora de sua análise, Altemeyer (1996) entendeu o autoritarismo como aproximadamente constituído de três – entre as nove – dimensões do autoritarismo consideradas por Adorno *et al.* (1950/2019). Para a medição do autoritarismo de direita, analogamente ao ocorrido com Adorno *et al.* (1950/2019), Altemeyer (1996) se utilizou dos microdados oriundos de *surveys*. Nesse sentido, desenvolveu uma escala psicométrica que, ainda atualmente, tem sido aplicada em estudos⁷⁶ sobre autoritarismo. Conforme à recordação de Vasilopoulos (2022), a elaboração da escala de Altemeyer estimulou uma intensa onda de estudos, ainda que, como se atestará mais adiante, também existam críticas a tal escala.

1.2.4. A teoria da reação cultural: a contribuição de Norris e Inglehart

Em sua obra intitulada *Cultural Backlash*, Norris e Inglehart (2019) também não referenciaram diretamente seus estudos naqueles de Freud, nem nos de Adorno e seus colaboradores. Norris e Inglehart (2019), com o intuito de entender a ascensão do autoritarismo na Europa e nos EUA no século XXI, desenvolveram a teoria da reação cultural [*cultural backlash theory*]. De acordo com tal teoria, no caso dessas sociedades, a ampliação nos níveis educacionais e de urbanização, assim como a maior circulação de indivíduos reconhecidos como integrantes de outras etnias, ocasionou uma revolução silenciosa desde os anos 1970.

⁷⁶ Tais como os estudos de Feldman (2003) e de Peterson, Duncan e Pang (2002).

Essa revolução correspondeu à redução da amplitude dos valores sociais conservadores e, eventualmente, esteve relacionada com a instituição de políticas mais inclusivas e moralmente liberais – sobretudo, aquelas relativas à igualdade de gênero e à proteção de minorias culturais, religiosas ou étnicas.

Em meio à dita “revolução silenciosa”, as clivagens culturais naquelas sociedades se intensificaram e esta intensificação ocasionou uma intensa reação de indivíduos os quais sentiram que, na sociedade em que viviam, o “status culturalmente hegemônico” dos grupos nos quais se inseriam deixou de existir. Estes indivíduos sentiram certa ameaça à sua posição social (simbólica) e, então, tais grupos vieram a defender agendas expressivamente conservadoras com relação aos costumes e crescentemente autoritárias com relação à política, “eventualmente culpando o establishment econômico e político por não ouvirem ou por estarem distantes dos reais interesses do povo” (Amaral; Chaguri, 2021). O apoio a lideranças autoritárias – assim como a demanda por partidos socialmente conservadores e politicamente autoritários nos cenários institucionais – seria aumentado não somente pela pobreza material, mas também pelas importantes modificações culturais que ocasionaram aquela reação (Norris; Inglehart, 2019, p. 77).

Em muitos casos, modificações culturais se relacionam com a constituição, em indivíduos expressivamente autoritários, de certo ressentimento com relação aos responsabilizados pela sua insegurança, considerados como ameaçadores. Nesse contexto, o ressentimento mencionado se direcionaria: (i) “para cima” – isto é, às elites as quais endossariam valores ditos “progressistas”, neste caso, se incluindo, entre outros, intelectuais, especialistas, políticos convencionais [*mainstream*], executivos e agentes da grande-mídia –; ou (ii) “para baixo” – isto é, a integrantes da mesma sociedade, mas excluídos do grupo e não detentores do poder estabelecido, a exemplo de indivíduos identificados como imigrantes, estrangeiros, deficientes, feministas e, integrantes de minorias identitárias (Norris; Inglehart, 2019, p. 78). Ainda segundo Norris e Inglehart (2019, p. 76), nas sociedades ocidentais industriais avançadas, indivíduos autoritários tenderiam a rejeitar a cooperação internacional, a globalização, o cosmopolitismo – isto é, a abertura de fronteiras –, a migração e o intercâmbio internacional de ideias e de bens de consumo. Muitos deles comumente criticariam instituições internacionais tais como a ONU e a União Europeia, as quais seriam entendidas como ameaçadoras à soberania nacional (Norris e Inglehart, 2019, p. 76).

Norris e Inglehart (2019) diferenciaram entre si o *autoritarismo* e o *populismo*, mas não os consideraram como entidades mutuamente excludentes. Inclusive, entenderam estas duas como associadas entre si em muitos casos. Assim, a noção de *autoritário-populismo*

representaria a entidade complexa constituída pela articulação entre valores autoritários e atitudes populistas. Embora não o tenham afirmado nestes termos, Norris e Inglehart (2019) conceberam o populismo e o autoritarismo como entidades psíquicas. Respectivamente, como um complexo de atitudes e como um complexo de valores.⁷⁷ Em suas análises, estas entidades vieram a ser consideradas como constitutivas de indivíduos – tais como candidatos e eleitores – inseridos em contextos históricos diferentes. Nesse contexto, vieram a ser também consideradas como determinantes de comportamentos em instituições políticas – tais como organizações da sociedade civil e partidos políticos – e em movimentos sociais – a exemplo de movimentos de massa – inseridos em contextos diversos.⁷⁸

Norris e Inglehart (2019, p. 7) caracterizaram o autoritarismo como um complexo de valores, (i) alguns dos quais, correspondentes a um ideal de conformismo; (ii) outros, a um ideal de segurança; e (iii) os demais, a um ideal de lealdade. Justamente nesse sentido, o autoritarismo constituído em um indivíduo o disporia à atribuição de expressiva importância: (i) ao endosso das normas morais do seu grupo, se correlacionando com aversão aos excluídos deste último, concebidos como transgressores de suas normas morais e ameaçadores à integridade do grupo; (ii) à proteção do grupo contra supostos riscos – isto é, riscos percebidos – de instabilidade e de desordem; e (iii) à obediência ao líder do grupo, considerado como um agente necessário à manutenção da segurança – e, mais amplamente, na deferência às autoridades e às instituições imaginariamente incumbidas da manutenção da ordem e da estabilidade sociais, tais como as

⁷⁷ Não seria inconsistente a afirmação de que Norris e Inglehart (2019) entenderam valores como atitudes razoavelmente estabilizadas.

⁷⁸ Contudo, não necessariamente, a consideração da ocorrência das mesmas entidades em diferentes contextos históricos indicaria a universalidade ou a trans-historicidade delas. Norris e Inglehart (2019) não conceberam – ao menos não ostensivamente – o populismo e o autoritarismo como entidades a-históricas e universais. Aparentemente, as entenderam como contingentes, isto é, como relacionadas com certas condições históricas, mesmo as concebendo como entidades psíquicas. O populismo e o autoritarismo poderiam ter sido concebidas como entidades sociológicas, no caso, como características de regimes políticos ou como modalidades de comportamento político em contextos sociais situados historicamente – meramente correlacionadas com entidades psíquicas e, não, como as entidades psíquicas em si. Outros autores as conceberam daquele modo. Entretanto, as conceituações de entidades sociológicas e de entidades psíquicas não seriam excludentes entre si. Pelo contrário, a análise consistente de um movimento social considera a sua historicidade, mas certamente de modo mais restrito; considera também de modo historicizado os aspectos concebidos como sociológicos e, psicológicos. Explicações sobre cada um desses aspectos são necessárias à consistência da análise. Enfim, um reducionismo, mais restritamente, certo psicologismo associado com o modo como se conceituaram essas entidades – isto é, pela sua caracterização como psíquicas e não sociológicas e, de outro lado, pela sua não historicização ostensiva – teria ocorrido caso se atribuísse exclusividade de importância à ocorrência dessas entidades na explicação dos movimentos analisados e caso fossem entendidas como entidades a-históricas. Mas, em suas análises, Norris e Inglehart (2019) não deixaram de atribuir importância às especificidades ocorridas em cada caso, mesmo atribuindo mais importância não a essas especificidades, mas aos eventos comuns aos muitos casos estudados, como a ocorrência dessas entidades psíquicas. Por outro lado, ainda que não tenham discutido minuciosamente e de modo crítico (i) a historicidade desses conceitos de populismo e de autoritarismo assim como (ii) as implicações sociais estruturais da sua articulação mais ampla em um imaginário coletivo, também não atribuíram irrelevância a essas historicidade e implicações.

Forças Armadas, a Polícia e as Cortes (Norris e Inglehart, 2019, p. 7). O *ideal de conformismo* remeteria ao conservadorismo concebido na obra de Adorno *et al.* (1950/2019). Já o *ideal de lealdade* remeteria à submissividade acrítica à autoridade concebida nesta mesma obra de Adorno *et al.* (1950/2019). Assim, existiriam similaridades significativas entre ambas as concepções de autoritarismo.

Não seria inconsistente a extrapolação, ao caso brasileiro mais recente, de certas suposições de Norris e Inglehart (2019) acerca do autoritarismo. Contudo, Amaral e Chaguri (2021) asseveraram que surgiriam inconsistências caso se utilizasse de modo mais amplo a teoria da reação cultural na análise do caso mencionado. Embora exista uma expressiva reação coletiva a transformações socioculturais ocorridas nas últimas três décadas na sociedade brasileira – sobretudo, em relação aos estatutos de inclusão e de representatividade de certos grupos sociais e, de reconhecimento de suas demandas e de seus direitos –, o caso brasileiro inclui elementos não incluídos nos casos europeus e estadunidense. Amaral e Chaguri (2021) consideraram que, nas sociedades democráticas liberais mais antigas, aumentou gradativamente nos últimos anos a importância da agenda dita “pós-materialista” (constituída pelas discussões acerca da conservação ambiental, da igualdade de gênero, dos direitos de minorias, etc.); sobretudo, após o estabelecimento amplo de uma sensação de segurança material. No Brasil, nas últimas três décadas, aquela agenda (“pós-materialista”) teria se sobreposto à agenda relativa à segurança material, nunca amplamente assegurada na história nacional. Nesse sentido, Amaral e Chaguri (2021, p. 22) escreveram:

[...] a extensão e o alcance da desigualdade material no Brasil guardam relação com as dinâmicas próprias de produção das diferenças baseadas em raça e gênero, construídas durante a escravidão, como modo de organização da força de trabalho, e do patriarcalismo, como modo de organização da família e da vida coletiva. Ou seja, as desigualdades do ponto de vista material estão tão vinculadas a questões de gênero e raça, por exemplo, que as pautas políticas materialistas e pós-materialistas tornaram-se praticamente indissociáveis, traduzindo-se na própria transversalidade que marca o grupo bolsonarista.

Portanto, existiria um elemento “regressivo” no denominado “bolsonarismo”, correspondente a certa reação sociocultural, mas esta, no caso brasileiro – diferentemente do ocorrido nos casos europeus e estadunidense –, incluiria uma complexa interação entre as agendas ditas “material” e “pós-material”. Além disso, Amaral e Chaguri (2021) consideraram que os *bolsonaristas* articulariam uma resposta política autoritária ao conflito redistributivo que, historicamente, “produz e reproduz exclusões (e inclusões) simbólicas e materiais de grupos, políticas ou agendas – econômicas e sociais – variadas”. O autoritarismo, assim,

corresponderia a um complexo de atitudes relacionadas com o anseio de normalização (e até naturalização) das desigualdades materiais e simbólicas entre integrantes de diferentes grupos (e classes).

Embora existam diferenças relevantes entre os contextos históricos nos quais Norris e Inglehart (2019), Altemeyer (1996) e Adorno *et al.* (1950/2019) conceberam o autoritarismo, assim como entre os subconstrutos concebidos como constitutivos do autoritarismo em suas respectivas obras, os autores o conceberam como inserido em um registro psíquico. Além disso, não necessariamente suas concepções seriam incompatíveis uma com a outra. Ao menos em alguns aspectos, as concepções de autoritarismo de Altemeyer (1996) e de Norris e Inglehart (2019) seriam expressivamente abrangentes. Já a contraparte de Adorno *et al.* (1950/2019), embora conceituada de modo mais específico, concordaria razoavelmente com aquela, como se consistisse em um de seus casos particulares.

No entanto, ressaltamos o seguinte: cada um dos autores anteriormente citados – Adorno *et al.* (1950/2019), Altemeyer (1996) e Norris e Inglehart (2019) – entendeu certo *conservadorismo* (alternativamente, *convencionalismo* ou *conformismo*) e certa *submissividade acrítica à autoridade* (alternativamente, *lealdade*) como constitutivos do autoritarismo. Estes soariam como seus elementos centrais em diferentes correntes teóricas. Assim, neste trabalho serão considerados do mesmo modo. Na seção seguinte, em meio à análise de contribuições nacionais aos estudos sobre o autoritarismo, essa consideração será discutida minuciosamente.

1.2.5. A alternativa teórica de Feldman e colaboradores à utilização dos construtos de Adorno *et al.* e de Altemeyer

Atualmente, as abordagens de Adorno *et al.* (1950/2019) e de Altemeyer (1981) acerca do autoritarismo psíquico correspondem às mais amplamente conhecidas abordagens psicométricas de tal construto e, nos últimos anos, em seus estudos acerca daquele, muitos autores têm se orientado por tais abordagens. Entretanto, apesar da amplitude da sua aplicação – e da sua adaptação a diferentes contextos –, tais escalas vieram a ser criticadas por vários acadêmicos. Anteriormente, mencionamos algumas de suas críticas, a exemplo da crítica do próprio Altemeyer (1981) ao trabalho de Adorno e de seus colaboradores (1950/2019). Factualmente, a escala F tem sido considerada como estatisticamente problemática em mais de um aspecto. Mas autores como Feldman e Stenner (1997) e, mais tarde, Vidigal (2022), não apenas apontaram problemas importantes na alternativa psicométrica de Altemeyer (1981), a

escala RWA, mas também concluíram que ela apresentaria ainda mais acentuadamente certas inconsistências apresentadas pela escala F.

Os autores entenderam que a *escala RWA*, assim como a *escala F*, incorre em certa *endogeneidade* – isto é, uma “circularidade operacional constitutiva”. Em ambas as escalas, estão incluídos itens (assertivas) os quais, segundo os seus críticos antes citados, ao invés de representar *dimensões* de um autoritarismo psíquico (isto é, predisposições autoritárias), representariam diretamente algumas de suas supostas consequências contextuais (por exemplo, preconceitos contra certas minorias). Justamente nesse sentido, Feldman (2003, pp. 44-45) afirmou que alguns itens da escala RWA soavam como medidas de *conservadorismo social*, e não de *autoritarismo*. Entretanto, os autores asseveraram que a escala RWA, criada por Altemeyer (1981) com o intuito de superar a escala F, incluiria maior proporção de itens com conteúdo explicitamente político, sendo ainda mais endógena que a escala de Adorno e colaboradores. Além disso, segundo Vidigal (2022), o centramento da escala F e da escala RWA na temática da ameaça social e da retórica autoritária acabaria sendo um estímulo à apresentação de respostas autoritárias pelos indivíduos avaliados. Esse enviesamento reduziria (ou mesmo anularia) a confiabilidade de tais escalas.

As críticas a tais escalas – algumas das quais, razoáveis – se somaram ao longo das décadas e, com o intuito de resolver as inconsistências anteriormente aventadas, Feldman e Stenner (1997) elaboraram a sua própria escala de mensuração do autoritarismo, originalmente (em inglês) denominada “*child-rearing values scale*” [CRV *scale*], a qual chamaremos (após tradução própria) de *escala de valores de educação infantil*. Os autores (1997) consideraram a socialização (educação) de uma criança como um evento severamente consequential. Certos valores, internalizados pelo indivíduo em sua infância, tenderiam a se manter em sua adultez: as atitudes correspondentes a tais valores tenderiam a ser relativamente estáveis. Provavelmente, indivíduos criados de modo autoritário viriam a assumir mais tarde os valores autoritários como ideais à educação de crianças.

Nesse sentido, os autores suspeitavam que os indivíduos mais autoritários, os quais sobrevalorizariam a conformidade social, mais provavelmente esperariam que a educação das crianças as condicionasse a se tornarem cidadãos socialmente “conformados”, obedientes. De outro lado, suspeitavam que os menos autoritários, os quais sobrevalorizariam a autonomia individual, esperariam que a educação das crianças as incentivasse a desenvolver tal autonomia. Os autores (1997) então desenvolveram um estudo mediante o qual avaliaram o nível de consistência de tais suspeitas e sustentaram empiricamente que certas opiniões de um indivíduo

sobre os valores a orientarem a educação das crianças seriam indicadores úteis de sua orientação autoritária.

Para indivíduos autoritários, a conformidade às normas estabelecidas – e a coesão social – seria mais importante que a autonomia individual e, especificamente nesse sentido, o entendimento de autoritarismo de Feldman e Stenner não difere daquele de Adorno *et al.* (1950/2019), de Altemeyer (1981) e Norris e Inglehart (2019). Existiria, em cada caso, um *trade-off* entre *autonomia individual* e *conformidade social*. Precisamente, o autoritarismo conceituado pelos autores (2003) seria entendido como uma *orientação psíquica* à sobrevalorização da conformidade social em detrimento da autonomia individual. Feldman (2020) considerou que a orientação autoritária de um indivíduo, “socialmente conformista”, o inclinaria a não tolerar a transgressão, de terceiros, às normas socialmente estabelecidas. Além disso, o inclinaria a não tolerar a constatação de crenças sócio-políticas consideradas como “desviantes”, assim como de qualquer crença considerada como ameaçadora à ordem social “em si”.

Durante a elaboração da sua *escala de valores de educação infantil*, os autores se atentaram às nuances anteriormente mencionadas do autoritarismo de modo a tornar tal escala mais apropriada à avaliação do nível de endosso de um respondente à “conformização” social infantil. Assim, tal escala inclui uma série de questões de “escolha forçada” direcionadas a explicitar os valores que os respondentes prefeririam que orientasse tal educação – isto é, as suas crenças acerca do modo como uma criança deveria ser educada. Nesse sentido, as questões condicionariam os respondentes a escolher entre os seguintes termos, opostos entre si, mas não antônimos um do outro: (1) “independente” v. “respeitoso pelos mais velhos”; (2) “obediente” v. “autônomo”; (3) “bem-comportado” v. “atencioso”; e (4) “curioso” v. “bem-educado”.

A aplicação de tal escala acaba organizando as preferências dos entrevistados em um *continuum*: em uma extremidade, constam os respondentes que acreditam que as crianças devam ser *bem-comportadas* (isto é, excessivamente adaptadas), *obedientes*, *respeitosas com os mais velhos* (no caso, submissas a estes) e *bem-educadas* (também, excessivamente adaptadas); no outro extremo, aqueles que acreditam que as crianças devam ser *independentes*, *autossuficientes*, *atenciosas* e *curiosas* (Feldman; Stenner, 1997). Em outros termos: as orientações relativas ao nível de autoritarismo mensuradas por tal escala estão distribuídas entre dois extremos: um centrado na autonomia individual (e na disposição à contestação à ordem socialmente estabelecida); o outro, na conformidade individual à ordem socialmente estabelecida (e na disposição a endossá-la de modo acrítico). A situação de um indivíduo nesse

continuum seria determinada pelo seu nível de endosso à autonomia individual (*versus* seu nível de endosso à conformidade à ordem mencionada (Feldman, 2003).

Feldman (2020) considerou a existência de atributos tais como *obediência, bom-comportamento e respeito aos mais velhos* em crianças como indicativa de uma compreensão hierárquica da instituição familiar, a qual seria comandada pela autoridade familiar, e que tal compreensão refletiria uma compreensão similar acerca do contexto político (não familiar). Pesquisas subsequentes, segundo Vasilopoulos (2022), atestaram a forte correlação entre a *escala de valores de educação infantil* e variadas supostas manifestações de autoritarismo, tais como preconceitos contra minorias sexuais e intolerâncias étnicas (Brandt; Henry, 2012; Brandt; Reyna, 2014; Cizmar *et al.*, 2016; Cohen; Smith, 2016; Oyamoto *et al.*, 2017; Stenner, 2005; Vasilopoulos; Lachat, 2018), Apoio à restrição das liberdades civis (Feldman, 2020; Hetherington; Weiler, 2009; Hetherington; Suhay, 2011), voto em partidos e candidatos de extrema-direita (Bakker *et al.*, 2021, Cohen; Smith, 2016; Dunn, 2015; Macwilliams, 2016; Vasilopoulos; Lachat, 2018), assim como uma oposição mais ampla à igualdade e adesão à tradição (Federico *et al.*, 2011).

De acordo com considerações de seus próprios desenvolvedores, a escala de valores de educação infantil seria melhor que as anteriores não somente em razão de sua – suposta⁷⁹ – *exogeneidade* a uma ampla variedade de atitudes políticas, mas também de sua “estabilidade temporal” (vide Engelhardt; Feldman; Hetherington, 2021). Desde a sua criação, a escala de Feldman e Stenner (1997) se disseminou razoavelmente em campos de conhecimento tais como a psicologia política – o seu instrumento psicométrico correspondente tendo sido inclusive utilizado em mais de uma onda da versão brasileira do *AmericasBarometer, survey* viabilizadora das análises empíricas realizadas nesta tese. Contudo, conforme à recordação de Vasilopoulos (2022), apesar de sua cada vez mais ampla aceitação acadêmica, o refinamento teórico-metodológico de Feldman e Stenner (1997) também acabou sendo criticado.⁸⁰ Mais adiante, quando estivermos, enfim, tornando ostensiva a nossa própria conceituação de *autoritarismo de direita*, abordaremos algumas das críticas a tal refinamento. Antes,

⁷⁹ Feldman e seus colaboradores elaboraram um questionário – correspondente à *escala de valores de educação infantil* – direcionado à mensuração do autoritarismo que supuseram ser ausente de conteúdo político. Mas sua suposição seria problemática.

⁸⁰ Conforme à recordação de Vasilopoulos (2022), Napier e Jost (2008) teriam criticado a conceituação de Feldman porque era muito limitada, pois descrevia a síndrome autoritária apenas em termos de convencionalismo e obediência, em vez de incluir outros importantes correlatos psicológicos de preconceito, como intolerância, rigidez cognitiva ou cinismo. Outros questionaram o conteúdo da escala, principalmente quanto à sua validade inter-racial no contexto norte-americano (Perez; Hetherington, 2014).

discutiremos sobre os mais importantes empreendimentos acadêmicos de mensuração do autoritarismo psíquico na sociedade brasileira do século XXI.

1.3. Contribuições atuais aos estudos sobre o autoritarismo psíquico⁸¹ no Brasil do século XXI

1.3.1. Adaptações brasileiras da noção original de personalidade autoritária

Nas últimas décadas, muitos dos estudos acerca do autoritarismo desenvolvidos no Brasil utilizaram como referencial teórico a obra de Adorno *et al.* (1950/2019). A divulgação desses estudos aumentou significativamente o conhecimento acadêmico acerca do autoritarismo, o qual se sedimentou na sociedade brasileira séculos antes da configuração de um bolsonarismo. No entanto, ainda que muitos estudiosos, em diversos campos, tenham referenciado os estudos adornianos, têm sido relativamente raras as adaptações de suas escalas psicométricas a casos brasileiros. Mais raras ainda, na ciência política. Carone (1995), consagrado comentador da obra de Adorno, ressaltou que, entre os elementos reconhecidos como necessários à consideração de uma escala psicométrica como uma adaptação propriamente dita da escala F de Adorno *et al.* (1950/2019), está a inclusão nela de no mínimo 12 itens dessa escala. Nesse caso, se observado esse critério, entre os escassos trabalhos nacionais nos quais se utilizaram *versões* (isto é, *adaptações* propriamente ditas) da escala F, estariam os estudos de Vilela *et al.* (2010), Crochík (2005, 2017) e Lima *et al.* (2020).

Décadas após a publicação original de *The Authoritarian Personality* (Adorno *et al.*, 1950/2019), Vilela *et al.* (2010) realizaram uma pesquisa empírica a respeito do autoritarismo em organizações nacionais e, nesse contexto, adaptaram a *escala F* de Adorno *et al.* (1950/2019) à realidade brasileira. Vilela *et al.* (2010) elaboraram – e validaram⁸² – uma *versão* da *escala F* de Adorno e colaboradores pela qual mensuraram não apenas as dimensões originais do construto adorniano de modo aproximado, mas também uma dimensão inédita (embora coerente com as demais).⁸³ O banco de dados utilizado era secundário, contando com

⁸¹ A essa altura, ressaltamos que, embora autores como Adorno *et al.* (1950/2019), Altemeyer e Stenner *et al.* não tenham utilizado recorrentemente a mesma expressão na designação do dito “autoritarismo psíquico”, utilizo nesta tese a expressão autoritarismo psíquico em certos excertos em que são comparados entre si os construtos de alguns desses autores, a exemplo da personalidade autoritária de Adorno *et al.* (1950/2019), do autoritarismo de direita (RWA) de Altemeyer e do autoritarismo de Stenner.

⁸² Vilela *et al.* (2010) obtiveram resultado no teste de validade *alfa de Cronbach* igual a 0,85.

⁸³ A escala originalmente desenvolvida por Adorno *et al.* (1950/2019) veio a ser alterada. Da escala F 40-45, que foi a escala final, foram eliminados oito itens, acrescentados três outros da escala F 60 e mais quatro itens em uma faceta denominada conservadorismo, baseada em De Paula (1993), com a finalidade de deixar a escala

mais de 10.000 testes da denominada “escala AUT”⁸⁴ aplicados a partir de 1983 – com maior concentração entre 1988 e 2007 – em trabalhadores de todos os níveis (estratégico, tático e operacional) de empresas de vários setores e tamanhos.⁸⁵ Mas a amostra do estudo, segundo Vilela *et al.* (2010) não era randômica. Ainda, seu estudo se inseriu na área da *administração* e não concerniu ao nível nacional – não sendo representativo, mais amplamente, do eleitorado brasileiro.

Já Crochík (2005, 2017) adaptou mais de uma escala adorniana à realidade brasileira, não restringindo sua adaptação à escala F. Nesse sentido, inclusive, Lima *et al.* (2020) afirmaram que Crochík veio a ser o pesquisador que mais se notabilizou no Brasil no uso de escalas psicométricas. Todavia, em um de seus estudos sobre o autoritarismo, o autor elaborou – e validou⁸⁶ – uma versão com 28 itens do questionário da *escala F* de Adorno e colaboradores, o qual era constituído de 40 itens. Em tal estudo, Crochík utilizou microdados primários e, além da escala F, empregou outras três escalas desenvolvidas por ele, as quais se denominaram: (i) escala de ideologia da racionalidade tecnológica; (ii) escala de características narcisistas de personalidade; e (iii) escala de manifestação de preconceitos.

Referenciando sua obra na teoria de Adorno *et al.* (1951) acerca da personalidade autoritária, Crochík (2005, 2017) considerou o autoritarismo como um complexo de disposições atitudinais. Contudo, os subconstrutos do autoritarismo analisados pelo autor vieram a ser, aproximadamente, aqueles analisados por Altemeyer em sua RWA. Desse modo, Crochík (2005, 2017) considerou o autoritarismo como um complexo de disposições atitudinais relacionadas com a submissão autoritária, com a agressividade autoritária e com o convencionalismo. De outro lado, o seu trabalho publicado em 2005 se referiu à análise, no início dos anos 2000, de estudantes dos cursos de psicologia e de administração de empresas no estado de São Paulo, não concernindo ao nível nacional – e não sendo representativo, mais amplamente, do eleitorado brasileiro. Tal trabalho tinha outros objetivos e existiriam restrições

mais adaptada à realidade brasileira. Além disso, foram incluídos outros 14 itens, também adaptando a escala à cultura de nosso país, dentro do espírito condutor das escalas F originais. Exemplos desses itens são frases como ‘diga-me com quem andas e te direi quem és’ ou ‘quem nasceu para tostão não chega a mil réis’ (Vilela; Carvalho Neto; Lopes, 2010).

⁸⁴ Os direitos autorais dessa escala pertencem a um grupo de treinamento e consultoria em recursos humanos, chamado SID-APA, que desde a década de 1980 a tem aplicado a pessoas de todos os níveis das organizações em vários estados do Brasil, formando hoje um banco de dados com mais de dez mil testes aplicados (Vilela, Carvalho Neto; Lopes, 2010).

⁸⁵ Coletaram-se os dados a partir dos dois grupos nos quais se incluem as unidades empíricas de análise, formados por pessoas que ocupam cargos nos níveis estratégico e tático em empresas de associação de capital e nas cooperativas, e que ou foram submetidas à escala nos últimos dez anos ou durante a pesquisa, de acordo com os critérios de escolha (Vilela; Carvalho Neto; Lopes, 2010).

⁸⁶ O autor obteve resultado no teste de validade *alfa de Cronbach* igual a 0,84.

à extrapolação de alguns de seus achados à sociedade brasileira. Além disso, seus estudos se inseriram mais na psicologia social do que na ciência política.

Por sua vez, Lima *et al.* (2020), mais recentemente, inspiraram metodologicamente seu estudo nos trabalhos de Crochík (2005, 2017), articulando sua noção de autoritarismo e utilizando uma versão de uma de suas escalas psicométricas. Mas os autores adaptaram tal escala de Crochík, de modo mais amplo, na análise das inclinações autoritárias do eleitorado brasileiro – mais diretamente na ciência política. Assim, os achados do estudo de Lima *et al.* (2020) se aproximariam mais do entendimento acerca da situação nacional do que aqueles oriundos dos trabalhos de Crochík. Lima *et al.* (2020) dimensionaram o autoritarismo na sociedade brasileira “a partir de quesitos encartados em uma pesquisa amostral de cobertura nacional realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Datafolha em março de 2017”. Nesse contexto, selecionaram os 15 itens com maiores cargas fatoriais da escala de autoritarismo elaborada por Crochík (2005) e adicionaram duas outras assertivas com intuítos específicos. Lima *et al.* (2020, p. 40-41) escreveram:

Como a pesquisa desenvolvida tinha que ser de rápida aplicação, foi construído um índice de apoio a posições autoritárias com a redução do número de enunciados da escala F, distribuindo as assertivas selecionadas pelas suas cargas fatoriais de forma equilibrada de acordo com as três subdimensões estruturantes que Adorno e, posteriormente, Crochík conceituaram como fenômenos associados a posturas autoritárias – submissão à autoridade, agressividade autoritária e convencionalismo [...] Adicionalmente, incluíram-se dois novos enunciados, um no intuito de mensurar a eventual influência da religiosidade na construção das representações sociais acerca da identidade dos policiais brasileiros (‘O policial é um guerreiro de Deus para impor a ordem e proteger as pessoas de bem’) e outro, para mensurar eventual preconceito com pobres após vários anos de investimento em programas de transferência de renda e combate à pobreza extrema (‘Pobreza é consequência da falta de vontade de querer trabalhar’).

Então, a partir destas 17 assertivas, o Datafolha aplicou 2.087 entrevistas, em uma amostra estatisticamente representativa da população brasileira com 16 anos ou mais e em 130 municípios de pequeno, médio e grande porte, entre os dias 7 e 11 de março de 2017. A amostra viabilizou a análise dos resultados por macrorregião do país, a margem de erro da pesquisa tendo sido de 2 pontos percentuais (para mais ou para menos), se considerando um intervalo de confiança de 95%. Na pesquisa, os autores recorreram à aplicação de técnicas de abordagem pessoal dos entrevistados “em pontos de fluxo populacionais a partir de questionários estruturados em seis níveis de concordância em relação às afirmações: concorda totalmente, concorda, concorda parcialmente; discorda parcialmente, discorda e discorda totalmente”.

Os resultados descritivos da pesquisa indicaram uma intensa concordância com valores ditos “autoritários”, sobretudo daqueles relacionados com a submissão à autoridade. 93% dos entrevistados concordaram (parcialmente, medianamente ou totalmente) com a assertiva segundo a qual “A obediência e o respeito à autoridade são as principais virtudes que devemos ensinar às nossas crianças”. No mesmo sentido, 85% concordaram com a assertiva segundo a qual “O que este país necessita, principalmente, antes de leis ou planos políticos, é de alguns líderes valentes, incansáveis e dedicados em quem o povo possa depositar a sua fé”. Os autores também stressaram que “mais de um terço dos entrevistados revelam menções totalmente concordantes com essas duas assertivas (43% e 34%, respectivamente)”.⁸⁷

Todavia, merece ressalva a seguinte consideração: Lima *et al.* (2020) – assim como Crochík e, décadas antes, Adorno *et al.* – não meramente elaboraram suas escalas psicométricas, mas as derivaram de *surveys* construídas “sob medida”. Por exemplo, Adorno e seus colaboradores (1950/2019) construíram e conduziram as *surveys* mediante as quais obtiveram os microdados necessários à elaboração de suas escalas. Então, construíram as *surveys* de modo a viabilizar a análise de tendências autoritárias individuais não necessariamente explícitas, e em uma sociedade amplamente considerada como democrática. Obviamente, o nível de consistência da aplicação de certa metodologia em determinado estudo dependerá do seu objeto de investigação. Não necessariamente, seria apropriada a articulação exata do construto desenvolvido por Adorno *et al.* – isto é, a sua noção específica de personalidade autoritária – no estudo da realidade brasileira mais recente. Provavelmente, inclusive, não o seria.

Contudo, conforme se evidenciou anteriormente, Vilela *et al.* (2010), Crochík (2005, 2017) e Lima *et al.* (2020) sustentaram a suposição de consistência do uso de uma versão da escala F adaptada à análise de casos brasileiros recentes, indicando indiretamente a relevância de estudos tais como o sintetizado nesta tese. Sobretudo, em um contexto marcado pela ascensão de atitudes, comportamentos e discursos ditos “autoritários”, os quais atualmente ameaçam de modo expressivo a integridade das instituições democráticas. Os trabalhos destes autores, mesmo tendo sido iniciados anteriormente ao estabelecimento de um bolsonarismo em

⁸⁷ Por outro lado, o trabalho de Lima *et al.* (2020) retomou a suposição de Fromm (1941) de que o aumento da sensação de insegurança de um indivíduo aumentaria o seu risco de adesão ao autoritarismo. Os autores compararam entre si o índice de apoio a posições autoritárias nos grupos com maior e menor medo da violência. Nesse sentido, identificaram diferenças significativas entre as médias do autoritarismo: no grupo com maior medo (M = 8,24, DP = 1,66), veio a ser constatado um índice de apoio a posições autoritárias maior que o constatado no grupo com menor medo (M = 7,88, DP = 1,74, p < 0,001).

nível nacional, apontariam indiretamente a viabilidade da adaptação da noção de personalidade autoritária ao estudo dos bolsonaristas.

No **capítulo 3**, são indicados alguns importantes elementos constitutivos da alternativa metodológica do estudo desenvolvido nesta tese, na qual se recortou a teoria freudiana contida na obra *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921/1986) e se construiu um instrumento psicométrico inspirado na escala F de Adorno *et al.* (1950/2019) apresentada em *The Authoritarian Personality*, com o intuito de examinar a relação entre o autoritarismo de direita e a atitude bolsonarista. A concepção do bolsonarismo como um movimento de massas autoritário de direita, mesmo que correspondente a um percentil menor que os 30% supostos por Safatle (2020),⁸⁸ ocasionou avanços nesta tese.

1.3.2. A adaptação de Vidigal da noção de autoritarismo de Feldman e Stenner

Posteriormente à vitória eleitoral de Bolsonaro em 2018, Vidigal (2022) desenvolveu um estudo em que examinou o modo como uma orientação (psíquica) social autoritária – segundo o autor, relacionada à conformidade social, à obediência e ao respeito à ordem social – resultaria em apoio eleitoral para candidatos autoritários de direita. Mas, diferentemente dos outros autores brasileiros mencionados que analisaram quantitativamente o autoritarismo da sociedade brasileira, Vidigal (2022) utilizou uma versão, adaptada por ele próprio, da escala de valores de educação infantil de Feldman e Stenner (1997).

Mais especificamente, Vidigal (2022) elaborou a sua versão da escala extraindo três variáveis do instrumento de 2018/2019 do *AmericasBarometer* (assim como os microdados resultantes de sua observação): as variáveis AB1 (independência *v.* respeito aos mais velhos), AB2 (obediência *v.* autonomia) e AB5 (criatividade *v.* disciplina).⁸⁹ Como se nota, apenas AB1 e AB2 correspondem exatamente a itens do instrumento original de Feldman e Stenner (1997), sendo AB5 uma variável apenas inspirada nas demais, mas não incluída no instrumento original. Os itens correspondentes à oposição entre *curiosidade* ou *boas maneiras* e à oposição entre *ser atencioso* ou *ser bem-comportado*, constantes no instrumento de Feldman e Stenner (1997), não integraram o instrumento do *AmericasBarometer* aplicado em 2019.

⁸⁸ Safatle (2020) estimou – exageradamente, segundo Sartori (2021) – a amplitude do dito bolsonarismo, ao menos em meados de 2020, como de cerca de 30% do eleitorado.

⁸⁹ No questionário, constam as seguintes assertivas: Falando das qualidades que as crianças devem ter, vou mencionar várias características e quero que me diga qual é mais importante para crianças: AB1: (1) Independência ou (2) Respeito aos mais velhos; AB2: (1) Obediência ou (2) Autonomia; AB5: (1) Criatividade ou (2) Disciplina.

Entre as supostas limitações de seu estudo, Vidigal (2022) apontou aquela resultante do uso de uma escala de mensuração do autoritarismo constituída por apenas três itens. Ainda que a escala tenha sido construída mediante a utilização daqueles que o autor (2022) considerou como os melhores dados disponíveis no *AmericasBarometer* e que o nível de confiabilidade do construto tenha sido considerado como aceitável por Vidigal (2022), este admitiu que tal nível teria sido abaixo daquele entendido academicamente como ideal. Engelhardt, Feldman e Hetherington (2021) ressaltaram que a utilização de um maior número de itens na construção de uma escala desse tipo melhoraria a sua capacidade de mensuração do autoritarismo, assim como seus efeitos preditivos. Possivelmente, segundo sugestão⁹⁰ do próprio autor (2022), os seus achados teriam sido ainda mais robustos caso tivesse sido construída uma escala constituída por um maior número de itens.

Entretanto, a despeito da limitação anteriormente mencionada, Vidigal (2022) concluiu que a consideração do autoritarismo seria indispensável a um entendimento mais razoável da emergência de líderes com inclinações autocráticas no interior de regimes democráticos. O autor ressaltou a utilidade da *escala de valores de educação infantil* não apenas da mensuração do autoritarismo, mas, também, no entendimento dos sentidos (direcionalidades) do voto e das clivagens eleitorais na América Latina. Nesse sentido, Vidigal (2022) concluiu que Bolsonaro ofereceu, na eleição de 2018, uma “opção de voto autoritário” (e não exatamente de “voto conservador”⁹¹), a sua candidatura tendo se empoderado entre os membros mais autoritários do eleitorado em razão do seu apelo às predisposições que sustentam essa *orientação psíquica*.

Por outro lado, Vidigal (2022) ressaltou que Cohen e Smith (2016) utilizaram a mesma estratégia de medição utilizada por ele – a qual consistiu em uma adaptação da escala de Feldman e Stenner –, mas em um contexto mais amplo, relativo à América Latina – e não restritamente, no contexto brasileiro. Nesse caso, Cohen e Smith (2016) validaram a escala de autoritarismo sustentando empiricamente que ela estaria associada a atributos individuais teoricamente relevantes, tais como intolerância política e apoio à censura da mídia. Já Vidigal (2022) escreveu que a sua versão da escala apresentou as relações esperadas com temáticas

⁹⁰ Ao citar trabalho de Ansolabehere; Rodden; Snyder (2008) no excerto em que discutia criticamente sobre a confiabilidade de sua própria versão da *CRV scale*, Vidigal (2022) sugeriu o modo pelo qual os seus achados teriam sido ainda mais robustos.

⁹¹ A diferenciação entre *conservadorismo* e *autoritarismo* seria importante nesse caso, sobretudo se considerando que Vidigal (2022) concluiu que, embora muitos eleitores brasileiros concordassem em 2018 com os posicionamentos políticos conservadores de Bolsonaro, a maioria de tais posicionamentos não teria determinado significativamente a sua opção eleitoral, mas o autoritarismo o teria. Porém, Vidigal (2022) analisou tais posicionamentos isoladamente, não construindo um instrumento psicométrico que contasse também simultaneamente com o nível de concordância com tais posicionamentos. A construção e a aplicação de tal instrumento veio a ser realizada nesta tese.

socialmente importantes, entre as quais constam crenças acerca da sexualidade e atitudes religiosas e políticas – mesmo tendo realizado o controle de variáveis sociodemográficas e da variável *ideologia*.

No **capítulo 5** desta tese, discutiremos mais detidamente sobre os resultados do estudo de Vidigal (2022), não apenas em razão da existência de certa similaridade – e analogia – entre as nossas problemáticas de pesquisa, mas também em decorrência da utilização, comum entre nós, de certas variáveis – ainda que, conforme atestaremos, tenham existido diferenças marcantes na construção de nossos instrumentos psicométricos. A seguir, já tendo apresentado as mais importantes contribuições (psicométricas) atuais aos estudos sobre o autoritarismo psíquico no Brasil do século XXI, apresentaremos (em meio a uma discussão minuciosa sobre seus aspectos mais relevantes) nosso construto denominado “autoritarismo de direita”.

Antecipamos, entretanto, que a versão de Vidigal (2022) da *CRV scale*, constituída pelas três variáveis mencionadas, corresponderá exatamente a uma das *dimensões* constitutivas do *autoritarismo de direita* conceituado nesta tese; e, que os objetivos de Vidigal (2022) – e nesse caso também a sua variável dependente – eram diferentes dos nossos. O autor analisou a importância das *dimensões* “isoladamente”, não construindo um *instrumento psicométrico* (a exemplo de um *índice*) que contasse com cada uma delas simultaneamente. Já nesta tese, a construção e a aplicação de tal *instrumento* veio a ser considerada, inclusive, como necessária à consecução de nossos objetivos.

1.4. Delimitação conceitual: a noção de autoritarismo de direita da psicologia social analiticamente orientada à ciência política

1.4.1. Aproximações iniciais entre os construtos análogos e as dimensões do novo construto

As disputas acerca da significação de certos termos (sobretudo, aqueles recorrentemente utilizados no debate público) não deixam de ser consequenciais. A estabilização da assunção de um significado por um termo ocasiona efeitos sobre vários aspectos da realidade social e costuma condicionar, inclusive, a constituição de subjetividades. Nesse caso, em um estudo como este, a nossa decisão sobre o sentido a ser atribuído ao termo “autoritarismo” (ou, mais especificamente, à conceituação do autoritarismo psíquico) não deixaria de ter consequências. Anteriormente nesta seção, a expressão “autoritarismo de direita” veio a ser utilizada em certas situações, mas não conceituamos ostensivamente esta noção de suma importância na análise

desenvolvida nesta tese. **Em que ela se diferencia das noções análogas a ela?** Algumas aproximações, com as teorias dos autores antes referidos, assumem importância a essa altura.

Conforme asseveramos, tal noção se assemelha em alguns sentidos à noção adorniana da personalidade autoritária e, sobretudo, às noções de autoritarismo elaboradas por Crochík (2005, 2017) e por Lima *et al.* (2020), inspiradas na de Adorno *et al.* (1950/2019) – ainda que existam diferenças relevantes entre tais noções. Mas também se aproximaria do construto de Altemeyer (1996) denominado “*right-wing Authoritarianism*” [autoritarismo de direita], com o qual, inclusive, compartilha o nome. Altemeyer (1996), Crochík (2005, 2017) e Lima *et al.* (2020) consideraram o autoritarismo (psíquico) como um complexo de disposições atitudinais relacionadas com três dimensões: (i) a submissividade autoritária; (ii) a agressividade autoritária; e (iii) o convencionalismo. Esses três subconstrutos, aproximadamente incluídos entre as nove dimensões da personalidade autoritária concebida por Adorno *et al.* (1950/2019). Altemeyer (1996) e Lima *et al.* (2020) não referenciaram diretamente sua conceituação na teoria freudiana acerca das massas. Já o trabalho de Crochík (2005, 2017), assim como o estudo correspondente a esta tese, esteve referenciado, ainda que não de modo acrítico, nesta teoria.

Por outro lado, embora inseridos em outra tradição teórica, Norris e Inglehart (2019) também entenderam certo *conservadorismo* (alternativamente, *convencionalismo* ou *conformismo*) e certa *submissividade acrítica à autoridade* (alternativamente, *lealdade*) como constitutivos do autoritarismo, atribuindo a esses elementos certa centralidade em sua conceituação do autoritarismo. Assim, mais diretamente na ciência política, Norris e Inglehart (2019) entenderam o autoritarismo no mesmo registro que os autores anteriormente mencionados – isto é, no registro psíquico – e de modo análogo a estes – nesse caso, como certo complexo de atitudes não imediatamente explícito e aproximadamente mensurável.

Ao menos desde 2013, no cenário nacional, vieram a ser cada vez mais comuns movimentos de massa que, embora não se autoidentificassem nomeadamente como autoritários, articulavam em sua retórica vários elementos reconhecidos desse modo por Adorno *et al.* (1950/2019). Autores tais como Singer (2021) conceberam a vitória eleitoral de Bolsonaro em 2018 como resultante de uma “reativação das direitas” e, nesse caso, do “conservadorismo”, um dos elementos concebidos como constitutivos do autoritarismo na obra de diversos estudiosos – de Adorno *et al.* (1950/2019) a Norris e Inglehart (2019).

A noção de autoritarismo de direita utilizada nesta tese, embora remeta à concepção de Adorno *et al.* (1950/2019) inserida na psicologia social (analiticamente orientada), será utilizada na análise de um contexto diferente do analisado por tais autores e, assim, um tratamento desta variável – inclusive, estatístico – veio a ser necessário à manutenção de sua

consistência. Ainda, conforme ressaltamos, o instrumento psicométrico utilizado nesta tese, mesmo sendo original, não resultou de uma *survey* construída “sob medida”. As variáveis constitutivas de cada uma das dimensões do autoritarismo de direita considerados neste trabalho vieram a ser extraídas estrategicamente do *AmericasBarometer*.

A análise realizada mais adiante nesta tese evidenciará a consistência de um novo instrumento psicométrico, apenas inspirado na *escala F*, aqui denominado “instrumento AD-BR”, pelo qual se viabiliza a mensuração do *autoritarismo de direita* no cenário brasileiro. **Quais vieram a ser, entretanto, seus elementos constitutivos?** Conforme explicaremos mais detidamente no capítulo 3, os elementos a serem correspondidos a dimensões do autoritarismo de direita concebido neste estudo são: (i) submissividade⁹² à autoridade familiar; (ii) submissividade à autoridade militar; (iii) antidemocraticidade (submissividade à autoridade política); (iv) agressividade autoritária; e (v) convencionalismo (nesse caso, o que inclui o conservadorismo e certa preocupação com a sexualidade de outrem).

A (i) *submissividade* de um indivíduo à *autoridade familiar* corresponde à sua idealização da atitude de concordância incondicional com as autoridades⁹³ em âmbito doméstico. Nesse caso, de modo indireto, o nível desta *submissividade* seria avaliado mediante a mensuração do nível de importância atribuída a certos valores autoritários (tais como *respeito aos mais velhos, obediência e disciplina*), sobretudo no ensino de uma criança. Já a (ii) *submissividade* de um indivíduo à *autoridade militar* corresponde à sua idealização da atitude de concordância incondicional com as autoridades oficiais armadas. Assim, o nível desta *submissividade* seria avaliado em alguma medida caso se mensurasse, por exemplo, o nível de confiança nas Forças Armadas e, na Polícia Militar. Ainda que as duas modalidades de *submissividade à autoridade (familiar e institucional)* tenham sido inspiradas numa mesma dimensão da personalidade autoritária concebida por Adorno *et al.* (1950/2019), seriam relativamente autônomas uma em relação à outra, não necessariamente estando mais relacionadas entre si que com a *agressividade autoritária* ou, com o *convencionalismo*.

Por sua vez, a (iii) *antidemocraticidade (submissividade à autoridade política)* corresponde a certa idealização da atitude de concordância incondicional com as normas estabelecidas em contexto político institucional. Desse modo, o nível desta dimensão seria avaliado indiretamente mediante a mensuração do nível de importância atribuído à

⁹² Embora não esteja dicionarizado, o termo “submissividade” é utilizado de modo a designar uma disposição (isto é, uma tendência) atitudinal, se diferenciando do termo “submissão”, o qual designaria meramente um estado momentâneo.

⁹³ Em uma sociedade patriarcal tal como a brasileira, muito comumente as autoridades entendidas como integrantes do sexo-gênero masculino.

concordância com o modo de governo atual (e não com o atual representante do governo em si). A (iv) *agressividade autoritária*, se considerada a realidade brasileira mais recente, corresponderia a um complexo de atitudes remetidas a uma abordagem agressiva contra indivíduos os quais tenham contrariado convenções sociais – sendo muito comumente identificados como “bandidos” e, então, como inimigos, merecedores da violência exercida contra eles. O nível desta dimensão, de modo indireto, seria avaliado por exemplo mediante a mensuração do nível de concordância com a condenação à morte de um indivíduo o qual tenha cometido assassinato; e, ainda, mediante a mensuração do nível de disposição ao (auto)armamentismo.

Além disso, o (v) *convencionalismo* na realidade brasileira consistiria em uma orientação por convenções sociais tradicionais, tais como aquelas concernentes ao endosso – comumente seletivo – do machismo, da cis-heteronormatividade, etc. Por exemplo, o nível de convencionalismo de um indivíduo seria avaliado em alguma medida caso se mensurasse o seu nível de concordância com a concessão, a indivíduos reconhecidos como homossexuais, de direitos inicialmente concedidos somente a indivíduos reconhecidos como heterossexuais. Também, caso se mensurasse o seu nível de concordância com a crença na superioridade das capacidades políticas de indivíduos entendidos socialmente como homens.

Esses elementos têm sido amplamente reconhecidos na literatura nacional como constitutivos da configuração mais atual do autoritarismo situado à direita do espectro político e, não à toa, são constatadas no *AmericasBarometer* certas variáveis (sobretudo, questões) com as quais seriam avaliadas tais dimensões. Estas variáveis serão evidenciadas no **capítulo 2**, na *seção* na qual discutimos sobre a ***construção das dimensões do instrumento AD-BR (2018/2019)***. Essa subdivisão da noção de *autoritarismo de direita* vem a ser interessante, já que mantém, simultaneamente: a consistência da orientação teórica – a qual inclui sua compatibilidade com importantes teorias acerca dos autoritarismos internacional e brasileiro – ; e a constatação empírica – isto é, a corroboração mediante análise estatística.

1.4.2. A temporalidade implicada na concepção do construto, o estatuto de compatibilidade entre os construtos e algumas desambiguações relevantes

Os microdados relativos à versão de 2018/2019 do *AmericasBarometer*, assim como aqueles relativos às demais versões, resultaram da realização de uma *survey* e, assim, a observação de uma variável em um indivíduo correspondeu comumente à sua resposta a uma questão. As observações de variáveis em um mesmo indivíduo ocorreram em um curto intervalo

de tempo (afinal, a resposta de um indivíduo ao questionário nunca excede algumas dezenas de minutos). Entretanto, a comparação entre algumas das variáveis observadas indica a sua expressão de uma temporalidade. Para o caso analisado nesta tese, relativo ao autoritarismo psíquico, seriam no mínimo três os momentos expressos pelas variáveis.

As variáveis constitutivas da dimensão do autoritarismo denominada "submissividade acrítica à autoridade familiar" representam indiretamente características constituídas e estabelecidas ainda entre a infância e a adolescência de um indivíduo, no ambiente familiar, mediante uma série de experiências relativas a seus modelos de identificação. Desse modo, esta dimensão consistiria na tendência autoritária original, em seu núcleo central. Já outros elementos psíquicos, entendidos como constitutivos do construto denominado "autoritarismo de direita", teriam se estabelecido mais tarde, entre a adolescência e a adultez, mas se estabilizariam em complexos psíquicos.

Nesse sentido, aquelas variáveis (constitutivas do construto de Feldman e Stenner e correspondentes à dimensão do autoritarismo de direita denominada "submissividade acrítica à autoridade familiar") mantêm certa primazia temporal em relação às demais variáveis constitutivas de dimensões do autoritarismo de direita, a exemplo da *submissividade acrítica à autoridade militar*, à *agressividade autoritária*, ao *conservadorismo*, etc. Isto é: ainda que se entenda o autoritarismo de direita brasileiro como um construto o qual se constitui por certas dimensões outras que não a *submissividade acrítica à autoridade familiar*, esta terá sido concebida como determinante das demais, ainda que não determinante de cada uma delas na mesma medida.

Nesta série causal, a idealização de Bolsonaro por um indivíduo teria vindo a ocorrer ainda mais tardiamente – no caso dos respondentes do questionário, necessariamente em sua adultez –, em um momento no qual o autoritarismo de direita já teria se estabelecido naquele indivíduo. Em certos casos, os elementos mais intensamente implicados na mencionada idealização teria sido o reconhecimento em Bolsonaro de traços autoritários correspondentes aos representados por certos complexos de respostas ao questionário – isto é, representados por certos valores assumidos pelas variáveis de interesse. Não à toa, na construção de seu modelo de regressão logística, no qual a variável a ser explicada era o voto em Bolsonaro em 1.º turno em 2018, Vidigal (2022) utilizou como variáveis independentes aquelas relativas a características de interesse na análise do autoritarismo (*submissividade acrítica à autoridade militar*, *agressividade autoritária*, *conservadorismo* etc.).

A discussão recém realizada, acerca da temporalidade implicada na concepção do nosso construto original (o autoritarismo de direita), acaba antecipando elementos de **uma outra**

discussão, mais especificamente **acerca do sentido (direcionalidade) da relação entre o autoritarismo de direita e a atitude bolsonarista**. Esta **será realizada mais adiante nesta tese em contexto oportuno**, já que, nesta seção, intencionamos caracterizar o nosso construto, mas ainda não investigar sobre a razoabilidade da suposição de que as inclinações autoritárias de direita disporiam o indivíduo a incorrer em tal *atitude*.

Por outro lado, existem incompatibilidades entre as teorias mais amplamente conhecidas acerca do autoritarismo psíquico: a teoria da personalidade autoritária de Adorno *et al.*, a teoria do autoritarismo de direita (RWA) de Altemeyer e a teoria do autoritarismo de Feldman e Stenner. O sentido assumido pelo termo “autoritarismo” em cada uma dessas teorias acaba a diferenciando das demais. Cada um destes autores entendeu o autoritarismo psíquico como constituído por diferentes elementos (embora existam similaridades entre alguns de seus elementos constitutivos concebidos nestas teorias). Além disso, existem elementos que alguns destes autores conceberam como dimensões (elementos constitutivos) daquele construto, mas que vieram a ser entendido como efeitos (consequências) deste construto na teoria de outro(s).

Na teoria de Feldman e Stenner (1997), o autoritarismo é concebido como uma orientação psíquica sedimentada durante a infância e correspondente a certo complexo de valores. Entre os elementos concebidos pelos autores como os indicadores mais úteis de uma orientação individual autoritária está o complexo de crenças individuais relativas à socialização (de crianças). Isto é, as crenças individuais acerca do modo como uma criança deveria ser educada. Nesse contexto, consideraremos nesta tese tal complexo de crenças de um indivíduo como relacionado com a sua *submissividade à autoridade familiar*. A suposição de Feldman e Stenner (1997) seria aquela de que o modo como o indivíduo é socializado o condiciona à sua inserção no espectro [*continuum*] do autoritarismo, deixando marcas psíquicas (na prática, determinando o estabelecimento de valores, crenças etc.). O núcleo do autoritarismo psíquico corresponderia a uma tendência à *submissividade à autoridade familiar*. Por sua vez, em certos contextos sociais, tal *submissividade* teria consequências tais como o estabelecimento de atitudes e de crenças entendidas como conservadoras.

Adorno *et al.* (1950/2019) conceberam a personalidade autoritária como constituída por mais de uma dimensão, o número de dimensões tendo variado conforme o desenvolvimento de sua obra. Altemeyer (1996) também concebeu o autoritarismo de direita como constituído por dimensões (ainda que por um número menor de dimensões que o definido por Adorno *et al.*). Embora não tenham concebido uma dimensão do autoritarismo exclusivamente remetida ao âmbito familiar, Adorno *et al.* (1950/2019) e Altemeyer (1996) conceberam uma dimensão que denominaram "submissividade à autoridade", a qual em alguns casos remeteria a esse âmbito.

As demais dimensões, a exemplo do convencionalismo e da agressividade autoritária estariam correlacionadas com esta. Mas, na concepção de Feldman e Stenner (1997), as variáveis utilizadas por Adorno *et al.* (1950/2019) e por Altemeyer (1996) na mensuração indireta do autoritarismo seriam mais corretamente entendidas como consequências de certa disposição autoritária, do que como dimensões do mesmo construto. No nosso entendimento, a dimensão considerada por Feldman e Stenner (1997) como nuclear do autoritarismo (e como implicada no desenvolvimento das supostas outras dimensões) seria aquela relacionada com a submissividade à autoridade familiar.

Desse modo, entendemos que os autores anteriormente mencionados não teorizaram exatamente sobre o mesmo objeto: ainda que todos tenham usado o termo "autoritarismo" (ou uma expressão que o incluía) na designação de seus objetos, alguns deles centraram suas análises sobre um objeto, mas, outros deles, apenas sobre suas supostas consequências. Embora tenhamos reconhecido a importância da abordagem de Feldman e Stenner (sobretudo de suas considerações acerca da relevância da "dimensão familiar" na conceituação do autoritarismo), a depender do contexto, as supostas consequências deste autoritarismo viriam a ser dimensões de outro construto, o autoritarismo de direita. Reconhecemos a razoabilidade da crítica de Feldman e Stenner aos construtos "multidimensionais" de outros autores (a exemplo de Adorno *et al.* e de Altemeyer), mas acreditamos que a consideração destes construtos como consequências do autoritarismo concebido por Feldman e Stenner venha a ser uma alternativa mais consistente à mera exclusão de um dos construtos. Na versão de 2018 do *AmericasBarometer*, existem tanto variáveis utilizáveis na análise da dimensão nuclear do autoritarismo (relativa à submissividade à autoridade familiar), como variáveis utilizáveis na análise das dimensões do autoritarismo de direita.

1.4.3. A vantagem do uso do novo construto neste estudo

A revisão crítica destas teorias acerca do autoritarismo psíquico ocasiona a seguinte conclusão: ainda que se considere como consistente o instrumento de mensuração do autoritarismo de Feldman e Stenner (1997), muitas das considerações (tanto *suposições* como *achados*) dos outros autores acerca do autoritarismo psíquico seriam razoáveis. Além disso, certas modificações de outras dessas considerações, seguidas à sua minuciosa revisão crítica, ocasionariam a sua utilidade prática. Após realizada a revisão crítica dos referenciais teóricos mobilizados nesta tese na abordagem teórico-analítica do autoritarismo, caberia uma explicação

acerca deles que indicasse o modo como se articulariam alguns de seus elementos constitutivos e quais deles efetivamente orientarão a nossa abordagem, nesta tese, do autoritarismo de direita.

Para tanto, explicitaremos a distinção entre o modo como entendemos o *autoritarismo* e o modo como entendemos o *autoritarismo de direita*. Primeiramente, ressaltamos que o autoritarismo consistiria em uma disposição psíquica, constituída ainda durante a infância, a certos comportamentos ditos “autoritários”. Já o construto denominado “autoritarismo de direita”, concebido nesta tese, será considerado como representativo de uma orientação psíquica (nesse caso, um complexo de valores) sedimentada entre a infância e a adolescência de um indivíduo, mas constituído por diferentes dimensões, as quais não seriam constituídas simultaneamente.

O autoritarismo de alguns indivíduos se complexificaria em meio ao seu desenvolvimento, vindo a ser mais tarde um “autoritarismo de direita”. Em conformidade com a concepção de Feldman e Stenner de autoritarismo, considerarei nesta tese como a dimensão nuclear do autoritarismo (isto é, como a primeira dimensão a se constituir individualmente) aquela resultante da internalização, no ambiente familiar, de uma série de valores relacionados à submissividade acrítica do indivíduo à autoridade. Esta dimensão, como mencionado, seria constituída mais comumente em meio à socialização ainda nos primeiros anos de vida individual e seria a dimensão original do autoritarismo de direita.

Não deixamos de considerar que as outras dimensões, tais como (i) o *conservadorismo*, (ii) a *submissividade acrítica do indivíduo à autoridade militar*, (iii) a *antidemocraticidade* e (iv) a *agressividade autoritária*, viriam a constituí-la mais tarde (e não necessariamente em um mesmo momento). Provavelmente, seriam em alguma medida (ainda que não inteiramente) consequências da dimensão original do autoritarismo, estando relacionadas com ela. **A nossa decisão de não excluir do construto (*autoritarismo de direita*) as demais dimensões seria adequada aos propósitos específicos desta tese: analisar a relação entre o *autoritarismo de direita* e a *atitude bolsonarista*.**

Para entender os elementos implicados na idealização de Bolsonaro pelos ditos “bolsonaristas”, assim como a identificação destes com aquele, seria indispensável considerar não apenas a dimensão original do autoritarismo, relativa à crença de que as crianças devam ser criadas de modo dito “autoritário”; mas, sim, o complexo de dimensões diretamente relacionadas com a dimensão original. Pretendemos saber, afinal, não somente se a submissividade acrítica do indivíduo à autoridade familiar acarretou a idealização de Bolsonaro por aquele; mas, mais especificamente, se seu “autoritarismo de direita” determinou tal idealização. O complexo “autoritarismo de direita” (constituído também

pelo convencionalismo, pela submissividade acrítica do indivíduo à autoridade militar, pela antidemocraticidade e pela agressividade autoritária) seria tão intensamente explicativo da idealização mencionada quanto a dimensão original do autoritarismo?

Tal interrogação será respondida no **capítulo 5** desta tese, mas, antes, seria necessária uma análise minuciosa da consistência do nosso construto original. Além disso, seria importante uma maior compreensão sobre a variação do autoritarismo de direita na sociedade brasileira nos últimos anos – o que serviria à avaliação da *suposição acerca do estatuto de ativação do autoritarismo de direita*. Entretanto, nesse contexto, ressaltamos que o cumprimento com os objetivos deste estudo depende necessariamente da análise estatística de dados individuais (microdados). Por sua vez, tal análise estatística dependeria da utilização de certas variáveis incluídas em *survey*. Nesta tese, conforme indicamos, as variáveis consideradas vieram a ser extraídas – estrategicamente – de diferentes ondas do *AmericasBarometer* (*surveys* realizadas pelo *LAPOP* com amostras representativas do setor adulto do eleitorado brasileiro), mas não seria intuitivo o modo como tais variáveis seriam utilizadas para o cumprimento daqueles objetivos. Nesse sentido, a realização de cada uma das nossas análises empíricas será entremeada por explicações metodológicas minuciosas.

2. O AUTORITARISMO DE DIREITA NO BRASIL DO SÉCULO XXI: ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO E ANÁLISE EMPÍRICA

Ainda na **introdução** desta tese, questionamos se os níveis de autoritarismo de direita do eleitorado brasileiro em anos anteriores a 2018 (ano da ampliação do movimento bolsonarista para o nível nacional) eram menores do que aqueles observados imediatamente após tal estabelecimento, no início de 2019. Mas a mensuração dos níveis de autoritarismo de direita no cenário brasileiro dos últimos anos, assim como uma comparação minuciosa entre eles, dependeria da utilização de um instrumento psicométrico. Justamente nesse sentido, na introdução, indicamos as duas novidades metodológicas desta tese, das quais a primeira consistiu na construção do denominado instrumento AD-BR, instrumento inédito pelo qual se viabilizariam tanto a mensuração quanto a comparação mencionadas.

Inicialmente neste **capítulo**, descreveremos o modo como construímos – e como validamos – o instrumento psicométrico mencionado. Então, mediante a sua aplicação, analisaremos o nível de autoritarismo de direita na sociedade brasileira em 2019, alguns meses após o estabelecimento do bolsonarismo em âmbito nacional, analisando também as associações entre autoritarismo de direita e certas outras variáveis – mediante o uso dos microdados da onda de 2018/2019 do *AmericasBarometer*. Em seguida, analisaremos o nível de autoritarismo de direita na sociedade brasileira em anos anteriores ao do estabelecimento antes referido: 2012 (na metade inicial do primeiro mandato de Dilma Rousseff), 2014 (na segunda metade do primeiro mandato de Dilma) e 2017 (durante o mandato de Temer). Como indicamos, a opção pela análise desses períodos viabilizaria o teste da hipótese de que o autoritarismo de direita estivera amplamente estabelecido, mas inativado, nos anos anteriores ao da eleição de Bolsonaro. Finalmente, compararemos todos os anos entre si: tanto o construto (“como um todo”) quanto algumas de suas dimensões (“isoladamente”).

Embora os achados do estudo de Lima *et al.* (2020) tenham apontado que, em 2017, os níveis de autoritarismo do eleitorado brasileiro eram já expressivos, os autores não realizaram no seu estudo nenhuma comparação entre diferentes recortes temporais. Menos ainda, entre 2017 e qualquer ano após o do estabelecimento do bolsonarismo. Pretendemos, nesse caso, testar as nossas suposições de que: (i) o autoritarismo de direita já estava amplamente estabelecido nos anos anteriores ao da eleição de Bolsonaro (se comparados entre si os seus níveis anteriores ao seu nível atual); e, mais ousadamente, (ii) o seu nível médio em anos anteriores era similar (embora não idêntico) ao seu correspondente em 2018. Esperamos,

adicionalmente, aventar elementos utilizáveis no exame da suposição de que tal autoritarismo, anteriormente a 2018, teria estado apenas inativado e que certos eventos, contextualmente, teriam acarretado sua *ativação*.

2.1. A aplicação da noção de autoritarismo de direita: construção e validação do instrumento AD-BR

2.1.1. Considerações iniciais sobre o instrumento AD-BR

Anteriormente, afirmamos que, utilizando microdados oriundos do *AmericasBarometer*, seria elaborado nesta tese um instrumento psicométrico utilizável na mensuração dos níveis de autoritarismo de direita do eleitorado brasileiro em diferentes momentos históricos: o denominado “instrumento AD-BR”. Além disso, indicamos que esse instrumento seria inspirado em certa medida na escala F elaborada por Adorno *et al.* (1950/2019), mas ressaltamos, mais pragmaticamente, que a noção de autoritarismo de direita elaborada nesta tese se assemelharia não somente à noção adorniana de personalidade autoritária, mas também às noções de autoritarismo de Crochík (2005, 2017) e de Lima *et al.* (2020) e, à noção de autoritarismo de direita de Altemeyer (1996).

Por meio da elaboração do instrumento AD-BR, consideramos mais diretamente uma série de elementos – nesse caso, dimensões – concebidos como característicos da configuração atual do autoritarismo de direita estabelecido na sociedade brasileira – e não de uma modalidade de autoritarismo psíquico estabelecida em outro contexto sociocultural. Contudo, até o momento, apenas indicamos quais seriam as dimensões de tal modalidade de autoritarismo (concebido originalmente nesta tese) – e afirmamos que as variáveis utilizadas na construção destas dimensões vieram a ser extraídas de ondas do *AmericasBarometer* –, mas não chegamos a explicitar quais seriam tais variáveis.

Em meio a uma análise do questionário constitutivo do *AmericasBarometer 2018/2019* – orientada em alguma medida pela teoria de Adorno –,⁹⁴ elaboramos o construto *autoritarismo de direita* de modo este que se constituísse pelas as seguintes dimensões:

⁹⁴ Por meio da análise dos microdados contidos no *AmericasBarometer*, obviamente, não seria consistentemente mensurável cada um dos aspectos da personalidade autoritária concebida por Adorno *et al.* (1950/2019); nem mesmo por Lima *et al.* (2020). Mas a análise contida nesta tese evidenciou a consistência de um novo *instrumento psicométrico*, inspirado na escala F adorniana e no índice de mensuração do autoritarismo de Lima *et al.* (2020), aqui denominado instrumento AD-BR, pelo qual se mensura o autoritarismo de direita no Brasil.

- i. submissividade à autoridade familiar (constituída por variáveis resultantes do tratamento de AB1, AB2 e AB5);⁹⁵
- ii. submissividade à autoridade militar (constituída por variáveis resultantes do tratamento de B12 e B18);⁹⁶
- iii. antidemocraticidade (isto é, submissividade à autoridade política) (constituída por variáveis resultantes do tratamento de D1, D2, D3 e D4);⁹⁷
- iv. agressividade autoritária (constituída por variáveis resultantes do tratamento de CAPITAL1⁹⁸ e ARM2⁹⁹);
- v. convencionalismo (constituída por variáveis resultantes do tratamento de D5,¹⁰⁰ D6 e VB50¹⁰¹).

Essas cinco dimensões são amplamente reconhecidas na literatura nacional como constitutivas do autoritarismo situado à direita do espectro político e, segundo a nossa indicação, são constatadas no *AmericasBarometer 2018/2019* variáveis com as quais seriam avaliáveis tais dimensões. Factualmente, em cada uma das ondas do *AmericasBarometer* utilizadas nesta tese, as variáveis constitutivas de ao menos três das dimensões (do autoritarismo de direita) vieram a ser observadas. Por exemplo, as três variáveis constitutivas da dimensão

⁹⁵ Falando das qualidades que as crianças devem ter, vou mencionar várias características e quero que me diga qual é mais importante para crianças: AB1: (1) Independência ou (2) Respeito aos mais velhos; AB2: (1) Obediência ou (2) Autonomia; AB5: (1) Criatividade ou (2) Disciplina.

⁹⁶ No questionário, constam as seguintes variáveis, respondíveis numa escala de 1-7: B12. Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança nas Forças Armadas [o Exército]? e B18. Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança na Polícia Militar?.

⁹⁷ No questionário, constam as seguintes variáveis, respondíveis numa escala de 1-10: D1. Existem pessoas que sempre falam mal da forma de governo do Brasil, não somente do governo atual, mas sim da forma de governo. O quanto o(a) sr./sra. aprova ou desaprova o direito de votar dessas pessoas? D2. O quanto o(a) sr./sra. aprova ou desaprova que essas pessoas, que sempre falam mal da forma de governo, realizem manifestações pacíficas com o propósito de expressar seus pontos de vista? D3. O quanto o(a) sr./sra. aprova ou desaprova que essas pessoas, que sempre falam mal da forma de governo do Brasil, possam se candidatar a cargos públicos? D4. O quanto o(a) sr./sra. aprova ou desaprova que essas pessoas, que sempre falam mal da forma de governo, apareçam na televisão para discursar?

⁹⁸ No questionário, consta a seguinte variável, denominada CAPITAL1: O(A) sr./sra. é a favor ou contra a pena de morte para pessoas que cometeram assassinato? (1) A favor (2) Contra.

⁹⁹ No questionário, consta a seguinte variável, denominada ARM2: Se o(a) sr./sra. pudesse, teria uma arma de fogo como um revólver ou espingarda para sua proteção? (1) Sim (2) Não (888888) Não sabe [NÃO LER] (988888) Não responde [NÃO LER].

¹⁰⁰ No questionário, constam as seguintes variáveis, respondíveis em escala de 1-10: D5. E agora, mudando de assunto e pensando nos homossexuais, o quanto o(a) sr./sra. aprova ou desaprova que essas pessoas possam se candidatar para cargos públicos? D6. O quanto o(a) sr./sra. aprova ou desaprova que casais homossexuais tenham o direito de se casar?

¹⁰¹ No questionário, consta a seguinte variável, denominada VB50: Alguns dizem que, em geral, os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres. O(A) sr./sra. concorda muito, concorda, discorda, ou discorda muito? (1) Concorda muito (2) Concorda (3) Discorda (4) Discorda muito (888888) Não sabe [NÃO LER] (988888) Não responde [NÃO LER]. A variável VB50 veio a ser reparametrizada nesta tese de modo que o valor da nova variável (VB50t) variasse entre 0 e 10.

submissividade à autoridade familiar somente vieram a ser observadas nas ondas de 2012 e de 2018/2019; mas, utilizando os microdados oriundos de qualquer uma entre as outras ondas (2014 e 2017), a construção dos (sub)instrumentos correspondentes às dimensões (ii) submissividade à autoridade militar, (iii) antidemocraticidade e (v) convencionalismo veio a ser viabilizada (pela observação das suas variáveis correspondentes).

A construção de um instrumento “completo”, que incluísse não apenas as cinco dimensões anteriormente descritas, mas cada uma das variáveis consideradas como constitutivas de cada uma delas, somente seria viável se utilizada a onda de 2018/2019 do *AmericasBarometer*: nas demais ondas, nem todas as *variáveis* se apresentaram. Nesse sentido, nesta tese, somente montamos o *instrumento AD-BR* “completo” utilizando a onda de 2018/2019 do *AmericasBarometer*.

2.1.2. A construção das dimensões do instrumento AD-BR (2018/2019)

Conforme afirmamos anteriormente, o instrumento AD-BR “completo”, de 2018/2019, conta com cinco dimensões. Passaremos agora à descrição da construção do (sub)instrumento correspondente a cada uma dessas dimensões, mediada pela exposição de considerações importantes sobre sua análise estatística descritiva.

A variável Dim1, correspondente à dimensão *submissividade à autoridade familiar*, veio a ser construída mediante associação entre estas três variáveis: Dim1_V1 (resultante do tratamento de AB1, que opunha entre si *independência* e *respeito aos mais velhos*); Dim1_V2 (resultante do tratamento de AB2, que opunha entre si *obediência* e *autonomia*); Dim1_V3 (resultante do tratamento de AB5, que opunha entre si *criatividade* e *disciplina*). Nesse sentido, seria assemelhada à escala de valores de educação infantil de Vidigal (2022). As interrogações correspondentes a essas três variáveis somente vieram a ser realizadas em aproximadamente metade da amostra. As estatísticas descritivas relativas às variáveis tratadas (Dim1_V1, Dim1_V2, Dim1_V3) são apresentadas na Tabela 1.

Ressaltamos que as médias dessas variáveis (resultantes de tratamento) vieram a ser relativamente altas e, nesse sentido, consideramos que o brasileiro médio estava, em 2019, absolutamente inclinado a escolher *respeito aos mais velhos* em detrimento de *independência* (Média=9,63, DP=1,84) e a escolher *obediência* em detrimento de *autonomia* (Média=9,29, DP=2,51). Além disso, a média da dimensão submissividade à autoridade familiar (0-10), considerada uma amostra de 594 indivíduos, é de 8,83 (DP=2,03). Nesse sentido, o eleitor brasileiro médio soa expressivamente concordante com a submissividade à autoridade familiar.

Tabela 1 – Sumarização das estatísticas descritivas relativas às variáveis Dim1_V1, Dim1_V2 e Dim1_V3 e Dim1

	Núm. de obs.	Média	Desv. Padrão	Esc. Mín.	Esc. Máx.
Dim1_V1	596	9,63	1,84	0	10
Dim1_V2	595	9,29	2,51	0	10
Dim1_V3	595	7,55	4,20	0	10
Dim1	594	8,83	2,03	0	10

Fonte: elaboração do autor.

A variável Dim2, correspondente à dimensão *submissividade à autoridade militar*, veio a ser construída mediante associação entre as seguintes duas variáveis: Dim2_V1 (resultante do tratamento de B12, que mensurava o nível de confiança nas Forças Armadas) e Dim2_V2 (resultante do tratamento de B18, que mensurava o nível de confiança na Polícia Militar). As interrogações correspondentes a essas duas variáveis vieram a ser realizadas na maioria da amostra. As estatísticas descritivas relativas às variáveis tratadas (Dim2_V1 e Dim2_V2) são apresentadas na Tabela 2.

Ressaltamos que o brasileiro médio teria confiado de modo razoável, mas não expressivo (Média=6,92, DP=3,30), nas Forças Armadas em 2019 e que seu nível de confiança na Polícia Militar era mediano (Média=5,68, DP=3,39). Já a média da dimensão submissividade à autoridade militar (0-10), considerada uma amostra de 1473 indivíduos, é de 6,29 (DP=2,85). Nesse sentido, o eleitor brasileiro médio soa minimamente (mas não expressivamente) concordante com a submissividade à autoridade militar.

Tabela 2 – Sumarização das estatísticas descritivas relativas às variáveis Dim2_V1 e Dim2_V2, e Dim2

	Núm. de Obs.	Média	Desv. Padrão	Esc. Mín.	Esc. Máx.
Dim2_V1	1476	6,92	3,30	0	10
Dim2_V2	1487	5,68	3,39	0	10
Dim2	1473	6,29	2,85	0	10

Fonte: elaboração do autor.

A variável Dim3, correspondente à dimensão *antidemocraticidade* (isto é, *submissividade à autoridade política*), veio a ser construída mediante associação entre estas quatro variáveis: Dim3_V1 (resultante do tratamento de D1, que mensurava o nível de aprovação ao direito de votar dos que maldizem a democracia), Dim3_V2 (resultante do tratamento de D2, que mensurava o nível de aprovação às manifestações pacíficas dos que

maldizem a democracia), Dim3_V3 (resultante do tratamento de D3, que mensurava o nível de aprovação às candidaturas a cargos públicos dos que maldizem a democracia) e Dim3_V4 (resultante do tratamento de D4, que mensurava o nível de aprovação ao aparecimento dos que maldizem a democracia na televisão discursando). As interrogações correspondentes a essas quatro variáveis vieram a ser realizadas na maioria da amostra. As estatísticas descritivas relativas às variáveis tratadas (Dim2_V1 e Dim2_V2) são apresentadas na Tabela 3.

Ressaltamos que as médias dessas variáveis (resultantes de tratamento) vieram a ser “medianas”. Os escores mais baixos resultaram da observação das variáveis Dim3_V2 (nível de reprovação às manifestações pacíficas dos que maldizem a democracia), 3,86 (DP=3,28), e Dim3_V1 (nível de reprovação ao direito de votar dos que maldizem a democracia), 4,03 (DP=3,12). Já os escores mais altos resultaram da observação das variáveis Dim3_V3 (nível de reprovação às candidaturas a cargos públicos dos que maldizem a democracia), 5,32 (DP=3,47), e Dim3_V4 (nível de reprovação ao aparecimento dos que maldizem a democracia na televisão discursando), 5,49 (DP=3,47). A média da dimensão antidemocraticidade (0-10), considerada uma amostra de 1468 indivíduos, é de 4,67 (DP=2,56). Nesse sentido, o eleitor brasileiro médio não soa expressivamente antidemocrático.

Tabela 3 – Sumarização das estatísticas descritivas relativas às variáveis Dim3_V1, Dim3_V2, Dim3_V3 e Dim3_V4, e Dim3

	Núm. de obs.	Média	Desv. Padrão	Esc. Mín.	Esc. Máx.
Dim3_V1	1485	4,03	3,12	0	10
Dim3_V2	1484	3,86	3,28	0	10
Dim3_V3	1484	5,32	3,47	0	10
Dim3_V4	1480	5,49	3,47	0	10
Dim3	1468	4,67	2,56	0	10

Fonte: elaboração do autor.

A variável Dim4, correspondente à dimensão agressividade autoritária, veio a ser construída mediante associação entre estas duas variáveis: Dim4_V1 (resultante do tratamento de CAPITAL1, que mensurava o estatuto de apoio à instituição de pena de morte para assassinos) e Dim4_V2 (resultante do tratamento de ARM2, que mensurava o estatuto da vontade de ter arma de fogo). As interrogações correspondentes a estas duas variáveis vieram a ser realizadas na maioria da amostra. As estatísticas descritivas relativas às variáveis tratadas (Dim4_V1 e Dim4_V2) são apresentadas na Tabela 4.

Ressaltamos que as médias dessas variáveis (resultantes de tratamento) vieram a ser “medianas”. O menor escore resultou da observação da variável Dim4_V2 (nível de vontade de

ter arma de fogo), 4,34 (DP=4,96); e o maior escore resultou da observação da variável Dim3_V1 (nível de apoio à instituição de pena de morte para assassinos), 5,21 (DP=5,00). Já a média da dimensão agressividade autoritária (0-10), considerada uma amostra de 1439 indivíduos, é de 4,79 (DP=3,88). Nesse sentido, o eleitor brasileiro médio não soa autoritariamente agressivo: está situado de modo intermediário na escala de agressividade autoritária.

Tabela 4 – Sumarização das estatísticas descritivas relativas às variáveis Dim4_V1 e Dim4_V2, e Dim4

	Núm. de obs.	Média	Desv. Padrão	Esc. Mín.	Esc. Máx.
Dim4_V1	1446	5,21	5,00	0	10
Dim4_V2	1490	4,34	4,96	0	10
Dim4	1439	4,79	3,88	0	10

Fonte: elaboração do autor.

A variável Dim5, correspondente à dimensão *convencionalismo*, veio a ser construída mediante associação entre estas três variáveis: Dim5_V1 (resultante do tratamento de D5, que mensurava o nível de aprovação a candidaturas de homossexuais), Dim5_V2 (resultante do tratamento de D6, que mensurava o nível de aprovação a casamentos homossexuais) e Dim5_V3 (resultante do tratamento de VB50, que mensurava o nível de concordância com o enunciado “homens são melhores líderes”). As interrogações correspondentes a essas duas variáveis vieram a ser realizadas na maioria da amostra. As estatísticas descritivas relativas às variáveis tratadas (Dim5_V1, Dim5_V2 e Dim5_V3) são apresentadas na Tabela 5.

Ressaltamos que as médias dessas variáveis (resultantes de tratamento) vieram a ser baixas (isto é, todas menores que 5,0). O menor escore resultou da observação da variável Dim5_V3 (nível de discordância com o enunciado “homens são melhores líderes”), 3,14 (DP=2,75); e o maior escore resultou da observação da variável Dim5_V2 (nível de reprovação a casamentos homossexuais), 4,76 (DP=4,21). A média da dimensão convencionalismo (0-10), para uma amostra de 1447 indivíduos, é de 3,78 (DP=2,69). De acordo com tais achados, o eleitor brasileiro médio não soa conservador. Provavelmente, entretanto, a expressiva desajustabilidade social (relacionada ao assunto a que se referem as variáveis Dim5_1 e Dim5_2) tenha ocasionado uma suavização das respostas. Por isso, essa dimensão serviria melhor à realização de análises comparativas (temporais ou espaciais).

Tabela 5 – Sumarização das estatísticas descritivas relativas às variáveis Dim5_V1, Dim5_V2 e Dim5_V3, e Dim5

	Núm. de obs.	Média	Desv. Padrão	Esc. Mín.	Esc. Máx.
Dim5_V1	1471	3,45	3,60	0	10
Dim5_V2	1472	4,76	4,21	0	10
Dim5_V3	1475	3,14	2,75	0	10
Dim5	1447	3,78	2,69	0	10

Fonte: elaboração do autor.

2.1.3. A validação das dimensões do instrumento

Anteriormente, construímos os (sub)instrumentos correspondentes às dimensões constitutivas do instrumento AD-BR (2018/2019) completo e, a seguir, avaliaremos o nível de consistência interna de cada um deles. Nesse caso, esperaríamos encontrar consistência interna, por exemplo, no instrumento correspondente à dimensão (i) submissividade à autoridade familiar, de modo que se constatasse associação entre AB1, AB2 e AB5. O mesmo se esperaria daqueles instrumentos correspondentes às dimensões (ii) submissividade à autoridade militar, (iii) antidemocraticidade, (iv) agressividade autoritária e (v) convencionalismo. Para avaliar o nível da consistência interna relativa a cada suposta dimensão, construímos uma matriz de correlações entre as variáveis constitutivas de cada dimensão e analisamos os achados. Por meio da análise de tais achados, examinamos a força (e o nível de significância estatística) da associação entre as variáveis constitutivas de cada dimensão. Além disso, com o intuito de testar sua confiabilidade de modo mais abrangente, calculamos (e interpretamos o resultado do cálculo) do coeficiente alfa de *Crombach*.

A matriz de correlações das variáveis constitutivas da dimensão *submissividade à autoridade familiar* (Dim1) corresponde à Tabela 6. Ressaltamos que os valores dos coeficientes de correlação entre a variável Dim1_V3 e as outras duas variáveis,¹⁰² embora estatisticamente significativos, são comumente considerados como fracos. Já o valor do coeficiente da correlação entre Dim1_V1 e Dim1_V2, $\rho=0,32$ ($P<0,000$), é considerado como razoável. Isto é, a escolha por *respeito aos mais velhos* (em detrimento de *independência*) e a escolha por *obediência* (em detrimento de *autonomia*) estavam razoavelmente correlacionadas entre si no eleitorado brasileiro em 2019. Entretanto, a escolha por *disciplina* (em detrimento de *criatividade*) não estava tão correlacionada às escolhas anteriormente mencionadas.

¹⁰² Dim1_V2 x Dim1_V3: $\rho=0,16$; ($P<0,000$). Dim1_V2 x Dim1_V3: $\rho=0,21$ ($P<0,000$).

De outro lado, avaliamos a confiabilidade do instrumento correspondente à dimensão mediante o cálculo do coeficiente alfa de *Cronbach*. Por meio desse cálculo, obtivemos o valor 0,40. Vidigal (2022), após ter recorrido a outro tratamento das mesmas variáveis (AB1, AB2 e AB5) da onda de 2018/2019 do *AmericasBarometer*,¹⁰³ construiu sua própria escala e, mediante o cálculo do alfa, obteve o valor 0,51 – o qual considerou como semelhante aos comumente relatados em estudos eleitorais, inclusive realizados na América Latina, situados entre 0,58 e 0,65.¹⁰⁴ Já Cohen e Smith (2016), anteriormente, tinham relatado a obtenção de valores entre 0,19 e 0,56 em estudos relativos à América Latina. Obviamente, o valor de 0,40 seria inferior ao considerado como ideal – ainda que existam divergências sobre qual seria o valor ideal –, mas o consideramos como razoável.

Conforme afirmamos anteriormente (na **seção 1.3.2**), Engelhardt, Feldman e Hetherington (2021) asseveraram que a utilização de um maior número de itens na construção de um instrumento desse tipo melhoraria a sua capacidade de mensuração do autoritarismo, assim como seus efeitos preditivos. Possivelmente, segundo a sugestão de Vidigal (2022), os seus achados – resultantes da utilização análoga das mesmas variáveis – teriam sido ainda mais robustos caso tivesse sido construído um instrumento constituído por um maior número de itens.

Tabela 6 – Matriz de correlações entre variáveis constitutivas de dimensão submissividade à autoridade familiar

	Dim1_V1	Dim1_V2	Dim1_V3
Dim1_V1	-	-	-
Dim1_V2	0,32*	-	-
Dim1_V3	0,16*	0,21*	-

Nota: (*) = $p < 0,000$.

Fonte: elaboração do autor.

Em seguida, analisamos a matriz de correlações das variáveis constitutivas da dimensão *submissividade à autoridade militar* (Dim2), correspondente à Tabela 7. Ressaltamos que o coeficiente da correlação entre Dim2_V1 e Dim2_V2, $\rho = 0,46$ ($P < 0,000$) é considerado como razoável. Isto é, o nível de confiança nas Forças Armadas e o nível de confiança na Polícia Militar estavam razoavelmente correlacionados entre si no eleitorado brasileiro em 2019. Além disso, o cálculo do coeficiente alfa de Cronbach resultou no valor 0,63, o qual supera o valor

¹⁰³ Nesse caso, Vidigal (2022) adaptou a escala de valores de educação infantil de Feldman e Stenner (1997).

¹⁰⁴ Por exemplo, Vidigal (2022) recordou que, nesse sentido, Knuckey e Hassan (2020) relatam valores de alfas de Cronbach entre 0,58 e 0,65 em Estudos Eleitorais Nacionais Americanos, realizados de 1992 a 2016. Já Cohen e Smith (2016) relatam valores entre 0,19 e 0,56 na América Latina.

obtido por Vidigal (2022) e se aproxima do valor mais alto obtido em estudo relativo à América Latina de acordo com o relatado por Cohen e Smith (2016). Assim, consideramos tal valor como razoável. De modo mais abrangente, considerando todos os coeficientes – os de correlação e o alfa de Cronbach –, entendemos o (sub)instrumento correspondente a essa dimensão como internamente consistente e confiável.

Tabela 7 – Matriz de correlações entre variáveis constitutivas da dimensão submissividade à autoridade militar

	Dim2_V1	Dim2_V2
Dim2_V1	-	-
Dim2_V2	0,46*	-

Nota: (*) = $p < 0,000$.

Fonte: elaboração do autor.

A matriz de correlações das variáveis constitutivas da dimensão *antidemocraticidade* (Dim3) corresponde à Tabela 8. Ressaltamos que todos os coeficientes de correlação encontrados são razoáveis e estatisticamente significativos. Aqueles entre a variável Dim3_V1 e as outras três variáveis¹⁰⁵ são os mais fracos entre todos. Já o coeficiente da correlação entre Dim3_V3 e Dim3_V4, $\rho = 0,64$ ($P < 0,000$), é o maior deles, sendo comumente considerado como razoável. Isto é, em 2019 no eleitorado brasileiro, o nível de reprovação ao direito de votar dos que maldizem a democracia não esteve tão correlacionado às demais variáveis quanto as demais a outras variáveis. O nível de reprovação às candidaturas a cargos públicos dos que maldizem a democracia e o nível de reprovação ao aparecimento dos que maldizem a democracia na televisão (discursando) estavam razoavelmente correlacionados entre si.

Adicionalmente, do cálculo de seu coeficiente alfa de Cronbach, obtivemos o valor 0,77, o qual supera cada um dos valores anteriormente relatados, tanto por Vidigal (2022) quanto por Cohen e Smith (2016). Nesse caso, consideramos tal valor como excepcional, inclusive sendo o maior entre os valores calculados de alfa entre as dimensões. Então, considerando todos os coeficientes – os de correlação e o alfa de Cronbach –, entendemos o (sub)instrumento correspondente a esta *dimensão* como internamente consistente e confiável.

¹⁰⁵ Dim3_V1 x Dim3_V2: $\rho = 0,36$ ($P < 0,000$); Dim3_V1 x Dim3_V3: $\rho = 0,36$ ($P < 0,000$); e Dim3_V1 x Dim3_V4: $\rho = 0,34$ ($P < 0,000$).

Tabela 8 – Matriz de correlações entre variáveis constitutivas de dimensão antidemocraticidade

	Dim3_V1	Dim3_V2	Dim3_V3	Dim3_V4
Dim3_V1	-	-	-	-
Dim3_V2	0,36*	-	-	-
Dim3_V3	0,36*	0,48*	-	-
Dim3_V4	0,34*	0,49*	0,64*	

Nota: (*) = $p < 0,000$.

Fonte: elaboração do autor.

Analizamos também a matriz de correlações das variáveis constitutivas da dimensão *agressividade autoritária* (Dim4), correspondente à Tabela 9. Ressaltamos que o coeficiente da correlação entre Dim4_V1 e Dim4_V2, $\rho=0,21$ ($P < 0,000$), é comumente considerado como fraco. Isto é, o nível de apoio à instituição de pena de morte para assassinos e o nível de vontade de ter arma de fogo não estavam razoavelmente correlacionadas entre si no eleitorado brasileiro como um todo em 2019. Também obtivemos o valor 0,35 do cálculo de seu coeficiente alfa de Cronbach. Entre as cinco dimensões, esta consiste naquela com menores coeficientes, tanto de correlação quanto alfa. Ainda assim, entendemos este valor como aceitável e a dimensão, como internamente consistente e confiável, sobretudo em razão do seu referendado teórico.

Tabela 9 – Matriz de correlações entre variáveis constitutivas da dimensão agressividade autoritária

	Dim4_V1	Dim4_V2
Dim4_V1	-	-
Dim4_V2	0,21*	-

Nota: (*) = $p < 0,000$.

Fonte: elaboração do autor.

Finalmente, analisamos a matriz de correlações das variáveis constitutivas da dimensão *convencionalismo* (Dim5), correspondente à Tabela 10. Ressaltamos que os coeficientes da correlação entre a variável Dim5_V3 e as outras duas variáveis,¹⁰⁶ embora estatisticamente significativos, são comumente considerados como fracos. Já o coeficiente da correlação entre Dim5_V1 e Dim5_V2, $\rho=0,58$ ($P < 0,000$), é considerado como forte. Isto é, em 2019, no eleitorado brasileiro, o nível de concordância com o enunciado “homens são melhores líderes”, considerado como expressivo do machismo, não estava tão correlacionado com os níveis de reprovação a candidaturas de homossexuais e a casamentos homossexuais. Mas o nível de

¹⁰⁶ Dim5_V1 x Dim5_V3: $\rho=0,21$ ($P < 0,000$); Dim5_V2 x Dim5_V3: $\rho=0,23$ ($P < 0,000$).

reprovação a candidaturas de homossexuais e o nível de reprovação a casamentos homossexuais estavam razoavelmente correlacionados entre si.

Já o cálculo do coeficiente alfa resultou no valor 0,62, similar àquele relativo à dimensão submissividade à autoridade militar – e, identicamente a este último, também superando o valor obtido por Vidigal (2022) e se aproximando do valor mais alto obtido em estudo relativo à America Latina de acordo com relato de Cohen e Smith (2016). Desse modo, consideramos tal valor como razoável e a dimensão como internamente consistente.

Tabela 10 – Matriz de correlações entre variáveis constitutivas da dimensão convencionalismo

	Dim5_V1	Dim5_V2	Dim5_V3
Dim5_V1	-	-	-
Dim5_V2	0,58*	-	-
Dim5_V3	0,21*	0,23*	-

Nota: (*) = $p < 0,000$.

Fonte: elaboração do autor.

Por meio da análise dos coeficientes contidos nas matrizes de correlações antes apresentadas, constatamos que a associação entre as variáveis internas a cada dimensão ocorreu com significância estatística – ainda que em níveis muito variados. E mediante a análise dos alfas antes mencionados, constatamos a sua aceitabilidade. Nesse caso, consideramos como razoável a atribuição de consistência interna (e de confiabilidade) aos instrumentos correspondentes às dimensões descritas (as quais constituirão o construto denominado “autoritarismo de direita”).

2.1.4. A construção dos instrumentos AD-BR

O instrumento AD-BR (2018/2019) completo (5D) veio a ser construído mediante a realização de duas etapas: (i) a associação entre as cinco variáveis correspondentes às dimensões Dim1 (submissividade à autoridade familiar), Dim2 (submissividade à autoridade militar), Dim3 (antidemocraticidade), Dim4 (agressividade autoritária) e Dim5 (convencionalismo); e (ii) a reparametrização do resultado de tal associação, de modo que a escala varie de 0 a 10. As estatísticas descritivas relativas ao instrumento AD-BR (2018/2019) completo (correspondente à variável 5D) são apresentadas na Tabela 11.

Tabela 11 – Sumarização das estatísticas descritivas relativas ao instrumento AD-BR (2018/2019) completo (5D)

	Núm. de obs.	Média	Desv. Padrão	Esc. Mín.	Esc. Máx.
Instrumento AD-BR	549	5,67	0,72	0	9,05

Fonte: elaboração do autor.

Contudo, a esta altura, ressaltamos que, em algumas das análises realizadas mais adiante nesta tese, utilizamos também versões incompletas do instrumento AD-BR (2018/2019), isto é, instrumentos construídos mediante associação entre apenas algumas entre as cinco dimensões antes consideradas – Dim1, Dim2, Dim3, Dim4 e Dim5. Mais especificamente, as duas versões (incompletas) são o instrumento AD-BR (2018/2019) 4D e o instrumento AD-BR comparativo (3D). A aplicação desses instrumentos alternativos ocorrerá em momento mais oportuno, mas, a seguir, descrevemos a razão de sua elaboração.

Ainda que tenhamos reconhecido a importância da consideração da variável Dim1 (nível de submissividade à autoridade familiar) na análise do autoritarismo de direita, ela apenas se aplicou a aproximadamente metade da amostra relativa ao estudo. Nesse caso, decidimos elaborar também uma versão quadridimensional (4D) do instrumento AD-BR (2018/2019), a ser utilizada em algumas análises neste **capítulo** e, também, nas análises de regressão logística mais adiante – no **capítulo 5**. Esta versão veio a ser construída mediante associação entre as outras quatro dimensões – Dim2, Dim3, Dim4 e Dim5 – e variaria de 0 a 10. As estatísticas descritivas relativas ao instrumento AD-BR (2018/2019) incompleto 4D são apresentadas na Tabela 12.

Tabela 12 – Sumarização das estatísticas descritivas relativas ao instrumento AD-BR (2018/2019) 4D

	Núm. de obs.	Média	Desv. Padr.	Esc. Mín.	Esc. Máx.
Instrumento AD-BR 4D	1380	4,87	1,67	0	9,17

Fonte: elaboração do autor.

Podemos constatar que a média do instrumento AD-BR (2018/2019) 4D, 4,87 (DP=1,67), é menor do que a da escala completa, 5,67 (DP=0,72). Não à toa: a dimensão excluída da construção da escala incompleta quadridimensional, Dim1, é aquela que teve a maior média: 8,83 (DP=2,03).

Por outro lado, as únicas dimensões do autoritarismo de direita avaliadas “inteiramente” (isto é, mediante observação de cada uma de suas variáveis constitutivas) em cada uma das ondas consideradas do *AmericasBarometer* (2012, 2014, 2017 e, 2018/2019) são: Dim2

(submissividade à autoridade militar); Dim3 (antidemocraticidade); e Dim5 (convencionalismo). Nesse caso, decidimos adicionalmente elaborar uma versão do instrumento AD-BR (2018/2019) a qual contasse somente com estas três dimensões, para a realização de comparações entre os níveis de autoritarismo de direita observados em diferentes ondas, de modo padronizado. Esta versão veio a ser construída mediante associação entre as três dimensões mencionadas e também varia de 0 a 10. As estatísticas descritivas relativas ao instrumento AD-BR (2018/2019) comparativo (3D) são apresentadas na Tabela 13.

Tabela 13 – Sumarização das estatísticas descritivas relativas ao instrumento AD-BR (2018/2019) comparativo (3D)

	N. de obs.	Média	Desv. Padrão	Esc. Mín.	Esc. Máx.
Instrumento AD-BR comparativo	1417	4,90	1,71	0	9,91

Fonte: elaboração do autor.

Podemos constatar que a média da variável 3D, correspondente ao instrumento AD-BR comparativo, 4,90 (DP=1,71), assim como a média da variável 4D, é menor do que a da escala completa, 5,67 (DP=0,72).

2.1.5. A validação do instrumento *AD-BR* (2018/2019) completo

Posteriormente à avaliação da consistência interna das dimensões do instrumento AD-BR (2018/2019) completo (5D), avaliaremos a consistência interna do instrumento “em si”. Nesse caso, analogamente ao ocorrido com Lima *et al.* (2020) na construção de seu índice de autoritarismo, esperamos encontrar uma associação (estatisticamente significativa) entre as seguintes variáveis, correspondentes a dimensões do instrumento AD-BR completo: Dim1 (submissividade à autoridade familiar); Dim2 (submissividade à autoridade militar); Dim3 (antidemocraticidade); Dim4 (agressividade autoritária); e Dim5 (convencionalismo). Realizamos a avaliação do nível de consistência interna do instrumento em três etapas: (i) construímos (e analisamos os achados de) uma matriz de correlações entre as suas dimensões; (ii) realizamos (e analisamos os achados de) uma análise fatorial completa (com rotação) do construto; e (iii) testamos a confiabilidade do indicador (mediante o cálculo do valor do alfa de *Crombach*).

Na Tabela 14, apresentamos a matriz de correlações entre as variáveis correspondentes a dimensões do instrumento AD-BR completo. Ressaltamos que os valores dos coeficientes de correlação estatisticamente significativos estão aquém do ideal, o que era esperado se

considerados os valores dos coeficientes de correlação entre as variáveis constitutivas de cada uma das dimensões – todos os quais eram estatisticamente significativos, mas muitos dos quais eram incipientes. Ainda assim, nesse caso, a validação do instrumento não será inviabilizada.

Tabela 14 – Matriz de correlações entre variáveis correspondentes a dimensões do instrumento AD-BR completo

	Dim1	Dim2	Dim3	Dim4	Dim5
Dim1	-	-	-	-	-
Dim2	0,67	-	-	-	-
Dim3	0,16*	0,00	-	-	-
Dim4	0,13**	0,07**	0,02*	-	-
Dim5	0,17**	0,09**	0,22**	0,05	

Notas: (*) = $p < 0,05$; (**) = $p < 0,01$.

Fonte: elaboração do autor.

Por meio da realização de análise fatorial (mediante aplicação do método de *componentes principais*) e da subsequente rotação (ortogonal, mediante aplicação do método *varimax*), encontramos, para cada uma das variáveis constitutivas do instrumento AD-BR completo, sua carga fatorial rotacionada (matriz padrão). Apresentamos os resultados imediatos mais abrangentes da análise fatorial na Tabela 15 e as cargas fatoriais na Tabela 16. A rotação fatorial tende a tornar mais intuitiva a interpretação dos achados de uma análise fatorial, já que, após sua ocorrência, cada variável virá a somente apresentar carga elevada em um – único – fator, necessariamente vindo a apresentar cargas incipientes nos demais fatores.

Tabela 15 – Resultados mais abrangentes da análise fatorial completa (com rotação)

	N. de obs.	Fatores retidos	N.º de parâmetros	Prob>chi2
Análise fatorial	549	5	60	0.0000

Fonte: elaboração do autor.

Tabela 16 – Cargas fatoriais rotacionadas (matriz padrão)

	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5
Dim1_V1	0,0561	0,0793	0,2214	0,6865	0,0397
Dim1_V2	0,1321	0,1692	0,0214	0,7176	0,0180
Dim1_V3	0,0105	-0,0160	-0,1374	0,6383	0,0793
Dim2_V1	0,0202	0,0755	0,7952	0,1233	0,2101
Dim2_V2	0,0093	-0,0359	0,8566	-0,0361	-0,0934
Dim3_V1	0,5891	0,1947	-0,1426	-0,0305	-0,0252
Dim3_V2	0,7529	0,1477	0,0271	0,0494	-0,1354
Dim3_V3	0,8303	0,0419	-0,0224	0,1012	0,0761
Dim3_V4	0,8282	0,0385	0,0770	0,0268	0,0582
Dim4_V1	0,0909	-0,0939	-0,0330	0,1690	0,7314
Dim4_V2	-0,0473	0,1447	0,1016	-0,0523	0,7974
Dim5_V1	0,1565	0,8366	-0,0139	0,0128	0,0473
Dim5_V2	0,0807	0,8601	0,0096	0,1195	0,0317
Dim5_V3	-0,1290	0,4975	0,2110	0,0450	-0,0738

Fonte: elaboração do autor.

A análise fatorial completa realizada sobre as cinco dimensões indicou a razoabilidade do recorte teórico originador de tais dimensões. Isto é, cada um dos cinco fatores correspondeu razoavelmente a apenas uma das cinco dimensões, não tendo ocorrido correspondência de mais de um fator com uma mesma dimensão; nem de mais de uma dimensão com um mesmo fator. Conforme afirmamos anteriormente, essa subdivisão do construto autoritarismo de direita vem a ser interessante, já que mantém: a consistência da orientação teórica – a qual inclui sua compatibilidade com importantes teorias acerca dos autoritarismos internacional e brasileiro – ; e a constatação empírica – isto é, a corroboração mediante análise estatística. Na Tabela 17 apresentamos os fatores correspondentes a dimensões do instrumento AD-BR completo.

Tabela 17 – Matriz de rotação fatorial

	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5
Fator 1	0,7938	0,4960	0,0989	0,3205	0,1070
Fator 2	-0,5183	0,4128	0,5823	0,3664	0,2961
Fator 3	0,2630	-0,7490	0,4228	0,2602	0,3512
Fator 4	0,1707	-0,0566	-0,6825	0,5905	0,3914
Fator 5	0,0544	0,1391	-0,0815	-0,5888	0,7902

Fonte: elaboração do autor.

A confiabilidade do instrumento AD-BR completo veio a ser avaliada mediante o cálculo do coeficiente alfa de *Cronbach*. Por meio desse cálculo, obtivemos o valor 0,679. A essa altura, entretanto, seria apropriada a seguinte interrogação: seria tal valor suficiente? Como descrevemos antes (na **seção 2.1.3**), Vidigal (2022), recorrendo ao uso do banco de dados da onda de 2018/2019 do *AmericasBarometer*, construiu sua própria escala e, mediante o cálculo do alfa, obteve o valor 0,51 – o qual considerou como semelhante aos comumente relatados em estudos eleitorais, inclusive realizados na América Latina, situados entre 0,58 e 0,65.¹⁰⁷ Portanto, o valor do alfa correspondente ao instrumento AD-BR completo (0,679) supera todos os mencionados. Assim, constatamos a consistência interna ao construto denominado “autoritarismo de direita” mensurado pelo instrumento antes referido.

Já os valores do alfa encontrados por Lima *et al.* (2020) – em meio à validação de seu índice de autoritarismo – e por Crochík (2005) – em meio à validação de sua escala de mensuração do autoritarismo – eram mais altos. Lima *et al.* (2020) obtiveram o valor 0,824. Crochík (2005) obteve o valor 0,84 – muito semelhante ao obtido por Lima *et al.* (2020). Entretanto, ambos construíram escalas “sob medida”, inspirados em alguma medida na escala F de Adorno *et al.* (1950/2019), mas adaptados à realidade nacional. Cada escala contava com uma quantidade de itens maior do que a utilizada no instrumento AD-BR completo. Os valores costumam ser mais elevados em casos como esses.

¹⁰⁷ Por exemplo, Vidigal (2022) recordou que, nesse sentido, Knuckey e Hassan (2020) relatam valores de alfas de Cronbach entre 0,58 e 0,65 em Estudos Eleitorais Nacionais Americanos, realizados de 1992 a 2016. Já Cohen e Smith (2016) relatam valores entre 0,19 e 0,56 na América Latina.

2.2. Análise comparativa: autoritarismo de direita entre 2012 e 2019

2.2.1. Considerações iniciais sobre as análises (2012-2019)

Anteriormente, na **seção 2.1** deste **capítulo**, descrevemos o modo como construímos – e validamos – um instrumento utilizável para a mensuração tanto do construto autoritarismo de direita (AD-BR) quanto de cada uma de suas dimensões constitutivas. Entretanto, ainda não realizamos essa importante mensuração. Menos ainda, comparamos entre si os achados relativos à mensuração de cada uma das ondas do *AmericasBarometer* selecionadas. Até aqui, não apresentamos os elementos considerados como necessários à razoabilidade de uma assertiva acerca do estatuto de *ascensão* – e de *ativação* – do autoritarismo de direita no eleitorado brasileiro em 2019; e, a essa altura, algumas considerações sobre o modo como viabilizamos as comparações antes referidas seriam, no mínimo, relevantes.

Factualmente, como afirmamos, as únicas dimensões do autoritarismo de direita avaliadas “inteiramente” (isto é, mediante observação de cada uma de suas variáveis constitutivas) em cada uma das ondas do *AmericasBarometer* (2012, 2014, 2017 e 2018/2019) consideradas são Dim2 (submissividade à autoridade militar); Dim3 (antidemocraticidade); e Dim5 (convencionalismo). Também nesse sentido, afirmamos antes que a versão denominada “instrumento AD-BR comparativo”, correspondente à variável 3D, veio a ser construída mediante associação entre as três dimensões mencionadas e varia de 0 a 10 – e que ela seria utilizada para a realização de comparações entre os níveis de autoritarismo de direita observados em diferentes ondas, de modo padronizado. Contudo, a construção da variável Dim1 (submissividade à autoridade familiar), ainda que não integre o instrumento mencionado anteriormente, veio a ser viabilizada tanto em 2012 quanto em 2018/2019. Isto é, as três variáveis constitutivas dessa dimensão vieram a ser observadas nas ondas correspondentes a esses anos. Então, a variável Dim1 constará entre as analisadas neste capítulo.

Pretendemos, em meio à série de análises do autoritarismo de direita no eleitorado brasileiro (mensurado para diferentes ondas do *AmericasBarometer*), aventar elementos a serem utilizados mais adiante em uma análise da suposição de que o autoritarismo de direita teria estado inativado a nível nacional anteriormente a 2018. Obviamente, entre 2012 e 2019, o contexto sociopolítico nacional variou expressivamente. Então, acreditamos que uma análise comparativa dos níveis de autoritarismo de direita do eleitorado entre 2012 e 2019 aventaria tais elementos. Entretanto, iniciamos tal série com a onda de 2019, a mais recente entre as mencionadas. Ela nos servirá como referencial nas comparações.

2.2.2. Ano 2019 (março-abril): governo Bolsonaro

Para o eleitorado brasileiro de 2019, utilizando os microdados oriundos do *AmericasBarometer* 2018/2019, estimamos as médias e o erro padrão das variáveis 3D (instrumento AD-BR comparativo), Dim1, Dim2, Dim3 e Dim5 e os apresentamos na Tabela 18. Ressaltamos a diferença expressiva entre as médias de *score* do eleitor brasileiro para cada uma das dimensões analisadas. A menor média veio a ser obtida mediante mensuração do convencionalismo, 3,72 (erro padrão=0,12); e a maior delas, da submissividade à autoridade familiar, 8,83 (erro padrão=0,09). Essa diferença já tinha sido aventada anteriormente, na **seção 2.1.2** deste **capítulo**, na qual discutimos sobre o modo como construímos as cinco dimensões do instrumento AD-BR (2018/2019) completo; mas não tínhamos ainda realizado a estimação da média do eleitorado (parâmetro populacional).

Tabela 18 – Sumarização das estatísticas oriundas da estimação de parâmetros do eleitorado brasileiro de 2019 relativos às variáveis: Dim1, Dim2, Dim3, Dim5 e 3D

Variável (0-10)		2018/2019			
Nome	Descrição	Média	Erro Padrão	[Int. de conf. 95%]	
Dim1	Submissividade à autoridade familiar	8,83	0,09	8,66	9,00
Dim2	Submissividade à autoridade militar	6,14	0,12	5,90	6,38
Dim3	Antidemocraticidade	4,67	0,11	4,45	4,89
Dim5	Convencionalismo	3,72	0,12	3,49	3,95
3D	Instrumento AD-BR comparativo	4,89	0,07	4,74	5,03

Fonte: elaboração do autor.

Passamos agora à análise da relação entre o nível de autoritarismo de direita (aqui, a versão 4D do instrumento AD-BR) e certas variáveis – algumas das quais, sociodemográficas, outras, atitudinais –, mais comumente consideradas como importantes em estudos eleitorais. Analogamente ao obtido no trabalho de Lima *et al.* (2020), se esperaria obter uma associação entre o nível de autoritarismo de direita (mensurado pelo instrumento AD-BR quadrimensional) e as seguintes variáveis sociodemográficas: *idade* (neste caso, se esperando maiores níveis de autoritarismo do jovem médio e do idoso médio), *nível de escolaridade* (aqui, se esperando maiores níveis de autoritarismo dos menos escolarizados), *religião* (então, se esperando maior nível de autoritarismo do evangélico) e *etnia* (neste caso, se esperando maiores níveis de

autoritarismo de indivíduos autoidentificados como pardos).¹⁰⁸ Mas analisamos também variáveis não analisadas por Lima *et al.* (2020).

Primeiramente, realizamos uma análise de variância direcionada a avaliar se existia diferença entre os níveis médios de autoritarismo de direita de indivíduos identificados como homens e, como mulheres. Apresentamos os níveis médios de autoritarismo de direita de cada categoria na Tabela 19. A análise de variância realizada resultou em $\text{Prob}>F=0,0000$. Já o teste de esfericidade de *Bartlett*, utilizado para examinar a homocedasticidade, resultou em $\text{Prob}>\chi^2=0,753$. Nesse caso, as diferenças encontradas entre os níveis médios de autoritarismo de direita são estatisticamente significativas. Então, em 2019, o nível médio de autoritarismo de direita dos indivíduos identificados como homens era expressivamente maior do que aquele dos identificados como mulheres. Lima *et al.* (2020), utilizando seu índice de mensuração do autoritarismo, razoavelmente diferente do instrumento AD-BR, não encontraram diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres.

Tabela 19 – Nível médio de autoritarismo de direita (instrumento AD-BR 2018/2019 4D) por autoidentificação de gênero

2019 Autoidentificação de gênero	Autoritarismo de Direita (0-10)		
	Média	Desv. Padrão	Freq.
Autoidentificação como mulher	4,60	1,66	676
Autoidentificação como homem	5,14	1,64	704

Fonte: elaboração do autor.

Realizamos também uma análise de variância direcionada a avaliar se existiam diferenças entre os níveis médios de autoritarismo de direita de acordo com nível de escolaridade. Apresentamos os níveis médios de autoritarismo de direita de cada categoria na Tabela 20. A análise de variância realizada resultou em $\text{Prob}>F=0,0000$. Já o teste de *Bartlett* resultou em $\text{Prob}>\chi^2=0,154$. Nesse caso, encontramos diferenças estatisticamente significativas entre os níveis médios de autoritarismo de direita de alguns dos grupos (níveis de escolaridade). Para identificar quais eram as diferenças estatisticamente significativas, realizamos o teste de *Bonferroni*, o qual indicou que a única diferença não significativa era aquela constatada entre os grupos correspondentes aos dois menores níveis de escolaridade (Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II). Então, ressaltamos que, em 2019, o nível médio de autoritarismo de direita dos indivíduos mais escolarizados (com ensino superior

¹⁰⁸ Nesse caso, as variáveis sociodemográficas analisadas neste estudo resultaram do tratamento, entre outras, de Q1, Q2, ED, Q3CN e ETID, contidas no *AmericasBarometer 2018/2019*.

completo) era expressivamente menor que aquele dos demais (de modo estatisticamente significativo). Lima *et al.* (2020) concluíram que, quanto menor o nível de escolaridade, maior a inclinação ao autoritarismo; e, em sentido inverso, à medida que aumentava o nível de escolaridade, tal inclinação reduzia. Existe uma similaridade entre os nossos achados e aqueles de Lima *et al.* (2020) nesse sentido.

Tabela 20 – Nível (score) médio de autoritarismo de direita (instrumento AD-BR 2018/2019 4D) por nível de escolaridade

2019 Nível de escolaridade (completo)	Autoritarismo de direita (0-10)		
	Média	Desv. Padr.	Freq.
Ensino Fundamental I	5,56	1,50	210
Ensino Fundamental II	5,19	1,61	331
Ensino Médio	4,70	1,60	668
Ensino Superior	4,04	1,78	155

Fonte: elaboração do autor.

Além disso, realizamos uma análise de variância direcionada a avaliar se existia diferença entre os níveis médios de autoritarismo de direita de acordo com faixa etária. Apresentamos os níveis médios de autoritarismo de direita de cada categoria na Tabela 21. A análise de variância realizada resultou em $\text{Prob}>F=0,0001$. Já o teste de *Bartlett* resultou em $\text{Prob}>\chi^2=0,350$. Nesse caso, encontramos diferenças estatisticamente significativas entre os níveis médios de autoritarismo de direita de, no mínimo, dois dos grupos (faixas etárias). Então, realizamos também o teste de *Bonferroni* e, analisando os seus resultados e a Tabela 21, concluímos que, embora nem todas as diferenças tenham sido significativas, o nível médio de autoritarismo de direita dos indivíduos idosos (aqui, indivíduos com mais de 60 anos de idade) era expressivamente maior (de modo estatisticamente significativo) do que aquele dos indivíduos mais novos (entre 16 e 24 anos de idade) e, dos indivíduos com entre 25 e 34 anos de idade. Nesse sentido, de modo aproximado ao achado de Lima *et al.* (2020).

Tabela 21 – Nível (escore) médio de autoritarismo de direita (instrumento AD-BR 2018/2019 4D) por faixa etária

2019	Autoritarismo de Direita (0-10)		
	Média	Desv. Padr.	Freq.
Faixa etária			
Entre 16 e 24	4,62	1,68	320
Entre 25 e 34	4,61	1,74	323
Entre 35 e 44	4,98	1,55	301
Entre 45 e 59	5,04	1,62	270
Mais de 60 (idosidade)	5,42	1,63	166

Fonte: elaboração do autor.

Realizamos também uma análise de variância direcionada a avaliar se existia diferença entre os níveis médios de autoritarismo de direita de acordo com tamanho do município de residência. Apresentamos os níveis médios de autoritarismo de direita de cada categoria na Tabela 22. A análise de variância realizada resultou em $\text{Prob}>F=0,0001$. Já o teste de esfericidade de Bartlett resultou em $\text{Prob}>\chi^2=0,329$. Nesse caso, as diferenças encontradas entre os níveis médios de autoritarismo de direita são estatisticamente significativas. Ressaltamos que, em 2019, o nível médio de autoritarismo de direita dos indivíduos residente em cidades menores era expressivamente maior do que aquele dos residentes em cidades maiores. Nesse sentido, de modo idêntico ao achado de Lima *et al.* (2020).

Tabela 22 – Nível (escore) médio de autoritarismo de direita (instrumento AD-BR 2018/2019 completo) por tamanho do município de residência

2019	Autoritarismo de Direita (0-10)		
	Média	Desv. Padrão	Freq.
Tamanho do município de residência			
Pequeno (cidade média/pequena/rural)	4,50	1,64	911
Grande (capital/cidade grande)	4,63	1,70	469

Fonte: elaboração do autor.

Então, realizamos uma análise de variância direcionada a avaliar se existia diferença entre os níveis médios de autoritarismo de direita de acordo com religião (aqui, autoidentificação religiosa). Apresentamos os níveis médios de autoritarismo de direita de cada categoria na Tabela 23. A análise de variância realizada resultou em $\text{Prob}>F=0,0000$. Já o teste de Bartlett resultou em $\text{Prob}>\chi^2=0,329$. Nesse caso, encontramos diferenças estatisticamente significativas entre os níveis médios de autoritarismo de direita de, no mínimo, dois dos grupos (identificações religiosas). Realizamos também o teste de Bonferroni e, analisando os seus resultados e a Tabela 23, concluímos que, embora nem todas as diferenças tenham sido

significativas, o nível médio de autoritarismo de direita dos não cristãos era expressivamente menor (de modo estatisticamente significativo) do que o nível médio de autoritarismo de direita de cada um dos grupos de cristãos.

Tabela 23 – Nível (score) médio de autoritarismo de direita (instrumento AD-BR 2018/2019 4D) por religião

2019	Autoritarismo de Direita (0-10)		
	Média	Desv. Padrão	Freq.
Autoidentificação religiosa			
Não cristão	4,28	1,77	252
Cristão católico	4,89	1,68	684
Cristão evangélico não pentecostal	5,13	1,51	128
Cristão evangélico pentecostal	5,21	1,48	302

Fonte: elaboração do autor.

Posteriormente, realizamos uma análise de variância direcionada a avaliar se existia diferença entre os níveis médios de autoritarismo de direita de indivíduos autossituados à direita, ao centro, e, à esquerda, do espectro ideológico. Apresentamos os níveis médios de autoritarismo de direita de cada categoria na Tabela 24. A análise de variância realizada resultou em $\text{Prob}>F=0,0000$. Nesse caso, encontramos diferenças estatisticamente significativas entre os níveis médios de autoritarismo de direita de, ao menos, dois dos grupos (autossituamentos no espectro ideológico). Para identificar quais eram as diferenças estatisticamente significativas, realizamos o teste de *Bonferroni*, o qual indicou que os níveis médios de autoritarismo de direita dos indivíduos autossituados ao centro e, à esquerda, não eram diferentes de modo estatisticamente significativo. Entretanto, analisando os resultados desse teste e a Tabela 24, concluímos que o nível médio de autoritarismo de direita dos indivíduos autossituados à direita do espectro ideológico era expressivamente maior do que aquele dos demais. Por outro lado, o teste de Bartlett's resultou em $\text{Prob}>\chi^2=0,002$ e, nesse caso, seria necessária certa cautela em relação à aceitação imediata deste achado.

Tabela 24 – Nível (score) médio de autoritarismo de direita (instrumento AD-BR 2018/2019 4D) por autossituamento no espectro ideológico

2019	Autoritarismo de Direita (0-10)		
	Média	Desv. Padrão	Freq.
Autossituamento no espectro ideológico			
Autossituado à esquerda	4,66	1,81	305
Autossituado ao centro	4,65	1,65	549
Autossituado à direita	5,28	1,51	442

Fonte: elaboração do autor.

Realizamos também uma análise de variância direcionada a avaliar se existia diferença entre os níveis médios de autoritarismo de direita de indivíduos considerados como antipetistas e aqueles assim não considerados. Apresentamos os níveis médios de autoritarismo de direita de cada categoria na Tabela 25. A análise de variância realizada resultou em $\text{Prob}>F=0,0000$. Já o teste de Bartlett resultou em $\text{Prob}>\chi^2=0,034$. Nesse caso, as diferenças encontradas entre os níveis médios de autoritarismo de direita são estatisticamente significativas, mas as variâncias entre os grupos não são estatisticamente similares. Possivelmente, em 2019, o nível (score) médio de autoritarismo de direita dos indivíduos considerados como antipetistas era expressivamente maior que aquele dos demais. Entretanto, assim como em relação à aceitação imediata do achado examinado anteriormente (relativo ao autossituamento ideológico), seria necessária certa cautela em relação à aceitação imediata deste achado.

Tabela 25 – Nível (score) médio de autoritarismo de direita (instrumento AD-BR 2018/2019 4D) por estatuto de antipetismo

2019	Autoritarismo de Direita (0-10)		
	Média	Desv. Padrão	Freq.
Estatuto de antipetismo			
Não antipetista	4,59	1,69	812
Antipetista	5,29	1,56	561

Fonte: elaboração do autor.

Finalmente, realizamos uma análise de variância direcionada a avaliar se existia diferença entre os níveis médios de autoritarismo de direita de indivíduos de diferentes níveis de renda. Apresentamos os níveis médios de autoritarismo de direita de cada categoria na Tabela 26. A análise de variância realizada resultou em $\text{Prob}>F=0,0000$. Já o teste de Bartlett resultou em $\text{Prob}>\chi^2=0,059$. Nesse caso, encontramos diferenças estatisticamente significativas entre níveis médios de autoritarismo de direita de, no mínimo, dois dos grupos (níveis de renda). Para identificar quais eram as diferenças estatisticamente significativas, realizamos o teste de *Bonferroni* e este indicou que os níveis médios de autoritarismo de direita dos indivíduos mais pobres e, de classe média, não eram diferentes de modo estatisticamente significativo. De outro lado, analisando os resultados de tal teste e a Tabela 26, concluímos que o nível médio de autoritarismo de direita dos indivíduos situados no extremo mais rico era expressivamente menor do que aquele dos demais.

Tabela 26 – Nível (escore) médio de autoritarismo de direita (instrumento AD-BR 2018/2019 4D) por nível de renda

2019	Autoritarismo de Direita (0-10)		
	Média	Desv. Padrão	Freq.
Nível de renda			
Extremo mais pobre	5,18	1,70	313
Classe média	4,94	1,59	692
Extremo mais rico	4,53	1,77	303

Fonte: elaboração do autor.

2.2.3. O autoritarismo de direita pré-2019: 2012, 2014 e 2017

Até aqui, analisamos empiricamente aspectos do autoritarismo de direita de um momento histórico específico:¹⁰⁹ aquele correspondente ao trimestre inicial de 2019, quando Bolsonaro tinha acabado de assumir a presidência da República e o movimento bolsonarista contava com mais recursos à sua organização – sobretudo, mas não somente, financeiros. Entretanto, ainda não analisamos tais aspectos utilizando microdados relativos a anos anteriores. Conforme afirmamos no **capítulo 1** (em sua seção **4.1**), ao menos desde 2013, no cenário nacional, vieram a ser cada vez mais comuns movimentos de massa os quais, embora não se autoidentificassem nomeadamente como autoritários, articulavam em sua retórica variados elementos reconhecidos desse modo por Adorno *et al.* (1950/2019). Focaremos, nesta *subseção*, nas análises relativas às três últimas ondas pré-2019 do *AmericasBarometer* – aquelas de 2012, 2014 e 2017 –, mas ainda não realizaremos as comparações entre os níveis mencionados.

Por outro lado, na análise das ondas mencionadas, não estratificaremos o autoritarismo de direita de acordo com variáveis sociodemográficas, já que intencionamos aqui aventar elementos a serem utilizados nas comparações entre os níveis de tal autoritarismo e, mais especificamente, de suas dimensões, relativas a diferentes ondas. Além disso, acreditamos que seria no mínimo relevante uma exposição de certos eventos ocorridos na década de 2010 os quais não apenas a marcaram em âmbito nacional, mas corresponderam a variações significativas do contexto sociopolítico brasileiro as quais teriam, ao menos supostamente, contribuído à *ascensão* ou à *ativação* do autoritarismo de direita. Nesse caso, iniciaremos pela análise da onda de 2012, a qual veio a ser realizada num contexto muito diferente daquele em que a sociedade brasileira se inseria quando Bolsonaro assumiu a presidência.

¹⁰⁹ Entre março e abril de 2019, as entrevistas da onda de 2018/2019 do *AmericasBarometer* vieram a ser realizadas.

Entre 2011 e 2014, ocorreu o primeiro governo de Dilma Rousseff – então, o terceiro governo petista consecutivo. Na metade inicial de seu primeiro mandato como presidenta do Brasil, Dilma Rousseff manteve um nível de popularidade relativamente alto, parcialmente emprestado de seu antecessor Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) – que governara o Brasil de 2003 a 2010, tendo concluído seu segundo mandato quando ainda tinha altos índices de aprovação.¹¹⁰ Dilma Rousseff, que tinha sido Ministra de Minas e Energia e, depois, Ministra-Chefe da Casa Civil,¹¹¹ acabou sendo eleita em 2010 como a candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da República, tendo sido apoiada ativamente por Lula. Os governos petistas eram amplamente considerados como representativos da esquerda em âmbito nacional, mas a maioria do eleitorado não se identificava à esquerda do espectro político ideológico. Nesse sentido, Singer (2021) teria afirmado que a direita estava inativada no Brasil.¹¹²

Entre 1.º de março e 18 de abril de 2012, período em que se realizaram as entrevistas da onda de 2012 do *AmericasBarometer*, o nível de aprovação ao trabalho da presidenta Dilma era considerado como elevado (tendo subido em 4 de abril de 2012 para 77%, de acordo com pesquisa Ibope).¹¹³ Para o eleitorado brasileiro de 2012, utilizando os microdados oriundos da onda mencionada do *AmericasBarometer*, estimamos as médias e o erro padrão das variáveis 3D (instrumento AD-BR comparativo), Dim1, Dim2, Dim3 e Dim5 e os apresentamos na Tabela 27. Analogamente ao ocorrido durante a análise relativa à onda de 2018/2019, ressaltamos a diferença expressiva entre as médias de *score* do eleitor brasileiro para cada uma das dimensões analisadas, a menor média tendo sido obtida mediante mensuração do convencionalismo, 3,66 (erro padrão=0,06); e a maior delas, da submissividade à autoridade familiar, 7,84 (erro padrão=0,09).

¹¹⁰ Cavalcante (2015, p. 185) afirmou que, embora não tenham sido estruturais, as políticas sociais concretizadas nos governos petistas teriam reduzido expressivamente a desigualdade socioeconômica; e, que a associação entre valorização do salário-mínimo e certas políticas sociais teria contribuído para a redução da pobreza – e da miséria.

¹¹¹ Dilma assumira tal cargo em 21 de junho de 2005, durante o mandato de Lula e se manteve nele até 31 de março de 2010.

¹¹² Em trabalho anterior, intitulado *Raízes sociais e ideológicas do lulismo* (2009), Singer considerou que, aproximadamente no final do primeiro mandato presidencial de Lula (em 2006), teria ocorrido em nível nacional um realinhamento eleitoral correspondente à ampliação do lulismo, o qual teria contribuído para a desativação das direitas, isto é, à sua obsoletização eleitoral.

¹¹³ (G1, 2012).

Tabela 27 – Sumarização das estatísticas oriundas da estimação de parâmetros do eleitorado brasileiro de 2012 relativos às variáveis Dim1, Dim2, Dim3, Dim5 e 3D

Variável		2012			
Nome	Descrição	Média	Erro Padrão	[Int. de conf. 95%]	
Dim1	Submissividade à autoridade familiar	7,84	0,09	7,66	8,01
Dim2	Submissividade à autoridade militar	6,10	0,10	5,91	6,29
Dim3	Antidemocraticidade	4,15	0,11	3,94	4,36
Dim5	Convencionalismo	3,66	0,09	3,47	3,84
3D	<i>Instrumento AD-BR comparativo</i>	4,81	0,06	4,69	4,94

Fonte: elaboração do autor.

Por outro lado, ao longo do primeiro mandato de Dilma Rousseff, especialmente a partir de 2013, uma série de eventos¹¹⁴ teria contribuído expressivamente para a erosão do setor constituído pelos apoiadores de Dilma Rousseff. As denominadas Jornadas de Junho de 2013, que marcaram a segunda metade do seu mandato, impactaram negativamente a imagem do governo. Ainda que, em um momento inicial, as manifestações se direcionassem ostensivamente a contrariar o aumento das tarifas do transporte público, rapidamente vieram a expressar a insatisfação coletiva com entidades abstratas historicamente consideradas como abjetas pelo eleitorado brasileiro, tais como a dita “corrupção” – as quais eram remetidas, em certos setores sociais, assim como midiaticamente, ao campo das esquerdas e, mais especificamente, ao PT.¹¹⁵

Contudo, os eventos anteriormente mencionados teriam se implicado também no empoderamento das novas direitas – movimentos ostensivamente autoritários e situados à direita do espectro político. Ressaltamos que o governo Dilma, situado à esquerda do espectro ideológico, era entendido coletivamente, em alguns aspectos, como contrário ao

¹¹⁴ Entre os quais, a desaceleração econômica, o noticiamento midiático recorrente de escândalos de corrupção e as manifestações massivas ocorridas, por exemplo, em junho de 2013. Nesse contexto, Borba e Ribeiro (2021) escreveram: “Em 2013, porém, tem início uma conjuntura de crises política e econômica, que perduram até o presente momento. Tais crises se iniciaram com os difusos protestos de junho de 2013, que levaram milhões de brasileiros às ruas em torno de bandeiras como combate à corrupção e melhoria nos serviços públicos”.

¹¹⁵ Durante os mandatos petistas, os oligopólios de mídia atuaram em ostensiva oposição a eles, de modo a construir discursivamente – e a veicular no imaginário coletivo brasileiro – certos escândalos de corrupção, tais como o Mensalão/ Caixa 2 e o escândalo envolvendo a Petrobras (Kaysel, 2015, p. 70). Nesse contexto – inclusive, desde 2007 – o elemento identitário mais importante consistiria em um antipetismo ou uma aversão à corrupção – imaginariamente, os governos petistas foram coletivamente considerados como corruptos (Tatagiba; Trindade; Teixeira, 2015, p. 198). A constituição do discurso de combate à corrupção se relacionou com sentimentos de ódio associados com a indignação – de muitos brasileiros. Mais tarde, a contrariedade à corrupção teria sido o suposto motivador mais anunciado entre os integrantes dos movimentos de massa situados à direita do espectro ideológico (Cavalcante, 2015, p. 182). Desde a crise do mensalão, iniciada no 1.º governo Lula, essa contrariedade tem consistido em importante elemento identitário na alta classe média (Cavalcante, 2015, p. 183). Contribuiu para o estabelecimento de uma identidade antipetista avessa à corrupção, a atuação não somente da mídia antigovernista, mas de uma variedade de partidos políticos? alguns conservadores; outros, representantes da esquerda (Koerner; Schilling, 2015, p. 88).

conservadorismo moral. Por sua vez, tal entendimento – em um momento histórico marcado pelo empoderamento das novas direitas –, contribuiria adicionalmente ao aumento da amplitude do ódio à então presidenta e ao PT. Ainda que entidades tais como o Movimento Brasil Livre (MBL),¹¹⁶ representativas das novas direitas, apenas tenham se tornado mais amplamente conhecidas em âmbito nacional durante as manifestações de rua ocorridas em 2015, a sua organização se intensificou já em 2014, em meio a tais jornadas.

A onda do *AmericasBarometer* analisada em seguida consiste naquela de 2014, que veio a ser realizada entre 1.º de março e 27 de abril de 2014 – período em que o nível de aprovação da presidenta era já significativamente menor que o de 2012. Para o eleitorado brasileiro de 2014, utilizando os microdados oriundos do *AmericasBarometer* 2014, estimamos as médias e o erro padrão das variáveis 3D (instrumento AD-BR comparativo), Dim2, Dim3 e Dim5 e os apresentamos na Tabela 28. Analogamente ao ocorrido durante a análise relativa à onda de 2018/2019, ressaltamos a diferença expressiva entre as médias de score do eleitor brasileiro para cada uma das dimensões analisadas. A menor média de escore consistiu naquela obtida mediante mensuração do convencionalismo, 4,37 (erro padrão=0,07). A mensuração da dimensão submissividade à autoridade familiar esteve inviabilizada. A menor média de escore consistiu naquela obtida mediante mensuração da submissividade à autoridade militar, 5,37 (erro padrão=0,07).

Tabela 28 – Sumarização das estatísticas oriundas da estimação de parâmetros do eleitorado brasileiro de 2014 relativos às variáveis Dim1, Dim2, Dim3, Dim5 e 3D

Variável		2014			
Nome	Descrição	Média	Erro Padrão	[Int. de conf. 95%]	
Dim1	Submissividade à autoridade familiar	-	-	-	-
Dim2	Submissividade à autoridade militar	5,37	0,07	5,23	5,52
Dim3	Antidemocraticidade	4,72	0,07	4,58	4,86
Dim5	Convencionalismo	4,37	0,07	4,23	4,51
3D	Instrumento AD-BR comparativo	5,01	0,05	4,91	5,10

Fonte: elaboração do autor.

Finalmente, analisamos a onda de 2017, realizada entre 5 de abril e 11 de maio daquele ano, durante o mandato de Michel Temer, então líder do Partido do Movimento Democrático

¹¹⁶ O Movimento Brasil Livre (MBL) se tornou mais conhecido em âmbito nacional durante as manifestações de rua ocorridas entre 2015 e 2016, quando se avolumavam as mobilizações contrárias à continuidade do governo da então presidenta Dilma Rousseff. Em 2015, o MBL se envolveu de modo ativo na organização e na participação de tais manifestações defendendo abertamente o *impeachment* de Dilma Rousseff.

Brasileiro (PMDB). A assunção da presidência por Temer, conseqüente ao *impeachment* de Dilma Rousseff, ocorrera em 2016 em meio a uma crise não apenas econômica, mas sobretudo política. Ainda que Temer se situasse à direita do espectro político, seus índices de aprovação em 2017 eram menores do que os de Dilma em 2014.¹¹⁷ De modo mais amplo, seria sensata a ressalva de que os níveis médios de desconfiança nas instituições políticas nacionais naquele momento eram expressivos.¹¹⁸ Entre outras razões, o acúmulo e a abrangência dos ditos “escândalos de corrupção” – não apenas aqueles envolvendo integrantes e aliados dos governos petistas anteriores, mas também aqueles envolvendo alguns importantes aliados do governo Temer (por exemplo, noticiados em meio à Operação Lava Jato), contribuíram de modo mais amplo à intensificação e à ampliação, no eleitorado, da preexistente desconfiança nas instituições políticas.

Para o eleitorado brasileiro de 2017, utilizando os microdados oriundos do *AmericasBarometer* 2017, estimamos as médias e o erro padrão das variáveis 3D (instrumento AD-BR comparativo), Dim2, Dim3 e Dim5 e os apresentamos na Tabela 29. Analogamente ao ocorrido durante a análise relativa à onda de 2018/2019, ressaltamos a diferença expressiva entre as médias de *score* do eleitor brasileiro para cada uma das dimensões analisadas. A menor média de escore consistiu naquela obtida mediante mensuração do convencionalismo, 4,37 (erro padrão=0,07). Assim como em 2014, a mensuração da dimensão submissividade à autoridade familiar esteve inviabilizada. A maior média de escore consistiu naquela obtida mediante mensuração da submissividade à autoridade militar, 5,37 (erro padrão=0,07).

Tabela 29 – Sumarização das estatísticas oriundas da estimação de parâmetros do eleitorado brasileiro de 2017 relativos às variáveis Dim1, Dim2, Dim3, Dim5 e 3D

Variável		2017			
Nome	Descrição	Média	Erro Padrão	[Int. de conf. 95%]	
Dim1	Submissividade à autoridade familiar
Dim2	Submissividade à autoridade militar	6,01	0,07	5,87	6,15
Dim3	Antidemocraticidade	4,24	0,06	4,11	4,37
Dim5	Convencionalismo	3,91	0,07	3,77	4,05
3D	Instrumento AD-BR comparativo	4,90	0,05	4,81	4,99

Fonte: elaboração do autor.

¹¹⁷ Durante o seu mandato presidencial, ocorrido entre 2016 e 2018, a impopularidade de Michel Temer era notória (vide: https://pt.wikipedia.org/wiki/Popularidade_do_governo_Michel_Temer).

¹¹⁸ Conforme se aventa da análise dos resultados de estudo (2018) de Russo, Azzi e Faveri.

Em estudo mencionado anteriormente, Lima *et al.* (2020) indicaram que, mesmo em 2017, a maior parte dos eleitores brasileiros se inclinava significativamente ao autoritarismo. Aqui, não obtivemos o mesmo resultado obtido pelos autores (2020): o nível médio de autoritarismo de direita do eleitorado, 4,90 (EP=0,05), indicaria que o eleitor médio não estaria expressivamente inclinado ao autoritarismo de direita. Mas ressaltamos que seria necessária certa cautela em relação à aceitação do resultado dessa comparação, sobretudo porque utilizamos um instrumento psicométrico (o instrumento AD-BR comparativo) muito diferente daquele utilizado por Lima *et al.* (2020). A média resultante da aplicação do instrumento AD-BR comparativo (3D), inclusive, seria muito inferior à da versão completa (5D) do instrumento AD-BR (2018/2019), da qual a média, evidenciada anteriormente nesta tese, seria 5,67 (DP=0,72). Provavelmente, a não observação das variáveis constitutivas da Dim1 (submissividade à autoridade familiar) reduziu expressivamente a média do autoritarismo de direita mensurado pelo instrumento AD-BR comparativo (3D) em 2017 – assim como nos anos anteriormente mencionados.

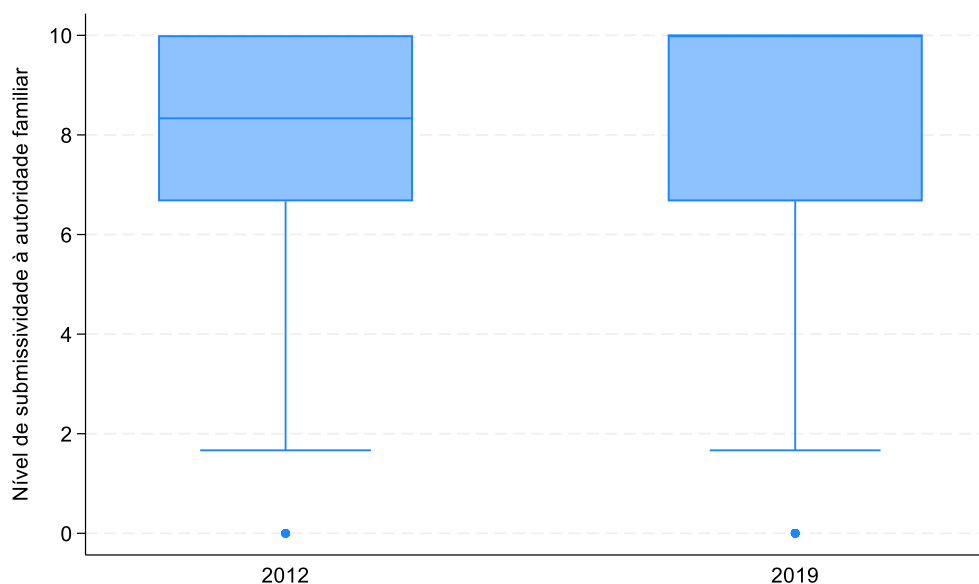
2.2.4. Análise comparativa: o autoritarismo de direita entre 2012 e 2019

Anteriormente, analisamos empiricamente aspectos do autoritarismo de direita utilizando a onda de 2019 do *AmericasBarometer* (relativa a um momento em que o movimento bolsonarista tinha acabado de se ampliar para o nível nacional) e, também, ondas anteriores (mais especificamente, de 2012, 2014 e 2017). A seguir, compararemos entre si os níveis médios de autoritarismo de direita (3D) do eleitorado brasileiro das ondas mencionadas – assim como os níveis médios de suas dimensões constitutivas em tais ondas – e descreveremos de modo mais minucioso cada uma das comparações realizadas.

Primeiramente, realizamos uma análise de variância direcionada a avaliar se existia diferença entre os níveis médios de submissividade à autoridade familiar (Dim1) do eleitorado brasileiro de 2012 e, de 2019. Apresentamos os níveis médios de tal submissividade para cada onda selecionada do *AmericasBarometer* na Figura 1. A análise de variância realizada resultou em $\text{Prob}>F=0,0000$. Nesse caso, encontramos diferenças estatisticamente significativas entre os níveis médios de submissividade à autoridade familiar do eleitorado brasileiro de 2012 e, de 2019, de modo que o nível médio de submissividade à autoridade familiar do eleitorado em 2012, de 7,84 (DP=2,35), tenha sido expressivamente menor do que aquele em 2019, de 8,82 (DP=2,03). Contudo, o teste de esfericidade Bartlett, utilizado para examinar a

homocedasticidade, resultou em $\text{Prob}>\chi^2=0,000$. Nesse caso, seria necessária certa cautela em relação à aceitação imediata desse achado.

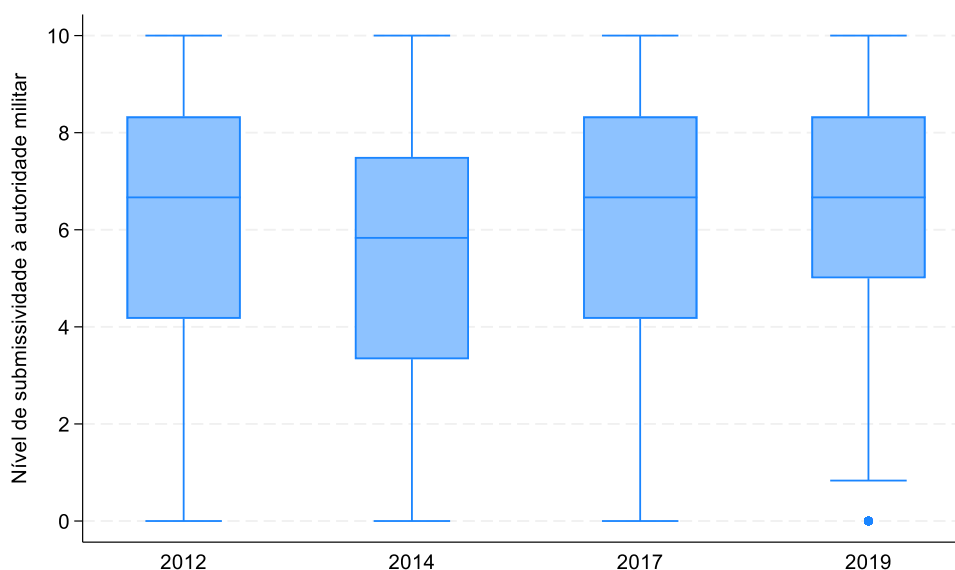
Figura 1 – Boxplots representativos da relação entre (i) nível de submissividade à autoridade familiar (Dim1) do eleitorado brasileiro e (ii) onda do *AmericasBarometer*



Fonte: elaboração do autor.

Em seguida, realizamos uma análise de variância direcionada a avaliar se existia diferença entre os níveis médios de submissividade à autoridade militar (Dim2) do eleitorado brasileiro de 2012, 2014, 2017 e, 2019. Apresentamos os níveis médios de tal submissividade para cada onda selecionada do *AmericasBarometer* na Figura 2. A análise de variância realizada resultou em $\text{Prob}>F= 0,0000$. Nesse caso, encontramos diferenças estatisticamente significativas entre níveis médios de submissividade à autoridade militar do eleitorado brasileiro de, ao menos, dois dos anos (isto é, ondas). Para identificar quais eram as diferenças estatisticamente significativas, realizamos o teste de *Bonferroni*, o qual indicou que apenas eram estatisticamente significativas as diferenças entre o nível médio de submissividade à autoridade militar de 2014 (Média=5,43; DP=2,77) e o nível médio de cada um dos demais: 2012 (Média=6,04; DP=2,49), 2017 (Média=6,04; DP=2,76) e 2019 (Média=6,297; DP=2,85), de modo que o nível de 2014 tenha sido menor do que cada um dos outros. Contudo, o teste de Bartlett resultou em $\text{Prob}>\chi^2=0,000$ e, assim, seria necessária certa cautela em relação à aceitação imediata desse achado.

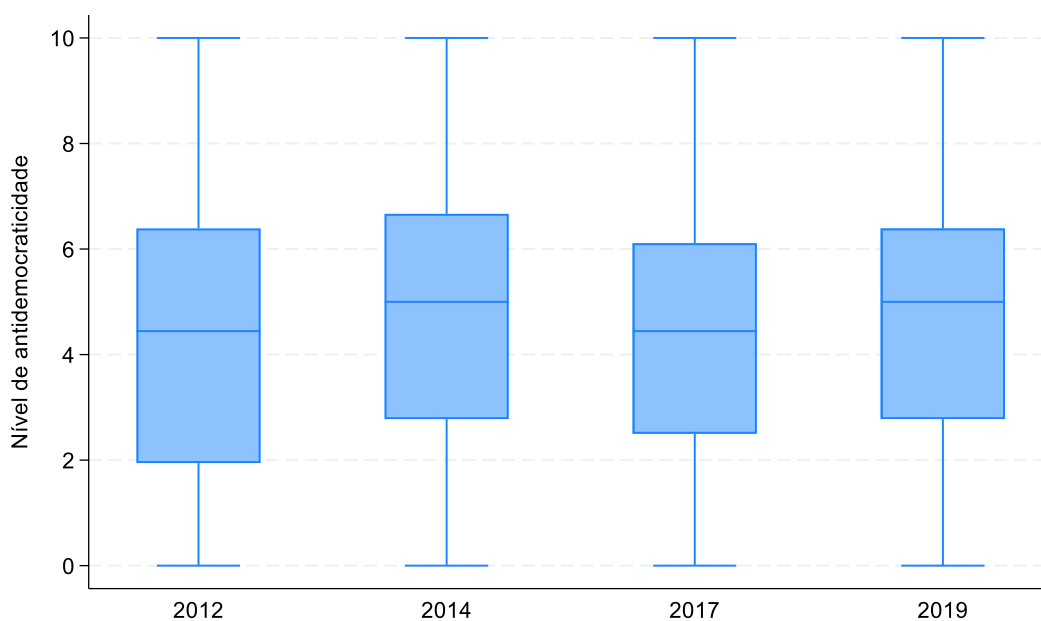
Figura 2 – Boxplots representativos da relação entre (i) nível de submissividade à autoridade militar (Dim2) do eleitorado brasileiro e (ii) onda do *AmericasBarometer*



Fonte: elaboração do autor.

Realizamos também uma análise de variância direcionada a avaliar se existia diferença entre os níveis médios de antidemocraticidade (Dim3) do eleitorado brasileiro de 2012, 2014, 2017 e, 2019. Apresentamos os níveis médios de antidemocraticidade de cada onda selecionada do *AmericasBarometer* na Figura 3. A análise de variância realizada resultou em $\text{Prob}>F=0,0000$ e, nesse caso, encontramos diferenças estatisticamente significativas entre os níveis médios de antidemocraticidade do eleitorado brasileiro de, no mínimo, dois dos anos. O teste de *Bonferroni* indicou que apenas não eram estatisticamente significativas as diferenças entre os níveis médios de antidemocraticidade de 2012 (Média=4,25; DP=2,76) e de 2017 (Média=4,25; DP=2,47) e, entre os níveis médios de 2014 (Média=4,71; DP=2,66) e de 2019 (Média=4,67; DP=2,56). Nesse caso, o nível de 2019 veio a ser maior que o de 2012. Contudo, o teste de *Bartlett* resultou em $\text{Prob}>\chi^2=0,000$ e, assim, seria necessária certa cautela em relação à aceitação imediata desse achado.

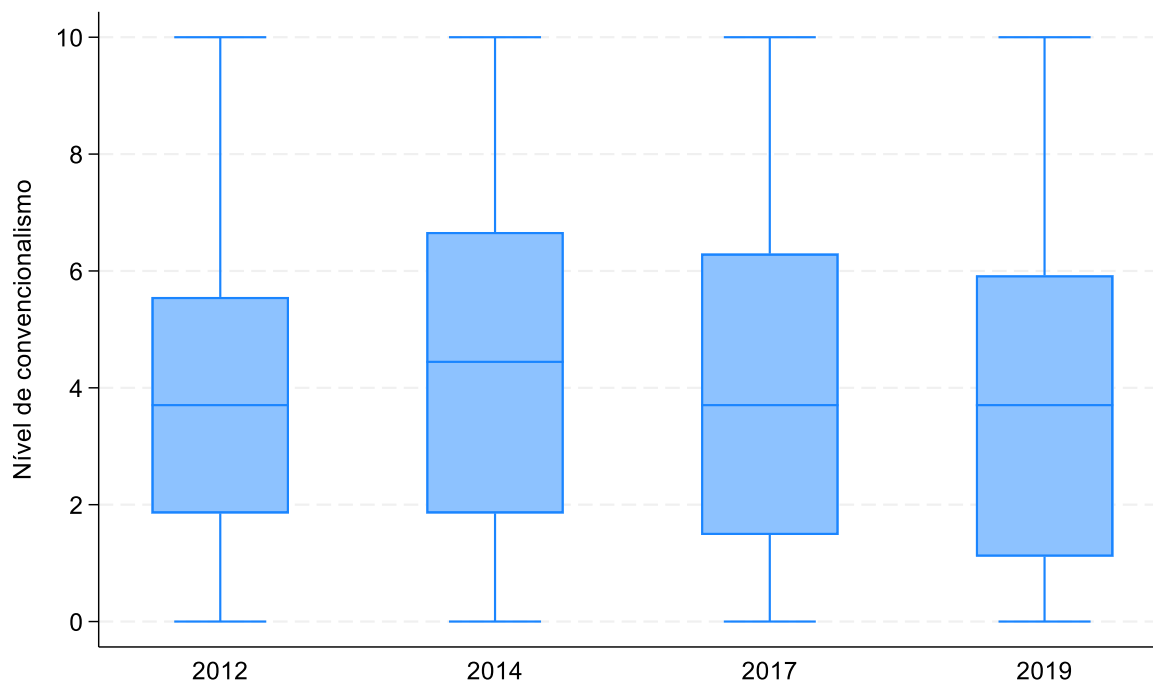
Figura 3 – Boxplots representativos da relação entre (i) nível de antidemocraticidade (Dim3) do eleitorado brasileiro e (ii) onda do *AmericasBarometer*



Fonte: elaboração do autor.

Então, realizamos uma análise de variância direcionada a avaliar se existia diferença entre os níveis médios de convencionalismo (Dim5) do eleitorado brasileiro de 2012, 2014, 2017 e, 2019. Apresentamos os níveis médios de convencionalismo de cada onda selecionada do *AmericasBarometer* na Figura 4. A análise de variância realizada resultou em $\text{Prob}>F=0,0000$. Portanto, encontramos diferenças estatisticamente significativas entre níveis médios de convencionalismo do eleitorado brasileiro de, no mínimo, dois dos anos. O teste de *Bonferroni* indicou que apenas eram estatisticamente significativas as diferenças entre o nível médio de convencionalismo de 2014 (Média=4,37; DP=2,69) e o nível médio de cada um dos demais: 2012 (Média=3,79; DP=2,46), 2017 (Média=3,92; DP=2,71) e 2019 (Média=3,78; DP=2,69), de modo que o nível de 2014 tenha sido maior do que cada um dos outros; aparentemente, o contrário do ocorrido com a submissividade à autoridade militar (Dim2). Caberia a ressalva de que, no momento da realização das entrevistas relativas à onda de 2014, movimentos representativos das novas direitas ainda não tinham se tornado amplamente conhecidos em âmbito nacional, mas o contexto mencionado, de ascenso conservador, oportunizaria a instrumentalização dos movimentos de massa antes iniciados – correspondentes às Jornadas de 2013 – por tais movimentos. Contudo, o teste de *Bartlett* resultou em $\text{Prob}>\chi^2=0,001$ e, nesse caso, seria necessária certa cautela em relação à aceitação imediata desse achado.

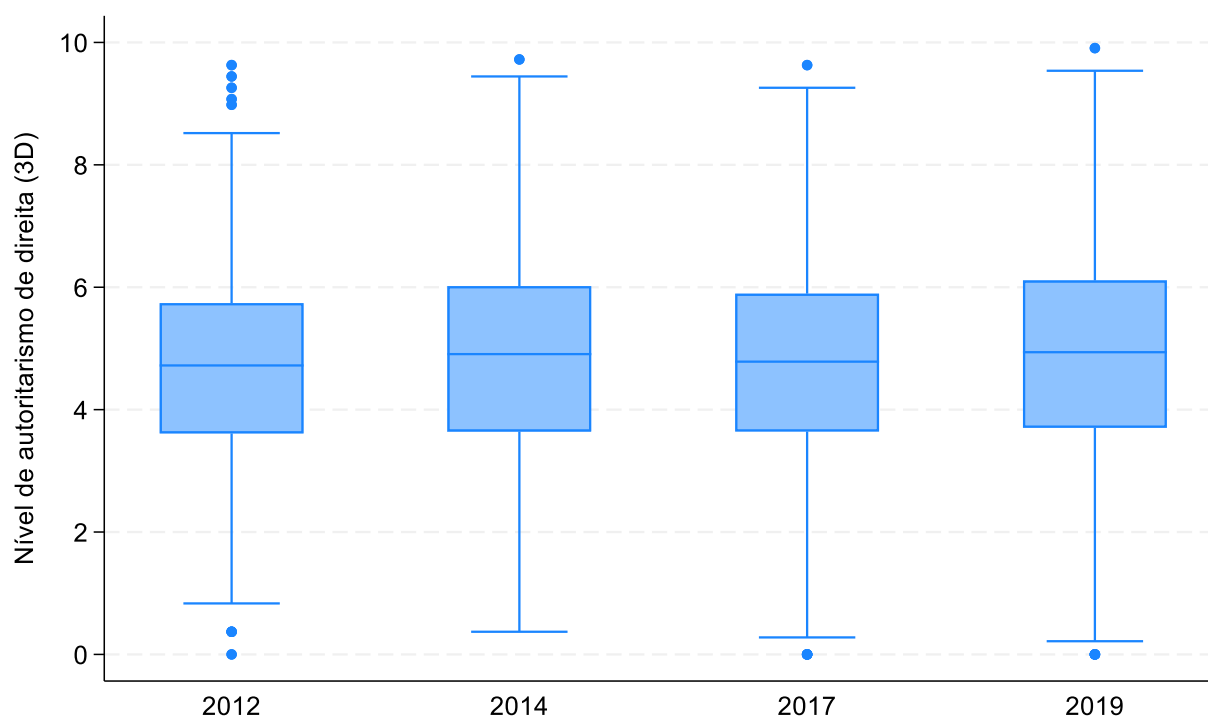
Figura 4 – Boxplots representativos da relação entre (i) nível de convencionalismo (Dim5) do eleitorado brasileiro e (ii) onda do *AmericasBarometer*



Fonte: elaboração do autor.

Finalmente, realizamos uma análise de variância direcionada a avaliar se existia diferença entre os níveis médios de autoritarismo de direita (3D) do eleitorado brasileiro de 2012, 2014, 2017 e, 2019. Apresentamos os níveis médios de autoritarismo de direita de cada onda selecionada do *AmericasBarometer* na Figura 5. A análise de variância realizada resultou em $\text{Prob}>F= 0,0025$. Assim, encontramos diferenças estatisticamente significativas entre os níveis médios de autoritarismo de direita do eleitorado brasileiro de, ao menos, dois dos anos. Para identificar quais eram as diferenças estatisticamente significativas, realizamos o teste de *Bonferroni*, que indicou que apenas duas diferenças eram estatisticamente significativas: aquelas (i) entre os níveis médios de autoritarismo de direita do eleitorado de 2012 (4,68; DP=1,58) e de 2019 (4,90; DP=1,70) – o nível de 2019 sendo maior do que o de 2012 –; e (ii) entre os níveis médios de autoritarismo de direita do eleitorado de 2017 (4,72; DP=1,68) e de 2019 – o nível de 2019 também sendo maior do que o de 2017. Já a diferença entre os níveis médios de 2014 (4,82; DP=1,70) e de 2019 não é estatisticamente significativa. Contudo, o teste de Bartlett, utilizado para examinar a homoscedasticidade, resultou em $\text{Prob}>\chi^2=0,016$, de modo que seja necessária certa cautela em relação à aceitação imediata deste achado.

Figura 5 – Boxplots representativos da relação entre (i) nível de autoritarismo de direita (3D) do eleitorado brasileiro e (ii) onda do *AmericasBarometer*



Fonte: elaboração do autor.

No **capítulo 1**,¹¹⁹ afirmamos que examinaríamos mais adiante nesta tese, a suposição – muito recorrente – de que o autoritarismo de direita teria ascendido durante a década de 2010 em meio ao movimento de reempoderamento do campo das direitas ocorrido no cenário político brasileiro na mencionada década. Justamente a partir da comparação – realizada anteriormente – entre os níveis médios de autoritarismo de direita do eleitorado brasileiro em diferentes ondas (de 2012, 2014, 2017 e, 2019) do *AmericasBarometer*, seria oportunizado o exame de tal suposição.

Por meio da análise da Figura 5 e dos achados antes apresentados, constatamos que o nível médio do autoritarismo de direita (padronizado) não se alterou contundentemente no recorte temporal analisado, de 2012 a 2019, ainda que o nível de 2019 tenha sido maior do que o de 2012 (de modo estatisticamente significativo). Isto é: não se alterou contundentemente mesmo em meio a variações significativas do contexto sociopolítico nacional entre os anos mencionados – sobre as quais discutimos. Nesse caso, o empoderamento das ditas “novas direitas” – e, de modo mais amplo, o (re)empoderamento do campo das direitas – ocorrido em

¹¹⁹ Mais especificamente, na **seção 1.1.2**, enquanto apresentávamos concepções importantes para a discussão a respeito da situação do **autoritarismo no Brasil no século XXI**.

2010 não teria correspondido a uma expressiva *ascensão* autoritária de direita – se utilizada a noção de *ascensão* elaborada no **capítulo 1** (mais especificamente, na **seção 1.1.2**). Possivelmente, entretanto, tenha ocorrido uma *ativação* de tal autoritarismo em 2018, a qual teria se implicado na *ascensão* extraordinária do bolsonarismo em 2018 – e o exame desta outra suposição será realizado mais adiante, em outras seções. A seguir, discutiremos estes achados de modo a estabelecer algumas diferenças entre eles e certos achados de outros autores.

2.2.5. Considerações críticas acerca dos resultados parciais e direcionamento

Os achados anteriormente apresentados resultam da comparação entre os níveis médios de autoritarismo de direita (3D) no eleitorado brasileiro em diferentes anos nos quais vieram a ser realizadas ondas do *AmericasBarometer* (isto é, em 2012, 2014, 2017 e, 2019), assim como da comparação entre os níveis médios relativos a cada uma das dimensões constitutivas do construto original (completo) denominado “autoritarismo de direita” nos anos mencionados. Desde já, entretanto, em razão da originalidade do nosso construto, ressaltamos que a discussão de tais achados não seria um empreendimento simples.

Obviamente, o modo como uma entidade (a exemplo do autoritarismo psíquico) é concebida por alguém acaba determinando os resultados das suas mensurações em diferentes recortes temporais e em diferentes amostras. Possivelmente, ainda que dois estudos versem sobre os níveis de um dito “autoritarismo” em um mesmo recorte temporal e em uma mesma amostra, caso tal autoritarismo tenha sido concebido em um dos estudos diferentemente do modo como veio a ser concebido no outro, os seus resultados serão diferentes entre si. Porém, nem mesmo encontramos algum outro estudo quantitativo no qual tenham sido comparados entre si diferentes níveis de um dito “autoritarismo de direita” no eleitorado brasileiro. Menos ainda, aproximadamente entre o início e o final da década de 2010.

Certas variáveis utilizadas em estudos de outros autores os quais analisaram o eleitorado brasileiro em recortes temporais similares até remetem aproximadamente, mas de modo algum são idênticas, àquela correspondente ao nosso *construto* ou a alguma de suas *dimensões* e, nesse caso, seria razoável que constatássemos divergências entre nossos achados e aqueles dos autores mencionados. Entre tais variáveis, estão aquelas relativas ao dito “*conservadorismo*” – tal como a concebida por André Singer (2021) – e à dita “*adesão à democracia*” – tal como concebida por Borba e Ribeiro (2021). Ainda assim, os autores mencionados – tanto Singer como Borba e Ribeiro – utilizaram dados secundários oriundos de *pesquisas de opinião* acerca do eleitorado nacional as quais incluíram *percentis* (isto é, *frequências relativas* de categorias

assumidas pelas variáveis) e, não, *níveis médios* assumidos por uma variável. Isto é, até a natureza das medidas apresentadas pelos autores difere daquela da nossa medida, não existindo meios de compará-las efetivamente.

Borba e Ribeiro (2021), em estudo sobre *adesão à democracia* – e educação escolar no Brasil – entre 1989 e 2018, compararam os níveis (percentis) de tal *adesão* no eleitorado brasileiro entre os anos mencionados, indicando variações temporais importantes dos níveis de adesão à democracia entre 2011 e 2018. Os achados de Borba e Ribeiro (2021) apenas aparentemente contrastam com os nossos, já que o nosso *construto* (“autoritarismo de direita”) inclui *dimensões* outras que não a (*anti*)*democraticidade*. Além disso, mais especificamente, nem a *democraticidade* – indiretamente – concebida nesta tese corresponde exatamente à adesão à democracia concebida por Borba e Ribeiro (2021), que a mensuraram mediante a seguinte interrogação (a ser respondida “dicotomicamente”¹²⁰): “a democracia é o melhor regime existente?”.

Como afirmamos antes, a variável Dim3 (correspondente à dimensão antidemocraticidade do nosso construto) veio a ser elaborada mediante associação entre variáveis respectivamente resultantes do tratamento das seguintes quatro variáveis: (i) nível de aprovação ao direito de votar dos que maldizem a democracia, (ii) nível de aprovação às manifestações pacíficas dos que maldizem a democracia, (iii) nível de aprovação às candidaturas a cargos públicos dos que maldizem a democracia e (iv) nível de aprovação ao aparecimento dos que maldizem a democracia na televisão discursando. Estas sendo variáveis que captam atitudes relativas a uma adesão “mais efetiva” a um modelo de democracia – nesse caso, a uma noção menos inexata de democracia. Todavia, não deixa de ser curiosa a aproximação entre o resultado da comparação – realizada na *subseção* anterior – entre os níveis da variável Dim3 (dimensão *antidemocraticidade*) entre 2017 e 2019 e, aqueles dos autores (2021), sobretudo, entre 2016 e 2018.

Em 2016, assim como em 2018, não veio a ser realizada nenhuma onda do *AmericasBarometer*. Mas, de 2017 a 2019 – anos nos quais ondas vieram a ser realizadas –, constatamos que o nível médio de antidemocraticidade aumentou significativamente. Analogamente, Borba e Ribeiro escreveram (2021) que, em 2016 e em 2018, “(...) são constatados os valores mais baixos e mais altos, respectivamente”, ressaltando “(...) o surpreendente recorde de apoio à democracia (...), no mesmo momento em que um candidato

¹²⁰ “(...) utilizamos medida dicotômica com as seguintes alternativas: “A democracia é o melhor regime existente”, codificada como 1; e “Um regime autoritário pode ser melhor/tanto faz uma democracia ou um regime autoritário”, representada por 0”.

que flertava abertamente com o autoritarismo conquistou o mais alto posto político da República".¹²¹ Nesse contexto, Borba e Ribeiro (2021) consideraram que o aumento dos níveis de adesão dos brasileiros à democracia em 2018 "(...) pode ser interpretado como resultante de um processo de realinhamento entre eleitores e partidos, de modo que um candidato de extrema direita teria propiciado uma oferta partidária congruente com as demandas da sociedade brasileira naquele momento histórico (segurança, combate à corrupção, 'nova política'), traduzindo-se, dessa maneira, na ampliação do apoio ao regime".

Já André Singer (2021), em estudo sobre a reativação da direita no Brasil em 2018, comparou os níveis (percentis) do conservadorismo (equivalido estrategicamente pelo autor ao direitismo)¹²² entre 1988 – quando teria ocorrido a chamada redemocratização – e 2018, tendo concebido a vitória eleitoral de Bolsonaro em 2018 como resultante de uma reativação das direitas e, nesse caso, do conservadorismo, um dos elementos concebidos como constitutivos do autoritarismo psíquico na obra de diversos estudiosos.¹²³ Singer (2021) considerou que: (i) de modo mais abrangente, de 1988 até 2018, teria existido certa continuidade ideológica no eleitorado nacional; e (ii) mais especificamente, a amplitude das predisposições ideológicas ditas "de direita" (segundo o autor, "conservadoras") em tal eleitorado teria se mantido relativamente estável no período mencionado. Além disso, Singer (2021) considerou que: (iii) após 1993, o eleitorado brasileiro continuou inclinado à direita (e, assim, ao conservadorismo). Portanto, de acordo com o entendimento do autor, nos trinta anos seguintes à redemocratização,

¹²¹ Borba e Ribeiro (2021): Uma possível interpretação dessa aparente contradição passa pelo conceito de realinhamento político, como desenvolvido por Russell Dalton (2018). Para esse autor, no âmbito das democracias, estaria ocorrendo um processo de reorganização dos vínculos entre eleitores e partidos, a partir de duas clivagens centrais: econômicas e culturais. A globalização e a reestruturação do capitalismo, a profunda crise econômica global pós-2008, a diminuição da importância da classe trabalhadora na dinâmica do capitalismo e o surgimento de uma nova classe média são fenômenos que têm provocado mudanças profundas nas demandas da sociedade (eleitorado), ocasionando a reestruturação dos partidos e dos sistemas partidários (o lado da oferta) nas democracias avançadas, cujas consequências mais substantivas estariam sendo vistas agora. Os fenômenos mais visíveis e emblemáticos desse processo seriam o surgimento e a consolidação dos partidos de extrema-direita, por um lado, e dos partidos verdes, por outro. Nesse sentido, o aumento da adesão dos brasileiros à democracia em 2018 pode ser interpretado como resultante de um processo de realinhamento entre eleitores e partidos, de modo que um candidato de extrema-direita teria propiciado uma oferta partidária congruente com as demandas da sociedade brasileira naquele momento histórico (segurança, combate à corrupção, nova política), traduzindo-se, dessa maneira, na ampliação do apoio ao regime.

¹²² Ainda que Singer (2021) não tenha conceituado exatamente em tal artigo a direita e a esquerda, utilizou estrategicamente as noções de direita e de conservadorismo como intercambiáveis. Por exemplo, nesse sentido, empregou a expressão "predisposições conservadoras" como sinônima da expressão "predisposições de direita".

¹²³ Em muitas das teorias acerca do autoritarismo – a exemplo daquelas de Adorno *et al.* (1950/2019) e Norris e Inglehart (2019) – examinadas nesta tese, o conservadorismo (ou certo convencionalismo) veio a ser entendido como um dos elementos centrais do autoritarismo. Nossa concepção de autoritarismo, entretanto, diferente de tal entendimento, já que, nesta tese, apenas o autoritarismo *de direita*, e não o *de esquerda*, é concebido como constituído pelo conservadorismo.

as predisposições ditas “de direita” não apenas teriam sido recorrentes, mas teriam constituído a tendência ideológica do eleitorado nacional.

De outro lado, Singer (2021) considerou que: (iv) muitas das predisposições de direita (conservadoras) estiveram desativadas nas décadas anteriores a 2018. O autor entendeu que parte daquelas predisposições ideológicas teria sido desativada em 1994, ano em que, segundo ele, “o centro” teria desbancado “a direita” no âmbito decisório nacional, com a eleição de FHC. Posteriormente, entre 2006 e 2014, o chamado “lulismo” teria tornado ainda mais ampla a desativação de predisposições conservadoras (Singer, 2021). O autor não conceituou razoavelmente a denominada “desativação”. Ainda assim, mediante uma análise mais detida de sua argumentação, seria sensata a suposição de que, implicitamente, a desativação das direitas corresponderia, não à sua erradicação, mas, sim, à sua obsoletização eleitoral. Isto é, corresponderia à redução da amplitude, no eleitorado brasileiro, da implicação da autoidentificação como “de direita” no voto em candidato à presidência da República reconhecido como “de direita”.

Nesse contexto, o candidato Lula, mesmo situado no campo das esquerdas, teria sido comumente sufragado por indivíduos autoidentificados como “de direita” ou “conservadores” – devido, entre outros elementos, à menor relevância naquele momento da autoidentificação ideológica para a determinação do voto. Aqui, seria importante asseverar ostensivamente que, entre 1994 e 2014, teria ocorrido amplamente uma *desativação* – mas não uma *alteração ideológica*. Desde então, a autoidentificação de um indivíduo como “de direita”, ainda que continuasse sendo a autoidentificação mais recorrente no eleitorado brasileiro, teria vindo a ser menos comumente implicada de modo direto em voto em candidato à presidência da República. Analogamente, Carreirão (2007, 2008), em trabalhos anteriores, constataria a redução da associação entre ideologia e comportamento político.

Contudo, em 2018, quando da vitória eleitoral de Bolsonaro, a autoidentificação como “de direita” ou “conservador(a)” teria voltado a se implicar significativamente no voto.¹²⁴ Assim, segundo Singer (2021): (v) em meio às campanhas eleitorais de 2018, após sua duradoura desativação, as predisposições de direita (conservadoras) de amplo setor do eleitorado teriam se reativado – a sua reativação tendo se implicado, entre outros eventos, na eleição do capitão reformado. Singer (2021) concluiu que a própria candidatura de Bolsonaro em 2018 contribuiu para a reativação de predisposições até então desativadas, mas seguramente não extintas – conclusão consoante com o achado de Amaral (2020, p. 9). Amaral (2020)

¹²⁴ Em meio a um contexto internacional contributivo à ascensão eleitoral de candidatos situados à extrema-direita do espectro ideológico, o então candidato Jair Bolsonaro teria vencido as eleições presidenciais.

evidenciara que a autoidentificação de um indivíduo como “de direita” aumentava as chances de voto em Bolsonaro em 2018.¹²⁵ No mesmo sentido e concordando ostensivamente com Fuks e Marques (2020), Singer (2021) afirmou que “estaria em curso o crescimento da influência da ideologia sobre o comportamento político no Brasil e seria difícil explicar a decisão do eleitor em 2018 sem considerar a sua reação às posições e propostas eleitorais da direita”.

Rennó (2020) considerou que os eleitores conservadores no Brasil “*são claramente contrários a políticas identitárias e redistributivas*” (tradução), mas não necessariamente a maioria desses eleitores teria votado nas últimas décadas em candidato com retórica contrária a tais políticas. Nesse sentido, o autor ressaltou que a emergência de um alinhamento ideológico à direita representaria um evento inédito – “fenômeno novo” – na política brasileira pós-redemocratização; e que, provavelmente, o movimento conservador empoderado nas eleições de 2018 não deixaria a cena política tão cedo.

Porém, a ativação de um conservadorismo em parcela significativa do eleitorado, assim como a eleição à presidência da República de um candidato com retórica de extrema-direita, não teria resultado meramente da apresentação da candidatura de Bolsonaro. Nem teria resultado meramente da sua apresentação o estabelecimento da submissividade acrítica de alguns dos seus simpatizantes em relação a ele – mesmo em meio às várias crises as quais assolaram a maioria dos brasileiros em meio ao seu mandato. Em concordância com Rennó (2020), era razoável a suposição de que muitos dos elementos psicossociais relacionados com a reativação do conservadorismo seguramente não cessariam com eventuais vitórias eleitorais de candidatos reconhecidos como “de esquerda” ou “não conservadores”. A vitória de Lula em 2022 atestou a consistência de tal suposição.

Amaral e Chaguri (2021) consideraram que a demanda por uma liderança conservadora (de direita) – a exemplo daquela de Jair Bolsonaro – existiu desde o início do período pós-redemocratização, mas que o sistema político oriundo da transição democrática inviabilizara o surgimento de alternativas [populistas-]autoritárias de direita eleitoralmente viáveis.¹²⁶ Entretanto, segundo Amaral e Chaguri (2021), nos anos imediatamente anteriores a 2018, o cenário teria mudado em decorrência da convergência entre: (i) “o descrédito do establishment político” – relacionado, por exemplo, com a Operação Lava-Jato –, (ii) “a redução dos constrangimentos para o sucesso eleitoral” – correlativa à ampliação do acesso a novas

¹²⁵ Analogamente ao que Singer (2000, p. 83) sustentara, em outro contexto, que a mencionada autoidentificação contribuíra para o voto em Collor aproximadamente três décadas antes.

¹²⁶ Nesse aspecto, a análise do trabalho de Amaral e Chaguri (2021) indica certa aproximação entre sua tese e aquela de Singer (2021), mas, seguramente, não uma identicidade entre ambas.

tecnologias e ao surgimento de novos modos de comunicação política e (iii) “o cenário internacional”¹²⁷ A análise do trabalho de Amaral e Chaguri (2021) indica certa aproximação entre sua tese e aquela de Singer (2021): seria consistente a afirmação de que, no entendimento deste último, tal demanda, ainda que tenha existido em alguma medida desde o início do período pós-redemocratização, não teria se expressado amplamente no contexto eleitoral até 2018 – ano no qual a reativação do conservadorismo teria chegado à sua máxima amplitude.

Por outro lado, novamente, seria importante a seguinte ressalva: os achados de Rennó (2020), Amaral e Chaguri (2021) e Singer (2021) antes mencionados se referem ao conservadorismo (ou direitismo), não exatamente ao autoritarismo. Factualmente, as noções de conservadorismo e de autoritarismo não representariam uma mesma entidade, ainda que, como afirmamos anteriormente nesta tese, entendemos que conservadorismo e autoritarismo (mesmo existindo também de modo independente um do outro) estão comumente associados no eleitorado brasileiro. Provavelmente,¹²⁸ em alguma medida, uma (re)ativação do conservadorismo em 2018 tenha correspondido a uma ativação do autoritarismo no mesmo ano.¹²⁹ Algumas considerações de Rennó (2020) e de Amaral e Chaguri (2021) teriam sugerido essa correspondência, ao menos, em âmbito eleitoral.¹³⁰

Todavia, a discussão sobre a correspondência mencionada extrapolaria o escopo desta tese, na qual estamos interessados mais especificamente em analisar empiricamente a associação entre o nosso construto original – o autoritarismo de direita – e a noção de atitude bolsonarista. Nos **capítulos 4 e 5**, realizaremos tal análise empírica, mas, de todo modo, até o momento, não discorreremos sobre a noção de bolsonarista – nem sobre suas noções correlatas, tais como a de atitude bolsonarista. Menos ainda, discorreremos sobre o modo mais apropriado

¹²⁷ Por exemplo, Reis (2020) entendeu o bolsonarismo como “a expressão brasileira de um movimento de reação internacional às mutações promovidas pela grande revolução digital ou informática” e, assim como Amaral e Chaguri (2021), o considerou como relativamente estável.

¹²⁸ Ainda que se entenda o conservadorismo como elemento constitutivo do autoritarismo de direita, ao menos virtualmente, uma (re)ativação do conservadorismo em certo aspecto não necessariamente corresponderia a uma ativação do autoritarismo de direita no mesmo aspecto – entre outras razões, porque aquele constituiria também outros construtos.

¹²⁹ De todo modo, mesmo que eventualmente se constatasse que a (re)ativação do conservadorismo não correspondeu à ativação de um autoritarismo no cenário brasileiro recente, a análise do artigo mencionado teria sido apropriada, já que a concepção de Singer sobre o estatuto da ativação de uma atitude (nos termos do autor, uma predisposição), ou, mais abrangentemente, de uma orientação psíquica, está alinhada àquela utilizada nesta tese.

¹³⁰ Por exemplo, Amaral e Chaguri (2021), em meio à sua discussão sobre os setores sociais sustentadores do bolsonarismo, consideraram tais setores como *autoritários, conservadores e situados à direita do espectro político*. Nesse sentido, não identificaram entre si tais termos, mas os associaram diretamente no caso estudado. Já Rennó (2020), em meio à sua discussão sobre os eleitores de Bolsonaro em 2018, considerou conservadorismo como um conceito *multidimensional* o qual envolveria, entre outras, certas dimensões autoritárias. Adicionalmente, concluiu que os eleitores de direita (nesse caso, conservadores) estariam mais inclinados ao autoritarismo.

de mensuração de tal *atitude*. Nesse caso, no **capítulo 3**, após a discussão mais detida acerca de nuances do apoio a Bolsonaro por parcela significativa do eleitorado, a noção de atitude bolsonarista será elaborada e serão apresentadas as razões de nossa específica conceituação.

Fato é que, até aqui, os achados são coerentes com a suposição de que tenha ocorrido, em 2018, uma *ativação* do autoritarismo de direita. Como afirmamos em outro excerto, o trabalho de Lima *et al.* (2020) indicou que, mesmo em 2017 – ano no qual Bolsonaro era ainda desconhecido da maioria do eleitorado –, a maior parte dos eleitores brasileiros se inclinava significativamente ao autoritarismo. Então, ainda que tenha ocorrido com a vitória eleitoral de Bolsonaro uma ascensão de certo autoritarismo – isto é, um aumento do número de indivíduos inclinados a este último –, seria consistente a suposição de que a maioria dos eleitores apenas continuou autoritária, não tendo se tornado autoritária em meio às campanhas eleitorais; menos ainda, especificamente com a vitória eleitoral de Bolsonaro. Provavelmente, muitos teriam vindo a ser bolsonaristas em meio a tais campanhas, mas já se inclinavam ao autoritarismo muito antes.

3. A NOÇÃO DE ATITUDE BOLSONARISTA: CONTEXTUALIZAÇÃO, DISCUSSÃO E DELIMITAÇÃO

3.1. Notas introdutórias: o recorte teórico desta tese na abordagem do bolsonarismo, de seus integrantes e dos seus entornos

Ainda em meio às campanhas eleitorais de 2018, sobretudo – mas não apenas – no ambiente virtual, o denominado “bolsonarismo” se ampliou expressivamente, tendo assumido nível nacional.¹³¹ O estabelecimento de tal movimento no nível mencionado entre 2018 e 2019 implicou, durante o conturbado mandato de Bolsonaro, importantes alterações no cenário político brasileiro – muitas das quais, tão imprevisas pelos analistas políticos quanto a própria vitória eleitoral daquele.¹³² Mesmo assim, em 2018, não era ainda consenso na ciência política a concepção do bolsonarismo como um *fenômeno político* propriamente dito.¹³³ Analogias desse movimento com o chamado “lulismo”, por exemplo, mediante as quais se indicava a estabilidade e a resiliência do então emergente *bolsonarismo*, eram ainda apontadas por muitos como exageradas ou inconsistentes.

Contudo, a partir de 2020 – conforme o avanço dos estudos direcionados ao seu entendimento –, autores¹³⁴ de variados campos de conhecimento vieram a externalizar outra concepção sobre o bolsonarismo, correspondente ao entendimento de que o nível de estabilidade desse movimento era maior do que o inicialmente suposto – ainda que muitos considerassem naquele momento a continuidade da existência de tal movimento como

¹³¹ Tal movimento não se originou de repente. A constituição do dito bolsonarismo se iniciou anos antes da eleição de Bolsonaro à presidência da República. De acordo com as considerações de Dalmonte e Dibai (2019), Bolsonaro constituiu [...] em torno de si o clã Bolsonaro, integrado pelos três filhos políticos: Eduardo, deputado federal por São Paulo; Flávio, senador pelo Rio de Janeiro; e Carlos, vereador pelo município do Rio de Janeiro. Tais filhos do capitão reformado teriam não somente sido os integrantes originais do bolsonarismo, mas também auxiliado sistematicamente na ampliação do movimento. Nesse sentido, Messenberg (2017) escreveu: Em virtude de seu grande carisma frente ao eleitorado, Bolsonaro conseguiu eleger seus três filhos do primeiro casamento para mandatos parlamentares [...] Juntos escrevem um *blog* denominado ‘A família Bolsonaro’, no qual divulgam suas atividades parlamentares, criticam diretamente os partidos e políticos de esquerda, além de se apresentarem como a alternativa da direita para dar ‘um novo rumo para o Brasil’.

¹³² Por exemplo, após decretada a quarentena – em meio à pandemia de covid-19 –, grupos tais como o 300 (liderado pela ativista Sara Winter) iam às ruas manifestando apoio ao presidente (chamado de mito pelos integrantes do grupo), enquanto atacavam verbalmente o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (Mões, 2020), instituições criticadas por Bolsonaro em variadas situações. As aglomerações correspondentes a tais manifestações ocorreram mesmo com o risco de transmissão do novo coronavírus, inclusive com participação do presidente em várias delas, sem máscara (Souza, 2020).

¹³³ Nesse contexto, Sartori (2021) evidenciou que a existência do chamado bolsonarismo raiz (não somente em 2020, mas também em 2018) restava como inexpressivamente analisada academicamente.

¹³⁴ Araújo e Carvalho (2021) conceberam o bolsonarismo como um fenômeno sociopolítico; e Amaral e Chaguri (2021), no mesmo sentido, o consideraram como um fenômeno político e social. Já Reis (2020) entendeu o bolsonarismo como a face brasileira desse fenômeno [internacional reacionário].

relativamente dependente da ocupação do cargo presidencial por Bolsonaro. Além disso, a caracterização – isto é, a descrição – do bolsonarismo se tornava cada vez mais recorrente em trabalhos acadêmicos de modo que aquele deixasse de ser objeto exclusivo de consideração midiática.¹³⁵

Obviamente, nem todos os autores contribuíram na mesma intensidade e no mesmo sentido à caracterização do dito “bolsonarismo”. Existiram – assim como existem – divergências teóricas em muitos aspectos entre aqueles. Todavia, *tem sido um amplo consenso a sua concepção como um movimento autoritário e situado à direita do espectro político ideológico*. Alguns estudiosos,¹³⁶ ainda que não tenham exatamente conceituado tal movimento, utilizaram o termo “bolsonarismo” em seus trabalhos e, de modo indireto, aventaram elementos importantes na concepção daquele como um movimento autoritário de direita. Por exemplo, Singer (2021), em seu estudo sobre a *reativação das direitas* (e do conservadorismo) no Brasil, associou esta reativação com o dito “bolsonarismo” e Barros (2019) remeteu implicitamente o termo “bolsonarismo” ao termo “retrocesso” – mesmo os autores tendo meramente se referido ao bolsonarismo e este não tendo assumido estatuto efetivamente conceitual em seus trabalhos.

Já autores a exemplo de Safatle (2020) e Ribeiro (2020)¹³⁷ conceberam o bolsonarismo mais ostensivamente, considerando este último como um dos representantes dos movimentos de extrema-direita no Brasil contemporâneo. Aproximadamente no mesmo sentido, Araújo e Carvalho (2021) entenderam o bolsonarismo como “uma expressão contemporânea do autoritarismo no Brasil”, asseverando que o autoritarismo se consubstancia no bolsonarismo, o qual teria resultado “da convergência de forças constitutivas da direita e da extrema-direita no Brasil”. Nesse contexto, o descreveram (2021) como “caracterizado pela composição do ultraliberalismo, do militarismo e do reacionarismo político-cultural” e, ao menos implicitamente, veio a ser entendido como um movimento relativamente organizado e coeso ideologicamente e, ainda, com “práticas autoritárias”. Aparentemente, em alguns aspectos, similarmente ao modo como Amaral e Chaguri (2021) o entenderam.

¹³⁵ Alguns meses antes da primeira externalização dessa outra concepção em um trabalho acadêmico, teria se iniciado a caracterização acadêmica do bolsonarismo. Até meados de 2019, tal caracterização era recorrente apenas em âmbito midiático.

¹³⁶ Entre os quais, constam Angela Gomes (2019), Barros (2019), Boris Fausto (2019), Dunker (2019), Gianotti (2019), Melo (2019), Mendes (2019), Quinalha (2019), Singer e Venturi (2019) e Singer (2021).

¹³⁷ Ribeiro (2020), mais especificamente, o considerou como a mais nova face da extrema-direita brasileira nas primeiras décadas do século XXI e afirmou que as suas bases ideológicas são o neoprotetantismo e a defesa do legado da ditadura militar. Ainda segundo Ribeiro (2020), o bolsonarismo se caracterizaria pela adoção de uma ideologia de extrema-direita personificada, entretanto não por um intelectual ou uma corrente de pensamento no sentido clássico dos termos, mas por alguém que encarna uma mescla de esoterismo e charlatanismo em tempos de redes sociais e de *fake news*.

A noção de bolsonarismo mobilizada por Amaral e Chaguri (2021) – nesse caso, mais diretamente na ciência política – representaria um movimento resiliente, relativamente estável e coeso ideologicamente que atuaria mediante um “ativismo autoritário” de extrema-direita. Entretanto, segundo os autores (2021), a base social do bolsonarismo durante o mandato de Bolsonaro, embora ideologicamente coesa, seria significativamente variada em relação ao seu perfil geracional, aos seus níveis de escolaridade, à sua renda e à sua ocupação. Nesse sentido, o movimento seria transversal à sociedade brasileira contemporânea, capilarizado, de modo que os denominados “bolsonaristas” integrassem diversos setores sociais.¹³⁸

A concepção de Amaral e Chaguri (2021) sobre o bolsonarismo, embora não necessariamente incompatível com aquelas de outros autores que versaram sobre esse movimento, para além de ter sido sustentada empiricamente, veio a ser mais específica do que as suas precedentes acadêmicas e, a essa altura, a seguinte ressalva assumiria maior importância: a concepção de bolsonarismo orientadora do nosso trabalho está aproximadamente alinhada àquela de Amaral e Chaguri (2021).¹³⁹ Estes autores entenderam o bolsonarismo como um “fenômeno político e social”¹⁴⁰ e, mesmo não tendo utilizado exatamente a expressão “movimento de massas” em sua conceituação, consideraram indiretamente o bolsonarismo como esse *tipo de fenômeno* – ao estressarem sua resiliência, sua relativa estabilidade e sua coesão ideológica.¹⁴¹ Estes atributos são concebidos na obra de Freud (1921/1986) como característicos de *massas* e, mais especificamente, na obra de Adorno (1951), como típicos de *massas autoritárias*.

Após o início do mandato do capitão reformado, certos apoiadores não significativamente alinhados com ele e os quais o sufragaram estrategicamente (não o tendo idealizado) tenderiam a não mais apoiá-lo. Certamente, nesse sentido, o nível de alinhamento entre o apoiador médio de Bolsonaro e o discurso conservador acerca de assuntos sociais e morais de Bolsonaro aumentou entre o segundo turno de 2018 e o meio de seu mandato. Assim, entre os resultados da sondagem realizada pelo *Instituto Travessia* em meados de 2020, constava a seguinte informação: 98% dos apoiadores de Bolsonaro relatara anseio de que a

¹³⁸ Amaral e Chaguri (2021) concluíram que a transversalidade não se referiria à variável sexo: em ambos os modelos construídos pelos autores, esta variável apresentou significância estatística. A autoidentificação com o sexo masculino ampliava em cerca de 40% a chance de gostar mais do presidente. Tal conclusão remeteu àquela de Amaral (2020) e de Nicolau (2020) acerca da eleição de 2018 – na qual, nos termos de Amaral e Chaguri (2021), pela primeira vez a variável sexo apareceu como boa preditora de voto para o pleito presidencial.

¹³⁹ O que, indiretamente, compatibiliza nossa compreensão sobre aquele também com a de alguns outros autores.

¹⁴⁰ O que aumentaria a consistência dos estudos sobre ele na ciência política.

¹⁴¹ Obviamente, nesse caso, movimento de massa predominantemente – embora não somente – virtual. O bolsonarismo teria se expandido mediante a utilização eficiente de redes sociais e de certos aplicativos digitais.

polícia atuasse mais rigorosamente contra os criminosos. Em meio ao segundo turno das eleições de 2018, seguramente o percentil não seria elevado quanto aquele relativo aos apoiadores do então candidato em meados de 2020 – já que, naquele momento, estes eram aproximadamente os eleitores antipetistas, independentemente de seus níveis de conservadorismo e de admiração por Bolsonaro.

Aparentemente, o apoio de setor expressivo do eleitorado brasileiro a Bolsonaro se relacionou – e continuaria relacionado – em alguma medida com a instrumentalização, por este último, de certos ideais sociais, entre os quais, aqueles remetidos ao autoritarismo de direita, norteadores de sua retórica. Nesse contexto, não seria inconsistente a suposição de que, já entre 2018 e 2019, o campo bolsonarista agregava entre si vários indivíduos que demandariam uma resposta autoritária de direita (e, nesse caso, explicitamente reacionária) a certos conflitos sociopolíticos¹⁴². O bolsonarismo estaria reorganizando em si setores significativamente autoritários – nesse caso, expressando de algum modo o autoritarismo historicamente estabelecido na sociedade brasileira.

Ainda que não exista nenhum atributo compartilhado por cada um dos ditos “bolsonaristas” para além de sua idealização de Bolsonaro, certos indivíduos simpatizantes expressivos de Bolsonaro constituiriam um bolsonarismo: movimento de massa no qual existiria um nível razoável de coesão ideológica interna, correspondente à sua situação à direita do espectro político e relacionada com o seu “ativismo autoritário” de extrema-direita. Analogamente, mesmo que se assevere que alguns de seus integrantes não compartilham com os demais os seus ideais mais severamente reacionários, o bolsonarismo consistiria¹⁴³ em uma expressão do autoritarismo de direita no Brasil no século XXI.

Por outro lado, um apoiador do capitão reformado não necessariamente consiste em um “bolsonarista” propriamente dito. Desse modo, certos apoiadores de Bolsonaro se mantiveram no “entorno” do bolsonarismo, não sendo apropriadamente considerados como seus integrantes – mesmo que opere sobre cada um de tais apoiadores o risco expressivo de que venha a ser influenciado em alguma medida pela retórica predominantemente veiculada nesse movimento. Entre as hipóteses testadas mais adiante, nos **capítulos 4 e 5** desta tese, está aquela de que também o *apoio* a Bolsonaro de modo mais amplo, e não exclusivamente a *modalidade acrítica de apoio* a este último, estaria significativamente relacionado com o *autoritarismo de direita* – apesar de se esperarem, de diferentes *tipos de apoiadores* de Bolsonaro – *mais estratégicos* e

¹⁴² Contudo, seria importante a ressalva de que, não necessariamente, cada um desses indivíduos teria demandado a mesma resposta a um mesmo conflito.

¹⁴³ Inclusive, Sartori (2019b) o afirmou, embora não o tenha sustentado empiricamente.

mais acríticos –, níveis diferentes de inclinação a tal autoritarismo. O entendimento mais amplo acerca dos apoiadores importará especialmente no momento em que estivermos comparando entre si os *níveis de autoritarismo de direita* do apoiador médio de Bolsonaro e, do seu não apoiador médio. Já a consistência da elaboração de uma noção de *atitude bolsonarista*, objetivo central deste **capítulo** conforme ao indicado, depende desta divisão operacional dos apoiadores de Bolsonaro em *tipos*.

Porém, anteriormente a tal divisão operacional, seria relevante a distinção entre certas noções, as quais se aproximariam da noção de apoiador, mas não consistiriam exatamente naquela. De um lado, a ascensão eleitoral de Bolsonaro em 2018 contrariou as expectativas iniciais de muitos analistas políticos e, nesse contexto, o interesse pela compreensão do apoio àquele aumentou expressivamente. Artigos midiáticos, comentários sobre pesquisas de opinião e trabalhos acadêmicos diversos apresentaram considerações acerca dos apoiadores do capitão reformado em momentos diferentes, a partir de 2018. De outro lado, noções aproximadas à de apoiador, tais como as de eleitores, de potenciais eleitores e de simpatizantes, vieram a ser cada vez mais comumente abordadas em trabalhos tais como os de Kalil (2018) e de Solano (2018), publicados ainda antes da vitória eleitoral do capitão reformado. Mas, ainda que aquelas noções tenham sido utilizadas como equivalentes em alguns estudos¹⁴⁴ – com objetivos determinados –, não são idênticas umas às outras e, da sua distinção, dependerão em última instância as análises estatísticas realizadas mais adiante nesta tese.

Em muitos casos, a expressão “eleitor de Bolsonaro” designou meramente um indivíduo o qual votou naquele. A expressão “potencial eleitor de Bolsonaro”, um indivíduo o qual relatou intenção de voto naquele. Ambos, independentemente das razões (e dos motivos) individuais. Já a expressão “apoiador de Bolsonaro”, alguém que mantém, em alguma medida, atitude de concordância com aquele, independentemente de suas disposições afetivas em relação a ele. Por sua vez, a expressão “simpatizante de Bolsonaro”, um indivíduo o qual mantinha certa disposição afetiva positiva em relação àquele. O eleitor, do mesmo modo como o potencial eleitor, está inserido em contexto eleitoral – mesmo que em momentos diferentes de uma eleição. No entanto, o apoiador e o simpatizante, não necessariamente se inserem em contexto eleitoral. Indivíduos não simpatizam somente com candidatos, mas, também, entre muitos outros, com políticos eleitos e com certas lideranças de movimentos sociais. Analogamente,

¹⁴⁴ Por exemplo, em estudo do Instituto Travessia desenvolvido em julho de 2020, aqueles entrevistados que responderam – nesse caso, espontaneamente – o nome de Jair Bolsonaro quando interrogados em qual candidato votariam caso as eleições presidenciais ocorressem no momento da entrevista, vieram a ser considerados como seus apoiadores. Portanto, as noções de apoiador e de potencial eleitor foram utilizadas como equivalentes entre si.

indivíduos não apoiam exclusivamente candidatos, embora o voto consista em um modo de apoio – e, assim, o eleitor de um candidato consiste em um apoiador deste último ao menos durante o momento de seu voto nele (Sartori, 2021).¹⁴⁵

Desde já, entretanto, ressaltamos que a *dimensão afetiva* assumirá uma relevância expressiva nas análises realizadas nesta tese, como discutiremos, em razão das implicações de certas modalidades de vinculação afetiva – tais como a identificação e a idealização – e que, aqui, as relações entre as noções de apoiador e de simpatizante importam especialmente: o simpatizante de alguém mais comumente se sente representado pelo mesmo em alguma medida, vindo a se identificar com esse último – e eventualmente o idealizando – de algum modo; e, recorrentemente, os simpatizantes de um candidato constam entre os seus apoiadores: este setor costuma ser mais amplo que aquele. Além disso, aqueles simpatizantes de um candidato os quais estavam capacitados ao voto antes do momento da votação – do mesmo modo como seus potenciais eleitores – costumam constar entre seus eleitores no momento da votação (Sartori, 2021).¹⁴⁶

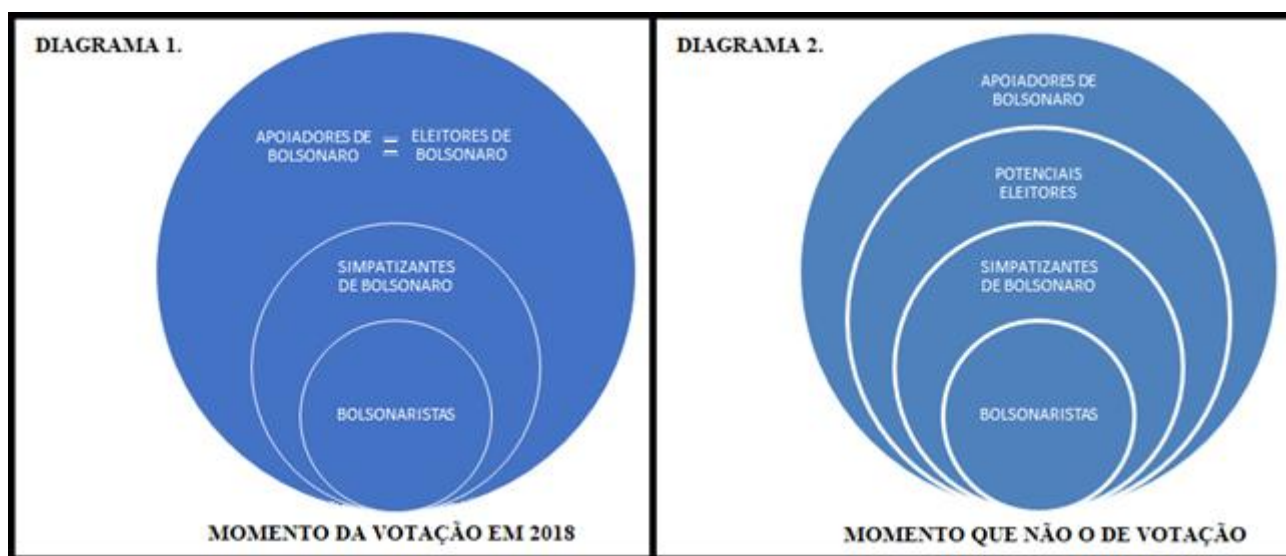
Como evidenciaremos mais adiante nesta tese, em trabalhos tais como o de Amaral e Chaguri (2021), o “bolsonarista” propriamente dito seria entendido não meramente como um apoiador de Bolsonaro, mas como um simpatizante expressivo deste último. Nos termos dos autores (2021), seriam “os cerca de 25% dos entrevistados, segundo a *survey A Cara da*

¹⁴⁵ Durante o momento das votações em 1.º turno, assim como em 2.º turno, o setor constituído pelos eleitores de um candidato e o setor constituído pelos seus apoiadores são aproximadamente equivalentes entre si, embora esse setor seja mais amplo do que aquele em certos casos – por exemplo, se muitos daqueles apoiadores não estiverem capacitados ao voto, não se inserindo no sistema eleitoral. Portanto, as intersecções entre os setores sociais variam de acordo com o contexto analisado. Além disso, ainda que não sejam exatamente intercambiáveis entre si, em certos casos existem associações estatísticas importantes entre as noções correspondentes àquelas expressões (Sartori, 2021). A intenção de voto não corresponde exatamente ao apoio nem à simpatia, mas, em alguns estudos – tais como o do *Instituto Travessia* (2020) –, se considerou a intenção de voto como índice (e, até mesmo, equivalente) de apoio, devido à tendência à sua associação, por exemplo, ocorrida em estudos nos quais somente se tenha analisado indivíduos capacitados ao voto (Sartori, 2021).

¹⁴⁶ Parte dos eleitores de um candidato em 2.º turno, entretanto, comumente não consta entre seus simpatizantes; nem entre os indivíduos concebidos como seus apoiadores e potenciais eleitores até o 1.º turno. Recorrentemente, em um 1.º turno, a associação entre voto e simpatia vem a ser muito mais relevante que no 2.º turno. Paralelamente, o nível de coesão – por exemplo, ideológica – do eleitorado de um candidato em 1.º turno, em certos aspectos, costuma ser maior que seu nível de coesão em 2.º turno. Entre o 1.º e o 2.º turnos, costuma aumentar a amplitude das divergências atitudinais (mas também as relativas a valores, ideais e demandas) do eleitorado de um candidato. Em 1.º turno, os eleitores de um candidato se sentem mais comumente representados por ele; já no 2.º turno, não raramente, eleitores são motivados menos por sua simpatia pelo seu candidato do que por sua antipatia pelo opositor. Por exemplo, nas eleições de 2018, certos eleitores relataram voto estratégico em Bolsonaro relacionado com o antipetismo; isto é, relataram que o seu voto nesse candidato se motivou mais pela sua antipatia pelo PT do que por sua simpatia pelo capitão reformado (Kalil, 2018, p. 24). Justamente nesse sentido, Amaral (2019) recordou que, no segundo turno de tais eleições, ambas as candidaturas mantinham altos níveis de rejeição e, então, muitos eleitores mais atacavam seu oponente, sustentando indiretamente a superioridade de seu candidato do que afirmavam diretamente essa superioridade. Adicionalmente, o autor asseverou que, naquele contexto, estiveram opostos entre si o antipetismo e o antibolsonarismo; mas não estritamente o petismo e o bolsonarismo (Sartori, 2021).

Democracia, que afirmaram gostar bastante de Jair Bolsonaro”. Nesse contexto, de modo aproximadamente compatível com o entendimento de Amaral e Chaguri (2021), Sartori (2021) construiu dois diagramas os quais categorizam e relacionam entre si de modo imagético as noções anteriormente mencionadas (aproximadas da noção de apoiador) e os quais apresentamos e descrevemos a seguir. O **Diagrama 1** representa a situação configurada em momentos de votações em 2018, mas inclui somente indivíduos capacitados ao voto. Poderia ser utilizada, entretanto, analogamente, de modo a representar a situação configurada em momentos de votações em 2022. Já o **Diagrama 2** representa a situação configurada anteriormente à vitória eleitoral de Bolsonaro, mas não em momentos de votações, também incluindo somente indivíduos capacitados ao voto. Contudo, de certo modo, representa também a situação configurada em meio ao mandato deste último.

Figura 6 – Momento de votação em 2018 e momento de não votação



Fonte: elaboração do autor, 2021.

Ambas as situações sintetizadas nos diagramas incluem, mesmo que implicitamente, uma distinção entre apoiadores de Bolsonaro apropriadamente denominados “bolsonaristas” nesta tese – aqueles que não apenas simpatizam expressivamente com Bolsonaro, mas que vieram a idealizá-lo – e outros apoiadores. Aqui, esta distinção equivalerá à *divisão operacional* entre apoiadores mais acrícos de Bolsonaro (“bolsonaristas”) e seus apoiadores mais estratégicos, a qual consistirá em importante instrumento na análise realizada nos **capítulos 4 e 5**. Esta divisão, conforme atestaremos, acaba se compatibilizando com certas teorias de Freud, criador da *teoria psicanalítica*, as quais vieram inclusive a ser referenciadas por autores tais

como Adorno *et al.* (1950/2019), orientando sua concepção acerca da *personalidade autoritária*. Algumas das noções articuladas por Freud cerca de um século atrás seriam consistentemente utilizáveis no entendimento sobre os vínculos afetivos de certos apoiadores de Bolsonaro com este último. Nesse caso, a seguir, serão abordados aspectos da teorização freudiana importantes ao desenvolvimento desta tese.

3.2. A referência à teoria freudiana na indicação de uma importante divisão entre apoiadores de Bolsonaro

Os referenciais teóricos assumidos até então por diferentes autores nos estudos acerca dos apoiadores de Bolsonaro não necessariamente são incompatíveis entre si, mas certamente são muito variados. Entre as teorias referenciadas em trabalhos acerca de tais apoiadores, estão aquelas de Freud contidas em *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921/1986).^{147,148} Em meio à sua teorização sobre a constituição das massas, Freud articulou sua teoria acerca dos vínculos afetivos, na qual concebeu suas diferentes modalidades elementares. Entre essas modalidades, o autor situou (i) a identificação e (ii) a idealização.¹⁴⁹ Freud (1921/1986) asseverou¹⁵⁰ que um amontoado de indivíduos não necessariamente constitui uma massa, mas, de outro lado, afirmou que uma massa seria um amontoado de indivíduos cada um dos quais idealizou um mesmo objeto – indivíduo ou ideia – e vieram então a se identificar uns com os outros. Algumas implicações da aceitação dessa afirmação freudiana em uma análise sobre os apoiadores de Bolsonaro são discutidas a seguir.

¹⁴⁷ Obras psicanalíticas têm sido referenciadas e recortadas teoricamente de diferentes modos em outros campos do conhecimento que não o campo psicanalítico. Por exemplo, sobretudo na década de 2010 e, mais intensamente, em meio à ascensão eleitoral de Bolsonaro, veio a ser cada vez mais comum a utilização da obra de Freud como instrumento teórico na análise de movimentos de massa. Mas tal utilização não seria algo recente. Nesse sentido, a teoria contida em *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921/1986) orientaria em alguma medida a teorização de Adorno (1972) acerca de movimentos autoritários, de Safatle (2020) acerca de movimentos de extrema-direita e, ainda, de Laclau (2013) acerca de movimentos populistas, sendo atestada assim, inclusive, a sua importância para a teoria política. Ainda que muitas das análises informais – isto é, extra-acadêmicas – originadas dessa utilização tenham sido incompatíveis entre si e algumas tenham correspondido a meras aplicações acríticas – não historicizadas – da teoria freudiana acerca das massas ao suposto *caso brasileiro*, a obra de Freud seria consistentemente utilizável na compreensão do estabelecimento de um bolsonarismo, independentemente da amplitude e do nível de coesão atitudinal deste movimento. Assim, anteriormente, evidenciamos a seleção da obra de Freud como um dos referenciais teóricos desta tese.

¹⁴⁸ Embora Freud tenha desenvolvido tais teorias cerca de um século antes da eleição de Bolsonaro – e, inclusive, tenha direcionado implicitamente sua teorização mais à crítica do socialismo que à de movimentos de extrema-direita –, suas teorias têm orientado o entendimento de alguns autores – a exemplo de Dunker (2019), G. Gomes (2019), Sartori (2019b, 2021), Indursky (2020) e Safatle (2020) – acerca dos vínculos afetivos de certos apoiadores de Bolsonaro com ele.

¹⁴⁹ Conforme recordou Sartori (2019a).

¹⁵⁰ Nesse caso, concordando com McDougall (1920).

Ainda durante as campanhas eleitorais de 2018, alguns simpatizantes de Bolsonaro se autodenominaram seus “soldados” ou “robôs” e chamaram Bolsonaro de “capitão” ou “mito” (entre outros termos que indicam certa submissão a ele). Após o início do seu mandato, muitos continuaram se autodenominando assim, mesmo com a intensificação das crises econômica, social e sanitária, e com a ampla divulgação midiática de suspeitas e de investigações de supostos crimes envolvendo Jair Bolsonaro e alguns de seus apoiadores mais expressivos. Não se mostra inconsistente a suposição de que muitos dos seus eleitores que se sentiram representados por ele vieram a idealizá-lo; isto é, a concebê-lo como seu líder, se inclinando ao seu apoio acrítico. A teoria freudiana acerca dos vínculos libidinais sustenta indiretamente essa suposição.

Provavelmente, entretanto, o apoio de outros àquele é mais apropriadamente considerado como estratégico – se diferenciando do apoio relacionado com a consideração de Bolsonaro como um mito e, assim, com certa submissão a ele. Embora tenha se mantido em cerca de 30% o percentual de eleitores que consideravam a atuação de Bolsonaro como “ótima/boa” entre maio e julho de 2020, análises do *DataFolha* estimaram a dimensão do denominado “bolsonarismo raiz” em percentuais entre 12% e 20% do eleitorado. Em certos casos, tais como em matéria da *Revista Fórum* (2020), a expressão “bolsonarismo raiz” era utilizada de modo a designar o suposto núcleo duro dos apoiadores de Bolsonaro.

De outro lado, a teoria freudiana acerca dos vínculos afetivos também sustenta indiretamente a suposição de que muitos dos indivíduos que se sentiram representados por Bolsonaro em certos assuntos¹⁵¹ relevantes acabaram se identificando expressivamente uns com os outros e, em alguma medida, com o seu líder. Nesse caso, teriam vindo não somente a se submeter a ele e a ressoar elementos de sua retórica, mas também a assumir mais comumente seu posicionamento, constituindo uma *massa* propriamente dita. Aparentemente, nos ruidosos atos organizados em apoio a Bolsonaro, seriam atestadas tais identificações e idealizações, concebidas na obra de Freud (1921/1986). Nesse sentido, em várias ocasiões em 2020, integrantes desses atos manifestaram abertamente suas atitudes antidemocráticas¹⁵² (por exemplo, em seu apoio a um golpe militar, à dissolução do Supremo Tribunal Federal e à dissolução do Congresso Nacional), seu conservadorismo moral – representado, entre outros,

¹⁵¹ Os assuntos mencionados são descritos a seguir, na **seção 3.3.1** (*Estudos qualitativos no contexto eleitoral de 2018: considerações sobre atributos remetidos ao autoritarismo de direita*).

¹⁵² Cf. Garcia; Falcão, 2020.

pelo apoio aos chamados “valores da família” e à cristandade¹⁵³ –, e seu nacionalismo subserviente aos EUA.

O aumento do número de indivíduos que relataram intenção de voto em Bolsonaro em 2018 veio a ser expressivo nos quatro meses imediatamente anteriores à eleição, mas, ao redor do capitão reformado, teriam se agregado, durante as campanhas eleitorais, variados setores sociais – alguns destes, conforme se sustentará a seguir nesta tese, ostensivamente divergentes entre si em alguns aspectos. Entre os apoiadores de Bolsonaro em 2018, seguramente existiram indivíduos identificados entre si e os quais o tenham idealizado, mas não necessariamente, um apoiador daquele se sentiu inteiramente representado pelo então candidato em cada um dos seus aspectos; nem necessariamente veio a se identificar significativamente com ele. Certamente, entre aqueles apoiadores, constaram também indivíduos não identificados como “de extrema-direita” e os quais não assumiram cada um dos seus posicionamentos. Ainda assim, devido às estereotipações midiáticas – a exemplo daquelas examinadas por Sartori (2021) –, muito comumente, o apoiador daquele veio a ser concebido como uma caricatura do seu líder e como inteiramente incapacitado a criticá-lo.

Os resultados de várias pesquisas – os quais se analisam mais adiante nesta tese – contrariaram os estereótipos construídos midiaticamente acerca dos apoiadores de Bolsonaro. Desse modo, conforme afirmou Sartori (2021), seria controversa a concepção do denominado “bolsonarismo” como um movimento de massas relativamente coeso, organizado e estabilizado, caso este tenha sido correspondido aos cerca de 30% do eleitorado referidos por Safatle (2020) em meados de 2020. Em alguns casos, seria mais controversa ainda a sua consideração como movimento de massas de extrema-direita, se viesse a ser correspondido aos mencionados de 30% – mesmo existindo convergências valorativas, atitudinais e ideológicas entre muitos dos apoiadores de Bolsonaro nesse sentido. Esses estereótipos seriam inconsistentes em muitos dos seus aspectos.

Contudo, conforme se aventou antes, não seria inconsistente a suposição de que, já em 2018, o apoiador médio de Bolsonaro estaria inclinado ao autoritarismo de direita, independentemente do seu nível de enamoramento pelo político mencionado. Assim, no **capítulo 5**, mediante a utilização de uma variável relativa ao nível de confiança em Bolsonaro, seus apoiadores (isto é, os indivíduos que votaram nele em 2018) serão divididos entre *acríticos* (os quais confiam significativamente naquele) e *estratégicos* (os quais não confiam deste modo naquele). Não seria incompatível com a teoria freudiana a suposição de que os níveis médios

¹⁵³ Cf. SP terá..., 2020.

de inclinação ao autoritarismo dos apoiadores acrílicos de Bolsonaro venham a ser maiores que os dos estratégicos. Desse modo, a consideração daquela variável viabilizaria a avaliação não apenas das amplitudes e dos níveis de acriticidade dos diferentes *tipos* de apoiadores de Bolsonaro em relação a este último –, mas também da própria relação entre tais níveis de acriticidade e o autoritarismo de direita, ao menos no início do mandato de Bolsonaro.

De todo modo, qualquer estudo consistente acerca dos apoiadores de Bolsonaro dependerá de uma definição dos mesmos e, sobretudo neste trabalho, no qual se centrou a análise não estritamente nos eleitores de Bolsonaro, mas em uma comparação entre os seus *tipos de apoiadores*, seria relevante a diferenciação entre estes. As teorias freudianas referenciadas anteriormente, embora oriundas de outro campo de conhecimento, orientariam o entendimento a respeito dos vínculos afetivos de certos apoiadores de Bolsonaro com este último e, então, serão utilizadas na conceituação de *atitude bolsonarista* orientadora da análise desenvolvida nesta tese.

Desde já, no contexto exposto, seria relevante que se ressaltasse o seguinte: a *atitude bolsonarista*, analisada nos **capítulos 4 e 5**, caracteriza somente *bolsonaristas* propriamente ditos, em cada um dos quais teria ocorrido uma *idealização* de Bolsonaro – uma modalidade específica de vínculo afetivo em relação a este último. Na ciência política, de modo mais amplo, tem sido cada vez mais comum a consideração de variáveis correspondentes a disposições afetivas de eleitores em análises de comportamento eleitoral. Por exemplo, entre 1990 e 2010, em meio a certa ascensão internacional de atitudes antipartidárias, muitos autores conduziram estudos nos quais analisaram o nível de condicionamento do comportamento dos eleitores brasileiros pelas suas disposições afetivas em relação a partidos políticos.¹⁵⁴ Ainda assim, o sentido contrário não tem sido tão recorrentemente avaliado: não tem sido analisada a implicação de quaisquer variáveis no nível de disposição afetiva em relação a candidatos ou partidos. Além disso, de modo mais específico: não se analisou, até então, a implicação de variáveis tais como o *nível de autoritarismo de direita* no *nível de confiança* em um candidato.

¹⁵⁴ Independentemente de seu nível de estabilidade, o aumento das disposições afetivas (positivas ou negativas) de um eleitor em relação aos partidos políticos contribui, em sociedades democráticas, para o aumento do seu envolvimento em campanhas eleitorais e, mais especificamente, em eleições. Nesse contexto, os níveis de certos correlatos de partidarismo, assim como de antipartidarismo, têm sido avaliados em estudos eleitorais, a exemplo do (Estudo Eleitoral Brasileiro) ESEB. Alguns autores centraram sua análise nas relações entre correlatos de partidarismos (disposições afetivas positivas em relação aos partidos) e o comportamento eleitoral. Nesse sentido, Balbachevsky (1992), Carreirão e Kinzo (2004), Kinzo (2005), Paiva e Tarouco (2011) analisaram identificações partidárias positivas; Kinzo e Braga (2007), sentimentos de representação partidária; e Nicolau (2007), simpatias partidárias. Outros, tais como Carreirão (2008,) e Baquero e Linhares (2011), embora tenham analisado disposições afetivas positivas, também analisaram correlatos de antipartidarismo (atitudes ou sentimentos antipartidários, que consistem em disposições afetivas negativas). Já Pimentel Jr (2007), de modo mais amplo, analisou várias modalidades de disposições afetivas em relação a partidos políticos.

Por outro lado, em meados de 2020, ainda que os índices de rejeição de Bolsonaro tivessem variado expressivamente desde o início de 2019, o setor do eleitorado constituído pelos seus apoiadores se manteve expressivo e seu número absoluto,¹⁵⁵ relativamente inalterado (Amaral; Chaguri, 2021 e Sartori, 2021). Certamente, a relativa estabilidade desse setor – assim como o ruidoso ativismo de muitos daqueles apoiadores –, sobretudo em um contexto no qual se somariam as crises anteriormente mencionadas, contribuiu ao aumento da relevância dos estudos direcionados à sua compreensão. Contudo, muito antes da publicação de estudos tais como o de Amaral e Chaguri (2021), nos quais se constatou a estabilidade do setor constituído pelos apoiadores de Bolsonaro, tal setor veio a ser estudado em diferentes campos de conhecimento.

Estudos nacionais divulgados ainda em 2018, tais como os de Kalil (2018) e de Solano (2018), atestaram divergências importantes entre aqueles apoiadores – as quais serão analisadas posteriormente nesta tese, ainda neste **capítulo**. Especialmente, em aspectos relevantes, a respeito dos quais muito comumente se acreditaria existir ampla convergência entre aqueles – a exemplo de sua orientação ideológica.¹⁵⁶ O avanço dos estudos acerca de tais apoiadores se acompanhou do aumento expressivo do conhecimento acadêmico acerca de alguns dos subsetores constitutivos daquele, tais como o correspondente aos simpatizantes do capitão reformado e, até mesmo, o constituído pelos ditos “bolsonaristas”. A seguir, serão examinados criticamente alguns desses estudos e, em meio à exposição de seus achados, também serão apontados elementos necessários à discussão desenvolvida no **capítulo 5** – sobre os resultados das análises mediante as quais se avaliou nesta tese a relação entre autoritarismo de direita (enquanto variável independente) e atitude bolsonarista.

3.3. Os estudos acerca dos apoiadores de Bolsonaro

¹⁵⁵ Embora tenham ocorrido certas alterações quanto aos indivíduos que integravam correspondiam a 30% (Rydlewski, 2020), o número absoluto se mantinha aproximadamente inalterado. Pesquisas então recentes sugeriam uma transformação do grupo constituído pelos apoiadores de Bolsonaro: de um lado, teriam ingressado eleitores de baixa renda, atraídos por benefícios tais como o auxílio emergencial (Rydlewski, 2020); de outro, teriam egressado integrantes da classe média, entre eles, os chamados lava-jatistas, muitos deles decepcionados com a exoneração de Sergio Moro. Esse egresso também indicaria, em alguma medida, a não idealização de Bolsonaro por alguns de seus até então apoiadores, isto é, a criticidade deles ao capitão reformado (Sartori, 2021).

¹⁵⁶ O ruído de certos apoiadores de Bolsonaro se relacionou ainda em 2018 com a construção discursiva, em alguns setores sociais e nos meios de comunicação, de estereótipos sobre tais apoiadores, isto é, de certas generalizações – e, inclusive, essencializações – acerca deles. Então, elementos recorrentemente atribuídos à retórica de extrema-direita, assim como outros, comumente observados nas direitas brasileiras, foram concebidos como necessariamente constitutivos de seu apoiador.

3.3.1. Estudos qualitativos no contexto eleitoral de 2018: considerações sobre atributos remetidos ao autoritarismo de direita

Estudos qualitativos divulgados ainda em meio às eleições presidenciais de 2018 evidenciaram importantes atributos de apoiadores de Jair Bolsonaro – ainda que não os dimensionados¹⁵⁷ – e, nesse contexto, também algumas de suas divergências. De modo indireto, certas estereotípias acerca de tais apoiadores, construídas midiaticamente em 2018, vieram a ser contrariadas pelos resultados das pesquisas de Isabel Kalil (2018) e de Esther Solano (2018). A divulgação desses estudos – mesmo com ressalvas, como afirmou Sartori (2021) –, aumentou expressivamente o conhecimento acadêmico acerca dos apoiadores do então candidato.

Entre o início de 2016 e outubro de 2018, antes da vitória eleitoral de Bolsonaro, Kalil (2018, p. 1-2) coordenou várias pesquisas sobre indivíduos os quais concebeu como apoiadores, potenciais eleitores ou eleitores (em 1.º turno) de Bolsonaro – em algumas das quais, se utilizaram entrevistas em profundidade, em outras das quais, *surveys*. Por meio da elaboração de resultados dessas pesquisas, a autora desenvolveu um relatório científico intitulado *Quem são e no que acreditam os eleitores de Bolsonaro*, no qual incluiu (p. 1) uma tipologia original acerca desses indivíduos “de acordo com marcadores de classe social, raça/etnia, identidade de gênero, religião, formas de engajamento e crenças”. Kalil (2018, p. 1) construiu 16 tipos¹⁵⁸ individuais e essa tipologia veio a ser indiretamente¹⁵⁹ apresentada como relativa, mais

¹⁵⁷ Sartori (2021) escreveu: “Embora o número de indivíduos considerados neste estudo de Kalil (observados em pesquisas coordenadas pela autora entre 2016 e 2018) tenha sido superior a mil, não se recorreu, no estudo em si, a uma aleatorização de amostragem: em somente algumas das pesquisas se utilizaram *surveys* e se aleatorizaram amostras. Então, seriam inconsistentes estimativas das amplitudes de certos atributos entre os apoiadores de Bolsonaro – e inferências estatísticas sobre as dimensões dos eventuais subsetores constituídos por apoiadores – ocorridas a partir dos dados desta pesquisa. Contudo, a pesquisa qualitativa coordenada por Kalil (2018) correspondeu a um estudo de campo minuciosamente descritivo e, até então, inédito. Nesse sentido, mesmo que, nessa pesquisa, os tipos construídos não consistam necessariamente em setores coesos e não se tenham identificado e dimensionado diferentes subsetores, sua pesquisa resultou em suposições utilizáveis como orientadores teóricos de pesquisas quantitativas acerca daqueles apoiadores”.

¹⁵⁸ Kalil (2018, p. 12) asseverou que esses tipos não consistem em seus perfis psicológicos e que a construção desses tipos não implicaria o estabelecimento de uma correlação entre personalidade e percepções sobre o poder. Em alguns daqueles indivíduos, seriam consistentemente observáveis atributos de mais de um dos tipos construídos pela autora. Por exemplo, em um eleitor se observariam, simultaneamente, uma demanda constitutiva de determinado tipo e o repúdio a certa representação social constitutivo de outro tipo. Os resultados da sua pesquisa expressaram, sobretudo, a segmentação a qual se constituiu no campo de pesquisa.

¹⁵⁹ Kalil (2018, p. 12).

restritamente, aos eleitores de Bolsonaro – isto é, aos seus apoiadores inseridos em contexto eleitoral – no 1.º turno de 2018.^{160, 161}

Adicionalmente, Kalil (2018, p. 12) considerou a categoria denominada “cidadãos de bem” como correspondente ao setor mais amplo anteriormente mencionado, de tais apoiadores de Bolsonaro. Portanto, de modo indireto, concebeu aquela categoria como um construto centralizador dos variados tipos de eleitores no 1.º turno. A autora, então, após ter indicado alguns atributos comuns a integrantes dessa categoria,¹⁶² evidenciou importantes divergências entre seus tipos¹⁶³ e, nesse sentido, concebeu tal categoria como “caleidoscópica” (Kalil, 2018, p. 12). Por exemplo, certos elementos mais comumente observados no campo das direitas brasileiras, a exemplo da retórica dita “economicamente liberal”, não constituiriam necessariamente o apoiador de Bolsonaro, ainda que este tenha se identificado como [economicamente] liberal. Nesse sentido, inclusive, Kalil indicou divergências entre atitudes de “periféricos de direita” e de “meritocratas” em relação ao chamado “liberalismo econômico”,

¹⁶⁰ Implicitamente, a autora considerou que cada um dos atributos (atitudes, demandas, repúdios etc.) inseridos na tipologia, observado entre apoiadores, potenciais eleitores ou eleitores (em 1.º turno) de Bolsonaro, seriam também observados, estritamente, entre os eleitores em 1.º turno – ainda que as amplitudes desses atributos não necessariamente tenham sido idênticas nesses setores. Isto é, indiretamente, a autora considerou que cada atributo observado em potencial eleitor (ou em apoiador) e considerado na elaboração da tipologia veio a ser constatado em ao menos um dos eleitores em 1.º turno.

¹⁶¹ Kalil indicou, de modo a desenvolver a mencionada tipologia, certa aproximação qualitativa entre a multiplicidade interna ao setor constituído pelos eleitores em 1.º turno e, mais amplamente, aquela interna à amostra de seu estudo, constituída pelos apoiadores, potenciais eleitores e eleitores mencionados. Aqui, então, caberia uma ressalva: o recorte temporal correspondente à coleta de dados, de 2016 a 2018, veio a ser relativamente abrangente. No 1.º turno de 2018, não necessariamente o setor constituído pelos eleitores conteria cada um dos indivíduos concebidos anos antes como apoiadores ou potenciais eleitores. Também, não seria impossível que um eleitor reconhecido como de direita entre 2016 e 2017 tenha deixado de votar em Bolsonaro em 2018 – independentemente das suas razões. Porém, a autora indicou, de modo a desenvolver a mencionada tipologia, certa aproximação qualitativa entre a multiplicidade interna ao setor constituído pelos eleitores em 1.º turno e, mais amplamente, aquela interna à amostra de seu estudo, constituída pelos apoiadores, potenciais eleitores e eleitores mencionados. Implicitamente, a autora considerou que ao menos alguns dos atributos de apoiadores, assim como de potenciais eleitores, observados anteriormente à configuração do contexto eleitoral de 2018, seriam observados entre os eleitores de Bolsonaro em 1.º turno – isto é, entre seus apoiadores inseridos neste momento da eleição.

¹⁶² Kalil (2018, p. 9): O ‘cidadão de bem’ passou a designar aquele que, além de ter uma conduta individual ‘correta’ e saber se comportar nas manifestações, se distingue dos ‘bandidos’ (corruptos) ou de quem apoia bandidos. Assim, o ‘cidadão de bem’ refere-se a um conjunto de condutas dos indivíduos na vida privada, a um conjunto de formas específicas de reivindicação política na vida pública e a um conjunto particular de temas e agendas que passaram a ser consideradas como legítimos. É dessa forma que o ‘cidadão de bem’ extrapola as formas de condutas individuais e passa a designar aqueles que não são ‘comunistas’, ‘petistas’ ou ‘de esquerda’ – vistos como apoiadores da corrupção e ‘não trabalhadores’. Trata-se de uma noção específica de pessoa e um sentimento de pertencimento à uma forma correta de estar no mundo.

¹⁶³ Mas, em alguns casos, a anteriormente mencionada *nuance caleidoscópica* seria constatada não apenas na comparação entre dois tipos; mas, ainda, na análise de supostos integrantes de um mesmo tipo. O denominado “fiel religioso” (2018, p. 22-23) incluiria indivíduos autodeclarados como cristãos e os quais se sentiriam em alguma medida representados pelo então candidato – sendo ostensivamente conservadores. Embora o setor evangélico tenha sido o mais expressivo, “católicos, espíritas, entre outros”, também o constituíram.

assim como entre suas concepções mais recorrentes acerca de expressões neoliberais a exemplo de “Estado mínimo”.

Desse modo, segundo os ditos “periféricos de direita”, os quais “[...] dependem dos serviços públicos [...], a defesa do Estado mínimo significa que o Estado deveria intervir o mínimo possível em questões consideradas como o campo da religião ou da vida íntima (leia-se moral) e não necessariamente implicariam em uma redução de serviços públicos, como a educação e a saúde” (Kalil, 2018, p. 20). Já os *meritocratas*, segundo Kalil (2018, p. 20),

[...] defendem redução ou corte de programas sociais, tendem a ver esses programas ou como privilégios ou como formas de tornar as pessoas pouco produtivas. [...] São contra cotas [...] e se expressam com a máxima ‘é preciso ensinar a pescar e não dar o peixe’ [...] [e] podem adotar posições economicamente liberais (no sentido de apoiar o livre mercado e o Estado mínimo).

Todavia, os *meritocratas*, segundo Kalil (2018, p. 20), não necessariamente se compatibilizariam com o modelo moral endossado por Bolsonaro, extremamente conservador nos costumes. Questões relativas a sexo, gênero e sexualidade seriam secundárias aos *meritocratas*, aos quais importariam mais aquelas relativas à economia. Eles teriam apoiado Bolsonaro devido à sua contrariedade ao modelo econômico petista, o qual corroborava uma tendência entendida por eles como negativa na sociedade brasileira, supostamente com “muitos direitos e poucos deveres” (Kalil, 2018, p. 20). Nesse caso, não necessariamente o indivíduo identificado com esse tipo, “caracterizado por pessoas de classe média alta e elites, com alto nível de escolarização” (Kalil, 2018, p. 20), reverberaria abertamente a retórica reacionária de extrema-direita. Possivelmente, alguns repudiariam abertamente tal retórica e, mesmo intimamente, não concordariam com esta.

De outro lado, mais especificamente, Kalil (2018) indicou que alguns elementos recorrentemente atribuídos à retórica da extrema-direita brasileira e remetidos midiaticamente ao apoiador de Bolsonaro, não seriam consistentemente observados em cada um dos seus eleitores em 1.º turno. Existiriam divergências entre os modos como alguns desses apoiadores acreditavam que os supostos problemas nacionais deveriam ser resolvidos, alguns deles tendendo mais abertamente à reverberação da retórica dita “de extrema-direita”; outros, não. Por exemplo, embora existam convergências relevantes entre os tipos de apoiadores de Bolsonaro denominados por Kalil (2018, p. 14-16) “pessoas de bem” e “masculinidade viril”, sobretudo em um âmbito securitário, a autora também indicou a discordância entre ambos sobre o seu estatuto de apoio ao armamentismo civil. Enquanto a *masculinidade viril* “vislumbra no

porte de armas uma solução, pois acredita que os cidadãos devem ter condições de se defender e de praticar justiça, quando necessário” (Kalil, 2018, p. 14), as *peças de bem* “não acreditam que a ‘justiça com as próprias mãos’ possa ser a solução para o país, repudiam a violência entre os cidadãos e desejam que as instituições sejam fortalecidas”. Eis uma divergência relevante, sobretudo se considerada a expectativa de que os apoiadores de Bolsonaro necessariamente apoiam o armamentismo civil.

Além disso, os ideais supremacistas (entre eles, aqueles correlacionados com atitudes racistas e, homofóbicas) seriam repudiados por alguns deles. Entre os tipos de *cidadãos de bem*, se incluíram, no relatório, os denominados “homossexuais conservadores” e “etnias de direita”. Este último tipo conteria “homens e mulheres, negros, indígenas, orientais e imigrantes” e “[...] começou a se tornar visível após as denúncias de que a direita e a extrema-direita não comportavam entre seus militantes e representantes políticos, pessoas negras, indígenas, quilombolas e orientais” (Kalil, 2018, p. 18). Certamente, *homossexuais conservadores* e *étnicos de direita* tenderiam a não ressoar a retórica supremacista observada em certos outros apoiadores de Bolsonaro; alguns a relativizariam ou, até mesmo, a reprovariam ostensivamente.

Por sua vez, analogamente, a inclusão no relatório de “femininas e ‘bolsogatas’” se associaria com certa relativização da concepção coletiva do apoiador de Bolsonaro em 2018 como indivíduo necessariamente reacionário em relação ao gênero. Esse tipo incluiria mulheres que se conceberam abertamente como “[...] contra a violência de gênero” (Kalil, 2018, p. 16) – embora a sua cosmovisão conservadora contribua indiretamente para a ocorrência de tal modalidade de violência. Assim, se evidenciou a contrariedade de certas apoiadoras de Bolsonaro a determinados aspectos da violência de gênero (mas também ao feminismo). Por outro lado, no mencionado relatório de Kalil (2018), se indicou, antes mesmo da vitória eleitoral de Bolsonaro, a “estrategicidade” do apoio de certos indivíduos a Bolsonaro; isto é, um modo de apoio não relacionado com a idealização do então candidato, nem com a sua consideração como um “mito”. O indivíduo concebido como “isento” pela autora não necessariamente simpatizaria com o então candidato: muitos dos “isentos” teriam sido condicionados ao voto neste último pela sua expressiva atitude antissistêmica, anticorrupção ou antipetista.

Factualmente, Kalil (2018) sustentou sua suposição da dita “multiplicidade” do setor constituído pelos eleitores de Bolsonaro no 1.º turno de 2018, evidenciando que não necessariamente seu apoiador corresponderia a uma caricatura sua situada na extrema-direita do espectro ideológico. Mas os achados organizados no seu relatório científico não inviabilizariam a suposição de existência de uma tendência dita “autoritária de direita” entre apoiadores de Bolsonaro, menos ainda entre seus simpatizantes. Nesse contexto, Esther Solano

(2018) desenvolveu seu estudo: com o intuito de entender mais minuciosamente os elementos discursivos da *nova direita* com os quais certos brasileiros se identificaram, a autora realizou entrevistas em profundidade com simpatizantes de Bolsonaro (Solano, 2018, p. 10).

Os estudos de Kalil (2018) e de Solano (2018) se assemelharam metodologicamente em alguns sentidos, mas não se analisaram no artigo desta, mais amplamente, os ditos “cidadãos de bem”, nem exatamente os eleitores de Bolsonaro. Estudando mais detidamente os mencionados simpatizantes, Solano (2018), diferentemente de Kalil (2018), não construiu uma tipologia, mas evidenciou uma série de convergências atitudinais, valorativas e ideológicas entre esses indivíduos e indicou motivantes da identificação desses últimos com a retórica do então candidato.

Solano (2018, p. 1) reconheceu, como elementos muito recorrentes no discurso dos entrevistados (simpatizantes): o antipetismo; o medo – isto é, percepção de insegurança –; a crença de que Bolsonaro era um “político honesto” contrário à “classe política corrupta”; a crença de que o “cidadão de bem” estaria desprotegido (isto é, de que “seria a vítima abandonada e o criminoso estaria superprotegido pelo Estado”); a contrariedade às cotas raciais; o moralismo maniqueísta – pelo qual se concebia a realidade social como cindida entre os criminosos e os “cidadãos de bem”; o sentimento antipolítico; a crença de que Bolsonaro era perseguido pela imprensa; a crença de que LGBTQI+ recorriam a vitimismos e mantinham privilégios; a contrariedade aos ditos “vagabundos”; o antifeminismo; o desprezo pelo denominado “politicamente correto”; e valores ditos “conservadores” e “cristãos” centrados no anseio de valorização de sua concepção de “Família, religião, disciplina, autoridade, ética” (p. 24). Cada um dos elementos antes citados, embora em níveis diferentes, seria remetido a uma retórica autoritária de direita no cenário nacional.

Não necessariamente, cada um de tais elementos constou no discurso de um indivíduo identificado com Bolsonaro. Mas aqueles seriam alguns dos mais recorrentemente constatados pela pesquisadora. O estudo de Solano (2018) contribuiu expressivamente ao aumento do conhecimento acadêmico sobre os simpatizantes de Bolsonaro, oferecendo explicação (e sentido) a alguns de seus atributos mais comuns, e se centrou mais na indicação e na caracterização de convergências entre estes simpatizantes, que na de suas divergências. Efetivamente, Solano (2018) não evidenciou muitas dessas últimas. Porém, indicou indiretamente alguma heterogeneidade no setor constituído por eles. Por exemplo, a autora ressaltou:

Nem todos os entrevistados defendem uma possível intervenção militar, mas o fato é que a maioria deles não condena esta ideia, dado que os militares são um dos poucos atores sociais que ainda têm legitimidade para trazer de volta os valores tradicionais esquecidos (Solano 2018, p. 24).

Portanto, já antes da eleição de Bolsonaro à presidência da República, se constatava que o simpatizante de Bolsonaro não necessariamente demandaria um golpe militar, ainda que, de outro lado, se supusesse uma tendência, entre os apoiadores (e simpatizantes) daquele, de não repudiar tal demanda. Adicionalmente, o estudo de Solano (2018) também evidenciou que certos elementos, remetidos às denominadas “novas direitas brasileiras” (em outros termos, a extrema-direita nacional), eram recorrentes já em 2018 entre os simpatizantes de Bolsonaro.

Kalil (2018) e Solano (2018), cada uma à sua maneira, indicaram elementos os quais serviram à constituição de *identidades bolsonaristas* – contingentes, mas relativamente abrangentes. Pesquisas tais como as das autores – sobre apoiadores, potenciais eleitores, eleitores ou simpatizantes daquele, em meio às campanhas eleitorais de 2018 –, embora não tenham incluído dimensionamentos de eventuais setores sociais constituídos por apoiadores de Bolsonaro – a exemplo de certos setores evangélicos e, securitário-autoritários –, contribuíram para a compreensão de tais setores e evidenciaram atributos (demandas, repúdios, valores, atitudes e ideais) comumente articulados naqueles, assim como motivantes e razões de seus integrantes.

Mais tarde, analisando o contexto eleitoral de 2018, Hunter e Power (2019) também contribuíram – qualitativamente – para o aumento da compreensão acerca dos eleitores de Bolsonaro. Os autores supuseram que a vitória de Bolsonaro resultou, em última instância, da instrumentalização, pelo então candidato, de duas importantes atitudes do eleitorado brasileiro não mutuamente excludentes: (i) aquela correspondente ao antipetismo, a qual se relacionava com o anseio punitivo de muitos eleitores – em relação à organização a qual governou o Brasil durante mais de uma década –; e, mais amplamente, (ii) a atitude “anti-establishment”, correspondente a um sentimento repulsivo cumulativo em relação ao sistema político, assim como à dita “classe política”.¹⁶⁴

¹⁶⁴ Hunter e Power (2019) consideraram que elementos como os discursos anticorrupção, *anti-establishment político* e “de defesa da lei e da ordem” se implicaram no maior apoio a Bolsonaro entre integrantes não somente da classe média mais estabilizada, mas também da dita “nova classe média” – segmento que se beneficiou do crescimento econômico e das políticas inclusivas durante a administração petista na presidência da República (2003-2016).

3.3.2. Estudos quantitativos no contexto eleitoral de 2018: apontamentos sobre o problema abordado nesta tese

Os estudos qualitativos acerca de apoiadores de Bolsonaro divulgados ainda em 2018 – de Kalil (2018) e de Solano (2018) – se centraram na análise relativa ao 1.º turno. Entretanto, após o início do mandato de Bolsonaro, vieram a ser desenvolvidos também estudos quantitativos acerca dos determinantes de sua vitória eleitoral em 2018. Nesse contexto, alguns autores estudaram os eleitores do capitão reformado – isto é, seus apoiadores no contexto eleitoral – em 2.º turno, ocasionando o exame empírico de hipóteses elaboradas em estudos qualitativos anteriores ou, até mesmo, afirmadas em âmbito midiático e, em certos setores sociais, inclusive, da militância.

Nicolau (2020), analisando dados eleitorais e resultados de *surveys*, atestou a associação do voto em segundo turno em Bolsonaro (PSL) com certas categorias de variáveis, entre as quais, a autoidentificação como católico, a autoidentificação como evangélico e o antipetismo – nesse caso, corroborando implicitamente com hipóteses de Hunter e Power (2019). Ademais, Nicolau (2020) constatou a associação do voto no então candidato do PSL com a residência em regiões urbanas e com o uso de redes sociais (*Facebook*, *Twitter* e *WhatsApp*); e apontou a associação intensa de tal voto com a autoidentificação como integrante do sexo masculino – evidenciando que, entre os integrantes desse sexo, Bolsonaro recebeu a maioria dos votos em todas as faixas etárias.

Nesse sentido, não seria inconsistente a suposição de que a retórica de Bolsonaro, concebida como machista – ou até como misógina – em certos setores sociais, teria incomodado eleitoras cisgênero (isto é, as quais se identificam como integrantes simultaneamente do sexo e do gênero femininos). De outro lado, tal retórica teria reverberado em certos integrantes do sexo-gênero masculino, evocando nestes uma identificação com Bolsonaro (ou uma idealização do mesmo) e uma “reação masculinista” direcionada ao combate imaginário às modificações socioculturais mais recentes em relação às “questões de gênero” – as quais refletem, sobretudo, modificações em relações de poder em uma sociedade historicamente patriarcal.

Por sua vez, Amaral (2020), utilizando microdados oriundos do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2018, sustentou que o antipetismo consistiu em um dos determinantes mais importantes de tal vitória, corroborando com um dos achados de Nicolau (2020) e com argumentos de Duque e Smith (2019). Já Rennó (2020), utilizando uma pesquisa em painel, evidenciou entre eleitores de Bolsonaro alinhamento expressivo com seu discurso conservador acerca de assuntos sociais e morais, assim como com seu discurso dito “economicamente

liberal”. O autor (2020) concluiu que o voto conservador, assim como o apoio a Bolsonaro, mantém ressonância sobretudo entre os brasileiros mais pobres, menos instruídos e mais jovens.

Rennó (2020) considerou os apoiadores de Bolsonaro como indivíduos “*críticos dos direitos dos homossexuais, dos direitos das mulheres, do Bolsa Família e das cotas raciais*” (p. 18, tradução). Esta consideração do autor, caso relativizada (quanto à sua generalização), mantém a sua importância. Obviamente, um apoiador de Bolsonaro não necessariamente vem a ser crítico de cada um dos elementos antes mencionados; mas, existiria, segundo os achados de Rennó (2020), uma tendência nesse sentido. Porém, caso contrastados os estudos antes referidos, seria importante a interrogação sobre o determinante mais importante do voto em Bolsonaro. **Qual teria sido, afinal? O antipetismo ou certo conservadorismo?** Possivelmente, um estaria relativamente subsumido ao outro no contexto eleitoral mencionado.

Setzler (2021), implicitamente orientado pelo intuito de responder a tais interrogações, recorreu ao uso de microdados contidos no *AmericasBarometer 2018/2019*. Então, desenvolveu um estudo pelo qual concluiu que, embora muitos apoiadores de Bolsonaro se alinhassem com este último em relação à sua atitude ambivalente acerca da democracia, assim como em relação às suas atitudes menosprezativas de mulheres e de minorias sexuais, tal alinhamento teria sido menos importante na determinação do voto. O autor (2021) asseverou que a ideologia e, sobretudo, certo (anti)partidarismo – especificamente, as atitudes negativas em relação ao PT – explicariam mais intensamente o voto em Bolsonaro no segundo turno. Setzler (2021) considerou que tais achados não se restringiriam a indivíduos autoidentificados com certas identidades de gênero e raciais, ainda que os autoidentificados como brancos tenham estado suavemente mais inclinados que os autoidentificados como negros ao voto no capitão reformado caso se alinhassem a ele em relação às suas “visões divisivas”.

Mais tarde, também utilizando microdados contidos no *AmericasBarometer 2018/2019*, mas aplicando uma versão da escala de Feldman e Stenner – adaptada por ele próprio –, Vidigal (2022) desenvolveu um estudo pelo qual examinou o modo como uma orientação (psíquica) autoritária resultaria, no contexto brasileiro, em apoio eleitoral a um candidato autoritário de direita.¹⁶⁵ Mais especificamente, Vidigal (2022) concluiu que a implicação do autoritarismo sobre o aumento da chance de voto em Bolsonaro em 2018 era tão intensa quanto a de outras variáveis relevantes, a exemplo da *ideologia*, da *religiosidade* e do *antipetismo*. Entretanto,

¹⁶⁵ Conforme evidenciaremos, a utilização (ou a adaptação) daquela escala (ou de suas versões) não será tão apropriada à realização das análises a serem desenvolvidas nesta tese, mas a discussão sobre o estatuto de compatibilidade entre ela e o instrumento aqui construído, a ser realizada mais adiante, indicará a sofisticação da nossa empreitada.

ressaltou que, ainda que essas outras variáveis também tenham influenciado a vitória eleitoral daquele, a sua candidatura teria sido a única a mobilizar uma coligação de eleitores autoritários.

Contudo, nesse contexto, uma ressalva assume a maior relevância: os estudos de Setzler (2021) e de Vidigal (2022) **se centraram, mais amplamente, na identificação dos determinantes do voto em Bolsonaro em segundo turno – pelos seus eleitores –; mas, não, da simpatia expressiva pelo mesmo – de certos eleitores. Menos ainda, se centraram na identificação dos determinantes da idealização de Bolsonaro – pelos propriamente ditos “bolsonaristas”.** Essa ressalva será retomada mais adiante nesta tese. Assim, o antipetismo, mesmo que tenha sido concebido corretamente como o maior preditor do voto no capitão reformado em segundo turno, não necessariamente terá sido a razão mais amplamente constitutiva do *bolsonarismo*. A problemática motivadora do desenvolvimento desta tese envolveu a constatação de que os elementos implicados no sufrágio em Bolsonaro não necessariamente corresponderiam de modo exato aos elementos implicados no estabelecimento de uma “atitude bolsonarista” propriamente dita.

Posteriormente, no **capítulo 4**, em meio à análise estatística descritiva do eleitorado brasileiro – e à discussão sobre a amplitude do autoritarismo de direita constituído na sociedade brasileira –, serão retomadas estrategicamente as considerações e indicações de autores antes mencionados acerca de atributos dos apoiadores de Bolsonaro (e, mais restritamente, de seus simpatizantes). Então, será examinada a consistência da consideração do “bolsonarista” propriamente dito como um indivíduo inclinado àquela modalidade de autoritarismo. Mesmo existindo divergências entre apoiadores de Bolsonaro, seria razoável a suposição de uma expressiva tendência dita “autoritária” e “de extrema-direita” entre seus simpatizantes mais expressivos – suposição corroborada em alguns aspectos pelo trabalho de Amaral e Chaguri (2021). Esta, inclusive, veio a ser examinada minuciosamente também no **capítulo 4**.

Além disso, conforme apontamento anterior, após o início do mandato do capitão reformado, certos apoiadores não significativamente alinhados com ele, mas os quais votaram nele estrategicamente, tenderiam a não mais apoiá-lo; e, nesse sentido, o nível de alinhamento entre o apoiador médio de Bolsonaro e o discurso conservador acerca de assuntos sociais e morais de Bolsonaro aumentou entre o segundo turno de 2018 e o meio de seu mandato. No entanto, segundo Amaral e Chaguri (2021), até meados de 2021, os estudos sobre apoiadores de Bolsonaro se direcionaram a análises referentes ao contexto eleitoral: nenhum trabalho acadêmico publicado em periódico científico centrara ainda a sua análise exatamente no apoio a Bolsonaro em momento intereleitoral – nem, mais especificamente, durante o seu mandato presidencial.

3.4. Considerações adicionais: o apoio a Bolsonaro durante seu mandato presidencial (2019-2022)

O conturbado mandato presidencial de Bolsonaro, encerrado após a vitória de Lula (PT) no segundo turno das eleições de 2022, correspondeu não somente a um momento de intenso ascenso autoritário no cenário político brasileiro, mas também de constituição – e de agravamento – de uma séria crise nacional. Ainda em meados de 2020, cerca de um ano e meio depois do início daquele mandato, a mencionada crise abrangia várias dimensões, tais como a:

- i. *institucional* – nesse sentido, por exemplo, tendo sido retroalimentada pelos recorrentes ataques verbais de Bolsonaro (e de certos apoiadores) ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal (STF) –;
- ii. *sanitária* – tendo sido também retroalimentada pela incorrência sistemática do presidente em negacionismo científico em sua abordagem à Pandemia de COVID-19¹⁶⁶ –;
- iii. *socioeconômica* – estando relacionada, sobretudo, com o aumento expressivo da intensidade da inflação, da amplitude da miséria e dos níveis de desemprego e de endividamento, mas certamente tendo sido retroalimentada pela atuação política de Bolsonaro –; e
- iv. *moral* – tendo se asseverado em meio à recorrente divulgação midiática de suspeitas e de investigações de supostos crimes envolvendo Jair Bolsonaro e alguns de seus apoiadores mais expressivos.

¹⁶⁶ Em meio à Pandemia da COVID-19, Bolsonaro sugeriu sistematicamente a seus seguidores a tomada de uma série de medidas inconsistentes (e consideradas por certos setores sociais como criminosas), relacionadas com a proposição de uma “imunização de rebanho”, tais como: (1) a despreocupação com relação à gravidade da COVID-19; (2) a evitação do uso de máscaras; (3) o uso de cloroquina no tratamento da doença; e (4) a não-vacinação contra a COVID-19. Bolsonaro integrou várias das aglomerações motivadas ao seu apoio – inclusive, “sem máscara” (SOUZA, 2020).

Desde já, nesse contexto, seria razoável a consideração daquele momento de 2020 como, no mínimo, oportuno à estimação da amplitude de certos atributos no setor constituído pelos apoiadores do então presidente (tais como a aprovação do seu governo) e à estimação do nível de confiança em Bolsonaro. Também, seria oportuno à estimação das amplitudes de certos elementos amplamente atribuídos aos apoiadores de Bolsonaro e orientadores da sua retórica nos últimos anos, a exemplo daqueles remetidos ao autoritarismo de direita). Das mencionadas estimativas, dependeria a consistência de uma análise da variação de tais amplitudes (e níveis) através daquele mandato.¹⁶⁷ Justamente nesse sentido, seria aumentada a importância de pesquisas de opinião (nesse caso, pesquisas quantitativas pós-eleitorais) tais como aquelas conduzidas pelos institutos Travessia e DataFolha, pelas quais se analisaram aqueles atributos (e níveis).

Em junho de 2020, o DataFolha divulgara os resultados de sua então mais recente sondagem¹⁶⁸ do eleitorado adulto. Naquele contexto: 44% relatou reprovar o governo Bolsonaro – até aquele momento, o seu índice mais alto de reprovação desde o início de seu mandato. Na última semana de maio, pelo mesmo instituto de pesquisa, era 43%. Ainda, 32% relatou aprovar tal governo. Em maio, era 33%. De outro lado, 46% dos entrevistados relatou nunca confiar nas declarações do presidente. Na última semana de maio, pelo mesmo instituto de pesquisa, era 44%. Mas 20% deles relatou sempre confiar em tais declarações. No final de maio, era 21%. Ainda, 32% deles relatou às vezes confiar em declarações de Bolsonaro. Em maio, era 36%.

O DataFolha não divulgou seus microdados e não seriam consistentemente deduzíveis, mediante análise dos seus dados agregados, as relações entre (i) o estatuto de aprovação do governo Bolsonaro; e (ii) o nível de confiança em suas declarações. No entanto, não seria inconsistente a suposição de que a maioria daqueles os quais sempre confiam nas declarações de Bolsonaro aprova o seu governo. Então, considerada como consistente essa suposição, ainda assim existiria uma diferença de 12 pontos percentuais entre os números correspondentes aos relatos, respectivamente, de aprovação do referido governo e de confiança integral no capitão reformado. Desse modo, cerca de 12% dos indivíduos que aprovaram o governo Bolsonaro não confiam sempre neste último.

¹⁶⁷ Isto é, da comparação entre as amplitudes (e os níveis) e seus correlatos de momentos anteriores e subsequentes.

¹⁶⁸ Precisamente, no dia 26 de junho de 2020. A coleta de dados ocorreu mediante o uso de telefone, nos dias 23 e 24 de junho de 2020, em cada uma das unidades federativas do Brasil. Foram entrevistados 2.016 cidadãos adultos. A margem de erro veio a ser de dois pontos percentuais.

Possivelmente, nesse caso, alguns entrevistados tenham diferenciado intuitivamente entre si *presidente* e *presidência*.¹⁶⁹ Provavelmente, expectativas sobre medidas governamentais mais amplas ou sobre medidas ministeriais – da Economia, da Justiça, etc. – mais restritas estariam implicadas neste intervalo de 12%. Desse modo, seria evidenciado que, assim como em 2018, entre os apoiadores de Bolsonaro, existiriam indivíduos os quais apoiariam o presidente – ou o seu governo – de modo estratégico, conforme a certos interesses não diretamente relacionados à sua vinculação afetiva com aquele. Esses entrevistados não teriam idealizado Bolsonaro de modo significativo e, assim, teriam mantido a sua capacidade de crítica ao mesmo. Consequentemente, nesse aspecto, seriam contrariadas certas estereotípias a respeito dos apoiadores de Bolsonaro.

Ainda, não seria inconsistente a suposição de que teriam ocorrido recorrentemente alterações quanto aos indivíduos os quais integravam, em meados de 2020, o setor – de cerca de 30% do eleitorado – constituído pelos apoiadores de Bolsonaro naquele momento (Rydlewski, 2020). Aproximadamente, o número absoluto se manteve, mas, a sua composição interna, não necessariamente. Pesquisas então recentes sugeriam uma transformação da base eleitoral de Bolsonaro: de um lado, teriam ingressado significativamente eleitores de baixa renda, atraídos por benefícios tais como o auxílio emergencial (Rydlewski, 2020); de outro, teriam egressado integrantes da classe média, entre eles, os chamados “lava-jatistas”, muitos deles, decepcionados com a exoneração de Sergio Moro. O egresso de ao menos alguns destes também indicaria a “estrategicidade” do seu apoio a Bolsonaro. Mas obviamente existiria um *núcleo duro*, encantado por Bolsonaro, o qual teria se mantido o apoiando acriticamente.

Já o Instituto Travessia, em julho de 2020, divulgou alguns dos resultados de sua sondagem mais recente, acerca dos apoiadores de Bolsonaro.¹⁷⁰ Os dados desse instituto de pesquisa indicaram convergências atitudinais relevantes no setor constituído por tais apoiadores. Nesse sentido, 95% deles relatou discordância com a atuação dos políticos no Congresso Nacional; e 90% deles relatou discordância com a atuação dos ministros do STF.¹⁷¹

¹⁶⁹ De modo similar ao ocorrido em trabalho de Palermo (2000), no qual o autor entendeu essas noções como não exatamente intercambiáveis.

¹⁷⁰ No dia 17 de julho de 2020, o Instituto Travessia divulgou alguns dos resultados de sua sondagem mais recente, acerca de tais apoiadores. Os entrevistados responderam em qual candidato votariam caso as eleições presidenciais ocorressem no momento da entrevista, não tendo sido oferecidos quaisquer estímulos – a exemplo de nomes de eventuais candidatos nessas eleições imaginárias. Tais entrevistados foram contatados mediante o uso de telefone, entre os dias 9 e 10 de julho, em cada uma das unidades federativas do Brasil. Aqueles entrevistados que responderam – nesse caso, espontaneamente – o nome de Jair Bolsonaro foram considerados como seus apoiadores e, depois, interrogados em relação a vários assuntos sociopoliticamente importantes no então cenário brasileiro.

¹⁷¹ No entanto, não se infere destes dados, isoladamente, quaisquer informações sobre as crenças, respectivamente, destes 95% e 90%, acerca da validade das duas instituições democráticas em si. Poderiam, ao menos alguns dos

Ainda que, muito antes de 2018, Bolsonaro já atacasse em seus discursos a denominada “classe política”, naquele ano ele intensificou a sua instrumentalização do ideal antissistêmico [*anti-establishment*], pela qual veio a ser entendido por seus seguidores como um *outsider* disruptivo (muito embora estivesse ocupando cargos políticos eletivos desde 1991). Porém, somente em 2019 iniciou sua ofensiva discursiva explícita contra o Congresso Nacional e contra o STF.

Além disso, 98% dos seus apoiadores relatou anseio de que a polícia atue mais rigorosamente contra os criminosos, sendo atestada a expressiva tendência autoritária deste setor do eleitorado: o apoiador médio de Bolsonaro, assim como ele, acreditaria que a efetividade do combate à violência depende sobretudo da intensidade de uma atuação policial ostensiva contra os ditos “bandidos”. De outro lado, 75% relatou apoio à liberação do uso de armas – e, destes, 90% são homens, sua maioria, entre 45 e 49 anos de idade e com renda média acima de dez salários mínimos. A comparação entre estes achados indicaria a continuidade, em meados de 2020, das divergências apontadas no segundo semestre de 2018 por Kalil (2018, p. 14-16), entre certos apoiadores de Bolsonaro, sobre o seu estatuto de apoio ao armamentismo civil: alguns dos apoiadores estudados pela autora repudiavam a violência entre cidadãos, mas não deixavam de demandar o enrobustecimento das instituições de segurança pública. De todo modo, nesse caso, seria significativa a associação entre o apoio a Bolsonaro e o ideal armamentista civil.

Em suposto sentido contrário, 83% deles relatou ser simpático às manifestações de apoio à democracia. Entretanto, não se infere deste dado, isoladamente, qualquer informação sobre a noção de democracia deles e, mais especificamente, sobre a atitude deles em relação à *democracia liberal*. Autores tais como Casalecchi (2016) ressaltam que certos indivíduos contrários a instituições academicamente reconhecidas como democráticas identificam a si mesmos como “democráticos”. No mesmo sentido, alguns destes indivíduos, segundo Norris e Inglehart (2019), afirmam serem apoiadores da “verdadeira democracia”. Assim, muitos dos mencionados apoiadores conceberiam uma “democracia alternativa”, estando inclinados à crença de que a atuação de Bolsonaro seria direcionada ao estabelecimento desta “democracia”, à custa da substituição da outra, a *liberal* (Amaral; Chaguri, 2021).

Já certas outras estatísticas divulgadas pelo Instituto Travessia contrariaram expectativas acerca dos apoiadores de Bolsonaro em relação a aspectos ideológicos marcantes, a exemplo do estatuto de concordância com manifestações de apoio ao golpe militar no Brasil. 62% dos seus apoiadores relatou contrariedade a tais manifestações e apenas 33% relatou

entrevistados, demandar uma renovação do corpo de congressistas ou, de ministros, mas, simultaneamente, uma manutenção das instituições em si.

concordância com elas. Amaral e Chaguri (2021), quase um ano mais tarde, estudaram os simpatizantes mais expressivos de Bolsonaro, denominados “bolsonaristas” em seu artigo, e concluíram que o *bolsonarista médio* acreditaria ser válida ao menos uma das três alternativas de razões para um golpe militar, as quais aconteceriam nas seguintes situações: “(a) desemprego muito alto; (b) alta criminalidade; (c) muita corrupção”. Inclusive, Amaral e Chaguri (2021) ressaltaram que, quanto maior o nível de apoio a Bolsonaro, maior a média no índice de autoritarismo (mais corretamente, “golpismo”). Possivelmente, este seria um aspecto no qual, aos diferentes *tipos de apoiadores* – estratégicos e acrícos –, corresponderiam diferentes tendências atitudinais.

Adicionalmente, algumas estatísticas divulgadas pelo Instituto Travessia indicaram diferenças relevantes entre as atitudes de apoiadores do presidente sobre outros assuntos nos quais comumente se acreditaria existir ampla convergência – auxiliando na desconstrução de certas estereotípias acerca daqueles.¹⁷² Dos apoiadores, 60% relatou a crença de que a religião deve orientar as ações do governo, enquanto 33% relatou não manter essa crença. Dois anos após a vitória eleitoral de Bolsonaro, Nicolau (2020) atestou a associação do voto em Bolsonaro (PSL) no segundo turno de 2018 com a autoidentificação como evangélico e, com a autoidentificação como católico. Nesse contexto, naquele ano, Kalil (2018) incluía, em sua tipologia acerca dos apoiadores de Bolsonaro, o tipo denominado “fiel religioso”, que representaria indivíduos autodeclarados como cristãos e os quais se sentiriam em alguma medida representados pelo então candidato – sendo ostensivamente conservadores. Já Solano (2018), também em 2018, reconheceu a influência de valores ditos “cristãos” no discurso de simpatizantes de Bolsonaro, de modo mais específico. Mas, ao menos em meados de 2020, em relação a este aspecto, a diferentes setores autoidentificados como cristãos, corresponderiam diferentes intensidades da tendência à disposição acríca em relação a Bolsonaro.

O apoiador de Bolsonaro também não necessariamente se alinharia – ao menos, não de modo explícito – com as atitudes negativas em relação a *alteridades* (por exemplo, *étnico-raciais*), orientadoras da retórica do presidente.¹⁷³ Dos apoiadores entrevistados pelo Instituto

¹⁷² Adicionalmente, 45% dos apoiadores de Bolsonaro entrevistados pelo Instituto Travessia relataram apoio à intervenção do Estado na economia; enquanto 42%, relataram discordância à intervenção.

¹⁷³ Contudo, embora os dados divulgados pelo Instituto Travessia se refiram às atitudes relatadas de apoiadores de Bolsonaro – isto é, suas respostas sobre seu posicionamento em certos assuntos socialmente relevantes –, o Instituto não divulgou análises estatísticas sobre os subsetores de apoiadores de Bolsonaro, nas quais se evidenciariam o nível de coesão e as relações entre diferentes valores, atitudes etc. O Instituto Travessia divulgou somente os dados agregados sobre o posicionamento. Provavelmente, a análise desses dados agregados ocasionaria as chamadas falácias ecológicas. Não seriam consistentemente dedutíveis, da agregação desses dados entre si, os complexos de valores, atitudes e ideais dos subsetores do setor constituído pelos apoiadores de Bolsonaro, nem mesmo as relações entre eles. Por exemplo, não seria consistente a suposição imediata de que corresponderiam entre si, aproximadamente, os 53% dos apoiadores de Bolsonaro que

Travessia, 63% relatou apoio às manifestações contra o racismo as quais aconteceram ao redor do mundo; enquanto 28% relatou não as apoiar. Também, 36% relatou a crença na necessidade de redução das áreas de reservas indígenas na Amazônia; enquanto 55% relatou não manter essa crença. Mas apenas 35% dos apoiadores entrevistados relatou apoio às manifestações pelos direitos de integrantes do movimento LGBT[QIA+]; enquanto 53% relatou não as apoiar. Nesse caso, teria sido constatada certa discreta antipatia do apoiador médio de Bolsonaro em relação ao movimento LGBT[QIA+], mas não sua antipatia em relação às manifestações contra o racismo e à manutenção das terras indígenas.

Todavia, segundo Sartori (2021), somente uma questão em cada um de certos assuntos veio a ser integrada ao questionário do Instituto Travessia e, então, seriam inconsistentes certas conclusões mais amplas sobre suas estatísticas correspondentes. Em alguns casos, a interrogação de um indivíduo sobre vários aspectos de um mesmo assunto será necessária à construção de indicadores e à consistência das hipóteses sobre seus posicionamentos nesse mesmo assunto. Por exemplo, a resposta de um indivíduo à sua interrogação sobre o seu estatuto de contrariedade às manifestações de apoio à democracia não será suficiente à mensuração de sua *atitude antidemocrática* (do modo como esta atitude tem sido mais comumente concebida na academia). Analogamente, a resposta de um indivíduo à sua interrogação sobre o seu estatuto de apoio às manifestações contra o racismo não será suficiente à mensuração de sua *atitude antirracista* (ou, *racista*).

Portanto, mesmo que os resultados desta sondagem viabilizem uma análise aproximativa sobre as divergências internas ao setor constituído pelos apoiadores de Bolsonaro – e contrariem estereótipos midiaticamente construídas –, serão expressivos os níveis de especulação exigidos a certas hipóteses sobre atitudes destes apoiadores em relação a alguns daqueles assuntos, tais como as atitudes antidemocráticas (comumente atribuídas a eles). Certamente, interrogações complementares seriam necessárias à obtenção da mencionada consistência. Precisamente nesse sentido, **o estudo desenvolvido nesta tese** – o qual recorre a análises estatísticas inferenciais de microdados oriundos do *AmericasBarometer* – **compensa algumas das insuficiências antes indicadas**, ainda que a análise realizada neste estudo não se refira exatamente ao momento de 2020, mas sim ao intervalo temporal compreendido entre o final de 2018 e o início de 2019.

relataram não apoiar movimentos LGBT[QIA+] e os 55% dos apoiadores que relataram acreditar que deveria existir mais flexibilidade na política de preservação da floresta amazônica. A inferência estatística sobre dados individuais seria contundentemente mais consistente.

Embora o nível de coesão ideológica e o nível médio de confiança em Bolsonaro do setor constituído pelos seus apoiadores tenha variado desde as campanhas eleitorais de 2018, algumas tendências atitudinais teriam se mantido expressivas. Entre elas, aquelas correspondentes a certas disposições aqui entendidas como autoritárias de direita. Nem mesmo a vitória eleitoral de Lula (PT) em 2022 implicou a extinção do mencionado setor – ou, mais especificamente, do *bolsonarismo*. A resiliência deste último seria característica de movimentos de massa e o alinhamento significativo dos seus integrantes médios com Bolsonaro em alguns aspectos, imprevisíveis anteriormente à Pandemia da COVID-19, atestariam sua identificação com este.

Por outro lado, o termo “bolsonarista”, assim como o termo “bolsonarismo”, veio a ser utilizado – midiática e academicamente – de modos distintos. Não necessariamente, aquele veio a designar meramente um apoiador de Bolsonaro – isto é, independentemente de seu nível de simpatia por ele. Obviamente, as noções de bolsonarismo e de bolsonarista costumam estar articuladas entre si: muito comumente, um bolsonarista é entendido como um dos integrantes do bolsonarismo. Mas a conceituação exaustiva deste não implicaria necessariamente uma conceituação exaustiva daquele e, assim, seria relevante uma discussão minuciosa sobre a noção de bolsonarista assumida como orientadora da análise realizada nesta tese – discussão iniciada a seguir.

3.5. A noção de bolsonarista: ilusoriedade da identidade bolsonarista e indicação à ciência política de uma alternativa teórica

Já em meio às campanhas eleitorais de 2018, o termo “bolsonarista” era utilizado na imprensa de modo recorrente. Naquele contexto, entretanto, a abrangência da sua utilização era expressiva: muito comumente, designava um simpatizante, um apoiador, um eleitor ou, até mesmo, um potencial eleitor¹⁷⁴ de Jair Bolsonaro. Analogamente, embora a importação da noção de bolsonarista à academia tenha ocorrido mais tarde que a sua disseminação midiática, o significado assumido por aquele termo em trabalhos acadêmicos também variou de modo considerável, ainda atualmente consistindo em objeto de disputa, de modo mais amplo, nas ciências sociais.

Rennó (2020) separou os apoiadores de Bolsonaro – do contexto eleitoral de 2018 – em dois grupos: os apoiadores que simpatizavam expressivamente com aquele, denominados pelo

¹⁷⁴ Por exemplo, em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/18/opinion/1537287943_517482.html.

autor “*core Bolsonaroistas*” [bolsonaristas raiz], e os demais apoiadores, os quais não simpatizavam com Bolsonaro expressivamente. Nesse caso, indiretamente, o autor (2020) concebeu o bolsonarista como um apoiador de Bolsonaro, independentemente de seu nível de simpatia em relação a ele. Mas Rennó (2020) também considerou naquele artigo os bolsonaristas como indivíduos “críticos dos direitos dos homossexuais, dos direitos das mulheres, do Bolsa Família e das cotas raciais”, implicitamente concebendo cada bolsonarista como alinhado ideologicamente com Bolsonaro em certos aspectos. Obviamente, existe uma chance razoável de o autor somente ter se expressado de modo impreciso, não tendo intencionado incorrer em qualquer generalização. Ainda assim, em um estudo sobre apoiadores, vem a ser importante o apontamento de tal generalização.

Solano (2021), em seu estudo na sociologia política sobre a *evolução do bolsonarismo*, acompanhou, entre 2019 e 2020 – isto é, em contexto pós-eleitoral –, alguns indivíduos os quais, mesmo tendo votado em Bolsonaro em 2018, soavam razoavelmente dispostos à interlocução. A autora (2021) os denominou “bolsonaristas moderados” e os diferenciou dos ditos “bolsonaristas radicalizados” – os quais estariam, segundo Solano (2021), cognitivamente inibidos pela sua própria radicalidade. Portanto, implicitamente, concebeu o bolsonarista como um eleitor de Bolsonaro em 2018, independentemente de seu nível de “radicalidade”. Posteriormente, Solano (2021) separou os indivíduos (“bolsonaristas moderados”) acompanhados entre 2019 e 2020 em três subgrupos, de acordo com suas “diferenças narrativas”: (i) os “fieis” – os quais se mantiveram não apenas como apoiadores do presidente, mas como apoiadores expressivamente acríticos deste –; (ii) os “críticos” – relativamente dispostos a criticar Bolsonaro, embora ainda o apoiassem –; (iii) e os “arrepentidos” – isto é, os não mais apoiadores do presidente.

De outro lado, mais restritamente, Amaral e Chaguri (2021) consideraram o bolsonarista não como um apoiador de Bolsonaro; menos ainda, como um eleitor de Bolsonaro em 2018; mas, sim, como um apoiador que simpatiza expressivamente com o mesmo. Os autores (2021) ressaltaram, também, que um bolsonarista seria um indivíduo identificado com o capitão reformado em alguma medida – ainda que se constate uma diferença entre a noção de identificação articulada pelos autores e a sua contraparte articulada na teoria freudiana acerca dos vínculos afetivos.¹⁷⁵ Mas não consideraram qualquer outro atributo (que não a simpatia

¹⁷⁵ Ainda que se constate uma diferença entre a noção de identificação articulada pelos autores e a sua contraparte articulada na teoria freudiana acerca dos vínculos afetivos, ambas seriam articuláveis entre si. Para uma maior compreensão acerca das diferenças e das articulações entre as noções de identificação da teoria freudiana e da ciência política, vide artigo de Sartori, Starnino e Braga (2024) intitulado *A (des)identificação partidária: entre a teoria psicanalítica e a ciência política*.

expressiva por Bolsonaro) como necessariamente constitutivo do bolsonarista. Mesmo assim, concluíram que o bolsonarista médio acreditaria ser válida ao menos uma das três alternativas de razões para um golpe militar.¹⁷⁶ Nesse sentido, entenderam o bolsonarista como mais inclinado a certo autoritarismo de direita que o não-bolsonarista.

Já Sartori (2021), referenciando a teoria freudiana, embora somente tenha se utilizado do termo “bolsonarista” em excertos nos quais criticou, relativizou ou meramente mencionou a sua utilização por terceiros, também contribuiu ao debate em torno desta noção. Não seria inconsistente, de acordo com a argumentação do autor (2021) acerca da dita “identidade bolsonarista”, **a concepção do bolsonarista como o indivíduo identificado com Bolsonaro que o tenha idealizado em alguma medida**, independentemente de quaisquer outras nuances (sociodemográficas, etc.). Tal concepção considera, sobremaneira, o estatuto de um vínculo afetivo específico com o capitão reformado. **Assim, será tal a concepção de “bolsonarista” norteadora da análise realizada mais adiante nesta tese.**

Também de acordo com aquela argumentação, o simpatizante de Bolsonaro não necessariamente será entendido como um bolsonarista, mas certamente o bolsonarista será um simpatizante de Bolsonaro, exatamente como evidenciado nos **Diagramas 1 e 2**. Ainda que difiram entre si as concepções de bolsonarista de Sartori (2021) e, de Amaral e Chaguri (2021), estas seriam aproximadamente compatibilizáveis. Afinal, o simpatizante expressivo de Bolsonaro tende intensamente a confiar de modo extremo em Bolsonaro e *vice-e-versa* – aquele que confia extremamente em Bolsonaro tendendo de modo intenso a simpatizar expressivamente com ele. Essa compatibilização assume maior relevância, sobretudo, porque ocasiona uma articulação entre certa teoria freudiana, antes recortada, e considerações oriundas da ciência política. Além disso, tal articulação origina hipóteses mais diretamente testáveis mediante a utilização de recursos estatísticos.

Por meio de análise estatística inferencial, Amaral e Chaguri (2021) atestaram divergências importantes entre ditos “bolsonaristas”, mesmo que de outro lado tenham indicado uma associação significativa entre a disposição afetiva positiva pelo capitão reformado e certas outras atitudes. No mesmo sentido, Sartori (2021) ressaltou que um bolsonarista não necessariamente se alinha em cada um dos seus aspectos com a retórica de Bolsonaro – ainda que exista uma tendência¹⁷⁷ entre bolsonaristas, em aspectos relevantes ao bolsonarismo, a se comportar de um mesmo modo e a ressoar uma mesma retórica. Além disso, Rennó (2020)

¹⁷⁶ Amaral e Chaguri (2021) escreveram: “Os entrevistados eram perguntados sobre ser justificado um golpe militar nas seguintes situações: (a) desemprego muito alto; (b) alta criminalidade; (c) muita corrupção”.

¹⁷⁷ No **capítulo 5**, esta tendência será examinada.

evidenciara o alinhamento expressivo, mas não exato, entre os denominados “*core Bolsonaroistas*” e o discurso conservador de Bolsonaro acerca de assuntos sociais e morais, assim como com seu discurso economicamente liberal. Tais achados corroboraram com aqueles de Solano (2020), sobretudo em relação a aspectos a respeito dos quais, muito comumente, se acreditava existir extrema coesão no movimento liderado por Bolsonaro. A essa altura, então, se interrogaria sobre o estatuto de consistência de uma concepção de “identidade bolsonarista” – a qual, caso existisse, condicionaria a constituição do bolsonarismo.

Anteriormente nesta seção, a *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921/1986) serviu como orientadora do entendimento acerca dos vínculos afetivos de certos apoiadores de Bolsonaro com este último – entendimento o qual, mais adiante nesta tese, continuará a ser elaborado. Mas a obra freudiana seria também utilizável em uma crítica a certa noção de identidade. Sartori (2019a) recordou que, embora Freud não tenha conceituado a identidade – e tenha utilizado o termo alemão “*identität*” de modo inexato –, existiriam elementos teóricos em algumas das obras freudianas com os quais se evidenciaria a inconsistência da concepção da identidade individual como uma entidade essencial – isto é, a-histórica, natural, pré-discursiva. Justamente nesse contexto, em outro trabalho, Sartori (2021) utilizou a expressão “identidade bolsonarista” de modo a designar não uma entidade essencial; mas, sim, uma construção social, entidade contingente. Tal “identidade”, segundo o autor, seria constituída mediante a identificação de um grupo de indivíduos com Bolsonaro – isto é, com o significante “Bolsonaro”. Estes indivíduos, os quais seriam alguns dos seus simpatizantes, seriam os supostos bolsonaristas.

Entretanto, os sentidos atribuídos por um dos ditos “bolsonaristas” à sua própria identificação com Bolsonaro, assim como os atributos (ideais, atitudes, valores e demandas) de cada um destes indivíduos, não necessariamente seriam compartilhados pelos demais. Inclusive, a crítica à essencialização¹⁷⁸ da identidade antes mencionada ocasionaria a suposição de que não existe nenhum atributo compartilhado por cada um de tais indivíduos para além de sua identificação com Bolsonaro. Caso se oriente a análise das identificações (constituídas entre os ditos “bolsonaristas”) pela teoria de Laclau (2013) – a qual, por sua vez, também se inspirou

¹⁷⁸ Sartori (2019a) escreveu: “A essencialização de uma entidade consiste na consideração desta última como essencial – isto é, como aprioristicamente existente, extradiscursiva, a-histórica – e não como uma entidade socialmente construída. Contudo, as essencializações ocorrem em níveis variados e não necessariamente ocorrem explicitamente. Entre os mecanismos mediante os quais, de modo implícito, se ocasiona uma essencialização, consta a normatização. Nesse caso, a essencialização de uma entidade vem a ser ocasionada indiretamente pela normatização da relação entre ao menos duas características – característica x e característica y – concebidas como necessariamente constantes nas representantes da entidade – não somente nas representantes concebidas como normais, mas, também, nas concebidas como anormais”.

na teoria freudiana sobre as massas –, tais identificações serão consideradas como determinadas pelo estabelecimento de cadeias de equivalência entre demandas não atendidas daqueles indivíduos, os quais vieram a acreditar (cada um, com suas razões e motivos) que Bolsonaro as atenderia. Estas demandas não necessariamente eram idênticas umas às outras, mas vieram a ser organizadas simbolicamente entre si, estando implicadas no mesmo resultado: uma identificação significativa com “Bolsonaro”. Então, tais indivíduos se sentiriam representados por aquele em alguma medida – alguns deles, o idealizando, ainda que inconscientemente.

Enfim, a crítica – referenciada na metapsicologia freudiana tal como aquela articulada nos trabalhos de Sartori (2019a, 2021) – a certa noção de identidade ocasionaria a problematização da essencialização de uma identidade bolsonarista. Ainda assim, a crítica à essencialização da identidade bolsonarista não inviabilizaria os estudos acerca dos supostos bolsonaristas. Pelo contrário: ocasionaria alternativas à compreensão daquela identidade, por exemplo, na ciência política. Independentemente da contingência¹⁷⁹ daquela identidade, a teoria freudiana acerca das massas sustentaria indiretamente a suposição de que os sentimentos, pensamentos e comportamentos dos indivíduos identificados com Bolsonaro tenderiam a ser condicionados num mesmo sentido. A ilusoriedade da dita “identidade bolsonarista” não implicaria a inexistência de tendências atitudinais entre apoiadores; menos ainda, entre alguns dos simpatizantes. Conforme se aventará empiricamente no **capítulo 5** desta tese, algumas destas tendências são intensas e ocorrem no sentido esperado.

Entre os apoiadores de Bolsonaro, constariam seus simpatizantes e, entre estes últimos, indivíduos expressivamente identificados com o capitão reformado e os quais o teriam idealizado em alguma medida: os “bolsonaristas” propriamente ditos. Estes tenderiam mais comumente a ressoar elementos de sua retórica e a assumir os seus posicionamentos; mas, mesmo entre os apoiadores, existiriam tendências atitudinais, a exemplo daquelas reconhecidas ainda à época do estabelecimento de um campo antipetista (por exemplo, em 2018). **Na análise desenvolvida nesta tese, conforme se evidenciará a seguir, importará mais a noção de atitude bolsonarista que aquela de identidade bolsonarista.**

3.6. Delimitação conceitual: a noção de atitude bolsonarista da teoria freudiana à ciência política

¹⁷⁹ A qual seria sustentada a partir de certa análise metapsicológica.

Antes, apresentamos a noção de apoiador de Bolsonaro e algumas noções aproximadas a ela. Além disso, mais especificamente, também apresentamos a noção de bolsonarista assumida como orientadora da análise a ser realizada nesta tese. Já a noção de atitude bolsonarista, embora tenha sido mencionada em mais de um momento e tenha sido concebida como importante, ainda não veio a ser exatamente elaborada. **Mas em que consistiria, então, tal atitude? Como elaboramos tal noção de modo a torná-la operacional?**

Como afirmamos em outro excerto, a atitude bolsonarista caracterizaria um “bolsonarista” propriamente dito – isto é, um apoiador mais acrítico de Bolsonaro, o qual teria idealizado este último significativamente. O conceito de idealização veio a ser isolado da teoria freudiana anteriormente descrita, mas recortado teoricamente de modo a ser analisado nos termos deste estudo, empiricamente. Em sua teoria, Freud (1921/1986) concebeu a idealização de um objeto pelo indivíduo como a assunção deste último como seu *ideal do Eu* e, nesse sentido, como seu líder. Desse modo, o aumento do nível de idealização de um objeto pelo indivíduo se relacionaria com a redução da capacidade de avaliação crítica daquele por este último e com o aumento do nível de confiança deste último no objeto mencionado. Nesse contexto, aqui, estabelecemos uma correspondência – estratégica – entre a noção de nível de confiança, extraída do instrumento de 2018/2019 do *AmericasBarometer*, e o conceito freudiano de idealização.

Entretanto, conforme indicamos, a noção de atitude bolsonarista elaborada nesta tese remete não meramente (i) a uma modalidade acrítica de apoio a Bolsonaro, mas também a (ii) certo nível de estabilidade de tal apoio. Nesse caso, com o intuito de elaborar um indicador simultâneo da acriticidade e da estabilidade do apoio de certos indivíduos a Bolsonaro, os entrevistados do *AmericasBarometer* 2018/2019 vieram a ser agregados de modo que, na análise estatística, somente aqueles que tenham votado (no primeiro turno) em Bolsonaro em 2018 e que tenham tido nível máximo (score 7)¹⁸⁰ de confiança em Bolsonaro em 2019 tenham sido considerados como apoiadores “acríticos” – isto é, “bolsonaristas” propriamente ditos. Desde já, ressaltamos que **a noção de atitude bolsonarista representa mais especificamente uma associação entre (i) o voto em Bolsonaro em 2018 (observado na *survey* em VB3N¹⁸¹);**

¹⁸⁰ No *AmericasBarometer* 2018/2019, a variável nível de confiança em Bolsonaro se interrogou em B21A.

¹⁸¹ VB3N. Em qual dos candidatos o(a) sr./sra. votou para presidente no primeiro turno das eleições presidenciais de 2018? [NÃO LER ALTERNATIVAS] (00) Nenhum (foi votar, mas votou em branco) (97) Nenhum (foi votar, mas anulou seu voto) (1501) Jair Bolsonaro (PSL) (1502) Fernando Haddad (PT) (1503) Ciro Gomes (PDT) (1504) Geraldo Alckmin (PSDB) (1505) João Amoêdo (NOVO) (1506) Cabo Daciolo (PATRI) (1507) Henrique Meirelles (MDB) (1508) Marina Silva (REDE) (1509) Álvaro Dias (PODEMOS) (1510) Guilherme Boulos (PSOL) (1511) Vera Lúcia (PSTU) (1512) José Maria Eymael (DC) (1513) João Goulart Filho (PPL) (1577) Outro (888888) Não sabe [NÃO LER] (988888) Não responde [NÃO LER] (999999) Não se aplica (No votou) [NÃO LER].

e (ii) o nível extremo de confiança neste último em 2019 (observado na *survey* em B21A¹⁸² e equivalido à idealização de Bolsonaro).

Assim, para além da avaliação da mencionada acriticidade, a utilização desta variável ocasionaria indiretamente a avaliação da estabilidade do bolsonarismo, já que aquela também se refere, mesmo que apenas de modo aproximado (porque a interrogação sobre o voto ocorreu meses após a sua ocorrência), à duração do apoio a ele. Partindo de uma compreensão sobre vinculações afetivas orientada pela *Psicologia das massas* de Freud (1921/1986), viabilizaremos a análise de um construto o qual assumirá importância aumentada na ciência política – estando relacionado com a concepção do bolsonarismo enquanto um *fenômeno político* propriamente dito.

Para viabilizar as análises a serem realizadas nos dois **capítulos** seguintes, **4** e **5**, serão construídas duas diferentes variáveis, cada uma das quais incluirá, como uma de suas categorias, a noção de atitude bolsonarista: (i) a variável **Estatuto de assunção de atitude bolsonarista** e (ii) a variável correspondente ao *índice AxC*. A seguir, no **capítulo 4**, descreveremos mais minuciosamente o modo como construímos tais variáveis, do uso das quais dependerá a operacionalização da noção de atitude bolsonarista.

¹⁸² B21A. Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança no Presidente da República?

4. ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE AUTORITARISMO DE DIREITA E ATITUDE BOLSONARISTA

A segunda dentre as três interrogações motivadoras do desenvolvimento desta tese consistiu na seguinte: **entre as campanhas de 2018 e o início do mandato de Bolsonaro em 2019, existiu relação entre o autoritarismo de direita e a atitude bolsonarista (relacionada com a modalidade acrítica de apoio a Bolsonaro e correspondente à idealização deste último)?** Justamente nesse sentido, neste **capítulo**, comparamos entre si os níveis médios do autoritarismo de direita dos diferentes tipos de apoiadores de Bolsonaro, assim como dos não apoiadores, de 2018/2019; e, então, os níveis médios do autoritarismo de direita dos bolsonaristas e dos não-bolsonaristas, utilizando a mesma onda do *AmericasBarometer*.

Obviamente, não deixariam de existir nesse caso expectativas derivadas de achados de outros autores e autoras – tais como Kalil (2018) e Solano (2018). Conforme a considerações anteriores, suporíamos que, no setor constituído pelos apoiadores de Bolsonaro, mesmo existindo expressiva “multiplicidade”, teria se configurado certa tendência ao autoritarismo de direita. Nesse caso, esperaríamos que os níveis médios de inclinação ao autoritarismo de direita dos apoiadores de Bolsonaro no início do mandato deste último (em 2019) viessem a ser maiores que os de suas contrapartes; e maiores também que as nacionais (isto é, do eleitorado brasileiro). Mas, como evidenciamos anteriormente nesta tese, existiriam variados modos de categorização dos apoiadores de Bolsonaro e de conceituação do *bolsonarista* propriamente dito.

Nesta tese, a estratégia metodológica difere da utilizada, por exemplo, por Rennó (2020), o qual dividiu os apoiadores entre certos simpatizantes de Bolsonaro (“core Bolsonaristas”) e seus demais apoiadores. Aqui, os apoiadores de Bolsonaro são divididos entre *acríticos* (os quais confiam significativamente em Bolsonaro) e *estratégicos* (os quais não confiam significativamente em Bolsonaro) e apenas os *acríticos* são denominados “bolsonaristas”. Nesse caso, se considerada a teoria freudiana acerca das massas recortada por Adorno *et al.* (1950/2019), seria esperado que os níveis médios de inclinação ao autoritarismo de direita dos apoiadores acríticos de Bolsonaro – os *bolsonaristas* propriamente ditos – viessem a ser maiores que os dos estratégicos.

Nesse momento, entretanto, caberia novamente a ressalva de que o cumprimento com os objetivos deste estudo depende necessariamente da análise estatística de dados individuais (microdados). Tal análise estatística dependeria da utilização de certas variáveis incluídas em

survey. Nesta tese, conforme se indicou, as variáveis consideradas vieram a ser extraídas – estrategicamente – de diferentes ondas do *AmericasBarometer* (*surveys* realizadas pelo *LAPOP* com amostras representativas do setor adulto do eleitorado brasileiro), mas não seria intuitivo o modo como tais variáveis seriam utilizadas para o cumprimento daqueles objetivos. Nesse sentido, a realização de cada uma das nossas análises empíricas será entremeada por explicações metodológicas minuciosas.¹⁸³

4.1. A construção das variáveis dependentes: notas metodológicas sobre a utilização da noção de atitude bolsonarista

No **capítulo 3**, ressaltamos que a noção de atitude bolsonarista elaborada nesta tese representa uma associação entre (i) o voto em Bolsonaro em 2018 (observado na *survey* em VB3N); e (ii) o nível extremo de confiança em Bolsonaro em 2019 (observado na *survey* em B21A e equivalido à idealização de Bolsonaro). Mais especificamente, consideramos que uma atitude bolsonarista, em um indivíduo, corresponderia a uma associação entre seu voto (no primeiro turno) em Bolsonaro em 2018 – o qual indicaria certa estabilidade do seu apoio a Bolsonaro ao longo do tempo – e seu nível máximo de confiança em Bolsonaro em 2019 – o qual indicaria a acriticidade de seu apoio a ele.

No *AmericasBarometer* 2018/2019, a variável nível de confiança em Bolsonaro se interrogou em B21A. Mais restritamente, o nível de confiança de um indivíduo em Bolsonaro – variável ordinal, a qual assumiu valores de 1 a 7 – veio a ser concebido nesta tese como índice do nível de idealização de Bolsonaro por esse indivíduo. A idealização extrema – isto é, propriamente dita – de Bolsonaro pelo indivíduo, associada com a sua incapacidade de crítica àquele, corresponderia à sua resposta de máximo valor (7) à interrogação sobre seu nível de confiança nele. Por outro lado, o “ranço” extremo de um indivíduo pelo capitão reformado, associado com a sua disposição a criticá-lo, corresponderia à sua resposta de mínimo valor (1) à interrogação sobre seu nível de confiança nele. Já a indiferença de um indivíduo com relação a Bolsonaro, associado com a sua mera capacidade de crítica àquele, corresponderia à sua resposta de valor intermediário (4) à mencionada interrogação.

Nesta seção, intencionamos analisar o estatuto da relação entre autoritarismo de direita e atitude bolsonarista e viabilizamos a sua análise mediante a construção de duas diferentes variáveis, cada uma das quais inclui, como uma de suas categorias, a noção de atitude

¹⁸³ Contudo, ainda neste capítulo, também testaremos hipóteses secundárias, elaboradas em concordância com os achados de outros autores – tais como Lima *et al.* (2020) – relativos a outros contextos.

bolsonarista: (i) a variável **estatuto de assunção de atitude bolsonarista** (dicotômica) e (ii) a variável correspondente ao **índice AxC** (qualitativa ordinal tricotômica). Embora ambas as variáveis incluam a categoria mencionada, certamente viabilizarão análises diferentes, já que não segmentam a amostra de um mesmo modo.

A variável dicotômica, *estatuto de assunção de atitude bolsonarista*, veio a ser constituída pelas seguintes categorias: (i) a assunção de uma atitude bolsonarista e (ii) a sua negativa (isto é, a não assunção de uma atitude bolsonarista). Para tanto, os entrevistados do *AmericasBarometer 2018/2019* vieram a ser agregados de modo que, na análise estatística:

- (i) aqueles que tenham votado (no primeiro turno) em Bolsonaro em 2018 e que tenham marcado *score* máximo (nível 7) de confiança em Bolsonaro em 2019 tenham sido considerados como seus apoiadores acríticos – isto é, *bolsonaristas*;
- (ii) aqueles que não tenham votado (no primeiro turno) em Bolsonaro em 2018 ou que não tenham marcado *score* máximo (nível 7) de confiança em Bolsonaro em 2019 tenham sido considerados como seus não apoiadores acríticos – isto é, *não bolsonaristas*.

Já a variável qualitativa ordinal tricotômica,¹⁸⁴ *índice AxC*, veio a ser constituída pelas três seguintes categorias: (i) não eleitor de Bolsonaro; (ii) eleitor estratégico de Bolsonaro; e (iii) eleitor acrítico de Bolsonaro. Para tanto, os entrevistados do *AmericasBarometer 2018/2019* vieram a ser agregados de modo que, na análise estatística:

- (i) aqueles que não tenham votado (no primeiro turno) em Bolsonaro em 2018 tenham sido considerados como não eleitores (nesse caso, *não apoiadores*) de Bolsonaro – independentemente de seu nível de confiança em Bolsonaro em 2019;
- (ii) aqueles que tenham votado (no primeiro turno) em Bolsonaro em 2018, mas que não tenham marcado *score* máximo (nível 7) de confiança em Bolsonaro em

¹⁸⁴ Embora as três categorias dessa variável (dependente) soem como ordenadas entre si, a construção dessa variável mediante combinação de outras variáveis torna mais razoável a sua consideração como nominal para a construção de um modelo de regressão.

2019, tenham sido considerados como seus *apoiadores estratégicos* – isto é, não acríticos;

- (iii) aqueles que tenham votado (no primeiro turno) em Bolsonaro em 2018 e que tenham marcado *score* máximo (nível 7) de confiança em Bolsonaro em 2019 tenham sido considerados como seus *apoiadores acríticos* – isto é, *bolsonaristas*.

Embora as duas variáveis recém-construídas venham a ser utilizadas tanto neste **capítulo** quanto no **capítulo 5**, a qualitativa ordinal tricotômica (índice AxC) assumirá uma maior importância nesta última – como se atestará mais adiante, em razão da especificidade das suas categorias.¹⁸⁵ De todo modo, antes de iniciarmos qualquer análise da relação entre essa variável e outras (sociodemográficas, atitudinais etc.), seria importante avaliar o modo como a amostra do eleitorado utilizada neste estudo se segmentaria mediante a utilização de tal variável. Aqui, entretanto, seria importante a ressalva de que, em meio aos tratamentos das variáveis “cruas” (VB3N e B21A), necessários às construções das duas variáveis antes mencionadas (entre elas, o índice AxC), vieram a ser desconsiderados – e, nesse sentido, não se observaram nas variáveis aqui construídas: (i) os entrevistados que não responderam às interrogações correspondentes a tais variáveis “cruas”; e (ii) os entrevistados que relataram não terem votado nas eleições de 2018.

4.2. A atitude bolsonarista em 2019: o dimensionamento do bolsonarismo

Desde as campanhas eleitorais de 2018, muitos autores especularam a respeito da dimensão daquilo que denominaram “bolsonarismo” – alguns, certamente de modo mais objetivo que outros. Entretanto, mesmo que dois autores utilizassem microdados oriundos de uma mesma *survey* em seu dimensionamento, não necessariamente obteriam o mesmo resultado: eventualmente, duas diferentes concepções de bolsonarismo corresponderão à construção de duas diferentes variáveis. No **capítulo 3**, discorreremos sobre as concepções de

¹⁸⁵ No **capítulo 5**, não meramente analisaremos o estatuto da relação entre autoritarismo de direita e atitude bolsonarista; mas, sim, compararemos entre si (i) o nível de explicação da atitude bolsonarista pelo autoritarismo de direita e (ii) o nível de explicação de tal atitude por outros elementos, tais como o antipetismo. Nesse caso, mais especificamente, intencionamos também comparar entre si (i) o nível de explicação da modalidade estratégica de apoio a Bolsonaro por cada uma das supostas variáveis independentes e (ii) o nível de explicação da modalidade acrítica de apoio a Bolsonaro por cada uma das supostas variáveis independentes.

bolsonarista – assim como sobre a instrumentalização empírica de tais concepções. A essa altura, entretanto, assumiria maior relevância a realização do nosso dimensionamento do bolsonarismo, orientado pela nossa concepção deste movimento de massa elaborada no **capítulo 3** desta tese.

Afirmamos anteriormente que, em meio ao tratamento das variáveis “cruas”, vieram a ser desconsiderados tanto os entrevistados que não responderam às interrogações correspondentes a tais variáveis quanto aqueles que relataram não ter votado nas eleições presidenciais de 2018. Assim, a segmentação da *amostra tratada* do eleitorado brasileiro (excluído dos não respondentes e dos não eleitores) pela variável *índice AxC* indicou o seguinte: 45,5% não apoiavam Bolsonaro, 31,4% o apoiavam estrategicamente e 23,1% o apoiavam acriticamente. **Nesse sentido, entre os apoiadores, eram mais comuns os “estratégicos” – isto é, não acríticos – que os “bolsonaristas” propriamente ditos.**

Conforme asseveramos antes nesta tese, Amaral e Chaguri (2021), em seu estudo sobre os ditos “bolsonaristas”, afirmaram que estes correspondiam a “cerca de 25% dos entrevistados [entre maio e junho de 2020]” – na *survey A Cara da Democracia*, pesquisa nacional de opinião a qual se direcionou a observar o eleitorado brasileiro. Nesse caso, os autores (2021) consideraram os *bolsonaristas* como simpatizantes expressivos de Bolsonaro. Já Safatle (2020) afirmou – exageradamente, segundo Sartori (2021) – que a amplitude do dito “bolsonarismo”, ao menos em meados de 2020, seria de cerca de 30% do eleitorado. Este (2020) considerou o denominado “bolsonarismo” como um dos representantes dos movimentos de extrema-direita no Brasil. Mas estes autores se referiram, ao menos aproximadamente, ao eleitorado *como um todo* – e não apenas aos indivíduos que efetivamente votaram em 2018.

A comparação mais razoável entre nossos achados e aqueles de Amaral e Chaguri (2021), assim como entre nossos achados e a suposição de Safatle (2020), dependeria de um outro tratamento das variáveis “cruas” antes citadas (VB3N e B21A). Nesse contexto, adicionalmente, recorreremos à construção de um *índice AxC alternativo* o qual considera a amostra *como um todo*. Isto é, a uma construção em meio à qual não se desconsiderem os entrevistados que não responderam às interrogações antes mencionadas, nem aqueles que relataram não terem votado em 2018 – e, que agregue tais entrevistados em uma categoria *à parte*.

Nesse caso, encontramos que a segmentação da amostra do eleitorado brasileiro (*como um todo*) pela variável *índice AxC alternativo* indicou o seguinte: **32,9% não responderam ou não compareceram, 30,5% não apoiavam Bolsonaro, 21,1% o apoiavam estrategicamente e 15,5% o apoiavam acriticamente.** Este achado (resultante da segmentação referida) se

compatibiliza com aquele oriundo de análises do DataFolha de 2020, pelos quais se estimou a dimensão do denominado “bolsonarismo raiz” em percentuais dentre 12% e 20% do eleitorado, e sustenta empiricamente a suposição de Sartori (2021) de que a afirmação de Safatle (2020) tenha resultado de um exagero – ainda que 15,5% do eleitorado corresponda a um valor expressivo de eleitores.

A seguir, já tendo situado e dimensionado o bolsonarismo, analisaremos a relação entre o autoritarismo de direita – e cada uma de suas dimensões consideradas – e a atitude bolsonarista. Primeiramente, utilizaremos a variável dicotômica (estatuto de assunção de atitude bolsonarista) e, então, a variável qualitativa ordinal tricotômica (índice AxC). O nível de autoritarismo de direita será mensurado pela versão quadridimensional (4D) do instrumento AD-BR (2018/2019), o qual não conta com a dimensão submissividade acrítica à autoridade familiar. Esta versão se aplica à maioria dos respondentes, diferentemente da versão completa (5D) – a qual apenas se aplica a aproximadamente metade da amostra. Mas a dimensão submissividade acrítica à autoridade familiar será considerada isoladamente.

4.3. A relação entre atitude bolsonarista e autoritarismo de direita

4.3.1. Primeira análise: a relação entre estatuto de assunção de atitude bolsonarista e nível de autoritarismo de direita

Passamos agora à análise da relação entre o nível de autoritarismo de direita (instrumento AD-BR 4D) e a variável dicotômica (estatuto de assunção de atitude bolsonarista). Nesse sentido, realizamos uma análise de variância direcionada a avaliar se existia diferença entre os níveis médios de autoritarismo de direita de (i) não bolsonaristas e, (ii) bolsonaristas. Apresentamos os níveis médios de autoritarismo de direita de cada categoria na Tabela 30. A análise de variância realizada resultou em $\text{Prob}>F=0,0000$. Nesse caso, seriam consideradas como estatisticamente significativas as diferenças encontradas entre os níveis médios de autoritarismo de direita dos dois grupos, de modo que, em 2019, o nível médio de autoritarismo de direita dos bolsonaristas tenha sido expressivamente maior do que aquele dos não bolsonaristas. Entretanto, o teste de Bartlett, utilizado para examinar a homoscedasticidade, resultou em $\text{Prob}>\chi^2=0,001$. Nesse caso, seria necessária certa cautela em relação à aceitação imediata deste achado.

**Tabela 30 – Nível médio de autoritarismo de direita
(instrumento AD-BR 2018/2019 completo)
por categoria em estatuto de assunção de atitude bolsonarista**

2018/2019	Nível de autoritarismo de direita (0-10)		
	Média	Desv. Padrão	Freq.
Estatuto de assunção de atitude bolsonarista			
Não bolsonarista (outros)	4,61	1,66	707
Bolsonarista (apoiador acrítico de Bolsonaro)	5,87	1,37	216

Fonte: elaboração do autor.

Então, realizamos uma análise de variância direcionada a avaliar se existiam diferenças entre os níveis médios de convencionalismo de não bolsonaristas e, bolsonaristas. Apresentamos os níveis médios de convencionalismo de cada categoria na Tabela 31. A análise de variância realizada resultou em $\text{Prob}>F=0,0007$. Já o teste de Bartlett resultou em $\text{Prob}>\chi^2=0,63$. Nesse caso, encontramos diferenças estatisticamente significativas entre os níveis médios de convencionalismo dos dois grupos. Então, ressaltamos que, em 2019, o nível médio de convencionalismo dos bolsonaristas era expressivamente maior do que aquele dos não bolsonaristas (de modo estatisticamente significativo).

**Tabela 31– Nível médio de convencionalismo
(instrumento AD-BR 2018/2019 4D)
por categoria em estatuto de assunção de atitude bolsonarista**

2018/2019	Nível de convencionalismo (0-10)		
	Média	Desv. Padrão	Freq.
Estatuto de assunção de atitude bolsonarista			
Não bolsonarista (outros)	3,61	2,65	749
Bolsonarista (apoiador acrítico de Bolsonaro)	4,30	2,72	225

Fonte: elaboração do autor.

Após, realizamos uma análise de variância direcionada a avaliar se existiam diferenças entre os níveis médios de agressividade autoritária de não bolsonaristas e, bolsonaristas. Apresentamos os níveis médios de agressividade autoritária de cada categoria na Tabela 32. A análise de variância realizada resultou em $\text{Prob}>F=0,0000$. Já o teste de Bartlett resultou em $\text{Prob}>\chi^2=0,975$. Nesse caso, encontramos diferenças estatisticamente significativas entre os níveis médios de agressividade autoritária dos dois grupos. Então, ressaltamos que, em 2019, o nível médio de agressividade autoritária dos bolsonaristas era expressivamente maior do que aquele dos não bolsonaristas (de modo estatisticamente significativo).

Tabela 32 – Nível médio de agressividade autoritária (instrumento AD-BR 2018/2019 4D) por categoria em estatuto de assunção de atitude bolsonarista

2018/2019	Nível de agressividade autoritária (0-10)		
	Média	Desv. Padrão	Freq.
Estatuto de assunção de atitude bolsonarista			
Não bolsonarista (outros)	4,41	3,80	739
Bolsonarista (apoiador acrítico de Bolsonaro)	6,26	3,80	223

Fonte: elaboração do autor.

Em seguida, realizamos uma análise de variância direcionada a avaliar se existia diferença entre os níveis médios de submissividade à autoridade militar de não bolsonaristas e, de bolsonaristas. Apresentamos os níveis médios de submissividade à autoridade militar de cada categoria na Tabela 33. A análise de variância realizada resultou em $\text{Prob}>F=0,0000$. Nesse caso, encontramos diferenças estatisticamente significativas entre os níveis médios de submissividade à autoridade militar dos dois grupos e ressaltamos que, em 2019, o nível médio de submissividade à autoridade militar dos bolsonaristas soaria expressivamente maior do que aquele dos não bolsonaristas (de modo estatisticamente significativo). Contudo, o teste de Bartlett resultou em $\text{Prob}>\chi^2=0,000$. Portanto, seria necessária certa cautela em relação à aceitação imediata desse achado.

Tabela 33 – Nível médio de submissividade à autoridade militar (instrumento AD-BR 2018/2019 4D) por categoria em estatuto de assunção de atitude bolsonarista

2018/2019	Nível de submissividade à autoridade militar (0-10)		
	Média	Desv. Padrão	Freq.
Estatuto de assunção de atitude bolsonarista			
Não bolsonarista (outros)	5,90	2,75	758
Bolsonarista (apoiador acrítico de Bolsonaro)	8,01	2,17	231

Fonte: elaboração do autor.

Ainda, realizamos uma análise de variância para avaliar se existia diferença entre os níveis médios de submissividade à autoridade familiar de não bolsonaristas e, de bolsonaristas. Apresentamos os níveis médios de submissividade à autoridade familiar de cada categoria na Tabela 34. A análise de variância realizada resultou em $\text{Prob}>F=0,0198$. Nesse caso, encontramos diferenças estatisticamente significativas entre os níveis médios de submissividade à autoridade familiar dos dois grupos. Então, em 2019, o nível médio de submissividade à autoridade familiar dos bolsonaristas soaria expressivamente maior do que aquele dos não bolsonaristas (de modo estatisticamente significativo). Contudo, o teste de

Bartlett resultou em $\text{Prob} > \chi^2 = 0,002$ e, assim, seria necessária certa cautela em relação à aceitação imediata desse achado.

Tabela 34 – Nível médio de submissividade à autoridade familiar (instrumento AD-BR 2018/2019 4D) por categoria em estatuto de assunção de atitude bolsonarista

2018/2019	Nível de submissividade à autoridade familiar (0-10)		
	Média	Desv. Padr.	Freq.
Estatuto de assunção de atitude bolsonarista			
Não bolsonarista (outros)	8,74	2,13	300
Bolsonarista (apoiador acrítico de Bolsonaro)	9,28	1,64	106

Fonte: elaboração do autor.

Finalmente, realizamos a análise de variância direcionada a avaliar se existia diferença entre os níveis médios de antidemocraticidade de não bolsonaristas e, de bolsonaristas. A análise de variância realizada resultou em $\text{Prob}>F=0,1001$ e, nesse caso, não encontramos diferenças estatisticamente significativas entre os níveis médios de antidemocraticidade dos dois grupos. Embora o resultado da análise de variância não tenha sugerido a existência de diferenças significativas entre os níveis médios de antidemocraticidade de bolsonaristas e de não bolsonaristas, não está descartada a chance de que existam diferenças estatisticamente significativas entre tais níveis médios de subgrupos de bolsonaristas.

De todo modo, como indicamos em outra seção, esperávamos que os nossos achados corroborassem com a suposição de que existiriam diferenças não apenas entre os níveis médios de autoritarismo de direita de bolsonaristas e, de não bolsonaristas; mas, também, entre os seus níveis médios de convencionalismo, de submissividade à autoridade militar, de submissividade à autoridade familiar, de agressividade autoritária e, de antidemocraticidade. Entretanto, a concretização de nossas expectativas somente se assegurou com relação aos níveis médios de agressividade autoritária e, de convencionalismo, sendo menos certa com relação aos níveis médios de autoritarismo de direita, de submissividade à autoridade familiar e de submissividade à autoridade militar.

Nesta subseção, analisamos a relação entre o autoritarismo de direita – e cada uma de suas dimensões consideradas – e a atitude bolsonarista mediante o uso da variável dicotômica (estatuto de assunção de atitude bolsonarista), mas não da variável qualitativa ordinal tricotômica (índice AxC). Possivelmente, a análise de tal relação mediante o uso desta última variável resulte em achados divergentes. A seguir, verificaremos esta possibilidade.

4.3.2. Segunda análise: a relação entre categoria no índice AxC e nível de autoritarismo de direita

Aqui, analisaremos a relação entre o nível de autoritarismo de direita (instrumento AD-BR 4D) e a variável qualitativa ordinal tricotômica (índice AxC). Para tanto, inicialmente, realizamos uma análise de variância direcionada a avaliar se existia diferença entre os níveis médios de autoritarismo de direita de: (i) não apoiadores de Bolsonaro; (ii) apoiadores estratégicos de Bolsonaro; e (iii) apoiadores acrílicos de Bolsonaro. Apresentamos os níveis médios de autoritarismo de direita de cada categoria na Tabela 35. A análise de variância realizada resultou em $\text{Prob}>F=0,0000$. Nesse caso, encontramos diferenças estatisticamente significativas entre os níveis médios de autoritarismo de direita de alguns dos grupos. Para identificar quais eram as diferenças estatisticamente significativas, realizamos o teste de *Bonferroni*, o qual indicou que os níveis médios de autoritarismo de direita dos três grupos eram diferentes entre si de modo estatisticamente significativo. Mais especificamente, o menor nível médio de autoritarismo de direita era aquele dos não apoiadores de Bolsonaro e o maior, aquele dos seus apoiadores acrílicos – isto é, dos *bolsonaristas*. Contudo, o teste de Bartlett, utilizado para examinar a homocedasticidade, resultou em $\text{Prob}>\chi^2=0,000$ e, assim, seria necessária certa cautela em relação à aceitação imediata desse achado.

**Tabela 35 – Nível médio de autoritarismo de direita
(instrumento AD-BR 2018/2019 completo)
por categoria em Índice AxC**

2018/2019 Categoria no Índice AxC	Nível de autoritarismo de direita (0-10)		
	Média	Desv. Padrão	Freq.
Não apoiador de Bolsonaro	4,29	1,70	413
Apoiador estratégico de Bolsonaro	5,06	1,48	294
Bolsonarista (apoiador acrílico de Bolsonaro)	5,87	1,37	216

Fonte: elaboração do autor.

Realizamos, então, a análise de variância direcionada a avaliar se existiam diferenças entre os níveis médios de convencionalismo de não apoiadores de Bolsonaro, de seus apoiadores estratégicos e, de seus apoiadores acrílicos. Apresentamos os níveis médios de convencionalismo de cada categoria na Tabela 36. A análise de variância realizada resultou em $\text{Prob}>F=0,0000$. Já o teste de Bartlett resultou em $\text{Prob}>\chi^2=0,748$. Desse modo, encontramos diferenças estatisticamente significativas entre os níveis médios de autoritarismo de direita de, no mínimo, dois dos grupos. O teste de Bonferroni indicou que a única diferença não significativa era aquela constatada entre os grupos correspondentes às modalidades de apoiadores de Bolsonaro. Nesse sentido, ressaltamos que, em 2019, o nível médio de

convencionalismo dos bolsonaristas era expressivamente maior do que aquele dos não apoiadores (de modo estatisticamente significativo). Analogamente, o nível médio de convencionalismo dos apoiadores estratégicos era expressivamente maior do que aquele dos não apoiadores (também de modo estatisticamente significativo).

**Tabela 36 – Nível médio de convencionalismo
(instrumento AD-BR 2018/2019 4D) por categoria em Índice AxC**

2018/2019 Categoria no Índice AxC	Nível de convencionalismo (0-10)		
	Média	Desv. Padrão	Freq.
Não apoiador de Bolsonaro	3,29	2,61	442
Apoiador estratégico de Bolsonaro	4,09	2,66	307
Bolsonarista (apoiador acrítico de Bolsonaro)	4,30	2,72	225

Fonte: elaboração do autor.

Realizamos também uma análise de variância direcionada a avaliar se existiam diferenças entre os níveis médios de agressividade autoritária de não apoiadores de Bolsonaro, de seus apoiadores estratégicos e, de seus apoiadores acríticos. Apresentamos os níveis médios de agressividade autoritária de cada categoria na Tabela 37. A análise de variância realizada resultou em $\text{Prob}>F=0,0000$. Já o teste de Bartlett resultou em $\text{Prob}>\chi^2=0,951$. Nesse caso, encontramos diferenças estatisticamente significativas entre os níveis médios de agressividade autoritária de, ao menos, dois dos grupos. Para identificar quais eram as diferenças estatisticamente significativas, realizamos o teste de Bonferroni, o qual indicou que todas as diferenças constatadas eram estatisticamente significativas. Nesse sentido, ressaltamos que, em 2019, o nível médio de agressividade autoritária dos bolsonaristas era expressivamente maior do que aquele dos apoiadores estratégicos e, dos não apoiadores (de modo estatisticamente significativo).

Tabela 37 – Nível médio de agressividade autoritária por categoria em Índice AxC

2018/2019	Nível de agressividade autoritária (0-10)		
	Média	Desv. Padrão	Freq.
Categoria no Índice AxC			
Não apoiador de Bolsonaro	3,88	2,73	434
Apoiador estratégico de Bolsonaro	5,16	2,78	305
Bolsonarista (apoiador acrítico de Bolsonaro)	6,26	3,80	223

Fonte: elaboração do autor.

Em seguida, realizamos uma análise de variância direcionada a avaliar se existiam diferenças entre os níveis médios de submissividade à autoridade militar de não apoiadores de Bolsonaro, de seus apoiadores estratégicos e de seus apoiadores acríticos. Apresentamos os níveis médios de submissividade à autoridade militar de cada categoria na Tabela 38. A análise de variância realizada resultou em $\text{Prob}>F=0,0000$. Nesse caso, encontramos diferenças estatisticamente significativas entre os níveis médios de submissividade à autoridade militar de, ao menos, dois dos grupos, mas o teste de Bonferroni indicou que todas as diferenças constatadas eram estatisticamente significativas e, assim, ressaltamos que, em 2019, o nível médio de submissividade à autoridade militar dos bolsonaristas soaria expressivamente maior do que aquele dos apoiadores estratégicos e, dos não apoiadores (de modo estatisticamente significativo). Contudo, o teste de Bartlett resultou em $\text{Prob}>\chi^2=0,000$. Então, seria necessária certa cautela em relação à aceitação imediata desse achado.

Tabela 38 – Nível médio de submissividade à autoridade militar (instrumento AD-BR 2018/2019 4D) por categoria em Índice AxC

2018/2019	Nível de submissividade à autoridade militar (0-10)		
	Média	Desv. Padrão	Freq.
Categoria no Índice AxC			
Não apoiador de Bolsonaro	5,57	2,97	447
Apoiador estratégico de Bolsonaro	6,38	2,33	311
Bolsonarista (apoiador acrítico de Bolsonaro)	8,01	2,17	231

Fonte: elaboração do autor.

Realizamos ainda uma análise de variância direcionada a avaliar se existiam diferenças entre os níveis médios de submissividade à autoridade familiar de não apoiadores de Bolsonaro, de seus apoiadores estratégicos e, de seus apoiadores acríticos. Apresentamos os níveis médios de submissividade à autoridade familiar de cada categoria na Tabela 39. A análise de variância realizada resultou em $\text{Prob}>F=0,003$. Nesse caso, encontramos diferenças estatisticamente

significativas entre os níveis médios de submissividade à autoridade familiar de, ao menos, dois dos grupos. Para identificar quais eram as diferenças estatisticamente significativas, realizamos o teste de Bonferroni, o qual indicou que a única diferença não significativa era aquela constatada entre os grupos correspondentes às diferentes modalidades de apoiadores de Bolsonaro. Então, em 2019, o nível médio de submissividade à autoridade familiar dos bolsonaristas soaria expressivamente maior do que aquele dos não apoiadores (de modo estatisticamente significativo). Analogamente, o nível médio de submissividade à autoridade familiar dos apoiadores estratégicos soaria expressivamente maior do que aquele dos não apoiadores (também de modo estatisticamente significativo). Porém, o teste de Bartlett resultou em $\text{Prob} > \chi^2 = 0,000$ e, assim, seria necessária certa cautela em relação à aceitação imediata desses achados.

Tabela 39 – Nível médio de submissividade à autoridade familiar (instrumento AD-BR 2018/2019 4D) por categoria em Índice AxC

2018/2019	Nível de submissividade à autoridade familiar (0-10)		
	Média	Desv. Padr.	Freq.
Não apoiador de Bolsonaro	8,51	2,41	180
Apoiador estratégico de Bolsonaro	9,10	1,57	120
Bolsonarista (apoiador acrítico de Bolsonaro)	9,28	1,64	106

Fonte: elaboração do autor.

Finalmente, realizamos uma análise de variância direcionada a avaliar se existiam diferenças entre os níveis médios de antidemocraticidade de não apoiadores de Bolsonaro, de seus apoiadores estratégicos e, de seus apoiadores acríticos. A análise de variância realizada resultou em $\text{Prob} > F = 0,049$. Adicionalmente, o teste de Bartlett resultou em $\text{Prob} > \chi^2 = 0,09$. Nesse caso, não encontramos diferenças estatisticamente significativas entre os níveis médios de antidemocraticidade de nenhum dos grupos. Novamente, o resultado da análise de variância não sugeriu a existência de diferenças significativas entre os níveis médios de antidemocraticidade dos grupos analisados (nesse caso, não mais *bolsonaristas* e *não bolsonaristas*, mas, sim, *bolsonaristas*, *apoiadores estratégicos* de Bolsonaro e, seus *não apoiadores*), mas não está descartada a chance de que existam diferenças estatisticamente significativas entre tais níveis médios de subgrupos, por exemplo, de *bolsonaristas*.

Analogamente ao ocorrido na *subseção* anterior, esperávamos que os nossos achados corroborassem com a suposição de que existiriam diferenças entre os níveis médios de autoritarismo de direita de bolsonaristas, de apoiadores estratégicos de Bolsonaro e, de seus não

apoiadores; assim como entre seus níveis médios de convencionalismo, de submissividade à autoridade militar, de submissividade à autoridade familiar, de agressividade autoritária e, de antidemocraticidade. Exatamente como na *subseção* anterior, a concretização de nossas expectativas somente se assegurou com relação aos níveis médios de agressividade autoritária e, de convencionalismo, sendo menos certa com relação aos níveis médios de autoritarismo de direita, de submissividade à autoridade familiar e de submissividade à autoridade militar. A seguir, discutiremos os resultados apresentados nesta subseção e na anterior, já que são análogos entre si.

4.3.3. Considerações críticas adicionais

Os resultados apresentados nas duas *seções* anteriores correspondem a comparações entre os níveis médios de autoritarismo de direita, assim como entre os níveis médios relativos às suas dimensões, dos *bolsonaristas* e de outros grupos. Desde já, a discussão de tais resultados, exatamente como aquela dos resultados apresentados no **capítulo 3**, não seria um empreendimento simples, já que existia o risco de não encontrarmos sequer um estudo realmente similar a ele. Afinal, nas análises realizadas anteriormente, não somente utilizamos um construto original (o qual denominamos “autoritarismo de direita”), mas também dividimos operacionalmente de modo inédito os apoiadores de Bolsonaro (entre aquele *mais acrílicos* e aqueles *mais estratégicos*).

Ressaltamos que a consistência da comparação entre os nossos achados e aqueles de estudos análogos – de escopo e recorte temporal aproximados ao desse estudo – dependeria da similaridade dos desenhos de estudo e, mais especificamente, da similaridade das *medidas* utilizadas, já que realizamos uma análise estatística – no caso, comparativa. Em razão de tal dependência, a comparação de nossos achados com aqueles de qualquer estudo qualitativo acaba sendo impossível,¹⁸⁶ o mesmo valendo com relação a certos estudos quantitativos. Por exemplo, ainda que consideremos como razoável o estabelecimento de uma equivalência entre (i) certas variáveis utilizadas em pesquisas de opinião (tais como aquela conduzida pelo Instituto Travessia em 2020, relativa ao eleitorado brasileiro) e (ii) certas variáveis utilizadas

¹⁸⁶ Por exemplo, autoras a exemplo de Rocha, Solano e Pavez (2024) têm constatado – ainda mais expressivamente, entre 2023 e 2024 – a existência, por exemplo, de uma intensa desconfiança em relação aos resultados das urnas e sobre os processos eleitorais (p. 21) pelos ditos *bolsonaristas*. Mas, tendo realizado estudos qualitativos, seus achados não viabilizaram comparações entre níveis médios. Fica impossibilitada, apenas mediante a análise de seus achados, a investigação da suposição de que os níveis de antidemocraticidade de bolsonaristas eram superiores aos de não bolsonaristas, ainda que aproximássemos a dimensão do nosso construto (denominada antidemocraticidade) e aquela relativa à desconfiança mencionada pelas autoras.

na elaboração de dimensões do nosso construto, a sua comparação efetiva continuaria inviabilizada.¹⁸⁷

As pesquisas de opinião realizadas durante o mandato de Bolsonaro e direcionadas ao entendimento de seus apoiadores (ou simpatizantes) incluíram frequências relativas de categorias assumidas por características individuais (ex.: percentil de apoiadores que relatou apoio à liberação do uso de armas), mas não níveis médios de características em diferentes grupos. Isto é, a própria natureza das medidas apresentadas em tais pesquisas difere daquela das medidas apresentadas em nosso estudo e, nesse caso, não existiriam meios de compará-las efetivamente. Em nenhuma pesquisa de opinião realizada entre 2018 e 2024 vieram a ser apresentadas comparações entre níveis médios – menos ainda, de autoritarismo de direita de bolsonaristas e de não bolsonaristas ou, de bolsonaristas, de apoiadores estratégicos de Bolsonaro e, de seus não apoiadores.

Como afirmamos em outro momento, somente mais tarde – em 2021 –, vieram a ser realizados estudos quantitativos tais como o de Amaral e Chaguri (2021), sobre os simpatizantes mais expressivos de Bolsonaro (denominados “bolsonaristas” pelos autores), no qual seriam antevistos (ao menos, implicitamente) diferentes tipos de apoiadores. Mas, mesmo nestes estudos, não encontramos comparações entre os níveis médios relativos às dimensões antes mencionadas dos ditos “bolsonaristas” e, de outros grupos. Por exemplo, a característica comparada pelos autores (2021) veio a ser o nível de apoio a golpe militar.¹⁸⁸ Os seus achados indicaram que, controladas as demais variáveis, aqueles que simpatizavam expressivamente com Jair Bolsonaro estavam significativamente mais inclinados ao golpismo do que aqueles os quais simpatizavam mais ou menos e, também, do que aqueles os quais simpatizavam pouco. Muito embora este aspecto remeta ao autoritarismo psíquico, não veio a ser utilizado na elaboração de nenhuma dimensão do nosso construto original.

Portanto, não encontramos achados com os quais conseguíssemos contrastar efetivamente as diferenças (e as aparentes ausências de diferenças, em alguns casos) de certos níveis médios apresentadas anteriormente (de convencionalismo, de submissividade à

¹⁸⁷ Ressaltamos que seria inconsistente, por exemplo, a aproximação entre resultados da pesquisa de opinião conduzida pelo Instituto Travessia¹⁸⁷ e os nossos, já que estes versam – abrangentemente – sobre apoiadores de Bolsonaro, e não sobre os ditos bolsonaristas. No capítulo 4, por exemplo, indicamos que 98% dos apoiadores de Bolsonaro (sondados pelo Instituto Travessia em julho de 2020) relataram anseio de que a polícia atuasse mais rigorosamente contra os criminosos e 75% relataram apoio à liberação do uso de armas. As estatísticas apresentadas anteriormente indicariam uma significativa associação entre o apoio a Bolsonaro e o ideal armamentista civil e, indiretamente, caso estabelecida estrategicamente uma equivalência, à dimensão do nosso construto, denominada agressividade autoritária; não exatamente do modo acríptico de apoio a Bolsonaro (e estamos seguros, a esta altura, da importância de nossa divisão operacional).

¹⁸⁸ Como afirmamos no **capítulo 3** (mais especificamente, na **seção 3.4**).

autoridade militar, de submissividade à autoridade familiar, de agressividade autoritária e, de antidemocraticidade). Nem mesmo, se considerássemos outros recortes temporais além do realizado nesta seção (entre o final de 2018 e o início de 2019). Nesse caso, também seria um mérito do estudo sintetizado nesta tese, a apresentação original dos resultados das comparações.

4.4. A direcionalidade (o sentido) da relação entre autoritarismo de direita e atitude bolsonarista: considerações importantes

Embora tenhamos constatado diferenças estatisticamente significativas entre os níveis médios (de inclinação a certos atributos constitutivos do autoritarismo de direita) dos não apoiadores de Bolsonaro, dos seus apoiadores ditos “estratégicos” e, de seus apoiadores ditos “acríticos” – aqui entendidos como *bolsonaristas* –, ainda não discutimos sobre o sentido (isto é, a direcionalidade) da relação entre autoritarismo de direita e atitude bolsonarista. A relevância desta discussão aumenta na medida em que sustentamos empiricamente que, entre o final de 2018 e o início de 2019, a atitude bolsonarista tendeu tão intensamente a resultar do autoritarismo de direita quanto a resultar do antipetismo – e na medida que afirmamos que, muito mais recorrentemente, as inclinações autoritárias de direita teriam se estabelecido anteriormente à idealização de Bolsonaro.

Em um contexto diferente do analisado nesta tese (mais especificamente, relativo ao cenário britânico), com o intuito de avaliar o sentido da relação entre o autoritarismo e certas atitudes sociopolíticas, Vasilopoulos (2022) construiu modelos de regressão longitudinais (“em painel”)¹⁸⁹ e, após a realização de sua análise, o autor (2022) concluiu que a relação entre autoritarismo e certas atitudes sociopolíticas seria bidirecional: o autoritarismo influenciaria tais atitudes, mas também seria influenciado por elas. Vasilopoulos (2022) considerou que, embora existam acalorados debates sobre o estatuto de existência, assim como sobre o sentido (direcionalidade), das relações entre autoritarismo e atitudes entendidas como sociopolíticas, a maioria dos estudos referenciados em tais debates tem sido transversal, considerada como inapropriada pelo autor para a avaliação de tal direcionalidade.

Obviamente, a eleição de Bolsonaro à Presidência da República em 2018 assumiu socialmente o sentido de um empoderamento daquele – ainda que se tenha discutido, nos

¹⁸⁹ Certos autores têm considerado como irrazoável a utilização de modelos transversais (os quais apenas avaliam os indivíduos em um momento específico), tais como o utilizado nesta tese, para a avaliação do sentido (direcionalidade) da relação entre variáveis. Comumente, o uso de modelos longitudinais (denominados, na ciência política, *estudos em painel*) têm sido considerados como melhores alternativas ao uso de tais modelos nesse caso.

últimos anos, sobre o nível deste empoderamento efetivamente ocasionado pela sua eleição. Após tal eleição, muitos dos seus eleitores até então "estratégicos" teriam vindo a se identificar com ele de modo mais contundente ou, até mesmo, a idealizá-lo. Outros de seus eleitores, já "acríticos" no final de 2018, mas ainda não expressivamente autoritários, teriam acentuado suas identificações com aquele, intensificando ainda mais suas disposições autoritárias. Desse modo, mesmo que alguns desses eleitores não apresentassem nível expressivo de autoritarismo de direita antes de incorrerem em uma idealização de Bolsonaro, a vitória eleitoral deste último teria ocasionado a intensificação do vínculo afetivo daqueles com o capitão reformado, de modo que se desenvolvessem ou se acentuassem neles atitudes ditas "autoritárias de direita".

Certas dinâmicas afetivas, sobretudo correspondentes a movimentos psíquicos de identificação e de idealização – conceituados por autores tais como Freud (1921) –, seriam responsáveis pela organização de determinadas atitudes em movimentos de massa. A idealização de Bolsonaro por setor expressivo do eleitorado e a comunicação intensa entre seus eleitores mais acríticos (a qual oportunizaria sua identificação entre si) aumentaria o risco de constituição de um movimento de massa o qual, ao longo prazo, tenderia à uniformização: o ideal do Eu assumido por cada um dos ditos "bolsonaristas" seria o mesmo. Bolsonaro, se comportando e discursando recorrentemente como um autoritário de direita, serviria como um modelo aos seus seguidores mais acriticamente dispostos em relação a ele. Considerando as dimensões constitutivas de nosso construto (autoritarismo de direita), não seria inconsistente, por exemplo, a suposição de que um indivíduo que era apenas expressivamente conservador anteriormente à sua idealização de Bolsonaro, acabou se tornando, após a sua vitória eleitoral, também mais autoritariamente agressivo. Isto é, seria razoável a suposição de que a relação entre autoritarismo de direita e atitude bolsonarista seria mesmo bidirecional.

Factualmente, não existem os microdados necessários à realização de um estudo *em painel* para o recorte temporal analisado nesta tese. Afinal, nenhum questionário aplicado a cada um dos mesmos indivíduos os interrogava sobre se teriam votado em Bolsonaro e sobre o seu nível de confiança nele, tanto anteriormente como após a eleição do capitão reformado em 2018. Entretanto, a aceitação dos achados de Vasilopoulos (2022) não invalidaria a análise empírica realizada nesta tese. Nem mesmo a tornaria suspeita. Caso suponhamos que as considerações do autor (2022) acerca do cenário britânico se aplicam também ao cenário brasileiro, nossas conclusões não se tornarão inconsistentes.

Entendemos que exista uma razão muito significativa para que, especificamente na análise da relação entre autoritarismo de direita e atitude bolsonarista realizada nesta tese, considerássemos como mais segura a suposição de que o sentido da causalidade tenha sido

muito mais comumente o direto (aquele indo do autoritarismo de direita para a atitude bolsonarista) que o seu inverso, ainda que ambos os sentidos tenham ocorrido em alguma medida entre seus eleitores. Tal razão seria a “curteza” do intervalo temporal entre dois acontecimentos específicos, (i) a eleição de Bolsonaro à Presidência da República em 28 outubro de 2018 e (ii) a realização das entrevistas da onda de 2018/2019 do *AmericasBarometer* entre 29 de janeiro e 3 de março de 2019. Caso o intervalo mencionado não tivesse sido curto, por exemplo, excedendo os seis meses, seria mais razoável a consideração de que o sentido inverso da relação anteriormente mencionada (entre autoritarismo de direita e atitude bolsonarista) viesse a ser tão expressivo quando o direto, ou até mesmo mais intenso que este. As internalizações de supostos traços (comportamentais, discursivos etc.) de um objeto (por exemplo, Bolsonaro) por um indivíduo (tal como o eleitor do capitão reformado), correspondentes às identificações do eleitor com ele, não ocorrem de modo imediato.

Em discussão realizada anteriormente nesta tese (no **capítulo 1**), sobre a temporalidade implicada na concepção do nosso construto original (autoritarismo de direita), supusemos uma série causal pela qual a idealização de Bolsonaro por um indivíduo teria vindo a ocorrer mais tardiamente que o aparecimento do autoritarismo de direita, já estabelecido naquele indivíduo anteriormente à realização da *survey* em 2019. Justamente em razão da sua consistência, esta suposição será mantida. Nesse caso, no **capítulo 5**, utilizaremos o nosso construto como variável independente (em um modelo de regressão) e a variável atitude bolsonarista como a variável dependente.

5. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS NÍVEIS DE EXPLICAÇÃO DA ATITUDE BOLSONARISTA POR DIFERENTES CATEGORIAS DE VARIÁVEIS

A última dentre as três interrogações motivadoras do desenvolvimento desta tese consistiu na seguinte: **ao menos entre o final de 2018 e o início de 2019, o autoritarismo de direita esteve tão diretamente implicado na atitude bolsonarista quanto certas categorias de variáveis socialmente relevantes a exemplo do estatuto de antipetismo, da ideologia e do nível de renda?** No caso do estudo realizado nesta tese, conforme se aventou anteriormente, esperaríamos identificar um nível tão alto de explicação da modalidade acrítica de apoio a Bolsonaro pelo autoritarismo de direita, quanto por cada uma das demais variáveis consideradas, mesmo com o controle destas variáveis. Possivelmente, algumas das variáveis independentes (nível de autoritarismo de direita, nível de renda, estatuto de antipetismo etc.) estariam relativamente subsumidas a outras no contexto mencionado.

Para avaliar o estatuto de consistência dessa expectativa, como mencionamos na **introdução** desta tese, as noções de autoritarismo de direita e de nível de confiança em Bolsonaro – assim como outras anteriormente mencionadas, tais como o antipetismo – seriam novamente utilizadas no **capítulo 5**, mas de modo diferente. Nesse sentido, ainda na **introdução**, afirmamos que, no **capítulo 5**, construiríamos modelos estatísticos de regressão (logística multinomial), os quais viriam a ser utilizados para a comparação entre os níveis de explicação da atitude bolsonarista por diferentes categorias; e, que, para a construção dos modelos de regressão mencionados, analogamente ao ocorrido no **capítulo 2**, utilizaríamos microdados oriundos da *survey* do LAPOP (*AmericasBarometer 2018/19*).

Obviamente, a consistência de uma resposta à interrogação anterior (terceira dentre as três) depende da realização de uma análise estatística de dados individuais (microdados) – e, nesse caso, da utilização de certas variáveis incluídas em *survey*. A consistência da comparação mencionada, entre os diferentes níveis de explicação da variável, dependeria da utilização de instrumentos estatísticos específicos. Entretanto, a essa altura, assumiria a maior relevância a seguinte interrogação: por qual razão utilizar especificamente esta técnica estatística, a *regressão logística*? Em outros termos: os modelos de regressão mencionados são os melhores tipos de modelos a se construir para a resolução de nosso problema? A seguir, discorreremos sobre as razões de nossa escolha metodológica para essa análise comparativa.

5.1. A escolha dos modelos de regressão logística: considerações iniciais

A regressão logística é uma técnica estatística amplamente utilizada em diversos campos de conhecimento, inclusive, na ciência política. Tal técnica tem sido empregada na construção de modelos os quais viabilizem a estimação da chance de ocorrência de um resultado categórico (Y) – o qual consiste em um dos valores assumidos por uma variável qualitativa –, em função de, no mínimo, uma variável independente, considerada como preditora (X). A sua realização acaba sendo apropriada a situações nas quais se intenciona comparar (i) o nível de explicação de uma variável qualitativa (dependente) por outra variável (independente) com (ii) o nível de explicação daquela mesma variável qualitativa (dependente) por outras variáveis (independentes).

Mas existem diferentes tipos de regressão logística, cada um se direcionando à regressão de um tipo de variável dependente. Mais especificamente, a análise de regressão logística binária se direciona à estimação da chance de cada um dos dois valores assumidos por uma variável dependente dicotômica integrarem cada uma das múltiplas categorias das variáveis independentes inseridas no modelo (Long; Freese, 2006). Para a construção de um modelo consistente de regressão logística binária, a variável dependente deve ser dicotômica, mas quaisquer tipos de variáveis (nominais, ordinais e quantitativas) serviriam como independentes na construção de tal modelo consistente (Long; Freese, 2006).

Já a análise de regressão logística multinomial se direciona à estimação da chance de cada um dos diferentes valores assumidos por uma variável dependente nominal politômica (qualitativa, mas que conte com mais de duas categorias não ordenadas entre si) integrarem cada uma das múltiplas categorias das variáveis independentes inseridas no modelo (Long; Freese, 2006). Para a construção de um modelo consistente de regressão logística multinomial, a variável dependente deve ser qualitativa nominal e apresentar três ou mais categorias não ordenadas entre si, mas, analogamente ao ocorrido na construção de um modelo consistente de regressão logística binária, quaisquer tipos de variáveis serviriam como independentes na construção de um modelo consistente de regressão logística multinomial (Long; Freese, 2006).

Pretendemos, nesta seção, comparar entre si (i) o nível de explicação da atitude bolsonarista pelo autoritarismo de direita e (ii) o nível de explicação da atitude bolsonarista por outras categorias de variáveis independentes tais como o antipetismo e certas variáveis sociodemográficas. Contudo, anteriormente nesta tese, elaboramos duas variáveis inéditas, cada uma das quais inclui, em uma de suas categorias, a noção de atitude bolsonarista: a variável dicotômica estatuto de assunção de atitude bolsonarista e a variável qualitativa ordinal

tricotômica índice AxC. Ademais, acreditamos que as análises de regressão de ambas as variáveis inéditas aventariam elementos relevantes à discussão intencionada neste estudo.

A variável estatuto de assunção de atitude bolsonarista veio a ser constituída pelas seguintes categorias: (i) a assunção de uma atitude bolsonarista e (ii) a sua negativa (isto é, a não assunção de uma atitude bolsonarista). Nesse caso, construiremos um modelo de regressão logística binária. Já a variável índice AxC veio a ser constituída por três categorias: (i) não eleitor de Bolsonaro; (ii) eleitor estratégico de Bolsonaro; e (iii) eleitor acrítico de Bolsonaro. Embora as três categorias dessa variável (dependente) soem como ordenadas entre si, o modo como construímos tal variável torna mais razoável a sua consideração como nominal para a construção de um modelo de regressão, o qual será um modelo de regressão logística multinomial – e não um modelo de regressão logística ordinal. Já as variáveis inseridas em nossos modelos como independentes são variadas: algumas são numéricas; outras, qualitativas ordinais; e outras ainda, qualitativas nominais.

Além disso, a comparação antes mencionada dependerá de um controle rigoroso de cada variável independente pelas demais inseridas no modelo. Possivelmente, algumas das variáveis independentes (nível de autoritarismo de direita, nível de renda, estatuto de antipetismo etc.) tenham estado relativamente subsumidas a outras no contexto mencionado. Existiria o risco de ter sido estabelecida uma relação espúria, na seção anterior, entre autoritarismo de direita e atitude bolsonarista, mas modelos de regressão viabilizam tal controle de variáveis e, então, uma avaliação do estatuto de espuriedade de tal relação. Justamente nesse sentido, elaboramos modelos de regressão logística.

5.2. Os modelos de regressão logística: a identificação dos determinantes da atitude bolsonarista

5.2.1. Regressão logística binária: estatuto de assunção de atitude bolsonarista como variável dependente

A Tabela 40 apresenta os coeficientes (mais especificamente, OR)¹⁹⁰ relativos ao modelo de regressão logística binária do estatuto de assunção de atitude bolsonarista de 2018/2019, assim como seus erros-padrão associados (entre parêntesis). A análise de regressão contou com 634 observações (aproximadamente, metade da amostra correspondente à onda de 2018/2019 do *AmericasBarometer*). A análise resultou em um valor de $\text{Prob}>\chi^2=0.0000$ e, assim, seria razoável a rejeição da hipótese nula. O valor de $\text{Prob}>\chi^2$ indica a consistência do modelo de regressão logística. Adicionalmente, a análise resultou no valor 0,23 de pseudo- R^2 de McFadden, o qual tem sido considerado como razoável na literatura.

Algumas das variáveis independentes integrantes dos modelos de regressão são simples, tendo resultado do tratamento de variáveis extraídas da *survey* mencionada de acordo com os propósitos da construção do modelo. Isto é, cada variável simples corresponde a uma das interrogações constitutivas do questionário do LAPOP. Tais variáveis independentes são as seguintes: estatuto de antipetismo, autossituamento ideológico, autoidentificação religiosa, frequência de uso de *WhatsApp*, faixa etária, autoidentificação racial, porte da cidade onde reside, sexo suposto, nível de escolaridade e renda familiar. Já outras, compostas, tiveram de ser construídas mediante a associação entre outras variáveis – estas, por sua vez, extraídas daquela *survey*. Cada variável composta corresponde, de acordo com seu nível de abrangência, a um construto (no caso do autoritarismo de direita) ou a uma de suas dimensões constitutivas (tais como a convencionalismo etc.).

¹⁹⁰ Os coeficientes em um modelo de regressão logística binária (como o elaborado mediante utilização do comando *logit* no Stata) representam as mudanças logarítmicas nas *odds* (razões de chance) da variável dependente para uma unidade de mudança na variável independente correspondente, mantendo constantes todas as outras variáveis.

Tabela 40 – Regressão logística binária do estatuto de assunção de atitude bolsonarista de 2018/2019 (OR)

Não bolsonarista (ref.)		Bolsonarista
	Pouco autoritário (ref.)	-
Nível de autoritarismo de direita	Algo autoritário	2,712* (0,929)
	Muito autoritário	3,425* (1,079)
	Não golpista (ref.)	-
Estatuto de apoio a golpe militar	Golpista	2,025* (0,451)
	Não antipetista (ref.)	-
Estatuto de antipetismo	Antipetista	2,647* (0,623)
	À esquerda (ref.)	-
Autossituamento ideológico	Ao centro	1,064 (0,373)
	À direita	2,501* (0,861)
	Não cristão (ref.)	-
Autoidentificação religiosa	Cristão não Pentecostal	0,603 (0,187)
	Cristão Evangélico Pentecostal	1,447 (0,486)
	Não diariamente (ref.)	-
Frequência de uso de WhatsApp	Diariamente	1,379 (0,333)
	De 16 a 24 anos (ref.)	-
Faixa etária	De 25 a 34 anos	1,432 (0,504)
	De 35 a 44 anos	1,589 (0,546)
	De 45 a 59 anos	1,427 (0,526)
	Mais de 60 anos (idosidade)	2,327 (1,315)
	Autoidentificado como negro (ref.)	-
Autoidentificação racial	Autoidentificado como branco	1,164 (0,286)
	Pequeno (ref.)	-
Porte da cidade onde reside	Grande	0,623 (0,153)
	Identificado como mulher (ref.)	-
Sexo suposto	Identificado como homem	1,129 (0,257)
	Até Ens. Médio (ref.)	-
Nível de escolaridade	Ensino superior ou mais	0,628 (0,220)
	Quantil mais pobre (ref.)	-
Renda familiar	Quantil mais rico	0,795 (0,200)

Notas: a categoria de referência é não bolsonarista.

Os erros-padrão são apresentados entre parênteses. * = (p < 0,05).

Fonte: elaboração do autor.

Na Tabela 40, evidenciamos que, em 2019, controladas as demais variáveis em cada caso, as variáveis relevantes à explicação da *atitude bolsonarista* são as seguintes: **nível de autoritarismo de direita** – ambas as categorias, mas, sobretudo, a *muito autoritário* –; **estatuto de apoio a golpe militar** – a categoria *golpista* –; **estatuto de antipetismo** – a categoria

antipetista –; **autossituamento ideológico** – apenas a categoria *à direita*. Analisaremos agora mais detidamente cada uma delas.

O nível de autoritarismo de direita, inserido no modelo como variável independente, não consistiu no instrumento AD-BR (2018/2019) original (correspondente à variável 5D), nem em uma de suas versões mencionadas anteriormente nesta tese. Para sua consideração no modelo, a variável 4D veio a ser tratada de modo a se tornar qualitativa ordinal tricotômica,¹⁹¹ subdividindo os indivíduos de acordo com os tercís, entre (i) pouco autoritários, (ii) algo autoritários e (iii) muito autoritários. Existiam expectativas – se consideradas, por exemplo, certas suposições de Freud e de Adorno anteriormente referidas – de que, quanto maior o nível de autoritarismo de direita de um indivíduo, maior a sua tendência à idealização de Bolsonaro – o qual recorreu publicamente a uma retórica autoritária de direita em meio às campanhas de 2018. Na Tabela 40, evidenciamos que, em 2019, controladas as demais variáveis, o eleitor médio *algo autoritário* esteve significativamente mais inclinado à assunção de uma atitude bolsonarista que aquele *pouco autoritário* (OR=2,712; EP=0,929; p<0,05); e, o eleitor médio *muito autoritário* esteve ainda mais inclinado à assunção de uma atitude bolsonarista que aquele *pouco autoritário* (OR=3,425; EP=1,079; p<0,05).

Em seguida, consideramos a variável autossituamento (no espectro) ideológico. A variável L1¹⁹² do *AmericasBarometer* veio a ser tratada de modo a originar aquela variável, a qual subdivide os indivíduos entre aqueles que se situam à direita do espectro político ideológico, ao centro de tal espectro e, à sua esquerda. Existiam expectativas – novamente, se consideradas, por exemplo, as suposições de Freud e de Adorno anteriormente referidas – de que, quanto mais à direita do espectro ideológico um indivíduo se situasse, maior seria a sua chance de idealização de Bolsonaro – o qual se identificou publicamente em vários contextos como “de direita”. Na Tabela 40, evidenciamos que, em 2019, controladas as demais variáveis, o eleitor médio *autossituado à direita do espectro político* esteve significativamente mais inclinado à assunção de uma atitude bolsonarista que aquele *autossituado à esquerda do espectro político* (OR=2,501; EP=0,861; p<0,05).

¹⁹¹ (0/4.494949 = 0) (4.494949/6.186868 = 5) (6.186868/10 = 10).

¹⁹² Agora, para mudar de assunto. Nesse cartão há uma escala, de 1 a 10, na qual o número 1 significa esquerda, e o 10 significa direita. Hoje em dia, quando se conversa de tendências políticas, fala-se de pessoas que simpatizam mais com a esquerda e de pessoas que simpatizam mais com a direita. De acordo com o sentido político que os termos esquerda e direita têm para o(a) sr./sra, onde o(a) sr./sra. se situa nesta escala? (1-10); (888888) Não sabe [NÃO LER] (988888) Não responde [NÃO LER].

Também consideramos a variável estatuto de antipetismo. A variável BRAANTIP1¹⁹³ veio a ser tratada de modo a originar aquela variável, a qual subdivide os indivíduos entre aqueles os quais antipatizam extremamente com o PT (“antipetistas”) e os demais indivíduos (“não antipetistas”). Achados de estudos estatísticos recentes – tais como o de Setzler (2021) – indicam que o antipetismo teria sido a variável mais diretamente implicada no voto em Bolsonaro em 2018, mas não necessariamente tal disposição afetiva negativa teria implicado a idealização de Bolsonaro. Ainda assim, existiam expectativas – se consideradas as suposições de Freud e de Adorno acerca dos vínculos afetivos – de que, quanto mais antipetista um indivíduo se apresente, maior será a sua chance de idealização de Bolsonaro – o qual, estrategicamente nos últimos anos, tem se situado como representante do antipetismo em nível nacional. Na Tabela 40, evidenciamos que, em 2019, controladas as demais variáveis, o eleitor médio *antipetista* esteve significativamente mais inclinado à assunção de uma atitude bolsonarista do que o *não antipetista* (OR=2,647; EP=0,623; p<0,05).

Além disso, consideramos a variável estatuto de apoio a golpe militar. As variáveis JC10 e JC13, cada uma das quais veio a ser aplicada a somente uma metade da amostra – cada uma, a uma metade diferente –, vieram a ser “somadas” de modo a originar aquela variável, a qual subdivide os indivíduos entre *golpistas* e *não golpistas*. Existia a expectativa de que o apoio ao golpe militar se associaria com a idealização de Jair Bolsonaro, o qual se apresentou nas últimas décadas como um “admirador da ditadura” (Singer, 2021) e, de modo indireto, endossou o golpismo incontáveis vezes.¹⁹⁴ Na Tabela 40, evidenciamos que, em 2019, controladas as demais variáveis, o eleitor médio *golpista* esteve significativamente mais inclinado à assunção de uma atitude bolsonarista do que aquele *não golpista* (OR=2,025; EP=0,451; p<0,05).

No mesmo sentido, Amaral e Chaguri (2021) concluíram que, quanto maior o nível de *golpismo* de um indivíduo – o qual os autores consideraram como seu nível de autoritarismo –, maior a chance de que tal indivíduo apresente um maior nível de simpatia por Bolsonaro. Factualmente, entretanto, os autores (2021) não construíram seu índice de golpismo identicamente ao modo como construímos nesta tese a variável estatuto de apoio a golpe militar. Para avaliar o nível de golpismo de um indivíduo, Amaral e Chaguri (2021) construíram um índice constituído por três questões, de modo que cada entrevistado viesse a ser interrogado se acharia razoável um golpe militar nas seguintes situações: (a) desemprego muito alto; (b) alta criminalidade; e (c) muita corrupção. Os seus achados indicaram que o bolsonarista médio

¹⁹³ Falando sobre partidos políticos, poderia informar o quanto gosta ou não gosta [...] [do] PT [...]? Por favor, leia para mim o número. (1-10); (888888) Não sabe [NÃO LER] (988888) Não responde [NÃO LER]..

¹⁹⁴ *Estado de Minas*, 2023.

acreditaria ser válida ao menos uma dentre três razões para um golpe militar;¹⁹⁵ e que, controladas as demais variáveis, aqueles que simpatizavam expressivamente com Jair Bolsonaro estavam significativamente mais inclinados ao golpismo do que aqueles que simpatizavam mais ou menos e, também, do que aqueles que simpatizavam pouco.

Já as demais variáveis faixa etária,¹⁹⁶ nível de escolaridade¹⁹⁷ e nível de renda¹⁹⁸ – considerados em muitos casos como variáveis sociodemográficas importantes – não se relacionaram de modo estatisticamente significativo com a idealização de Bolsonaro – isto é, com a assunção de uma atitude bolsonarista.¹⁹⁹ Conforme asseveramos antes nesta tese, nenhum autor tinha até então centrado seu estudo na análise dos determinantes da idealização de Bolsonaro e, nesse sentido, a variável correspondente ao nível de confiança em Bolsonaro não tinha sido ainda utilizada. Mas outros autores analisaram os determinantes de variáveis correlatas – tais como o nível de simpatia por Bolsonaro – e, assim, seria oportuna a comparação entre seus achados e os nossos.

Justamente nesse sentido, Amaral e Chaguri (2021) consideraram que, em 2020, o setor constituído pelos simpatizantes mais expressivos de Bolsonaro, embora ideologicamente coeso, seria significativamente variado em relação a certas características sociodemográficas, a exemplo da idade, do nível de escolaridade e do nível de renda. Os autores (2021) entenderam o bolsonarismo como um movimento transversal à sociedade brasileira contemporânea, expressivamente capilarizado, de modo que os denominados “bolsonaristas” integrassem diversos setores sociais. Analogamente, considerando os achados relativos aos nossos modelos

¹⁹⁵ Conforme descrito em nota de **seção 3.5** (no **capítulo 3**).

¹⁹⁶ A variável Q2 do *AmericasBarometer* veio a ser tratada de modo a originar a variável *faixa etária*, a qual subdividiu os indivíduos entre as seguintes categorias: (i) de 16 a 24 anos; (ii) de 25 a 34 anos; (iii) de 35 a 44 anos; (iv) de 45 a 59 anos; e (v) mais de 60 anos (idosidade). Q2. Quantos anos o(a) sr./sra. tem? _____ anos [Anotar a idade. Não pode ser menos de 16 anos] (888888) Não sabe [NÃO LER] (988888) Não responde [NÃO LER].

¹⁹⁷ A variável ED veio a ser tratada de modo a originar a variável *nível de escolaridade*, a qual subdividiu os indivíduos entre aqueles que cursaram (ainda que não necessariamente tendo completado): (i) até o Ensino Médio; e (ii) Ensino Superior ou mais. ED. Qual foi o último ano ou série da escola que o(a) sr./sra. concluiu com aprovação? _____ Ano do _____ (primário, secundário, universidade, superior não universitário) = _____ total de anos [Usar tabela abaixo para código].

¹⁹⁸ A variável Q10NEW veio a ser tratada de modo a originar a variável *nível de renda*, que incluiu uma categoria correspondente ao quantil constituído pelos mais ricos (quantil dos mais ricos) e, outra, correspondente à soma dos demais quantis – constituídos pelos mais pobres (demais quantis). Q10NEW. Em qual das seguintes categorias se encontra a renda familiar mensal dessa casa, incluindo as remessas do exterior e a renda de todos os adultos e filhos que trabalham?

¹⁹⁹ Na Tabela 40, evidenciamos que, em 2019, controladas as demais variáveis, não existiram diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de idealização de Bolsonaro pelos eleitores médios das diferentes *categorias etárias* ($p > 0,05$). Também não existiram diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de idealização de Bolsonaro pelos eleitores médios os quais cursaram até o Ensino Médio e, os quais cursaram Ensino Superior ou mais ($p > 0,05$). E, pelos eleitores médios *mais ricos* e, *mais pobres* ($p > 0,05$).

de regressão, entendemos que tais variáveis sociodemográficas também não se apresentaram como relevantes à explicação de uma atitude bolsonarista.

As variáveis autoidentificatórias inseridas no modelo – autoidentificação racial²⁰⁰ e autoidentificação religiosa²⁰¹ – também não se relacionaram com a idealização de Bolsonaro. Na Tabela 40, evidenciamos que, em 2019, controladas as demais variáveis, não existiram diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de idealização de Bolsonaro pelos eleitores médios *autoidentificados como brancos e, como negros* ($p>0,05$); nem pelos eleitores médios *autoidentificados como não cristãos, como cristãos não pentecostais e como cristãos evangélicos pentecostais* ($p>0,05$).

Por outro lado, uma variável sexo nem mesmo veio a ser incluída nos modelos de regressão, já que a variável Q1 do instrumento do *AmericasBarometer* corresponde não à interrogação sobre o sexo (anatômico) do entrevistado, mas sim a uma suposição do entrevistador sobre o sexo do entrevistado. Justamente nesse sentido, Vidigal (2021), o qual também utilizou a onda de 2018/2019 do *AmericasBarometer*, não concebeu Q1 como sexo – e sim como gênero. Neste estudo, Q1 veio a ser tratada de modo a originar a variável sexo suposto, a qual subdividiu os indivíduos entre aqueles identificados por entrevistadores como homens e aqueles identificados por entrevistadores como mulheres.

²⁰⁰ A variável ETID veio a ser tratada de modo a originar a variável autoidentificação racial, a qual subdivide os indivíduos entre aqueles os quais se identificam como brancos(brancos) e aqueles os quais não se identificam como brancos (não brancos). Existiam expectativas – se consideradas por exemplo as suposições de Freud e de Adorno mencionadas – de que a autoidentificação como branco implicaria maior chance de identificação com Bolsonaro e, ainda, de idealização deste. Contudo, tais expectativas não se cumpriram: na Tabela 41, evidenciamos que, em 2019, controladas as demais variáveis, não existiram diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de idealização de Bolsonaro pelos eleitores médios autoidentificados como brancos e como negros ($p>0,05$). ETID. O(A) sr./sra. se considera uma pessoa branca, negra, parda, indígena ou amarela? [Se diz afro-brasileira, codificar como (4) Negro (Preta)] (1) Branca (3) Indígena (4) Negro (Preta) (5) Pardo (1506) Amarela (7) Outra (888888) Não sabe [NÃO LER] (988888) Não responde [NÃO LER].

²⁰¹ A variável Q3CN veio a ser tratada de modo a originar a variável autoidentificação religiosa, a qual subdivide os indivíduos entre aqueles os quais se identificam como: (i) não cristãos, (ii) cristãos não pentecostais; e (iii) cristãos evangélicos pentecostais. Existiam expectativas de que a autoidentificação como evangélico implicaria maior chance de identificação com Bolsonaro e de idealização deste. Q3CN. Qual a sua religião, se tiver? [Não leia as alternativas] [Se o entrevistado diz que não tem religião, explore para identificar se pertence à alternativa 4 ou 11] [Se o entrevistado diz cristão ou evangélico, explore para verificar se é católico (opção 1), pentecostal (opção 5) ou evangélico não pentecostal (opção 2). Se não tiver certeza, selecione (2).] (01) Católico [Siga] (02) Protestante Tradicional ou Evangélica não pentecostal (Batista, Calvinista, Luterano, Metodista, Presbiteriano, Discípulo de Cristo, Anglicano, Episcopal, Igreja Cristã Reformada, Igreja Morava, Menonita, Irmãos em Cristo; Igreja do Nazareno) [Siga] (03) Outra religião oriental não cristã (Muçulmano, Budista, Induista, Taoísta, Confuciano, Baha'i) [Siga] (05) Evangélica pentecostal (Pentecostal, Igreja de Deus, Assembleias de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Quadrangular, Igreja de Cristo, Congregação Cristã, Adventista, Adventista de Sétimo Dia, Sara Nossa Terra, Carismático não Católico, Bola de Neve, etc) [Siga] (07) Religiões Tradicionais ou nativas (Santeria, Candomblé, Umbanda, Vodú, Rastafari, religiões mayas, Santo Daime, Esotérica) [Siga] (1501) Espírita kardecista [Siga] (04) Nenhuma (Acredita em uma entidade suprema mas não pertence à religião nenhuma) [Siga] (11) Agnóstico ou ateu/não acredita em Deus [VÁ PARA Q5B] (77) Outra [Siga] (888888) Não sabe [NÃO LER] [Siga] (988888) Não responde [NÃO LER] [Siga].

Ainda assim, existiam expectativas de que os indivíduos entendidos pelos entrevistadores como homens estariam mais inclinados à idealização de Bolsonaro. Possivelmente, a retórica de Bolsonaro – amplamente concebida como misógina e machista em certos setores do eleitorado – ocasionaria em certos integrantes do sexo-gênero²⁰² masculino sua identificação com Bolsonaro (ou a idealização dele). A reação “masculinista”²⁰³ de tais integrantes do sexo-gênero masculino, direcionada ao seu combate imaginário às modificações sociais mais recentes em relação às “questões de gênero”,²⁰⁴ teria sido instrumentalizada por Bolsonaro nesse sentido. De outro lado, seria razoável a suposição de que a retórica de Bolsonaro teria incomodado eleitoras cisgênero (isto é, as quais se identificam como integrantes simultaneamente do sexo e do gênero femininos). Entretanto, as expectativas mencionadas anteriormente não se cumpriram: na Tabela 40, evidenciamos que, em 2019, controladas as demais variáveis, não existiram diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de inclinação à assunção de uma atitude bolsonarista dos eleitores médios identificados (por terceiros) como homens e, como mulheres ($p > 0,05$).

Amaral e Chaguri (2021), os quais estudaram o setor social constituído pelos ditos “bolsonaristas”, relataram que, em seus dois modelos de regressão, a variável *sexo* se relacionou (de modo estatisticamente significativo) à sua variável dependente – no caso, a variável *nível de simpatia em relação a Bolsonaro*. Nesse contexto, os autores (2021) concluíram que a autoidentificação com o sexo masculino “ampliava em cerca de 40% a chance de gostar mais do presidente”. Tal conclusão remeteu àquela de Amaral (2020) e de Nicolau (2020) acerca da eleição de 2018 – na qual, nos termos de Amaral e Chaguri (2021), “pela primeira vez a variável sexo apareceu como boa preditora de voto para o pleito presidencial”.

Ressaltamos que, mesmo existindo diferenças entre as noções de *sexo suposto* e de *sexo* propriamente dito – e ainda que a noção de confiança não se confunda com a de simpatia –, esperávamos encontrar uma analogia entre os achados dos autores (2021) e os nossos achados antes descritos. Possivelmente, a diferença de aproximadamente um ano entre o momento no qual se realizaram as entrevistas correspondentes às duas *surveys* respectivamente utilizadas

²⁰² Tradicionalmente, em sociedades como a brasileira, ainda em sua infância, o indivíduo é condicionado a se identificar com certo gênero, em acordo com o sexo atribuído a esse indivíduo por seus responsáveis, e, a cada gênero, são designados simbolicamente certos papéis sociais (Sartori; Mantovani, 2019). As diferenças entre atribuições e identificações têm contribuído à manutenção de relações desiguais de poder entre os integrantes dos diferentes sexos-gêneros.

²⁰³ Os movimentos contestatórios desse ordenamento sociocultural *cis-hetero-normativo*, assim como das noções socialmente estabelecidas de sexo e de gênero, têm ocasionado, em níveis e amplitudes variadas, reações conservadoras em certos setores sociais. A reação masculinista antes mencionada consistiria em uma das expressões destas reações conservadoras.

²⁰⁴ As quais refletem, sobretudo, modificações nas relações de poder em uma sociedade historicamente patriarcal.

por Amaral e Chaguri (2021) e, nas análises empíricas desta tese, tenha oportunizado uma reorganização do bolsonarismo – relacionada, por exemplo, com o egresso significativo de mulheres.

Enfim, como se atestou mediante análise dos achados descritos anteriormente, entre o final de 2018 e o início de 2019, a atitude bolsonarista tendeu a resultar tão intensamente do autoritarismo de direita quanto a resultar do antipetismo e de outras variáveis independentes. **Contudo, ao menos virtualmente, existiria a possibilidade de nossas conclusões serem relativizadas caso a categoria de referência da comparação deixasse de ser o *não bolsonarista* e se tornasse o *não apoiador de Bolsonaro*. Por esta razão, entre outras, acreditamos ser necessária a elaboração de um segundo modelo, de regressão logística multinomial.**

5.2.2. Regressão logística multinomial: índice AxC como variável dependente

A Tabela 41 apresenta os coeficientes (mais especificamente, os RRR dos coeficientes)²⁰⁵ relativos ao modelo de regressão logística multinomial da variável *categoria no Índice AxC* de 2018/2019, assim como seus erros-padrão associados (entre parêntesis). A análise de regressão contou com 634 observações (aproximadamente, metade da amostra correspondente à onda de 2018/2019 do *AmericasBarometer*).²⁰⁶ A análise resultou em um valor de $\text{Prob} > \chi^2 = 0.0000$ e, assim, seria razoável a rejeição da hipótese nula. Tal valor de $\text{Prob} > \chi^2$ indica a consistência do modelo de regressão logística. Adicionalmente, a análise resultou em um valor 0,22 de pseudo- R^2 de McFadden,²⁰⁷ o qual tem sido considerado como razoável na literatura.

²⁰⁵ UCLA (2021, tradução): A razão de risco relativo (RRR) de um coeficiente indica como o risco de o resultado cair no grupo de comparação (em comparação com o risco de o resultado cair no grupo de referência) muda com a variável em questão. Um $\text{RRR} > 1$ indica que o risco de o resultado cair no grupo de comparação (em relação ao risco de o resultado cair no grupo de referência) aumenta à medida que a variável aumenta. Em outras palavras, o resultado da comparação é mais provável. Um $\text{RRR} < 1$ indica que o risco de o resultado cair no grupo de comparação (em relação ao risco de o resultado cair no grupo de referência) diminui à medida que a variável aumenta. Em geral, se o $\text{RRR} < 1$, é mais provável que o resultado esteja no grupo de referência.

²⁰⁶ UCLA (2021, tradução): $\text{Prob} > \chi^2$ – Esta é a probabilidade de obter uma estatística de teste LR tão extrema ou mais que a observada sob a hipótese nula; a hipótese nula é que todos os coeficientes de regressão em ambos os modelos são simultaneamente iguais a zero. Em outras palavras, esta é a probabilidade de obter a estatística qui-quadrado se de fato não existir efeito das variáveis preditoras. O valor p é comparado a um nível alfa especificado, nossa disposição de aceitar um erro tipo I, que normalmente é definido como 0,05 ou 0,01. O pequeno valor de p do teste LR, $< 0,00001$, nos levaria a concluir que pelo menos um dos coeficientes de regressão do modelo não é igual a zero. O parâmetro da distribuição Qui-Quadrado utilizado para testar a hipótese nula é definido pelos graus de liberdade na linha anterior, χ^2 (6).

²⁰⁷ UCLA (2021, tradução): Pseudo R^2 [...] de McFadden. Como esta estatística não significa o que o R-quadrado significa na regressão OLS (a proporção de variância para a variável de resposta explicada pelos preditores), sugerimos interpretar esta estatística com muita cautela. *Grosso modo*, entretanto, quanto mais próximo de 1 o

Tabela 41 – Regressão logística multinomial da categoria no índice AxC de 2018/2019

Não apoia Bolsonaro (ref.)		Apoia Bolsonaro estrategicamente	Apoia Bolsonaro acriticamente
Nível de autoritarismo de direita	Pouco autoritário (ref.)	-	-
	Algo autoritário	1,497 (0,382)	3,240* (1,208)
	Muito autoritário	2,110* (0,591)	7,028* (2,655)
Estatuto de endosso a golpe	Não golpista (ref.)	-	-
	Golpista	1,186 (0,267)	2,223* (0,585)
Estatuto de antipetismo	Não antipetista (ref.)	-	-
	Antipetista	4,190* (0,928)	5,924* (1,613)
Autossituamento ideológico	À esquerda (ref.)	-	-
	Ao centro	2,080* (0,607)	1,443 (0,549)
	À direita	3,729* (1,216)	4,866* (1,895)
Autoidentificação religiosa	Não cristão (ref.)	-	-
	Cristão não Pentecostal	1,682 (0,497)	0,813 (0,288)
	Cristão Evangélico Pentecostal	2,871* (1,023)	2,669* (1,075)
Frequência de uso de WhatsApp	Não diariamente (ref.)	-	-
	Diariamente	1,170 (0,284)	1,577 (0,451)
Faixa etária	De 16 a 24 anos (ref.)	-	-
	De 25 a 34 anos	0,511* (0,154)	0,950 (0,377)
	De 35 a 44 anos	0,691 (0,215)	1,245 (0,493)
	De 45 a 59 anos	0,707 (0,236)	1,111 (0,474)
	Mais de 60 anos (idosidade)	1,555 (0,906)	2,915 (2,000)
Autoidentificação racial	Autoid. como negro (ref.)	-	-
	Autoidentificado como branco	1,587 (0,384)	1,573 (0,460)
Porte da cidade onde reside	Pequeno (ref.)	-	-
	Grande	1,292 (0,283)	0,728 (0,203)
Expressão de gênero	Identific. como mulher (ref.)	-	-
	Identificado como homem	1,446 (0,310)	1,412 (0,371)
Nível de escolaridade	Até Ens. Médio (ref.)	-	-
	Ensino superior ou mais	0,887 (0,270)	0,595 (0,239)
Renda familiar	Quantil mais pobre (ref.)	-	-
	Quantil mais rico	1,109 (0,270)	0,859 (0,257)

Notas: A categoria de referência é *não apoia Bolsonaro*. Os erros-padrão são apresentados entre parênteses. * = ($p < 0,05$).

Fonte: elaboração do autor.

A comparação entre os resultados descritos em cada um dos modelos de regressão logística (isto é, a binária, apresentada na seção anterior, e a multinomial, aqui apresentada)

valor obtido do pseudo-R², melhor o ajuste do modelo em relação ao modelo nulo e, quanto mais próximo de 0, pior o ajuste do modelo em relação ao modelo nulo.

sugere a relevância *comum* das variáveis: nível de autoritarismo de direita – ambas as categorias, mas, sobretudo, a *muito autoritário* –; estatuto de apoio a golpe militar – a categoria *golpista* –; estatuto de antipetismo – a categoria *antipetista* –; autossituamento ideológico – a categoria *à direita*. Em ambos os modelos construídos, o nível de explicação da atitude bolsonarista pelo autoritarismo de direita (correspondente à categoria *muito autoritário*) era **tão intenso** quanto os níveis de explicação da atitude bolsonarista pelas demais categorias relevantes. Entretanto, existem especificidades nos resultados descritos neste último modelo (de regressão logística multinomial), já que, neste, a variável dependente é diferente daquela do modelo de regressão binária. Este modelo viabiliza uma diferenciação interessante entre as razões de um modo estratégico de apoio e, de um modo acrítico de apoio.

Na Tabela 40, evidenciamos que, em 2019, a categoria *muito autoritário* da variável nível de autoritarismo de direita assumiu importância tanto na comparação entre apoiadores estratégicos de Bolsonaro e seus não apoiadores, como naquela entre apoiadores acríticos do capitão reformado e tais não apoiadores, mas controladas as demais variáveis, a intensidade da inclinação do eleitor médio *muito autoritário* (em relação àquele pouco autoritário) à assunção de uma atitude bolsonarista (OR=7,028; EP=2,655; $p<0,05$) era muito maior do que a intensidade da inclinação de tal eleitor à assunção de uma modalidade estratégica de apoio a Bolsonaro (OR=2,11; EP=0,591; $p<0,05$). Além disso, o eleitor médio algo autoritário esteve significativamente mais inclinado à assunção de uma atitude bolsonarista do que aquele pouco autoritário (OR=3,240; EP=1,208; $p<0,05$); mas o eleitor médio algo autoritário não esteve significativamente mais inclinado à assunção de uma modalidade estratégica de apoio a Bolsonaro do que aquele pouco autoritário. Reiteramos, assim, a implicação específica do autoritarismo de direita na idealização coletiva do capitão reformado.

Analogamente, a variável estatuto de apoio a golpe militar somente assumiu importância (relativa à significância estatística) na comparação entre apoiadores acríticos do capitão reformado e seus não apoiadores – não tendo assumido importância na comparação entre apoiadores estratégicos de Bolsonaro e seus não apoiadores. Evidenciamos que, em 2019, controladas as demais variáveis, o eleitor médio *golpista* esteve discretamente (mas significativamente de modo estatístico) mais inclinado do que o não *golpista* a assumir uma modalidade acrítica de apoio a Bolsonaro do que a não o apoiar (OR=2,223; EP=0,585; $p<0,05$). Reiteramos, também, a implicação específica de uma atitude *golpista* na idealização coletiva do capitão reformado.

A variável antipetismo assumiu importância tanto na comparação entre apoiadores estratégicos de Bolsonaro e seus não apoiadores, como naquela entre apoiadores acríticos do

capitão reformado e tais não apoiadores; mas, controladas as demais variáveis, a intensidade da inclinação do eleitor médio antipetista (em relação àquele não antipetista) à assunção de uma atitude bolsonarista (OR=5,924; EP=1,613; $p<0,05$) era muito maior do que a intensidade da inclinação de tal eleitor à assunção de uma modalidade estratégica de apoio a Bolsonaro (OR=4,190; EP=0,928; $p<0,05$). Reiteramos, assim, certa inespecificidade da implicação do antipetismo no apoio a Bolsonaro, e, de outro lado, ressaltamos a sua intensidade, sugerida pelos valores elevados dos OR mencionados.

Ainda, mostramos que, embora a categoria *à direita* da variável autossituamento ideológico tenha assumido relevância em ambos os modelos (isto é, de regressão logística binária e, multinomial), a categoria *ao centro* de tal variável assumiu importância (relativa à significância estatística) na comparação entre apoiadores estratégicos de Bolsonaro e seus não apoiadores, mas não naquela entre apoiadores acríticos do capitão reformado e tais não apoiadores. Isto é, o autossituamento ao centro inclinou indivíduos especificamente a apoiar Bolsonaro estrategicamente, mas não a idealizar este último. Em 2019, controladas as demais variáveis, o eleitor médio autossituado ao centro esteve significativamente mais inclinado (OR=2,080; EP=0,607; $p<0,05$) do que aquele autossituado à esquerda (referência) a assumir uma modalidade estratégica de apoio a Bolsonaro (do que a não apoiar este último).

Por outro lado, diferentemente do ocorrido na análise de regressão logística binária (da variável estatuto de assunção de atitude bolsonarista), constatamos a importância (relativa à significância estatística) da variável autoidentificação religiosa na análise de regressão logística multinomial (da variável categoria no Índice AxC), já que o cristão evangélico pentecostal estivera mais inclinado (de modo estatisticamente significativo) do que o não cristão (referência) a apoiar Bolsonaro, tanto de modo estratégico quanto de modo acrítico (idealizando o capitão reformado). A outra categoria da variável autoidentificação religiosa (isto é, *o cristão evangélico pentecostal*) não esteve mais inclinada a apoiá-lo.

A variável autoidentificação racial não se apresentou como relevante (na análise de regressão logística multinomial), mas seria importante a ressalva de que, na comparação entre os apoiadores estratégicos de Bolsonaro e seus não apoiadores (referência), $P=0,056$. A depender das variáveis eram inseridas no modelo de regressão, o valor de P (especificamente na comparação entre apoiadores estratégicos de Bolsonaro e seus não apoiadores) reduzia discretamente abaixo de 0,05. Possivelmente, indivíduos autoidentificados como brancos tenham estado mais inclinados a apoiá-lo estrategicamente do que aqueles autoidentificados como negros (referência). De outro lado, indivíduos autoidentificados como brancos não

estiveram mais inclinados a apoiá-lo acriticamente do que aqueles autoidentificados como negros.

Apenas uma das categorias da variável faixa etária se apresentou como relevante na análise de regressão logística multinomial. Nesse caso, indivíduos de 16 a 24 anos de idade (referência) estiveram mais inclinados (de modo estatisticamente significativo) do que aqueles de 25 a 34 anos a apoiar Bolsonaro de modo estratégico (do que a não apoiar este último). Mas não existiu relação estatisticamente significativa entre qualquer categoria da variável faixa etária e a categoria (no Índice AxC) relativa à modalidade acrítica de apoio a Bolsonaro. Por sua vez, as demais variáveis não assumiram importância neste modelo.

Finalmente, considerados os resultados das duas análises de regressão antes apresentados, concluímos que, entre o final de 2018 e o início de 2019, a atitude bolsonarista tendeu a resultar mais intensamente do autoritarismo de direita do que do antipetismo, assim como de qualquer outra entre as variáveis consideradas. O autoritarismo de direita teria sido ativado recentemente, de modo que sua ativação se implicou na constituição do bolsonarismo: naquele momento histórico, o autoritarismo consistiu em um elemento extremamente relevante no cenário eleitoral brasileiro, ainda que não o único.

Todavia, considerado o referencial teórico mobilizado na elaboração do nosso construto original (o autoritarismo de direita), restaria ainda a incerteza sobre o estatuto de superioridade de nosso construto original (o autoritarismo de direita) em relação ao construto correlato elaborado por Vidigal (2022). No **capítulo 2**, interrogamos: o complexo denominado “autoritarismo de direita” (constituído também pelo convencionalismo, pela submissividade acrítica à autoridade militar, pela antidemocraticidade e pela agressividade autoritária) seria mais explicativo da idealização mencionada que apenas a dimensão original do autoritarismo (no caso, correspondente à submissividade acrítica à autoridade familiar)? Naquele momento, afirmamos que tal interrogação seria respondida no **capítulo 5** desta tese. A seguir, solveremos a incerteza.

5.3. A análise comparativa dos construtos: a superioridade do instrumento AD-BR (4D) neste estudo

No **capítulo 1**, diferenciamos teoricamente entre si o nosso construto original (autoritarismo de direita) de construtos correlatos a exemplo daquele de Vidigal (2022), denominado tão somente “autoritarismo” e inspirado naquele de Feldman e Stenner (1997) – o qual corresponde meramente à dimensão *submissividade acrítica à autoridade familiar* do nosso construto. Àquela altura, suspeitamos que o complexo *autoritarismo de direita* (constituído também pelas dimensões convencionalismo, submissividade acrítica à autoridade militar, antidemocraticidade e agressividade autoritária) seria mais explicativo da idealização de Bolsonaro do que a dimensão supostamente original do autoritarismo (a mencionada submissividade à autoridade familiar).²⁰⁸

Para analisar a consistência da nossa suspeita, seria necessária uma comparação entre (i) o nível de explicação da atitude bolsonarista pelo autoritarismo de direita concebido originalmente nesta tese e (ii) o nível de explicação da atitude bolsonarista pelo autoritarismo concebido de acordo com o entendimento de Vidigal (2022) – e correspondente à dimensão submissividade à autoridade familiar –, assim como por outras categorias de variáveis independentes, tais como o antipetismo. Nesse caso, novamente, utilizaremos a variável qualitativa ordinal tricotômica *índice AxC* – em um modelo de regressão logística multinomial. Aliás, um modelo originado da inclusão (como variável independente), no modelo análogo apresentado anteriormente (na seção 5.2.2), de uma variável a qual tenha, como uma de suas categorias, o *autoritarismo* correspondente à dimensão submissividade à autoridade familiar (de acordo com a concepção de Vidigal).²⁰⁹

Para evitar certas redundâncias, discorreremos somente acerca dos elementos mais relevantes do modelo de regressão construído, de acordo com o propósito desta análise. Nesse sentido, ressaltamos que a análise de regressão contou com 248 observações (correspondentes a um número reduzido de respondentes da onda de 2018/2019 do *AmericasBarometer*). A análise resultou no valor de $\text{Prob}>\chi^2=0.0000$ e, assim, seria razoável a rejeição da hipótese nula. Tal valor de $\text{Prob}>\chi^2$ indica a consistência do modelo de regressão logística.

²⁰⁸ Nesse caso, ainda no **capítulo 1**, afirmamos que, na análise dos elementos implicados em tal *idealização* (pelos ditos *bolsonaristas*), seria indispensável considerar não apenas a dimensão original do autoritarismo – relativa à crença de que as crianças devam ser criadas de modo dito autoritário, mas também o complexo de dimensões diretamente relacionadas com esta última.

²⁰⁹ Precisamente, a utilização de microdados oriundos do *AmericasBarometer 2018/2019* na análise realizada nesta tese consistiu em uma vantagem, já que Vidigal (2022) também os utilizou em seu estudo. A comparação acabou sendo mais consistente porque a empreendemos desse modo.

Adicionalmente, a análise resultou em um valor 0,25 de pseudo-R² de *McFadden*, o qual tem sido considerado como razoável na literatura.

Tabela 42 – Regressão logística multinomial da categoria no índice AxC de 2018/2019 (versão alternativa)

Não apoia Bolsonaro (ref.)		Apoia Bolsonaro estrategicamente	Apoia Bolsonaro acriticamente
Nível de autoritarismo de direita (4D categórica)	Pouco autoritário (ref.)	-	-
	Algo autoritário	1,492 (0,680)	4,730* (2,984)
	Muito autoritário	2,377 (1,141)	7,281* (4,542)
Nível de autoritarismo (sub. à autor. familiar)	Pouco submisso (ref.)	-	-
	Muito submisso	1,744 (0,732)	3,337* (1,861)
Estatuto de endosso a golpe	Não golpista (ref.)	-	-
	Golpista	1,392 (0,531)	2,175 (0,940)
Estatuto de antipetismo	Não antipetista (ref.)	-	-
	Antipetista	3,066* (1,176)	5,839* (2,638)
Autossituação ideológica	À esquerda (ref.)	-	-
	Ao centro	2,175 (1,129)	1,457 (0,890)
	À direita	5,518* (3,160)	4,526* (2,860)
Autoidentificação religiosa	Não cristão (ref.)	-	-
	Cristão não pentecostal	2,185 (0,497)	0,618 (0,353)
	Cristão evangélico pentecostal	3,566* (2,226)	1,660 (1,086)
Frequência de uso de WhatsApp	Não diariamente (ref.)	-	-
	Diariamente	1,487 (0,573)	1,514 (0,684)
Faixa etária	De 16 a 24 anos (ref.)	-	-
	De 25 a 34 anos	0,546 (0,286)	1,188 (0,820)
	De 35 a 44 anos	0,590 (0,327)	1,331 (0,938)
	De 45 a 59 anos	0,430 (0,253)	1,613 (1,173)
	Mais de 60 anos (idosidade)	1,750 (2,132)	14,090* (18,490)
Autoidentificação racial	Autoid. como negro (ref.)	-	-
	Autoidentificado como branco	1,955 (0,809)	1,970 (0,938)
Porte da cidade onde reside	Pequeno (ref.)	-	-
	Grande	1,303 (0,486)	0,707 (0,313)
Expressão de gênero	Identific. como mulher (ref.)	-	-
	Identificado como homem	1,158 (0,429)	1,291 (0,553)
Nível de escolaridade	Até Ens. Médio (ref.)	-	-
	Ensino superior ou mais	0,875 (0,455)	0,853 (0,535)
Renda familiar	Quantil mais pobre (ref.)	-	-
	Quantil mais rico	1,231 (0,523)	0,926 (0,464)

Nota: A categoria de referência é *não apoia Bolsonaro*.

Os erros-padrão são apresentados entre parênteses. * = ($p < 0,05$).

Fonte: elaboração do autor.

Encontramos que uma das categorias concebidas como relevantes à explicação da atitude bolsonarista simultaneamente nos dois modelos antes construídos (respectivamente apresentados nas **seções 5.2.1 e 5.2.2**) não se manteve como relevante neste novo modelo: a categoria *golpista* da variável *estatuto de apoio a golpe militar*. Contudo, continuaram sendo relevantes: **ambas as categorias da variável nível de autoritarismo de direita** – a categoria *muito autoritário*, entretanto, tendo sido mais importante –; **a categoria antipetista da variável estatuto de antipetismo** –; e **a categoria à direita da variável autossituamento ideológico**.

Ressaltamos que, embora a variável faixa etária também tenha se apresentado como relevante (na análise de regressão logística multinomial), na comparação entre apoiadores estratégicos de Bolsonaro e seus não apoiadores (referência), a significância estatística do valor obtido de P (P=0,044) acaba sendo discutível. A depender de quais variáveis eram inseridas no modelo de regressão, o valor de P (especificamente na comparação entre *apoiadores estratégicos de Bolsonaro* e seus *não apoiadores*) aumentava acima de 0,05. Possivelmente, indivíduos idosos tenham estado contundentemente mais inclinados a apoiá-lo acriticamente do que aqueles *de 16 a 24 anos de idade* (referência).

A variável *nível de autoritarismo* (correspondente ao nível de submissividade à autoridade familiar), construída de acordo com a concepção de Vidigal (2022), acabou se apresentando como importante neste sentido. O eleitor médio muito submisso à autoridade familiar esteve significativamente mais inclinado à assunção de uma atitude bolsonarista (que a não apoiar Bolsonaro) em relação àquele pouco submisso a tal autoridade (OR=3,337; EP=1,861; p<0,05). De todo modo, asseveramos que os coeficientes (mais especificamente, os RRR dos coeficientes) relativos ao modelo de regressão logística multinomial sugerem que *a categoria muito autoritário do autoritarismo de direita* (resultante da redução da variável 4D), do mesmo modo como *a categoria muito autoritário da variável autoritarismo* (construída de acordo com a concepção de Vidigal), explica significativamente a *atitude bolsonarista*.

Entretanto, uma vez mais, seria importante asseverar que os objetivos de Vidigal (2022) – e nesse caso também a sua variável dependente – eram diferentes dos nossos. O autor (2022) analisou a importância das dimensões “isoladamente”, não construindo um instrumento psicométrico (a exemplo de um índice) que contasse com cada uma delas simultaneamente. Já nesta tese, a construção e a aplicação de tal instrumento veio a ser considerada, inclusive, como necessária à consecução de nossos objetivos.²¹⁰

²¹⁰ Discorrendo sobre o autoritarismo (diferentemente de estudiosos os quais centravam suas análises sobre o conservadorismo), Vidigal (2022) concluiu que Bolsonaro ofereceu, na eleição de 2018, uma opção de voto autoritário, a sua candidatura tendo se empoderado entre os membros mais autoritários do eleitorado em razão

Como afirmamos no **capítulo 1** (mais especificamente, na **seção 1.4.3**), com o intuito de entender os elementos implicados na idealização de Bolsonaro pelos ditos "bolsonaristas", assim como a identificação destes com aquele, seria indispensável considerar não apenas a dimensão original do autoritarismo, relativa à crença de que as crianças devam ser criadas de modo dito "autoritário"; mas, sim, o complexo de dimensões diretamente relacionadas com a dimensão original. **Ao menos nesse sentido, consideramos o instrumento AD-BR (4D) como superior ao instrumento inspirado naquele de Vidigal, já que, embora explique a atitude bolsonarista tanto quanto este instrumento, veio a ser elaborado de acordo com os nossos objetivos** – sobretudo, aquele de compreender se o autoritarismo de direita de um indivíduo acarretou a sua idealização de Bolsonaro.

do seu apelo às predisposições que sustentam essa orientação psíquica. A diferenciação entre conservadorismo e autoritarismo seria importante nesse caso, sobretudo se considerado que Vidigal (2022) afirmou que, embora muitos eleitores brasileiros concordassem em 2018 com o posicionamento político conservador de Bolsonaro, a maioria de tal posicionamento não teria determinado significativamente a sua opção eleitoral, mas que o autoritarismo o teria. Mas o autor analisou tais posicionamentos isoladamente, não construindo um instrumento psicométrico que contasse também e simultaneamente com o nível de concordância com tais posicionamentos. Justamente nesta tese, a construção e a aplicação de tal instrumento veio a ser realizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E DIRECIONAMENTOS FUTUROS

Em meio à nossa argumentação, sustentamos empiricamente que, em anos anteriores ao da eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República, o autoritarismo de direita já estava amplamente estabelecido na sociedade brasileira; e, que o seu nível médio não se alterou contundentemente, ao menos, entre 2012 e 2019, ainda que o nível de 2019 tenha sido maior que o de 2012 de modo estatisticamente significativo. Isto é: o autoritarismo de direita não ascendeu contundentemente mesmo em meio às variações marcantes do contexto sociopolítico nacional ocorridas entre os anos mencionados – tais como aquelas relacionadas ao empoderamento expressivo das ditas “novas direitas” na década anterior. Contudo, também sustentamos que, embora estivesse estabelecido do modo mencionado, o autoritarismo de direita estivera também amplamente desativado até, no mínimo, 2018.

Além disso, sustentamos que, entre o final de 2018 e o início de 2019, a mencionada modalidade de autoritarismo veio a ser ativada em setor expressivo do eleitorado nacional em um registro afetivo. Mais especificamente, nesse sentido, entendemos que a sua ampla ativação correspondeu à sua implicação em um evento outro que não o voto: a idealização do capitão reformado pelos *bolsonaristas* propriamente ditos; e que, mais abrangentemente, tal ativação se implicou na constituição do movimento de massas liderado por Bolsonaro. Ainda que a ampla ativação do autoritarismo de direita tenha em alguma medida determinado também a vitória de Bolsonaro em 2018 (evento ocorrido em âmbito eleitoral), os nossos achados mais importantes se referem a um modo específico de vinculação afetiva do bolsonarista médio com o seu líder, a qual resulta em sua tendência à incapacidade de crítica a este último.

Entre as categorias concebidas como relevantes (de modo estatisticamente significativo) à explicação da atitude bolsonarista em cada uma das nossas análises de regressão multinomiais, estão a categoria *antipetista* (da variável *estatuto de antipetismo*) –; a categoria *à direita* (da variável *autossituamento ideológico*) e as categorias superiores da variável *nível de autoritarismo de direita* – a categoria *muito autoritário* entretanto tendo sido a mais importante. Nesse caso, ao menos em 2019, quanto maior o nível de autoritarismo de direita de um indivíduo, maior o risco de sua disposição acrítica em relação a Bolsonaro, isto é, de idealização deste último pelo mencionado indivíduo. Por outro lado, comparativamente, também evidenciamos que o autoritarismo de direita esteve implicado na atitude bolsonarista de modo muito mais intenso que na modalidade estratégica de apoio a este último. Por sua vez, a variável *antipetismo* assumiu importância tanto na comparação entre apoiadores estratégicos de

Bolsonaro e seus não apoiadores, como naquela entre apoiadores acrílicos do capitão reformado e tais não apoiadores. Ressaltamos, assim, a existência de certa inespecificidade da implicação do antipetismo no apoio a Bolsonaro, mas, de outro lado, também a sua intensidade. As mesmas inespecificidade e intensidade constatamos na implicação do autossituamento à direita no apoio mencionado.

Nesse sentido, de modo ousado, sustentamos empiricamente que as inclinações autoritárias de direita de certos integrantes do dito “bolsonarismo” estiveram entre os determinantes mais relevantes da idealização de Bolsonaro por integrantes de tal movimento e corroboramos com a nossa suspeita inicial de que a atitude bolsonarista tendeu tão intensamente a resultar do autoritarismo de direita quanto a resultar de outros elementos (a exemplo do antipetismo e do autossituamento ideológico). Desse modo, seria consistente a afirmação de que, embora relativamente “caleidoscópico” e “capilarizado”, estariam se reorganizando, no dito “bolsonarismo”, setores constituídos por indivíduos significativamente inclinados à modalidade de direita do autoritarismo.

Em 2018, ano em que Bolsonaro venceu as eleições presidenciais, não era ainda consenso na ciência política a concepção do bolsonarismo como um *fenômeno político* propriamente dito. Em meio ao desenvolvimento desta tese, entretanto, corroboramos com a concepção do bolsonarismo não apenas como um “fenômeno político e social”, mas, mais especificamente, como um movimento de massas autoritário de direita – isto é, como um movimento resiliente, relativamente estável e coeso ideologicamente o qual tem atuado mediante um “ativismo autoritário” de extrema-direita. Os achados deste estudo não somente contribuem à compreensão do modo como se configurou o bolsonarismo, mas também sustentam a sua concepção, até alguns anos atrás eventualmente contestada, como um então emergente – e “incontornável” – fenômeno político nacional.

Como se atestou entre 2019 e 2022, a enorme crise constituída – e agravada – em meio ao conturbado mandato presidencial de Bolsonaro não ocasionou a redução do bolsonarismo; e nem mesmo a vitória eleitoral de Lula (PT) em 2022 implicou a extinção do setor constituído pelos apoiadores mais assíduos do capitão reformado. Acontecimentos ocorridos após a última derrota eleitoral de Bolsonaro – a exemplo dos atos golpistas de 08 de janeiro de 2023 – têm indicado as expressivas *estabilidade* e *resiliência* do bolsonarismo, assim como o *alinhamento ideológico* significativo de seu integrante médio com o ex-presidente em certos aspectos, alguns dos quais imprevistos anteriormente à Pandemia da COVID-19. Para além da constatação dos elementos antes descritos, a constatação da intensidade da vinculação afetiva do *bolsonarista* propriamente dito com o seu líder veio a tornar ainda mais relevante nosso estudo, de um evento

não necessariamente concebido num âmbito eleitoral, mas certamente inserido em um registro afetivo – ou, menos restritamente, em um registro psíquico –: a idealização de Bolsonaro, relacionada com a denominada “atitude bolsonarista”.

Nesta tese, seguramente, não negamos a implicação de elementos sócio-históricos estruturais na configuração, na ampliação e no estabelecimento do bolsonarismo e, assim, não incorremos em reducionismos psicologistas. Entretanto, centramos explicitamente este estudo na análise das mencionadas disposições atitudinais e, nesse contexto, entendemos que a relação entre certos elementos estruturais e o estabelecimento daquele movimento de massas teria sido mediada por atitudes (individuais) ditas “autoritárias de direita”, na ausência das quais a retórica de Bolsonaro não teria reverberado tão contundentemente em setor razoável do eleitorado. Certamente, sobretudo em uma situação não eleitoral, as configurações das instituições políticas não seriam as determinantes exclusivas de comportamentos tais como os correspondentes à modalidade acrítica de apoio a Bolsonaro, expressados por muitos de seus simpatizantes. Mas, obviamente, o cenário brasileiro configurado na segunda metade da década de 2010 teria servido à ativação de tais atitudes.

Nos últimos anos, autores de diversos campos de conhecimento – da psicologia social à ciência política – têm investigado sobre uma recente ascensão internacional de movimentos ditos “autoritários”, “reacionários” e “de extrema-direita”²¹¹ – assim como de seus líderes. Nesse caso, a eleição de Bolsonaro à presidência da República estaria associada a um contexto mais amplo, menos regional. Precisamente nesse sentido, o então candidato teria sido concebido no Brasil como uma espécie de líder por indivíduos expressivamente inclinados ao autoritarismo e ressentidos com transformações socioculturais recentes, os quais não se sentiam antes razoavelmente representados em nível nacional. Gradativamente, em meio a um movimento de reempoderamento do campo das direitas no cenário político brasileiro, Bolsonaro teria conseguido instrumentalizar demandas até então amplamente reprimidas de setores situados à direita do espectro político ideológico, sobretudo daqueles especialmente sensíveis às transformações socioculturais antes mencionadas. Não à toa, os níveis médios constatados de *convencionalismo* e de *agressividade autoritária* (dimensões constitutivas do autoritarismo de direita) de bolsonaristas eram superiores (de modo estatisticamente significativo) àqueles de não bolsonaristas.

Neste estudo, avançamos rumo a um entendimento acerca de certos aspectos até então não razoavelmente investigados do setor constituído pelos apoiadores de Bolsonaro, a exemplo

²¹¹ Sartori (2021).

de sua segmentação quanto ao nível de confiança no capitão reformado e, assim, rumo a uma diferenciação entre as tendências atitudinais diferentemente estabelecidas entre apoiadores *bolsonaristas* propriamente ditos e aqueles entendidos como não *bolsonaristas*. Isto é, entre o *bolsonarismo* e os seus “entornos”. Não desconsideramos a subjetividade, objeto da análise de acadêmicos de ciências psicológicas, mas recortamos estrategicamente alguns de seus aspectos, no caso entendidos como constitutivos do autoritarismo de direita, de modo a viabilizar análises mais empiricamente orientadas da sua relação com a atitude *bolsonarista*. Partimos de uma compreensão sobre vinculações afetivas em alguma medida orientada pela *Psicologia das massas* de Freud (1921/1986), mas de modo algum deixamos de realizar as análises estatísticas consideradas como mais adequadas ao exame crítico de nossas suposições.

Por meio de um exame minucioso do instrumento psicométrico originalmente construído neste estudo (instrumento AD-BR), constatamos a sua consistência. Além disso, após a nossa análise comparativa de diferentes instrumentos psicométricos, concluímos que a versão quadridimensional (4D) do nosso instrumento AD-BR seria superior a um instrumento análogo concebido por outro autor²¹². O construto quadridimensional correlato ao instrumento 4D (denominado “autoritarismo de direita” e constituído pelas dimensões convencionalismo, submissividade acrítica à autoridade militar, antidemocraticidade e agressividade autoritária) seria tão intensamente explicativo da idealização de Bolsonaro quanto a dimensão supostamente nuclear do autoritarismo (a mencionada submissividade à autoridade familiar), mas certamente mais adequado aos propósitos específicos deste estudo do que esta última. Desde já, seria no mínimo razoável a aplicação do instrumento AD-BR 4D a outros contextos com intuito comparativo.

O desenvolvimento deste estudo (e, mais especificamente, de nosso instrumentário analítico inédito) veio a tornar viáveis – e também mais relevantes – várias outras investigações ainda não realizadas, o escopo das quais se situaria além daquele da nossa própria investigação. A utilização de microdados do *AmericasBarometer* oriundos da aplicação de questionários em outras sociedades (parte dos quais, já disponibilizada pelo LAPOP) oportunizaria a construção e, eventualmente, a validação de versões do nosso instrumento psicométrico adaptadas a outros cenários que não o brasileiro, assim como a realização de comparações importantes entre o cenário nacional e certos cenários internacionais – por exemplo, entre seus níveis de autoritarismo psíquico e, mais especificamente, de sua modalidade à direita.

²¹² Vidigal (2021).

Analogamente, caso venham a ser utilizados microdados oriundos de ondas do *AmericasBarometer* ainda não ocorridas, mas relativas ao cenário brasileiro, serão oportunizadas novas comparações intertemporais direcionadas ao entendimento dos níveis de autoritarismo de direita – ao longo do tempo, em variados contextos sócio-políticos brasileiros. A aplicação de versões menos extensas do questionário (as quais conteriam apenas as variáveis de interesse, entre as quais aquelas utilizadas na elaboração de nosso construto, denominado “autoritarismo de direita”) por outras instituições (que não o LAPOP) também seria interessante – ainda que dispendiosa –, já que certas variáveis relevantes ao desenvolvimento de nosso instrumentário analítico não têm sido incluídas nos questionários aplicados pelo LAPOP em outras sociedades, nem em cada uma das ondas realizadas no Brasil.

As outras variáveis ineditamente construídas neste estudo e relativas à atitude bolsonarista (*estatuto de assunção de atitude bolsonarista* e *índice AxC*) somente teriam aplicabilidade direta em contextos nos quais Bolsonaro concorreu à presidência. Afinal, cada uma delas combina entre si outras duas variáveis, *nível de confiança em Bolsonaro* e *estatuto do voto em Bolsonaro na eleição anterior*, as quais se referem ostensivamente ao ex-presidente. Futuramente, entretanto, seria razoável certa adaptação de tais variáveis inéditas aos casos nos quais outro líder entendido como autoritário de direita tenha concorrido, por exemplo, ao cargo mais alto do Executivo nacional, independentemente de seu estatuto de vitória eleitoral. Sobretudo, se considerados os achados de autoras tais como Rocha, Solano e Pavez (2024), que afirmaram que a continuidade do bolsonarismo já não dependeria exclusivamente da liderança do ex-presidente e que outros representantes do campo das direitas seriam capazes de conduzir seu projeto político.

Rocha, Solano e Pavez (2024) têm afirmado a existência – e o enrobustecimento – de um dito “bolsonarismo sem Bolsonaro”²¹³ – especialmente, após o capitão reformado “ter sido declarado inelegível por oito anos pelo Tribunal Superior Eleitoral, e estar sob investigação da polícia federal por tentativa de golpe” (p. 2). As autoras consideraram (p. 2) que, após sua inelegibilidade ter sido declarada, teria se mantido inalterada a adesão aos valores endossados pelo ex-presidente, descritos por Rocha, Solano e Pavez (2024) como “[...] em prol de armas,

²¹³ Caso o projeto político bolsonarista se autonomize – isto é, caso se torne sedimentado o suficiente para que um outro indivíduo assumo o seu capitaneamento (se Bolsonaro estiver impossibilitado de continuar o assumindo), teremos o dito “bolsonarismo sem Bolsonaro”. Ressaltamos, entretanto, que a concepção de bolsonarismo das autoras difere da nossa, segundo a qual aquele seria estritamente um movimento de massas – e não um projeto político específico com o qual esse movimento estaria relacionado. A nossa noção de bolsonarismo representa um movimento necessariamente capitaneado por Bolsonaro. Essa aparente disputa terminológica não seria meramente semântica: eventualmente, existiriam implicações sociopolíticas de uma substituição como a que as autoras realizaram, do termo “extrema-direita” pelo termo “bolsonarismo”.

contra a chamada ‘ideologia de gênero’, contra a legalização do aborto [...], bem como o discurso antagônico às esquerdas, ao comunismo, ao PT e ao STF”.

Embora tenhamos, nesta tese, centrado nosso interesse sobre a análise dos determinantes da idealização de Bolsonaro, e não de qualquer outro representante da extrema-direita, seria razoável a suposição de que certos *insights* sobre a ativação do autoritarismo de direita em um registro afetivo seriam utilizáveis também em outros contextos. Por exemplo, na análise da modalidade acrítica de apoio a líderes de extrema-direita em cenários diversos. Ressaltamos a importância da realização de outros estudos análogos centrados na análise dos determinantes da idealização de outros representantes – já que o projeto político até então conduzido por Bolsonaro não deixou de existir após sua derrota eleitoral. Dependeria da condução de tais estudos análogos o entendimento sobre o nível de atividade do autoritarismo de direita nos próximos anos – isto é, sobre o estatuto de continuidade da implicação de tal modalidade de autoritarismo na idealização de um líder autoritário de direita qualquer que não necessariamente Bolsonaro.

Entretanto, até este momento, o propriamente dito “bolsonarismo [com Bolsonaro]” segue sendo numeroso – ainda que tenha ocorrido em alguns casos certo exagero no dimensionamento desse movimento, como evidenciamos no **capítulo 3** desta tese – e a militância dos apoiadores mais radicais do capitão reformado segue acarretando sérios riscos à integridade das instituições ditas “democráticas” – mesmo em medidas variadas ao longo dos últimos anos. A divisão operacional entre apoiadores mais acríticos de Bolsonaro (bolsonaristas) e seus apoiadores mais estratégicos, a qual consistiu em importante instrumento de análises realizadas nos **capítulos 4 e 5**, viabilizará outras análises, em estudos ulteriores, direcionadas também ao entendimento dos níveis de consequentialidade das diferentes modalidades de apoio a Bolsonaro no cenário político (por exemplo, em relação aos seus níveis de inclinação a diferentes modos de participação política que não o voto ou, mesmo, aos seus efetivos níveis de participação política).

Para além da diferenciação entre as modalidades de apoio a Bolsonaro, a utilização destas variáveis inéditas viabilizou indiretamente a avaliação do *nível de estabilidade* do bolsonarismo, já que aquela também se refere, mesmo que apenas de modo aproximado (porque a interrogação sobre o voto ocorreu meses após a sua ocorrência), à duração do apoio a ele. O desenvolvimento de estudos ulteriores os quais utilizem estas variáveis oportunizaria a análise minuciosa também do *nível de resiliência* do bolsonarismo. De todo modo, a nossa específica utilização do *AmericasBarometer* em **capítulos** anteriores indica a utilidade desta *survey* na análise da modalidade acrítica do apoio a Bolsonaro, assim como nas comparações entre os

níveis médios das dimensões do autoritarismo de direita dos ditos “bolsonaristas” e de outros grupos, mérito do estudo sintetizado nesta tese.

De outro lado, seria também razoável a adaptação das variáveis mencionadas (*estatuto de assunção de atitude bolsonarista e índice AxC*) aos casos relativos a anos anteriores mediante o uso de microdados de ondas já realizadas (por exemplo, em 2012), o que viabilizaria uma maior compreensão acerca dos direcionamentos do autoritarismo de direita em âmbito nacional em um momento anterior a 2018. Para certos setores sociais, os governos de Dilma Rousseff representavam certo combate ao conservadorismo moral em muitos aspectos. Os discursos e as declarações de Dilma Rousseff não costumavam endossar valores autoritários. Assim, anteriormente à realização de uma análise, esperaríamos constatar a ausência de relação entre autoritarismo de direita e uma dita “atitude dilmista” (correspondente a uma modalidade acrítica de apoio a Dilma Rousseff) ou, mesmo, a existência de uma relação com sinal invertido (negativo) entre nível de autoritarismo de direita e nível de confiança na ex-presidenta. Mas, se o seu apoiador acrítico médio tendesse a se inclinar ao autoritarismo de direita em 2012, obteríamos um novo elemento a ser utilizado na corroboração da suposição de que o autoritarismo de direita teria estado inativado a nível nacional anteriormente a 2018 também em um registro afetivo.

Acreditamos também que seria importante o desenvolvimento de estudos pelos quais se analisasse a influência de outras variáveis sobre a relação entre autoritarismo de direita e atitude bolsonarista – e, eventualmente, sobre a ativação do autoritarismo de direita ocorrida entre 2018 e 2019. Existe internacionalmente um montante expressivo de estudos acerca da implicação de diferentes “ameaças” na ativação de disposições autoritárias.²¹⁴ No mesmo sentido, na análise da ativação do autoritarismo de direita no cenário brasileiro, seria importante a consideração de outro elemento – o medo – o qual tem sido apontado por autores a exemplo de Lima *et al.* (2020) como implicado na ativação de disposições autoritárias. Os achados dos autores indicaram que o medo da violência – no caso, certa sensação de insegurança – se relacionou com o apoio a posições autoritárias em 2017.

De modo mais amplo, segundo Lima *et al.* (2020), o medo da violência “tem sido eficazmente explorado pelos porta-vozes da extrema-direita política para o reforço do pânico moral que tem tomado conta do Ocidente nos últimos anos”. Os representantes das *novas direitas brasileiras* consideram que, apenas com a retomada da “autoridade” – e de um combate violento aos supostos inimigos da nação – o Brasil voltará a uma situação de “ordem”, na qual

²¹⁴ (Lavine; Lodge; Freitas, 2005; Hetherington; Suhay, 2011; Hetherington; Weiler, 2009; Huddy *et al.*, 2005; Federico; Malka, 2018; Vidigal, 2022).

supostamente não existiria razão para a sensação de insegurança. Nesse contexto, a estratégia discursiva das *novas direitas* – a qual tem sido executada eximamente no ambiente virtual – retroalimenta o autoritarismo historicamente sedimentado na sociedade brasileira.

Embora várias modalidades de medo – e de insegurança – tenham sido consideradas em trabalhos acadêmicos (tanto nacionais quanto internacionais) como relacionados com a ativação de disposições autoritárias, o medo da violência seria seguramente uma de suas mais importantes modalidades nesse sentido. As políticas públicas brasileiras nunca interditaram eficientemente a violência no território nacional e ela tem sido considerada recorrentemente como um dos maiores problemas²¹⁵ do Brasil – ainda que os riscos (de sofrimento com a violência) dos integrantes de diferentes estratos socioeconômicos tenham sido significativamente diferentes.²¹⁶ Nesse caso, seria no mínimo relevante, por exemplo, a análise do nível de interviência da variável *medo da violência* (ou, mais amplamente, de alguma outra modalidade de insegurança análoga) na relação entre autoritarismo de direita e a idealização de um líder entendido como autoritário de direita.

Finalmente, entendemos que seria especialmente importante analisar o nível de viabilidade da construção de um instrumento psicométrico direcionado ao entendimento de um dito “autoritarismo de esquerda” mediante o uso dos microdados do *AmericasBarometer* – e, eventualmente, validar tal construto. A absoluta maioria dos estudos sobre autoritarismo psíquico tem se direcionado, ainda que implicitamente, ao entendimento de modalidades situadas à direita, mas, mais recentemente, autores tais como Costello *et al.* (2021) têm não somente validado instrumentos direcionados ao entendimento de um dito “autoritarismo de esquerda”, como investigado sobre as suas relações com sua modalidade diametralmente oposta (a de direita) e, de ambas as modalidades com uma suposta dimensão central do autoritarismo psíquico.

Provavelmente, muitas das implicações sociopolíticas do estabelecimento coletivo de uma modalidade à esquerda do autoritarismo em uma sociedade, assim como das suas ascensão e ativação coletivas, não seriam similares às suas contrapartes relativas ao autoritarismo de direita. Ainda assim, estudos sobre o autoritarismo de esquerda importam à medida que existiriam riscos associados ao aumento da amplitude social de inclinações autoritárias mesmo

²¹⁵ Nas últimas décadas, a importância assumida no debate público pela noção de violência aumentou expressivamente. Pesquisas nacionais de opinião pública têm situado a violência como um dos motivos mais recorrentes de preocupação entre os brasileiros (Pino, 2007).

²¹⁶ Justamente nesse sentido, Lima *et al.* (2020) evidenciaram diferenças de *níveis de autoritarismo* entre os mencionados estratos e argumentaram, então, que a maior adesão entre os mais pobres e menos escolarizados às tendências autoritárias indicaria – entre outras razões – uma ampla frustração com relação à ineficiência das políticas públicas, a qual aumentaria indiretamente o risco de endosso a posições salvacionistas (e autoritárias).

entre aqueles não orientados à direita. Por exemplo, autores a exemplo de Costello *et al.*, sustentaram empiricamente (2021) que, em relação aos denominados “autoritários de direita”, os ditos “autoritários de esquerda” estiveram mais inclinados à *agressão comportamental* e à *participação em violência política*. Assim, estudos análogos ao nosso, mas centrados na compreensão de um autoritarismo de esquerda, seriam no mínimo relevantes.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. L. W. *et al.* **Estudos sobre a personalidade autoritária (1950)**. Tradução: C. H. Pissardo, F. L. T. Correa, V. H. F. C. São Paulo: Ed. Unesp, 2019.
- ADORNO, T. L. W. **Freudian theory and the patterns of fascist propaganda (1951)**. Frankfurt: Suhrkamp, 1972.
- ALMEIDA, A. C. O motivo que levou à vitória de Bolsonaro. **Poder 360**, 31 out. 2018. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniaoeleicoes/o-motivo-que-levou-a-vitoria-de-bolsonaro-segundo-alberto-carlos-almeida/>. Acesso em: 25 set. 2021.
- ALMEIDA, A. L. As políticas educacionais brasileiras durante o regime civil-militar: o autoritarismo e a educação nas décadas de 1960 e 1970. VIII Encontro Estadual de História. Feira de Santana, ANPUH BA, 2016. **Anais**. Disponível em: http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1475288149_ARQUIVO_AritanaLimadeAlmeidaAsPolíticasEduccionaisBrasileirasDuranteoRegimeCivilMilitar.pdf.
- ALMEIDA, R. **Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira**. Novos estudos CEBRAP [online]. 2019, v. 38, n. 1, p. 185-213. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300201900010010>. Epub 06 maio 2019. ISSN 1980-5403. <https://doi.org/10.25091/S01013300201900010010>. Acesso em: 4 set. 2021.
- ALTEMEYER, B. **Enemies of freedom**. São Francisco: Jossey-Bass, 1988.
- ALTEMEYER, B. **Right-wing authoritarianism**. Manitoba: Manitoba University Press, 1981.
- ALTEMEYER, B. **The authoritarian specter**. Cambridge, MA: Harvard University, 1996.
- ALTEMEYER, B. **The Authoritarians**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2006.
- AMARAL, O. E. The Victory of Jair Bolsonaro According to the Brazilian Electoral Study of 2018. **Brazilian Political Science Review** [online]. 2020, v. 14, n. 1 e 0004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-3821202000010004>. Epub 29 May 2020. ISSN 1981-3821. <https://doi.org/10.1590/1981-3821202000010004>. Acesso em: 8 ago. 2021.
- AMARAL, O. E.; CHAGURI, M. **The social bases of Bolsonarism: na analysis of authoritarianism as politics**, 2021. (preprint). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/350185785_The_social_bases_of_Bolsonarism_an_analysis_of_authoritarianism_as_politics.
- ARAÚJO, M. S. S.; CARVALHO, A. M. P. Autoritarismo no Brasil do presente: bolsonarismo nos circuitos do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo. **Revista Katálysis** [online]. 2021, v. 24, n. 1, p. 146-156. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75280>. Epub 23 abr. 2021. ISSN 1982-0259. Acesso em: 7 ago. 2021.
- BAKKER, B. N., LELKES, Y.; Malka, A. Reconsidering the Link Between SelfReported Personality Traits and Political Preferences. **American Political Science Review**, 115(4), 1482-1498, 2021.

BALBACHEVSKY, E. Identidade partidária e instituições políticas no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 26, p. 133-165, ago. 1992. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451992000200005&lng=en&rm=iso. Acesso em: 29 mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451992000200005>.

BANDURA, A. **Social Learning Theory**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1977.

BAQUERO, M.; LINHARES, B. F. Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura política (anti)partidária de possíveis saídas. **Revista Debates**, v. 5, n. 1, 2011.

BARROS, T. S.; TORRES, A. R. R.; PEREIRA, C. Autoritarismo e adesão a sistemas de valores psicossociais. *Psico-USF* [online]. 2009, v. 14, n. 1, p. 47-58. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-82712009000100006>. Epub 06 nov. 2009. ISSN 2175-3563. <https://doi.org/10.1590/S1413-82712009000100006>. Acesso em: 14 ago. 2021.

BITTENCOURT, M. C. A. A construção da figura política de Bolsonaro no El País: um exercício metodológico para análise sobre produção de sentido no jornalismo. **Galáxia**, São Paulo, n. 43, p. 168-187, abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3g2pQ4I>. Acesso em: 15 set. 2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/1982-25532020143054>.

BOLSONARO presidente: a surpreendente trajetória de político do baixo clero ao Palácio do Planalto. **BBC News**, São Paulo, 28 out. 2018a. Disponível em: <https://bbc.in/3v2nRBF>. Acesso em: 15 set. 2020.

BOLSONARO: “Não sou da extrema-direita”. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal Euronews (em português). 12 out. 2018b. Disponível em: <https://bit.ly/3ctVGVK>. Acesso em: 28 maio 2021.

BORBA, J. **Participação política**: a centralidade dos repertórios. **Debates**, n. 61, p. 123-147, 2012.

BORBA, J.; RIBEIRO, E. A. Adesão à democracia e educação escolar no Brasil (1989-2018): considerações a partir das teorias da legitimidade política. **Educação e Sociedade**, v. 42, p. e240374, 2021.

BRAGA, M. S. S.; PIMENTEL JR, J. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? **Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 271-303, nov. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762011000200001&lng=en&rm=iso. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762011000200001>. Acesso em: 19 dez. 2020.

BRAGA, M. S. S.; RIBEIRO, P. F.; AMARAL, O. E. El sistema de partidos en Brasil: estabilidad e institucionalización (1982-2014). In: FREIDENBERG, F. (org.). **Los sistemas de partidos en América Latina** (1978-2015). v. 2: Cono sur y países andinos. Cidade do México: Edunam, 2016.

BRASIL. Presidente (2019-2023: Jair Messias Bolsonaro) Discurso na abertura da 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova York, 24 set. 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/discursos/20890-discurso-do-presidente-jair-bolsonaro-na>

abertura-da-74-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-24-de-setembro-de-2019. Acesso em: 29 mai. 2020.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Divulgação de resultado de eleições. Brasília, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3x9Ct3s>. Acesso em: 01 set. 2020.

BROWN, R. Authoritarianism. *In*: MANSTEAD, A. S. R.; HEWSTONE, M. **The Blackwell Encyclopedia of Social Psychology Oxford**: Blackwell.

BUARQUE DE HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

CAMPOS, M. S. Mídia e política: a construção da agenda nas propostas de redução da maioria penal na Câmara dos Deputados. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 478-509, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2Sb0Nn5>. Acesso em: 28 maio 2021. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762009000200008>.

CARONE, I. A personalidade autoritária: estudos frankfurtianos sobre o fascismo. **Sociologia em Rede**, 2(2), p. 14-21, 2012.

CARONE, I. Teoria crítica e psicologia social: o impacto do instituto de pesquisa social na investigação psicossocial. *In*: AZEVEDO, M. L.; MENIN, M. S. S. **Psicologia e política: reflexões sobre possibilidades e dificuldades desse encontro**. São Paulo: Cortez, 1995.

CARREIRÃO, Y. S. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 307-339, nov. 2007.

CARREIRÃO, Y. S. Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros. **Opinião Pública**. Campinas, vol. 14, nº 2, p. 319-351, nov. 2008.

CARREIRÃO, Y. S.; KINZO, M. D. G. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 131-167, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttextepid=S0011-52582004000100004&lng=en&nm=iso. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582004000100004>. Acesso em: 29 mar. 2021.

CASALECCHI, G. A. Legado democrático e atitudes democráticas na América Latina: efeitos diretos, indiretos e condicionais. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CHAGAS-BASTOS, F. H. Political Realignment in Brazil: Jair Bolsonaro and the Right Turn. **Rev. Estud. Soc.**, Bogotá, n. 69, p. 92-100, July 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttextepid=S0123-885X2019000300092&lng=en&nm=iso. Doi:<https://doi.org/10.7440/res69.2019.08>. Acesso em: 02 out. 2021.

COHEN, M. J; SMITH, A. E. (2016). Do authoritarians vote for authoritarians? Evidence from Latin America. **Research & Politics**, 3(4), 2016.

COSTA, V. H. F. **A personalidade autoritária: antropologia crítica e psicanálise**. 2019. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Doi:10.11606/T.8.2019.tde-09082019-123842. Acesso em: 14 mar. 2021.

COSTELLO, T. H. *et al.* Clarifying the structure and nature of left-wing authoritarianism. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 122, n. 1, p. 135-170, jan. 2022. <https://doi.org/10.1037/pspp0000341>.

CROCHÍK, J. L. Personalidade autoritária e pesquisa empírica com a escala F: alguns estudos brasileiros. *Impulso*, Piracicaba, v. 27, n. 69, p. 49-64, 2017.

CROCHÍK, J. L. Preconceito: relações com a ideologia e com a personalidade. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 307-319, 2005.

DALMONTE, E.; DIBAI, P. A direita radical “bolsonarista”: da aporofobia à defesa da memória de regimes de exceção, *IdeAs* [En ligne], 14 | 2019, mis en ligne le 01 oct. 2019, consulté le 06 sept. 2021. URL: <http://journals.openedition.org/ideas/6895>; DOI: <https://doi.org/10.4000/ideas.6895>.

DALTON, R. J. **The partisan American**: dealignment and changing electoral politics. Washington, DC: Sage, 2013.

DALTON, R. J.; MCALLISTER, I.; WATTENBERG, M. P. Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. *Análise Social*, v. XXXVIII, Lisboa, 2003.

DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. The Not So Simple Act of Voting. In: FINIFTER, A. (Ed.). **State of Political Science II**. Washington: American Political Science Association, 1993.

DALTON, R. **The good citizen**: how a younger generation is reshaping american politics. Washington, DC: Congressional Quarterly, 2009.

DATAFOLHA. **Avaliação do presidente Jair Bolsonaro**. São Paulo, 2020 Disponível em: <https://bit.ly/3v28h9i>. Acesso em: 01 set. 2020.

DIBAI, P. C. **A direita radical no Brasil pós-redemocratização**: o caso de Jair Bolsonaro. 2018. Dissertação (Mestrado em ciências sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28473>. Acesso em: 01 set. 2020.

DUNN, K. Preference for radical right-wing populist parties among exclusivenationalists and authoritarians. *Party Politics*, 21(3), 367-380, 2015.

DUQUE, D.; SMITH, A. E. The Establishment Upside Down: A Year of Change in Brazil. *Rev. Cienc. Polít.* (Santiago), Santiago, v. 39, n. 2, p. 165-189, 2019. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2019000200165&lng=en&enrm=iso. Acesso em: 8 set. 2021. Doi: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-090X2019000200165>.

ENGELHARDT, A. M.; FELDMAN, S.; HETHERINGTON, M. J. Advancing the measurement of authoritarianism. *Political Behavior*, 1-24, 2021.

ESTADO DE MINAS. **Veja 5 pontos para não esquecer o golpismo e as mentiras de Bolsonaro**. 29 jun. 2023. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/06/29/interna_politica,1513787/veja-5-pontos-para-nao-esquecer-o-golpismo-e-as-mentiras-de-bolsonaro.shtml. Acesso em: 20 nov. 2023.

FAR-RIGHT Candidate Jair Bolsonaro Widens Lead in Brazil's Presidential Race. **The New York Times**, New York, 5 Oct. 2018. Disponível em: <https://nyti.ms/3pv8XCU>. Acesso em: 01 set. 2020.

FEDERICO, C. M.; FISHER, E. L.; DEASON, G. Expertise and the ideological consequences of the authoritarian predisposition. **Public opinion quarterly**, 75(4), 686-708, 2021.

FELDMAN, S. Enforcing social conformity: a theory of authoritarianism. **Political Psychology**, 24 (1), 41-73, 2003.

FELDMAN, S.; STENNER, K. Perceived threat and authoritarianism. **Political Psychology**, 18(4), 741-770, 1997.

FELÍCIO, M. D. C. Bolsonaro é autoritário e une o centro democrático. **Valor Econômico**, São Paulo, 14 abr. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3gca9qk>. Acesso em: 01 set. 2020.

FERNANDES, H. C. **Voto e gênero: o comportamento eleitoral feminino na sucessão presidencial de 2002**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Departamento de Ciências Políticas, Universidade de São Paulo, 2006.

FESTINGER, L. An introduction to the theory of dissonance. In: FESTINGER, L. (Ed.). **A theory of cognitive dissonance**. Stanford: Stanford University Press, 1957. p. 1-30.

FREUD, S. **Psicología de las masas y análisis del yo (1921)**. Buenos Aires: Amorrortu, 1986. (Obras completas de Sigmund Freud; v. 18).

FREUD, S. Totem e tabu (1913). In: FREUD, Sigmund. **Totem e tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. (*Obras Completas*, v. 11).

FREUD, S. **O futuro de uma ilusão (1927)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (*Obras Completas*, v. 17).

FREUD, S. O mal-estar na cultura. In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Tradução de Jayme Salomão. Vol. 21, p. 65-148. Rio de Janeiro: Imago, 1969. (Trabalho original publicado em 1930 [1929]).

FROMM, E. **O medo à liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1983.

FUKS, M. RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. Antipartidarismo e intolerância política no Brasil. **42º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu, MG, 2018.

FUKS, M.; CASALECCHI, G. A.; GONÇALVES, G. Q.; DAVID, F. F. Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros?. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 19, p. 199–219, jan. 2016.

G1. **Aprovação pessoal de Dilma sobe e atinge 77%, aponta Ibope**. G1 - Política, 10 abr. 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2012/04/aprovacao-pessoal-de-dilma-sobe-e-atinge-77-aponta-ibope.html>. Acesso em: 21 nov. 2023.

GARCIA, G.; FALCÃO, M. **Ato pró-Bolsonaro em Brasília reúne manifestantes em defesa de medidas inconstitucionais**. G1, Brasília, 31 maio 2020. Disponível em: <https://glo.bo/2TedjSC>. Acesso em: 01 set. 2020.

GIELOW, I. Estatizante, Bolsonaro se diz convertido ao liberalismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 out. 2018. Disponível em: <https://nyti.ms/3pv8XCU> <https://bit.ly/3zdsmwv>. Acesso em: 01 set. 2020.

GOMES, G. D. Da fragilização dos vínculos ao retorno do mito: algumas reflexões sobre a psicologia de grupo de Freud, a democracia e a eleição de Jair Bolsonaro. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 53, n. 1, p. 107-121, mar. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2019000100009&lng=pt&ntn=iso. Acesso em: 06 set. 2021.

GOSMAN, E. Jair Bolsonaro: militarista, xenófobo e favorito para a eleição brasileira. **Clarín**, Buenos Aires, 7 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3cqsP16>. Acesso em: 01 set. 2020.

HETHERINGTON, M. J.; WEILER, J. D. **Authoritarianism and polarization in American politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

HETHERINGTON, M.; SUHAY, E. Authoritarianism, threat, and Americans' support for the war on terror. **American Journal of Political Science**, 55(3), 546-560, 2011.

HUNTER, W.; POWER, T. J. Bolsonaro and Brazil's illiberal backlash. **Journal of Democracy**, 30 (1): 68-82, 2019.

HUNTER, W.; POWER, T. J. **Rewarding Lula**: Executive Power, social policy, and the Brazilian elections of 2006. *Latin American Politics e Society*, v. 49, n. 1, pp. 1-30, 2007.

IGLESIAS, S.; FAGUNDES, M. Bolsonaro lança partido ultraconservador e armamentista. **Bloomberg**, 21 nov. 2019. Disponível em: <https://nyti.ms/3pv8XCU>. Acesso em: 10 maio 2020.

INDURSKY, A. C. **Psicanálise, fascismo e populismo**: notas sobre a emergência do bolsonarismo no Brasil. *Teoría y Crítica de la Psicología* 14 (2020), 150–162. <http://www.teocripsi.com/ojs/>.

JARDIM, L. Em 1992, Bolsonaro era muito mais comportado. O GLOBO/Blog de Lauro Jardim, 24/04/16. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/em-1992-bolsonaro-era-muito-mais-comportado.html>. Acesso em: 25 set. 2020.

KALIL, I. O. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3gnfNX3>. Acesso em: 01 set. 2020.

KAYSEL, A. Regressando ao regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. *In*: CRUZ, S. V.; KEYSEL, A.; CODAS, G. (org.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 49-73.

KINZO, M. D. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, p. 65-81, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

69092005000100005eInng=eenrm=iso. 29 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092005000100005>.

KINZO, M. D.; BRAGA, M. S. S. **Eleitores e representação partidária no Brasil**. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2007.

LACLAU, E. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LEITE, V. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro) [online]. 2019, n. 32, p. 119-142. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.32.07.a>. Epub 09 set 2019. ISSN 1984-6487. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.32.07.a>. Acesso em: 2 out. 2021.

LIMA, R. S. *et al.* Medo da violência e adesão ao autoritarismo no Brasil: proposta metodológica e resultados em 2017. **Opinião Pública**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 34-65, Apr. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762020000100034eInng=enenrm=iso. Epub May 18, 2020. <https://doi.org/10.1590/1807-0191202026134>. Acesso em: 28 out. 2020.

LIMA, V. A. A direita e os meios de comunicação. *In*: CRUZ, S. V.; KEYSEL, A.; CODAS, G. (org.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 91-113.

LONG, J. S.; FREESE, J. **Regression Models for Categorical and Limited Dependent Variables Using Stata**. 2. ed. College Station, Texas: Stata Press, 2006.

LOWY, M. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, dez. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3g4PS7C>. Doi: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.044>. Acesso em: 01 set. 2020.

LUPIA, Arthur. Who Can Persuade Whom? Implications from the Nexus of Psychology and Rational Choice Theory. *In*: KUKLINSKI, James H. (Ed.). **Thinking About Political Psychology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 51-88.

MACWILLIAMS, M. C. Who decides when the party doesn't? Authoritarian voters and the rise of Donald Trump. **PS: Political Science & Politics**, 49(4), 716-721, 2016.

MESSEMBERG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 621-648, dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2TbgaM6>. Acesso em: 01 set. 2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203004>.

MILBRATH, L. **Political Participation: how and why do people get involved in politics?** Chicago: Rand McNally, 1965.

MÕES, M. Além dos 300: conheça grupos de direita que apoiam Jair Bolsonaro. **Último Segundo**, São Paulo, 20 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3w9oDy2>. Acesso em: 01 set. 2020.

NAPIER, J.; JOST, J. The “antidemocratic personality” revisited: A cross-national investigation of working-class authoritarianism. **Journal of Social Issues**, 64(3), 595, 2008.

NICOLAU, J. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NORRIS, P. Political activism: new challenges, new opportunities. In: BOIX, C.; STOKES, S. (orgs.). **The oxford handbook of comparative politics**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 628-652. Disponível em: <http://ksghome.harvard.edu/~pnorris/Acrobat/Boixestokes-chap26.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2009.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Cultural Backlash**. Trump, Brexit and Authoritarian Populism. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

O BOLSONARISMO raiz vai sobreviver ao fim do gabinete do ódio? **Revista Fórum**, Porto Alegre, 09 jul. de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3zdNUt2>. Acesso em: 01 set. 2020.

OTAVIO, C. “O Brasil é laico, mas o presidente é cristão”, diz Bolsonaro durante evento evangélico no Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 fev. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3ghCmwd>. Acesso em: 01 set. 2020.

PALERMO, V. Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 521-557, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/3cudCjg>. Acesso em: 12 jan. 2021. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582000000300004>.

PALUDO, L. J.; FRAGA, G. W. A produção do inimigo ou destruição da alteridade: uma análise dos discursos de Jair Bolsonaro. *Revista Eletrônica de Educação*, v.14, 1-16, e4544139, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.14244/198271994544>.

PÉREZ, E. O.; Hetherington, M. J. Authoritarianism in black and white: Testing the cross-racial validity of the child rearing scale. **Political Analysis**, 22(3), 398-412, 2014.

PETERSON, B. E.; DUNCAN, L. E.; PANG, J. S. Authoritarianism and political impoverishment: deficits in knowledge and civic disinterest. **Political Psychology**, 23, 97-109, 2002.

PIMENTEL JR, J. T. P. Disposições afetivas e laços partidários. *In*: KINZO, M. D.; BRAGA, M. S. (orgs.). **Eleitores e representação partidária no Brasil**. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2007.

PINA, R. Como surgiu o antipetismo, e do que ele se alimenta? **Brasil de Fato**, São Paulo, 27 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3zeOkiQ>. Acesso em: 01 set. 2020.

PIRES, T. V.; VIOLA, S. E. A. Memórias da ditadura e o atual cenário de ascenso conservador no Brasil. Uma análise sobre continuidades e rupturas. *In*: GUYER, M. G; MARTINS, P. H.; KOHN, C. B. W. (orgs.). **Imaginários sociais y memorias: itinerarios de América Latina**. Buenos Aires: Teseo, 2019. v. 1, p. 27-50.

PODER 360. **Grupo lança manifesto ‘democracia sim’ contra Bolsonaro**. São Paulo, 23. set. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3pzaSpX>. Acesso em: 01 set. 2020.

PRESTES, A. Três regimes autoritários na história do Brasil republicano: o Estado Novo (1937-1945), a Ditadura Militar (1964-1985) e o regime atual (a partir do golpe de 2016). **Revista de História Comparada**, v. 13, n. 1, p. 108-129, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/27537/15041>.

PRIORI, A. *et al.* A ditadura militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012. p. 199-213. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/prio-ri-9788576285878-15.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019. <https://doi.org/10.7476/9788576285878.0015>.

QUADROS, M. P. R.; MADEIRA, R. M. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública** [online]. 2018, v. 24, n. 3, p. 486-522. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912018243486>. ISSN 1807-0191. <https://doi.org/10.1590/1807-01912018243486>. Acesso em: 26 set. 2021.

REIS, D. A. Notas para a compreensão do Bolsonarismo. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 46, n. 1, p. e36709, 28 abr. 2020.

RENNÓ, L. The Bolsonaro Voter: Issue Positions and Vote Choice in the 2018 Brazilian Presidential Elections. **Latin American Politics and Society**, 62(4), pp. 1-23, 2020. Doi: 10.1017/lap.2020.13.

RIBEIRO, G. **Entre armas e púlpitos: a necropolítica do bolsonarismo**, [S.l.], n. 16, p. 463-485, jun. 2020. ISSN 2317-8825. Disponível em: <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/288>. Acesso em: 12 ago. 2021.

ROCHA, C.; SOLANO, E.; PAVEZ, T. **Bolsonarismo sem Bolsonaro?** Brasília: Fundação Friedrich Ebert, 2024. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/21239.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2024.

ROSSI, M. A misoginia do Governo Bolsonaro vai parar na Justiça. **El País**, São Paulo, 11 ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3pA5HGm>. Acesso em: 01 set. 2020.

RUSSO, G. A.; AZZI, R. G.; FAVERI, C. Confiança nas instituições políticas: diferenças e interdependência nas opiniões de jovens e população brasileira. **Opinião Pública**, v. 24, n. 2, p. 365-404, maio 2018. <https://doi.org/10.1590/1807-01912018242365>.

RYDLEWSKI, C. O que pensam os bolsonaristas. **Valor Econômico**, São Paulo, 7 jun. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3v5AADw>. Acesso em: 01 set. 2020.

SAFATLE, V. P. Bolsonaro se vê à frente de uma revolução em marcha e não vai parar. **Carta Capital**, São Paulo, 27 abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3pCDMWb>. Acesso em: 01 set. 2020.

SANTANA, C., NATA, E. M.; SANTOS, P. A. R. A. Projetos de modernidade: autoritarismo, eugenia e racismo no Brasil do século XX. **Rev. Estud. Soc.**, Bogotá, n. 58, p. 28-38, dec. 2016. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-885X2016000400003&lng=en&enrm=iso. Acesso em: 7 set. 2021.

SANTOS, F.; TANSCHKEIT, T. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. *colomb.int.*, Bogotá, n. 99, p. 151-186, July 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-56122019000300151&lng=en&enrm=iso. Doi: <https://doi.org/10.7440/colombiaint99.2019.06>. Acesso em: 08 ago. 2021.

SARTORI, J. E. T. **A articulação da noção de identidade na teoria psicanalítica freudiana**. 2019. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3w6mTpt>. Acesso em: 01 jan. 2021.

SARTORI, J. E. T. A ascensão de um autoritarismo no Brasil no século XXI: a teoria freudiana sobre as massas na análise do bolsonarismo. XV Seminário dos Estudantes de Pós-graduação da UFSCar, 2019, São Carlos. **Caderno de Resumos**, 2019. p. 46.

SARTORI, J. E. T. Análise aproximativa sobre a heterogeneidade dos apoiadores de Bolsonaro e considerações sobre uma “identidade bolsonarista”. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 201–222, 2021. DOI: 10.5433/1679-0383.2021v42n2p201. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/42468>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SARTORI, J. E. T.; MANTOVANI, A. Teoria psicanalítica, sexo e gênero: articulações em uma perspectiva anti-essencialista. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 37, n. 2, p. 181-192, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3z70hXT>. Acesso em: 01 set. 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.5433/1679-0383.2016v37n2p181>.

SARTORI, J. T.; STARNINO, A.; BRAGA, M. S. S. A (des)identificação partidária: entre a teoria psicanalítica e a ciência política. **Revista Psicologia Política**, vol. 24, e22508, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.2175-1390>.

SETZLER, M. Did Brazilians Vote for Jair Bolsonaro Because They Share his Most Controversial Views? **Brazilian Political Science Review** [online]. 2021, v. 15, n. 1, 0002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-3821202100010006>. Epub 19 Oct 2020. ISSN 1981-3821. <https://doi.org/10.1590/1981-3821202100010006>. Acesso em: 26 set. 2021.

SHIKIDA, C. D. *et al.* **‘It’s the economy, companheiro!’: an empirical analysis of Lula’s re-election**, 2009. Disponível em: <http://works.bepress.com>. Acesso em: 30 ago. 2009.

SINGER, A. **A reativação da direita no Brasil**, 2021 (preprint). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.1664>.

SOLANO, E. A evolução do bolsonarismo: análise qualitativa da percepção deste eleitorado em 2019 e 2020. **Journal of democracy em português**, v. 1, p. 50-80, 2021.

SOLANO, E. Crise da democracia e extremismos de direita. **Análise Friedrich Ebert Stiftung**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 1-27, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3pFYTXS>. Acesso em: 1 set. 2020.

SOU Homofóbico, sim, com muito orgulho’, diz Bolsonaro em vídeo. **Catraca Livre**, 11 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3zbk9cc>. Acesso em: 01 set. 2020.

SOUZA, D. O. A militarização do Ministério da Saúde no Brasil: passos rumo ao retrocesso em plena pandemia. **Rev. Urug. Cienc. Polít.**, Montevideo, v. 29, n. 2, p. 33-54, 2020.

Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttextepid=S1688-499X2020000200033&lng=es&rm=iso. Epub 01-Dic-2020.
<http://dx.doi.org/10.26851/rucp.29.2.2>. Acesso em: 25 set. 2021.

SOUZA, R. L. As raízes e o futuro do “Homem Cordial” segundo Sérgio Buarque de Holanda. **Caderno CRH** [online]. 2007, v. 20, n. 50, p. 343-353. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792007000200011>. Epub 26 Abr 2012. ISSN 1983-8239. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792007000200011>. Acesso em: 16 ago. 2021.

SP TERÁ hoje atos pró e contra Bolsonaro, em diferentes pontos da cidade. **UOL**, São Paulo, 14 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2TNOBsB>. Acesso em: 01 set. 2020.

STARNINO, A. Sobre identidade e identificação em psicanálise: um estudo a partir do “Seminário IX”, de Jaques Lacan. **DoisPontos**, São Carlos, v. 13, n. 3, dez. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3inQRBe>. Acesso em: 01 jan. 2021. Doi: <http://dx.doi.org/10.5380/dp.v13i3.46901>.

STENNER, K. **The Authoritarian Dynamic**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

STRACHEY, J. Nota introdutória a *Totem e tabu*, de Freud. In: ETCHEVERRY, José Luis (Trad.). **Obras completas de Sigmund Freud**. Vol. 13, p. 4-6. Buenos Aires: Amorrortu, 2008. (Original publicado em 1950).

TATAGIBA, L.; TRINDADE, T.; TEIXEIRA, A. C. C. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, S. V.; KEYSEL, A.; CODAS, G. (org.). **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 197-212.

TEIXEIRA, J. B.; POLO, A. A personalidade autoritária: componentes e gênese psicológica. **Arquivo Brasileiro de Psicologia Aplicada**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, out.-dez. 1975.

TELES, M. A. A. A construção da memória e da verdade numa perspectiva de gênero. **Revista Direito GV** [online]. 2015, v. 11, n. 2, p. 505-522. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-2432201522>. Acesso em: 17 abr. 2022.

TIBURI, M. “Ridículo político”: análise de uma mutação estético-política. **Rev. Cadernos de Campo**, n. 28, p. 97-129, 2020. DOI: <https://doi.org/10.47284/2359-2419.2020.28.97129>.

UCLA. Multinomial Logistic Regression - Stata Output. UCLA Statistical Consulting Group. Disponível em: <https://stats.oarc.ucla.edu/stata/output/multinomial-logistic-regression/>. Acesso em: 19 nov. 2023.

VASILOPOULOS, Pavlos. **Authoritarianism, political attitudes, and vote choice: a longitudinal analysis of the British electorate**, 2022 (preprint).

VERBA, S.; NIE, N. H. **Participation in America**. Political democracy and social equality. New York: Harper e How, 1972.

VIANNA, O. **Instituições políticas brasileiras**. Rio de Janeiro: José Olympio: Zechmeister, Elizabeth, 1949.

VIANNA, O. **Populações meridionais do Brasil:** (história - organização - psicologia). São Paulo: Monteiro Lobato, 1920.

VIDIGAL, Robert. Authoritarianism and right-wing voting in Brazil. *Latin American Research Review*, v. 57, p. 554-572, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1017/lar.2022.32>

VILANOVA, F. *et al.* *Você é de direita? Efeitos preditivos do autoritarismo e do preconceito na autocategorização na direita.* **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 22, n. 53, p. 143-153, abr. 2022. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2022000100010&lng=pt&rm=iso. Acesso: em 1 ago. 2024.

VILELA, J. R. P. X.; CARVALHO NETO, A.; LOPES, H. E. G. O autoritarismo em cooperativas e empresas privadas: uma investigação com dirigentes e gerentes por meio de uma escala baseada na escala F de Adorno. **Revista de Administração da USP**, 45(1), p. 84-96, 2010.

ZANINI, F. Governo Bolsonaro é reacionário e antiquado, diz FHC. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3w7ukfR>. Acesso em: 1 set. 2020.

ZUCCO, C. The president's "new constituency": Lula and the pragmatic vote in Brazil's 2006 presidential elections". **Journal of Latin American Studies**, 40: 29-49, 2008.

ARTIGOS DE IMPRENSA

"O BRASIL é laico, mas o presidente é cristão", diz Bolsonaro durante evento evangélico no Rio. **O Globo**, São Paulo, 15 fev. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3pv1tzO>. Acesso em: 01 set. 2020.

ALMEIDA, A.C. "O motivo que levou à vitória de Bolsonaro". **Poder 360**, 31/10/2018. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniao/eleicoes/o-motivo-que-levou-avitoria-de-bolsonaro-segundo-alberto-carlos-almeida/>. Acesso em: 25 set. 2021.

BOLSONARO presidente: a surpreendente trajetória de político do baixo clero ao Palácio do Planalto. **BBC News**, São Paulo, 28 out. 2018a. Disponível em: <https://bbc.in/3v2nRBF>. Acesso em: 15 set. 2020.

BOLSONARO: "não sou da extrema-direita". 1 vídeo (2min). Publicado pelo canal **Euronews** (em português). 12 out. 2018b. Disponível em: <https://bit.ly/3ctVGVK>. Acesso em: 28 maio 2021

BRASIL. Presidente (2019-2023: Jair Messias Bolsonaro) Discurso na abertura da 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova York, 24 set. 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasildiscursos/20890-discurso-do-presidente-jair-bolsonaro-na-abertura-da-74-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-24-de-setembro-de-2019>. Acesso em: 29 mai. 2020.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Divulgação de resultado de eleições. Brasília, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3x9Ct3s>. Acesso em: 01 set. 2020.

DATAFOLHA. Avaliação do presidente Jair Bolsonaro. São Paulo, 2020 Disponível em: <https://bit.ly/3v28h9i>. Acesso em: 01 set. 2020.

ESTADO DE MINAS. Veja 5 pontos para não esquecer o golpismo e as mentiras de Bolsonaro. 29 jun. 2023. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/06/29/interna_politica,1513787/veja-5-pontos-para-nao-esquecer-o-golpismo-e-as-mentiras-de-bolsonaro.shtml. Acesso em: 20 nov. 2023.

FAR-RIGHT Candidate Jair Bolsonaro Widens Lead in Brazil's Presidential Race. **The New York Times**, New York, 5 Oct. 2018. Disponível em: <https://nyti.ms/3pv8XCU>. Acesso em: 01 set. 2020.

FELÍCIO, M. D. C. Bolsonaro é autoritário e une o centro democrático. **Valor Econômico**, São Paulo, 14 abr. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3gca9qk>. Acesso em: 01 set. 2020.

G1. Aprovação pessoal de Dilma sobe e atinge 77%, aponta Ibope. **G1 - Política**, 10 abr. 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2012/04/aprovacao-pessoal-de-dilma-sobe-e-atinge-77-aponta-ibope.html>. Acesso em: 21 nov. 2023.

GARCIA, G.; FALCÃO, M. Ato pró-Bolsonaro em Brasília reúne manifestantes em defesa de medidas inconstitucionais. **G1, Brasília**, 31 maio 2020. Disponível em: <https://glo.bo/2TedjSC>. Acesso em: 01 set. 2020.

GIELOW, I. Estatizante, Bolsonaro se diz convertido ao liberalismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 out. 2018. Disponível em: <https://nyti.ms/3pv8XCU> <https://bit.ly/3zds mwv>. Acesso em: 01 set. 2020.

GOSMAN, E. Jair Bolsonaro: militarista, xenófobo e favorito para a eleição brasileira. **Clarín**, Buenos Aires, 7 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3cqsPl6>. Acesso em: 01 set. 2020.

IGLESIAS, S.; FAGUNDES, M. Bolsonaro lança partido ultraconservador e armamentista. **Bloomberg**, 21 nov. 2019. Disponível em: <https://nyti.ms/3pv8XCU>. Acesso em: 10 maio 2020.

JARDIM, L. Em 1992, Bolsonaro era muito mais comportado. **O GLOBO/Blog de Lauro Jardim**, 24/04/16. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/em-1992-bolsonaro-era-muito-mais-comportado.html>. Acesso em: 25 set. 2020.

MÔES, M. Além dos 300: Conheça grupos de direita que apoiam Jair Bolsonaro. **Último Segundo**, São Paulo, 20 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3w9oDy2>. Acesso em: 01 set. 2020.

O BOLSONARISMO raiz vai sobreviver ao fim do gabinete do ódio? **Revista Fórum**, Porto Alegre, 09 jul. de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3zdNUt2>. Acesso em: 01 set. 2020.

OTAVIO, C. O Brasil é laico, mas o presidente é cristão', diz Bolsonaro durante evento evangélico no Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 fev. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3ghCmwd>. Acesso em: 01 set. 2020.

PINA, R. Como surgiu o "antipetismo", e do que ele se alimenta? **Brasil de Fato**, São Paulo, 27 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3zeOkiQ>. Acesso em: 01 set. 2020.

PODER 360. Grupo lança manifesto 'democracia sim' contra Bolsonaro. São Paulo, 23. set. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3pzaSpX>. Acesso em: 01 set. 2020.

ROSSI, M. A misoginia do Governo Bolsonaro vai parar na Justiça. **El País, São Paulo** - 11 ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3pA5HGm>. Acesso em: 01 set. 2020

RYDLEWSKI, C. O que pensam os bolsonaristas. **Valor Econômico**, São Paulo, 7 jun. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3v5AADw>. Acesso em: 01 set. 2020.

SEM LULA, Bolsonaro lidera Datafolha com 19%, seguido de Marina Silva (15%) e Ciro Gomes (11%). **O Globo**, São Paulo, 10 jun. de 2018. Disponível em: <https://glo.bo/3ggAOCF>. Acesso em: 01 set. 2020.

SOU Homofóbico, sim, com muito orgulho', diz Bolsonaro em vídeo. **Catraca Livre**, 11 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3z9bk9cc>. Acesso em: 01 set. 2020.

SP TERÁ hoje atos pró e contra Bolsonaro, em diferentes pontos da cidade. **UOL**, São Paulo, 14 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2TNOBsB>. Acesso em: 01 set. 2020.

VEJA falas preconceituosas de Bolsonaro e o que diz a lei sobre injúria e racismo. Folha de S. Paulo, São Paulo, 26 jan. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3cnOuur>. Acesso em: 01 set. 2020.

VEJA falas preconceituosas de Bolsonaro e o que diz a lei sobre injúria e racismo. Folha de S. Paulo, São Paulo, 26 jan. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3cnOuur>. Acesso em: 01 set. 2020.

ZANINI, F. Governo Bolsonaro é reacionário e antiquado, diz FHC. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3w7ukfR>. Acesso em: 01 set. 2020.

ANEXO A – NOTAS SOBRE A RAZOABILIDADE DA UTILIZAÇÃO DE TEORIAS PSICANALÍTICAS FREUDIANAS NESTA TESE

Nas últimas décadas, em mais de um campo de conhecimento, a teoria psicanalítica freudiana “como um todo” tem sido criticada, entre outras razões, pela sua suposta carência de sustentação empírica – ou, ainda, pela suposta inconsistência dos próprios métodos empregados no exame de suas teorias constitutivas. Justamente nesse contexto, entre as décadas de 1980 e 1990, Altemeyer deixou de referenciar seus estudos na teoria freudiana. Certamente, o debate acalorado acerca do estatuto de cientificidade da teoria psicanalítica extrapolaria o escopo desta tese; mas, a essa altura, seguramente caberia uma discussão acerca do seu estatuto de razoabilidade “em si”, assim como do estatuto de razoabilidade da sua aplicação no estudo aqui desenvolvido. Afinal, anteriormente nesta tese, isolamos e referenciamos a teoria freudiana acerca dos vínculos afetivos, assim como a teoria freudiana acerca das massas, indicando a sua importância na orientação da análise empírica a ser realizada.

i. Considerações sobre o empreendimento teórico freudiano

Em meio à transição entre os séculos XIX e XX, Freud desenvolveu a teoria psicanalítica de modo a orientar sua atividade clínica (nesse caso, sua prática de escuta); mas, já nos anos iniciais de sua existência, construtos freudianos eram utilizados pelo autor no estudo de objetos teóricos não necessariamente inseridos em um âmbito clínico. Em um momento no qual ainda não tinha sido iniciada a discussão sobre o estatuto de consistência da aplicação de teorias psicanalíticas em outros contextos (não diretamente relacionados à clínica), o criador da psicanálise desenvolveu ensaios direcionados à sua denominada “análise da cultura” – isto é, à explicação de fenômenos socioculturais. Nesse sentido, Freud escreveu, entre outras obras, *Totem e Tabu* (1913/2012). Mais tarde, mesmo tendo recebido críticas importantes – tais como a de Malinowski –, Freud continuou sua “empreitada sociológica” e escreveu ensaios a exemplo de *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921/1986), *O futuro de uma ilusão* (1927/2014) e *Mal-estar na cultura* (1930/1969).²¹⁷

²¹⁷ Embora Freud tenha considerado *Totem e tabu* (1913/2012) como uma de suas obras mais importantes, autores tais como Strachey (2008) asseveraram que aquele consistiu em um dos trabalhos mais criticados do criador da teoria psicanalítica. Entretanto, nem mesmo a crítica de autores tais como Malinowski vieram a desincentivar a "empreitada sociológica" de Freud, que mais tarde escreveu ensaios a exemplo de *Psicologia das massas* (1921/1986), *O Futuro de uma ilusão* (1927/2014) e *Mal-estar na cultura* (1930/1969).

Motivados pelo empreendimento de Freud (e, inclusive, incentivados por ele), alguns dos seus colaboradores acabaram também se arriscando à escrita de ensaios sociais orientados pelo domínio conceitual psicanalítico. Entretanto, desde o estabelecimento do campo psicanalítico, ainda na metade inicial do século XX, obras psicanalíticas têm sido utilizadas academicamente – e recortadas teoricamente – em outros campos do conhecimento também por estudiosos não identificados como psicanalistas. Nesse sentido, teorias contidas em *Psicologia das massas* (1921/1986) orientaram as reflexões de Adorno (1950) acerca de movimentos autoritários e, mais recentemente, de Laclau (2013) acerca de movimentos populistas. Ainda que muitas das análises informais – isto é, extra-acadêmicas – originadas desta utilização tenham correspondido a meras aplicações acríticas – não historicizadas – da teoria freudiana acerca das massas a casos específicos (a exemplo do *caso brasileiro*²¹⁸), algumas das noções metapsicológicas elaboradas pelo autor em sua obra (1921/1986) soariam contributivas ao entendimento de aspectos de certos fenômenos políticos – inseridos, por exemplo, em um *registro simbólico* (tais como normas e instituições) ou em um *registro psíquico* (tais como crenças e disposições afetivas em relação a objetos sociais amplamente considerados como políticos).

Freud, no desenvolvimento de sua obra (1921/1986), enquanto retomava – e elaborava – certas noções metapsicológicas, também intencionou a resolução de problemas teóricos reconhecidos pela então comunidade científica, sobretudo da psicologia social. Factualmente, à época, Freud elaborou de modo original teorias cientificamente relevantes. Contudo, algumas destas teorias não têm sido examinadas apropriadamente, isto é, mediante aplicação do método mais adequado ao seu exame. A superação do caráter especulativo de tais teorias (freudianas) dependeria do seu exame crítico consequente à realização de testes – em certos casos, estatísticos. A consistência da suposição de uma relação entre duas variáveis depende da sua sustentação empírica, e não apenas da sua ausência de contradições internas.

Entre os métodos mais comumente utilizados no campo psicanalítico (a exemplo das revisões teórico-conceituais e do dito “método clínico”), não estão quaisquer métodos quantitativos. A insuficiência daqueles métodos, qualitativos, acaba não sendo compensada pelo uso de quaisquer instrumentos estatísticos, ainda que a razoabilidade da análise do nível de consistência de uma suposição sobre a relação entre duas variáveis dependa da aplicação de tais instrumentos. Como afirmamos em nota anterior (situada na **seção 2 da introdução**), por

²¹⁸ Por exemplo, sobretudo na última década e mais intensamente em meio à ascensão eleitoral de Bolsonaro, veio a ser cada vez mais comum a utilização da obra de Freud como instrumentário teórico na análise de movimentos de massa.

exemplo, suposições acerca da causa da vitória eleitoral de Bolsonaro em 2018 as quais se sustentem empiricamente após recorrência a instrumentos estatísticos apropriados serão mais consistentes que explicações especulativas (a exemplo de uma explicação meramente “metapsicológica”) da mencionada vitória eleitoral.

Embora a metapsicologia consista em um instrumentário teórico-conceitual, não sendo diretamente testável, muitas das teorias orientadas metapsicologicamente seriam testáveis. Por exemplo, seria efetivamente avaliável o nível de consistência de certas teorias freudianas contidas em *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921/1986), tais como aquelas explicativas das condições necessárias à constituição de uma massa e, acerca das eventuais consequências de tal constituição. Não apenas estas suposições seriam testáveis, mas elas seriam consistentemente testáveis mediante recorrência ao uso de instrumentos estatísticos. A realização de certos experimentos em outros campos de conhecimento (por exemplo, em neurociências, em psicologia política, etc.) ocasionaram certo acúmulo de evidências as quais contrariaram suposições freudianas relevantes – ainda que tais experimentos não tenham sido desenvolvidos com o intuito do teste da consistência de tais suposições. Já outras evidências não soam contraditórias com tais suposições.²¹⁹

De todo modo, o estabelecimento de comunidades de trabalho interdisciplinares²²⁰ oportunizaria desenvolvimentos importantes às disciplinas envolvidas. Autores tais como Adorno evidenciaram certos problemas oriundos da compartimentalização do conhecimento acadêmico em disciplinas. Entre estes, o da sua incapacidade de uma apreensão consistente dos seus objetos, assim como o do exame apropriado da validade de suas teorias. Além disso, aspectos nem mesmo discutidos por Freud (1921/1986) teriam assumido maior relevância nas décadas seguintes à da publicação original da sua *Psicologia das massas*. O avanço dos estudos em psicologia política oportunizou a revisitação crítica de teorias freudianas as quais não apenas articulam construtos psicológicos (a exemplo da noção de *inconsciente*), mas se direcionaram à explicação de objetos estudados na própria psicologia política.

²¹⁹ Nas últimas décadas, ainda que trabalhos da dita "neurociência" tenham se centrado por exemplo no entendimento do estado de sono, do sonho ou dos equívocos discursivos e comportamentais (também denominados “atos falhos”), todos objetos de investigação de Freud já no início do século XX, a maioria dos autores de tais trabalhos não recorreu ao uso da metapsicologia nas suas elaborações teóricas. Nesse contexto, alguns críticos da psicanálise, em seu expressivo anseio de menosprezo dessa disciplina, consideraram apressadamente os resultados daqueles estudos neurocientíficos como a comprovação da incompatibilidade entre estes resultados e os construtos freudianos e, então, como índices da acientificidade da teoria psicanalítica. Não compreenderam nuances de certas teorias psicanalíticas (tais como o *registro* no qual se inserem algumas das entidades representadas pelos seus conceitos) e, de antemão, desconsideraram até mesmo a viabilidade de uma articulação internamente coerente de algumas noções psicanalíticas com os achados daqueles estudos.

²²⁰ A exemplo daquela comunidade de trabalho relativa à dita "Neuropsicanálise".

De um lado, certos estudiosos, a exemplo de Adorno *et al.* (1950), reconheceram a importância da recorrência a técnicas estatísticas no entendimento de aspectos de certos objetos teóricos, tais como os ditos “movimentos autoritários”. Nesse contexto, consideraram como inconsistentes certas afirmações acerca de causalidade as quais não resultassem do uso de instrumentos psicométricos. De outro lado, na ciência política (assim como na psicologia política), muito comumente tais instrumentos são utilizados; mas, eventualmente, estudiosos da ciência política constataam a insuficiência do conhecimento estabelecido no seu campo sobre mecanismos psíquicos específicos implicados em fenômenos entendidos como “políticos” e recorrem à importação de noções oriundas de teorias psicológicas em sua complementação – o que tem ocorrido, nas últimas décadas, no estudo do autoritarismo.

Entretanto, a importação de uma teoria psicanalítica à ciência política somente seria razoável (i) se tal teoria se compatibilizasse com as teorias estabelecidas neste campo, (ii) se tal teoria se sustentasse empiricamente – ao menos de modo indireto – e (iii) se a importação desta teoria ocasionasse a este campo o aumento da sua capacidade explicativa. Certas teorias oriundas da psicologia política (a exemplo da *teoria da consistência cognitiva* elaborada originalmente por Festinger na década de 1950), ainda que não articulem entre si noções metapsicológicas, não necessariamente seriam incompatíveis com estas. A revisão crítica das concepções utilizadas por Freud no entendimento de fenômenos políticos (por exemplo, suas concepções sobre a identificação e a idealização), assim como suas respectivas eventuais alterações, interessariam não somente a teóricos do campo psicanalítico; mas também a estudiosos da *política* (a exemplo de cientistas políticos, sociólogos políticos, psicólogos políticos e filósofos políticos), sobretudo se observada a relevância da *teoria psicanalítica*.

ii. O estatuto de compatibilidade entre as teorias freudianas mobilizadas e a teoria da dissonância cognitiva

Na ciência política, a *teoria da dissonância cognitiva* – a qual tem sido empiricamente corroborada de modo reiterado desde a sua elaboração original por Festinger – seria a mais comumente escolhida para explicar, por exemplo, uma situação na qual um indivíduo (tal como um eleitor) vinculado afetivamente de modo intenso a um outro (tal como um líder político) eventualmente acaba se tornando similar a ele em alguns aspectos. Desde já, seria no mínimo razoável se interrogar não somente sobre o estatuto de compatibilidade entre tal teoria e a teoria freudiana acerca das vinculações afetivas; mas, sobretudo, sobre se caberia utilizar esta última

em detrimento daquela, já que, ao menos aparentemente, a teoria da dissonância cognitiva serviria amplamente à explicação de certos achados deste estudo.

Autores tais como Festinger (1957) conceberam a existência de uma tendência, no indivíduo, à manutenção da sua *consistência cognitiva*; isto é, à manutenção de uma ausência de incoerências entre suas *cognições* (ideias, atitudes etc.) *conscientes*. Nesse contexto, exemplificando a teoria da dissonância cognitiva, Lupia (2002) afirmou o seguinte: ocasionaria *consistência cognitiva* a um eleitor a sua constatação de concordância entre (i) sua atitude sobre certa política e (ii) a atitude [sobre a mesma política] suposta pelo eleitor como sendo a de um candidato curtido por ele (2002, p. 117). Analogamente, ocasionaria *consistência cognitiva* a um eleitor a discordância entre (i) a sua atitude sobre certa política e (ii) a atitude [sobre a mesma política] suposta pelo eleitor como sendo a de um candidato descurtido por ele (2002, p. 117). Então, caso o eleitor acredite que concorda com um candidato descurtido ou, que discorda de um candidato curtido, será ocasionada uma *inconsistência (dissonância) cognitiva* (2002, p. 117).

Quanto maior o nível de incompatibilidade entre duas cognições constatado pelo indivíduo, maior o desprazer ocasionado a ele. Além disso, a intensidade do incômodo estaria diretamente relacionada com a importância destas duas cognições para o indivíduo.²²¹ Quanto mais importantes, maior o incômodo sentido. Quanto mais similares as intensidades de ambas entre si, maior o incômodo experienciado. A constatação consciente (isto é, a percepção) de uma inconsistência cognitiva seria incômoda ao indivíduo e este incômodo implicaria no indivíduo a atuação de mecanismos reparativos. Quando duas atitudes importantes de um indivíduo são incompatíveis entre si, a atitude mais intensa (“forte”) tende a se manter e a menos intensa, a ser modificada de modo a se compatibilizar com a mais intensa.

A análise crítica dos enunciados constitutivos desta teoria (da dissonância cognitiva) sugere não apenas que não existiria uma incompatibilidade entre ela e a teoria freudiana acerca das vinculações afetivas, mas, mais ousadamente, que a teoria da inconsistência cognitiva seria “especificada” por tal teoria freudiana – isto é, esta teoria freudiana serviria como um caso específico daquela. Nesse caso, por exemplo, seria razoável a suposição de que, a partir do momento em que um indivíduo vem a idealizar Bolsonaro, tal idealização (a qual corresponde a um complexo de atitudes em relação a este último, isto é, a um modo de vinculação afetiva com este último) acaba, por sua vez, condicionando o indivíduo a internalizar traços entendidos como “característicos” do capitão reformado – alguns dos quais, correspondentes a atitudes

²²¹ (Festinger 1957).

sociopolíticas ditas "autoritárias de direita" –, desde que tal idealização tenha se intensificado o suficiente para tanto.

Tal internalização de traços seria motivada (ainda que inconscientemente) à evitação do desprazer relacionado com uma eventual *dissonância cognitiva* – a qual ocorreria, por exemplo, caso o indivíduo que idealizou Bolsonaro constatasse que alguns dos traços mais importantes deste último se incompatibilizaram com os seus próprios traços. Considerando as dimensões constitutivas de nosso construto (*autoritarismo de direita*), por exemplo, não seria inconsistente a consideração de que um indivíduo que era apenas medianamente conservador anteriormente à sua idealização de Bolsonaro, acabou se tornando, após tal idealização, também mais autoritariamente agressivo e, assim, moralmente reacionário.

Ainda que certas teorias freudianas tenham sido amplamente consideradas como inconsistentes – algumas de suas supostas inconsistências tendo sido evidenciadas no próprio campo psicanalítico –, a inconsistência de uma teoria de um autor não acarreta necessariamente a inconsistência de outra de suas teorias.²²² Ainda que se constatem inconsistências, por exemplo, em teorias psicanalíticas freudianas acerca do desenvolvimento psicosssexual, tais inconsistências não implicarão a irrazoabilidade de noções freudianas acerca das massas. Além disso, de modo mais abrangente, ainda que o campo psicanalítico “como um todo” viesse a ser considerado como não científico, a nossa mobilização de teorias freudianas nesta tese teria sido razoável, na medida em que viabilizou avanços significativos e não se contrapôs ao corpo teórico-analítico da ciência política, mas o tornou mais sofisticado.

²²² Factualmente, certas teorias psicanalíticas freudianas têm sido amplamente consideradas como inconsistentes e algumas de suas supostas inconsistências acabaram sendo evidenciadas no próprio campo psicanalítico. O próprio criador da teoria psicanalítica modificou – ou até abandonou – muitas de suas teorias durante as suas últimas décadas de desenvolvimento teórico. Mas a inconsistência de uma teoria de um autor não acarreta (necessariamente) a inconsistência de outra de suas teorias. Por exemplo, a teoria da evolução de Darwin, exatamente como a teoria freudiana, continha certas hipóteses secundárias problemáticas, mas muitas de suas hipóteses mais abrangentes vieram a ser mantidas após a constatação de sua razoabilidade mediante testes empíricos em mais de um campo de conhecimento.